

OS CERAMISTAS TUPIGUARANI

Volume III – Eixos temáticos

2ª edição

André Prous & Tania Andrade Lima
(editores)

Os Ceramistas **Tupiguarani**

Volume III - **Eixos Temáticos**

André Prous e Tania Andrade Lima
(Editores)

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SBN Quadra 2 Bloco F Ed. Central Brasília
CEP 70040-904 - Brasília - DF
Telefones: (061) 3414-6176 e 3414-6190

www.iphan.gov.br
webmaster@iphan.gov.br

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA ALOÍSIO MAGALHÃES

E36 Eixos temáticos / André Prous e Tania Andrade Lima. – Belo Horizonte : Superintendência do Iphan em Minas Gerais, 2010.
208 p. : il. color. ; 20 cm. – (Os ceramistas Tupiguarani ; 3)

ISBN : 978-85-7334-147-8 – (obra compl.)
ISBN : 978-85-7334-150-8 – (v. 3)

1. Arqueologia. I. Prous, André (editor). II. Lima, Tania Andrade (editora). III. Coleção.

CDD 930

expediente

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Juca Ferreira
Ministro da Cultura

Luiz Fernando de Almeida
Presidente do Iphan

Dalmo Vieira Filho
Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização

Maria Clara Migliaccio
Diretora do Centro Nacional de Arqueologia

Maria Emília Nascimento Santos
Diretora do Departamento de Planejamento e Administração

Márcia Sant'Anna
Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial

Márcia Rollemberg
Diretora do Departamento de Articulação e Fomento

Antônio Fernando Alves Leal Neri
Procurador Chefe

Leonardo Barreto de Oliveira
Superintendente do Iphan em Minas Gerais

Sílvio Barbosa de Lima
Chefe da Coordenação Administrativa

Maria Inês Trajano de Faria
Chefe da Coordenação Técnica

Setor de Arqueologia da Coordenação Técnica
da Superintendência do Iphan em Minas Gerais:
Alexandre Henrique Delforge, José Neves Bittencourt
Roberto Pontes Stanchi

Estagiário:
Milton Carvalho Moreira Jr.

ficha técnica

Idealizadores / Editores:

André Prous e Tania Andrade Lima
Superintendência do Iphan em Minas Gerais

Responsáveis pelo projeto no Iphan:
Alexandre Henrique Delforge
Jeanne Cristina Menezes Crespo

Revisão de texto:
Juan Ferreira Fiorini

Diagramação:
Fazenda Comunicação & Marketing Ltda

Fotografias da capa
Vol II –
Vol III

sumário

Os Ceramistas Tupiguarani

Volume III- **Título do Volume**

Nome dos editores e dos editores dos livros

A aprendizagem da Tecnologia Cerâmica entre os Asurini do Xingu 7

Fabíola Andréa Silva

As indústrias líticas dos Ceramistas Tupiguarani 25

André Prous - Márcio Alonso

Com a colaboração de Filipe Amoreli, Ângelo Pessoa Lima, Gustavo Neves de Souza e Alexandre Almeida

Reflexões sobre as aldeias Tupiguarani: Apontamentos Metodológicos 75

Lílian Panachuk - Adriano Carvalho - Camila Jácome

Filipe Amoreli - André Prous (coordenador)

Iconografia e Ecologia Simbólica: Retratando o cosmos Guarani 113

Sergio Baptista da Silva

As estruturas funerárias das aldeias Tupinambá da região de Araruama, RJ 147

Angela Buarque

Os Ceramistas Tupiguarani, esses desconhecidos 171

Tania Andrade Lima

A aprendizagem da Tecnologia Cerâmica entre os Asurini do Xingu

Fabíola Andréa Silva[1]

1. Os Asurini do Xingu

Os Asurini do Xingu são um grupo indígena Tupi que fala uma língua pertencente à família linguística Tupi-Guarani. Atualmente, ele ocupa uma aldeia localizada na margem direita do rio Xingu (4°02'56''S e 52°34'55''W), junto da qual está o Parque Indígena Kuatinemu, administrado pela Fundação Nacional do índio (FUNAI), através de sua unidade administrativa localizada no município de Altamira, no Estado do Pará (FIG.1).

Trata-se de uma população agricultora que se caracteriza pela produção de uma variedade de cultivos, dentre os quais se destacam o milho e a mandioca. O primeiro é consumido mais abundantemente entre os meses da colheita (fevereiro-abril), sob a forma de mingau ou assado. Quando ele seca, é armazenado para ser transformado em farinha de milho, que será consumida nos demais meses do ano, exclusivamente sob a forma de mingau. A mandioca, por sua vez, é consumida de forma regular ao longo do ano todo, sob a forma de diferentes mingaus e farinhas, conforme a variedade. Outros produtos plantados nas suas roças são o algodão, o urucum, a batata-doce, o cará, o feijão, a banana e o mamão.[1] Conforme Muller (1990, p. 83-85) salientou,

1. Durante o período em que Berta Ribeiro (1982, p. 37) realizou seu trabalho junto aos Asurini, a autora constatou que esses cultivavam 11 produtos em suas roças, mas conheciam originalmente 76 cultivares. Destes, teriam perdido 30, durante a sua expulsão do igarapé Ipixuna pelos Araweté.

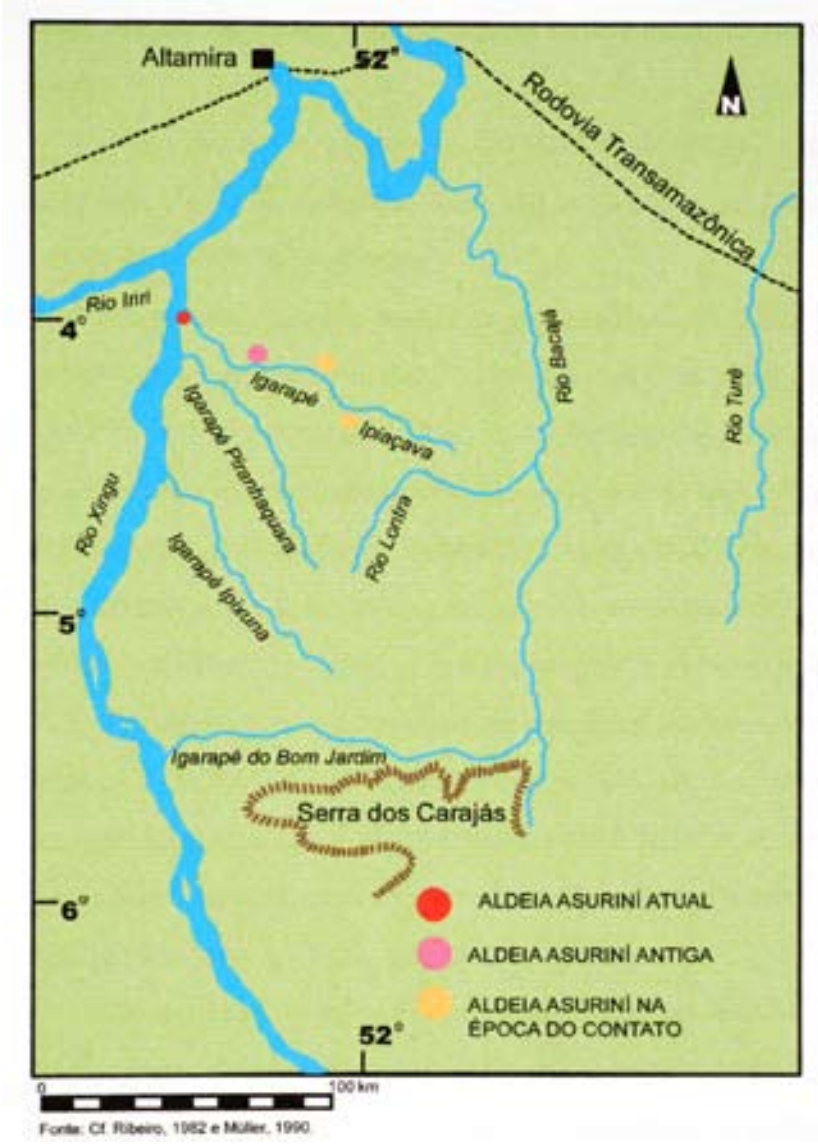


Figura 1: Mapa de localização da aldeia Asurini do Xngu

a agricultura é basicamente uma tarefa feminina, desde o plantio à colheita dos alimentos. Os homens, eventualmente, podem ajudar nas etapas do plantio e da colheita, mas sua tarefa principal reside na preparação da roça a ser plantada, através da técnica da derrubada e queima da vegetação.

A eles cabem as atividades da caça, da qual as mulheres não participam diretamente. Dentre os animais normalmente caçados, destacam-se os mutuns, jacus, porcos-do-mato, tatus, pacas, veados e antas, todos abatidos com armas de fogo. No cotidiano, os homens caçam sozinhos ou acompanhados por outro caçador que, normalmente, faz parte de seu grupo doméstico. Segundo os Asurini, também podem ocorrer caçadas coletivas que mobilizam a maioria dos homens da aldeia. Uma das técnicas utilizadas durante a caça é a espera na *tukaia* – uma armação cônica feita de palha e que serve para ocultar o caçador, sendo construída próxima aos bebedouros ou árvores frutíferas, locais comumente atrativos para as espécies animais.

A coleta, por outro lado, é uma atividade levada a cabo por homens e mulheres, de forma solitária ou coletiva. Os principais produtos coletados são o jaboti, o caranguejo, o tracajá, os ovos de tracajá, os cocos de inajá e bacaba, a castanha, o ingá, o açaí e o mel.

Nas atividades de pesca a cooperação entre homens e mulheres também ocorre, principalmente quando eles se organizam para pescar – com cestos fei-

tos de palha ou armadilhas de raque de palmeira – os pequenos peixes conhecidos regionalmente como jejus e tamuatás, que ficam encurralados em pequenas lagoas, no período da seca (maio-novembro). Eles também praticam a pesca coletiva com cipó ou com barragens, que são construídas ao longo dos igarapés e canais, para encurralar os peixes e facilitar sua captura. A pesca individual com linha de nylon e anzol, no entanto, é mais frequentemente praticada pelos homens que pelas mulheres. Os peixes mais pescados e consumidos pelos Asurini são o tucunaré, o pacu, o trairão, a pescada, o curimatá, o matrixã, o piau e, eventualmente, a piranha e a pirarara – por serem pouco saborosos, segundo eles.[2]

No que se refere ao processamento dos recursos e preparo dos alimentos, no entanto, a responsabilidade é das mulheres. Os homens, eventualmente, podem auxiliar em tarefas como a fabricação de farinha, o descarne de um grande animal caçado (veado, anta) ou a obtenção de lenha para cozinhar.

Os Asurini apreciam os alimentos cozidos, seja sob a forma de mingaus, conforme já foi demonstrado acima com relação ao milho e a mandioca, ou de caldos feitos com as diferentes carnes e que são sempre comidos com farinha. Eles também gostam das carnes assadas diretamente sobre um moquém ou enroladas, no caso dos peixes, em folhas de bananeira. As frutas são comidas em sua forma natural, às vezes com farinha (p.ex., banana) e, no caso da castanha e dos cocos, também podem ser misturadas a mingaus e cozidos. Eles também consomem alguns produtos industrializados, como, por exemplo, o açúcar, a farinha de trigo, o macarrão, o arroz, o café, o azeite de soja, o sal e o leite em pó.

Todos os recursos obtidos nas atividades de subsistência, bem como os industrializados, são compartilhados regularmente entre os membros de um mesmo grupo doméstico, através das refeições coletivas que ocorrem diariamente. Integrantes de outros grupos também podem ser convidados a usufruir destas refeições quando há o interesse em manter algum tipo de reciprocidade, devido a um objetivo comum.

Conforme Muller (1990, p. 64) salientou, entre os Asurini, o grupo doméstico é a "unidade básica da estrutura social tanto por ser uma unidade social e política (tradicionalmente identificada com o grupo local) quanto por suas atividades de subsistência". E, neste sentido, constituindo-se também numa unidade econômica de produção e consumo, cujos membros mantêm relações de cooperação diária para a execução das diferentes tarefas de obtenção e processamento dos recursos. As mulheres seriam as organizadoras desta unidade econômica e social, "a unidade básica de produção na sociedade Asurini", cabendo aos homens "a circulação dos bens produzidos" (MULLER, 1990, p.84).

Esta relação entre os sexos,, que é ordenadora das atividades de subsistência, tam-

2. Cabe ressaltar que os dados sobre a subsistência Asurini ainda estão bastante esparsos. Algumas referências podem ser encontradas nos trabalhos de Balée (1988, 1989a, 1989b, 1994a e 1994b).

bém se encontra na esfera ritual e na produção da sua cultura material. Ainda segundo Muller (1990, p. 24): "No *maraká* e no *turé*, é o par homem-mulher que desempenha o papel de comunicador entre humanos e outras categorias de ser do cosmo Asurini".

No *maraka*, complexo ritual terapêutico e propiciatório, os homens desempenham o papel de xamãs e manipulam o *ynga* (princípio vital) e o *moynga* (remédio) a serem transmitidos dos sobrenaturais para os humanos. No *ture* – complexo ritual em que se realizam os ritos associados à guerra, morte e iniciação dos jovens – são as mulheres que assumem o papel de xamãs e transmitem o *ynga* (princípio vital) para o guerreiro tatuado. Toda a performance ritual implica na associação entre homens e mulheres. Assim, no *ture,* enquanto os homens tocam as flautas, as mulheres dançam e, da mesma forma, no *maraka,* enquanto os xamãs cantam, as mulheres os acompanham dançando e emitindo sons que fazem o contraponto ao canto dos xamãs. Além disso, se no *maraka* os homens são os xamãs responsáveis por transmitir o *ynga* e o *moynga* aos doentes, eles o fazem através dos vasilhames cerâmicos e do mingau que são produtos femininos (MULLER, 1987, 1990).

Com relação à produção da cultura material, na qual homens e mulheres dispendem grande parte do seu tempo cotidiano, a divisão e cooperação do trabalho são estabelecidas desde o momento da obtenção das matérias-primas até a manufatura e uso dos artefatos.

No que se refere às mulheres, é de sua responsabilidade a produção dos vasilhames de cerâmica (uso ritual e cotidiano), dos adornos corporais feitos com fios de algodão (faixas, grinalda, bandoleira, cinto, braçadeira, jarreteira, tornozeleira), da cordoaria e tecelagem em algodão (cordões, redes e tipóias) e da pintura corporal. Aos homens cabe a produção dos adornos corporais feitos de coco de palmeira, dentes, ossos, penas e talas (colares, pulseira, brinco, tembetá e aros), da cordoaria em tucum e envira (cordas e corda de arco), dos utensílios em madeira (fuso, tear, colher, banco, ferramentas, pilão e mão de pilão, canoas e remos), das armas (arcos, flechas), dos trançados em tala de taquara (peneiras, cestos), dos objetos rituais (*yapema*, chocalhos, flauta, escarificador), da casa comunal (*tavyva*) e da maioria dos trançados em palha (abanos, esteiras e cestos). Alguns artefatos podem ser produzidos por ambos os sexos, como, por exemplo, as cuias e alguns trançados.[3]

Durante o processo de confecção desses objetos, homens e mulheres estabelecem entre si estratégias de cooperação. Na elaboração dos vasilhames cerâmicos, por exemplo, é muito comum o homem auxiliar na tarefa de transportar a argila desde o seu depósito até a aldeia, coletar as matérias-primas minerais que serão utilizadas na pintura dos mesmos e trazer o combustível para a sua queima. Em contrapartida, as mulheres fornecem a matéria-prima (fios de algodão) para que eles produzam os ar-

3. Maiores detalhes sobre o inventário da cultura material Asurini são encontrados nos trabalhos de Ribeiro (1982, p. 43; 49-52) e Muller (1990, p. 209-215).

cos, as flechas, os colares e demais objetos que impliquem em amarrações com o uso desta fibra. Além disso, muitos dos objetos produzidos pelos homens são de uso feminino (pulseira, colar, aro, peneiras, cestos, abanos, cordas de tucum, fusos, tear, colher, banco, agulha, pilão e mão de pilão) e, da mesma forma, muitos objetos produzidos pelas mulheres são de uso masculino (faixas, bandoleiras, cinto, braçadeira, jarreteira, tornozeleira, redes, cordões de algodão).

Os Asurini são reconhecidos pela sua "produção artesanal altamente sofisticada e de difícil elaboração" e que "se caracteriza por uma alta preocupação de cunho estético" (RIBEIRO, 1982, p. 44). Um aspecto que é fundamental na elaboração dos itens materiais é a percepção Asurini de concomitância da dimensão funcional e estética dos mesmos:

> *Não se pode distinguir entre a decoração e a confecção de um objeto, uma vez que ele é concebido em sua totalidade – como a nomenclatura expressa em alguns casos: por exemplo, biaakwasiat (biaa = esteira e kwasiat = desenho), de acordo com as suas funções utilitária e decorativa, ambas resultantes da confecção. (MULLER, 1990, p. 207)*

Esta concepção de totalidade com relação ao objeto fica bastante clara no que se refere à produção dos vasilhames cerâmicos, na medida em que cada tipo é elaborado a partir da concomitância entre forma, decoração e uso. Por exemplo: o recipiente utilizado para servir alimento (*ja'e*), tem sua forma e decoração relacionadas à sua função, ou seja, apresenta uma borda extrovertida cujo diâmetro é maior que o do corpo do vasilhame e que é destacada na elaboração da pintura a partir da aplicação do motivo (*ja'ekynga* = cabeça de *ja'e*).

Cabe salientar que a aplicação da arte gráfica em alguns objetos da cultura material – como no caso da cerâmica – não apenas é reveladora desta percepção de totalidade que os Asurini têm com relação aos mesmos, mas, ao mesmo tempo, reafirma "o valor estético dos objetos da cultura material na comunicação de mensagens sobre as relações sociais e sobre o conteúdo intrínseco da própria forma, relacionado a outras esferas da cultura como a cosmologia e a mitologia a ela associada" (MULLER, 1990, p. 217).

Conforme Muller (1990, 1992) demonstrou, na arte gráfica Asurini a maioria dos motivos desenhados é uma variação de um padrão estrutural conhecido como *tayngava* (imagem; réplica do ser humano), que é também o nome dado ao boneco antropomórfico utilizado nos rituais xamanísticos. Ele está, por sua vez, relacionado à noção de *ynga* (princípio vital), compartilhada por espíritos e humanos e manipulada pelos xamãs nos rituais.

Este padrão, associado ao domínio do sobrenatural, corresponde a uma regra formal a partir da qual são produzidos vários outros desenhos, cujos significados estão relacionados aos domínios da natureza (animais, plantas) e da cultura (objetos produzidos pelo homem).

Na mitologia Asurini a obtenção dos desenhos por parte da humanidade se deu a partir do encontro do ancestral mítico *Anhyngavuí* com o sobrenatural *Annhyngakwasiat*. O primeiro teria reproduzido, no trançado, os desenhos existentes no corpo do sobrenatural, ensinando-os aos que já morreram que, por sua vez, os ensinaram para as demais gerações.

Neste sentido, a arte gráfica teria a mesma importância que o xamanismo na produção e transmissão do saber cultural e na reprodução da sociedade. Atualmente, um dos principais suportes da arte gráfica Asurini é a cerâmica, que, por esta razão, vem a ser um veículo fundamental na afirmação da identidade étnica dessa população.

2. A cerâmica dos Asurini do Xingu

Dentre os diversos itens materiais produzidos pelos Asurini, foi a cerâmica aquele que recebeu um tratamento mais detalhado nos trabalhos sobre a cultura material dessa população, principalmente no que se refere aos aspectos relativos à sua morfologia e decoração, aos seus usos, bem como aos significados subjacentes aos seus motivos decorativos. Conforme já foi anteriormente salientado, este conjunto artefatual não é fundamental apenas para a preparação dos alimentos no cotidiano, mas é também imprescindível na realização dos rituais, e se constitui num dos principais suportes da arte gráfica, expressando princípios fundamentais da visão de mundo desta população (MULLER, 1987, 1990, 1992; VIDAL e MULLER, 1986).

Nos trabalhos de Muller (1987, 1990) e Ribeiro (1982) foi definido um conjunto básico de sete tipos diferentes de vasilhas, usadas respectivamente para cozinhar, servir, armazenar e transportar alimentos e líquidos (*japepa'i, japepa'i/ja'eniwa; ja'e, ja'ekuia; japu, yawa, yawi*). Além destes, as autoras mencionaram ainda outros treze tipos, que são variações destas formas básicas e que seriam utilizados com os mesmos fins (*jape'e, japeparakynga; ja'eniwa, ja'ei, kume; japuryna, yajuruwa, yajuruwiho, yawijuruva, indajiwa, pupianekanawa, kavioi, kavioi apua)*.

Durante minha pesquisa de campo registrei o mesmo conjunto básico de vasilhas. No que se refere às variações dessas formas básicas, no entanto, o resultado foi um pouco diferenciado, ou seja, foram encontrados os seguintes tipos: *jape'ei; ja'ekuia; kume, uira, jarati, pekia, uã; kavioi, piriapara, ywua, pupijanekanawa* (FIG. 2).

Trata-se, portanto, de um conjunto de vasilhas divididas em quatro classes gerais

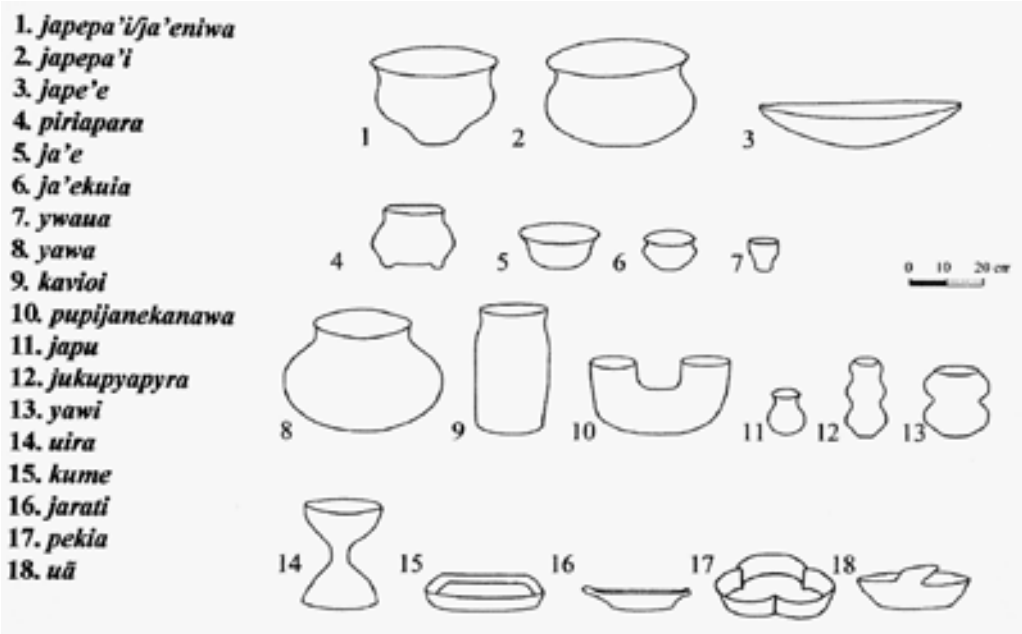


Fig. 2: Formas de cerâmica Asurini do Xingu

utilizadas no processamento, consumo e armazenagem de alimentos e líquidos:[4]

a) panelas de cozinhar (*japepa'i, japepa'i/ja'eniwa, jape'e* e *jape'ei*);

b) panelas para servir (*ja'e, ja'ekuia, piriapara* e *ywua*);

c) pratos para consumir (*kume, uira, jarati, pekia* e *uã*);

d) potes para transportar e armazenar líquidos (*japu, yawa, yawi, kavioi, jukupyapyra* e *pupijanekanawa*).

Atualmente, no cotidiano, as mulheres Asurini abandonaram o uso tradicional da maioria dos vasilhames cerâmicos, principalmente daqueles utilizados para servir alimentos e armazenar e transportar líquidos. Esses têm sido substituídos por vários tipos de objetos industrializados, como, por exemplo, panelas de alumínio, jarras plásticas, pratos, copos, bacias e garrafas térmicas. Assim, sua produção tem sido restrita principalmente para a venda. Os tipos de vasilhames que ainda conservam o uso tradicional são o *japepa'i* e o *japepa'i/ja'eniwa*, *ja'e, jape'e* e o *jape'ei,* usados no cotidiano ou nos rituais, para cozinhar e servir os mingaus, torrar a farinha e fazer beijus.

Apesar da substituição de alguns dos tipos de vasilhas pelos recipientes industriali-

4. Esta classificação das vasilhas foi feita segundo as informantes Asurini.

zados, a produção de cerâmica ainda é uma atividade muito importante entre as mulheres Asurini. A perícia na arte da olaria proporciona à mulher Asurini um grande reconhecimento social, sendo que as vasilhas são vistas como sendo seu patrimônio. Elas costumam mostrar com satisfação suas vasilhas, e acumulá-las é algo que lhes dá grande prazer. É possível dizer que a mulher Asurini se identifica com os seus vasilhames ou, como apontou Lévi-Strauss (1986, p. 164), "se metamorfoseia em seu produto; de fisicamente exterior se converte em moralmente integrada a este".

3. Gênero e aprendizagem da produção cerâmica

Conforme já salientei, a tarefa de produção da cerâmica é uma atividade eminentemente feminina, cujo aprendizado ocorre no interior do grupo doméstico, a partir da transmissão dos conhecimentos das mulheres mais velhas (avó, mãe, tia) às mais jovens. Os homens costumam se posicionar totalmente alheios ao fabrico dos vasilhames e, normalmente, quando são perguntados a respeito desse assunto, respondem que "isto é coisa de mulher".[5]

Essa relação da mulher com a cerâmica é evidenciada não apenas no cotidiano, mas também durante a performance ritual, estando presente na mitologia Asurini e sempre interligada à elaboração da comida.

Durante minhas pesquisas de campo pude observar que a época do ano em que as mulheres Asurini mais se dedicam à fabricação da cerâmica é a da colheita do milho. Esta intensificação da manufatura de vasilhames cerâmicos se deve, segundo elas, ao fato de que "o milho não gosta de panela velha". Por esta razão, em todas as casas as mulheres precisam confeccionar pelo menos uma panela nova para cozinhar o mingau de milho.

Estes cuidados com relação ao milho se iniciam desde o seu plantio: segundo as informantes, quem planta o milho não deve executar tarefas como cozinhar, fazer fogo e pilar farinha. Deve seguir um regime alimentar evitando comer carnes de mutum, jacu e caititu e não deve manter relações sexuais; além disso, as mulheres que estão amamentando devem evitar o plantio. Estas restrições devem ser seguidas para que o milho cresça bem, "porque plantar milho é como ter criança, tem que cuidar".

O milho é um alimento básico na dieta dos Asurini, podendo ser consumido o ano todo sob a forma de diferentes tipos de mingaus, tanto nas refeições do dia-a-dia como

5. Esta divisão com relação ao trabalho da cerâmica já se manifesta desde criança, pois os meninos nem mesmo se permitem manipular a argila. Numa experiência desenvolvida na escola da aldeia, as professoras procuraram incentivar meninos e meninas a produzirem miniaturas de objetos com argila. Os primeiros se negaram terminantemente a trabalhar com este material e optaram por confeccionar miniaturas de arcos, flechas, canoas e outros objetos em madeira, que é a matéria-prima normalmente relacionada com o sexo masculino. As meninas, ao contrário, produziram uma série de pequenas imitações de vasilhas, bem como uma réplica da própria aldeia, com suas casas e locais de trabalho.

nas ocasiões rituais. Porém, seu consumo é intensificado durante os meses de fevereiro a abril, quando é colhido. Nesta época, a aldeia fica repleta de milho e, em todas as casas, durante uma grande parte do dia, as mulheres se ocupam em produzir o mingau e em distribuí-lo pelas diferentes casas da aldeia. Isto ocorre porque o milho pode ser colhido em qualquer roça pelas integrantes de diferentes grupos domésticos, implicando que estas dividam o mingau entre si. Ou seja, a mulher que colhe o milho em uma roça que não tenha sido por ela plantada, deve oferecer o mingau àquela que plantou o milho. Cabe salientar que não apenas o mingau é partilhado, mas as próprias espigas são divididas entre as diferentes unidades domésticas. É comum observar mulheres retornarem de suas roças trazendo algumas espigas excedentes que deverão ser dadas, posteriormente, a algum parente ou a um integrante de outro grupo doméstico.

Esta reciprocidade se estende, também, para o trabalho de produção e distribuição dos vasilhames cerâmicos. Observei que as mulheres de um mesmo grupo doméstico podem produzir panelas umas para as outras ou, por outro lado, emprestá-las por certo tempo. Frequentemente, irmãs que residem em casas distintas, juntamente com suas filhas e netos, produzem e emprestam vasilhames umas para as outras, de acordo com sua disponibilidade de tempo e necessidade. Uma cunhada pode confeccionar e emprestar vasilhames para a mulher do seu irmão. Uma jovem com pouca habilidade na olaria pode receber vasilhames da sua sogra, da mãe da sogra ou da irmã da sogra, e as mães sempre costumam fazer vasilhames para suas filhas. Uma mulher pode receber e emprestar vasilhames para a mãe da esposa de seu filho. Em ocasiões rituais, quando necessário, o empréstimo da grande panela do tipo *japepa' í* se dá através de uma mulher que tenha uma relação de parentesco com o pajé responsável pelo ritual.

Estes exemplos sobre a colheita e processamento do milho e a produção e troca de vasilhames cerâmicos reforça o que Muller (1990, p. 72-74) salientou em seu trabalho sobre a importância das mulheres, no que se refere à subsistência do grupo doméstico e à preponderância do domínio feminino na produção e colheita dos produtos da roça, no processamento e distribuição do alimento e, consequentemente, na manufatura dos vasilhames cerâmicos. Sem dúvida, a roça é um espaço feminino entre os Asurini, embora o homem tenha um papel preponderante na derrubada, limpeza e queima da mesma e, eventualmente, auxilie no plantio e colheita dos produtos. É a mulher, no entanto, que vai à roça todos os dias, juntamente com as integrantes do seu grupo doméstico e gasta – dependendo da distância da roça em relação à aldeia – em média três horas diárias nesta atividade, além daquelas despendidas com o posterior processamento dos alimentos.[6] Sendo assim, a maior parte do cotidiano das mulheres está

6. Ribeiro (1982, p. 38) computou três horas de trabalho para ralar e cozinhar 10 litros de mingau de milho. Em minhas observações, pude constatar que esse tempo de trabalho pode se estender em até quatro horas ou mais, como é o caso da preparação do mingau para os rituais, em panelas de aproximadamente 15 litros, que pode levar até seis horas para ficar pronto.



Fig. 3: Mãe e filha confeccionando vasilhames cerâmicos

voltada para as atividades de produção e processamento de alimentos e para a elaboração de itens materiais relacionados ou não com estas atividades.

No caso Asurini, as mulheres são as responsáveis pela produção do alimento no seu grupo doméstico e a sua especialização na atividade da olaria está intrinsecamente relacionada a este seu papel social. A vasilha cerâmica é o "símbolo da comida" e é um artefato de domínio feminino, somente por elas produzido e manipulado cotidianamente.

O aprendizado de sua confecção se dá desde muito cedo, e em minhas diferentes temporadas na aldeia, pude presenciar as meninas e mulheres jovens e menos experientes passarem pelos ensinamentos das mulheres mais velhas.

Assim como em outras populações ceramistas, o ensino da confecção de uma vasilha é extremamente controlado e implica na constante verbalização e demonstração, por parte das instrutoras, dos procedimentos técnicos, bem como dos resultados a serem alcançados em cada uma das etapas produtivas. Ou seja, há uma enorme "preocupação com a excelência técnica" (BUNZEL, [1929] 1972, p. 60) durante o processo de ensino.

No processo de aprendizagem, o domínio das formas do corpo das vasilhas é uma das etapas mais difíceis, e implica que sejam elaboradas inúmeras miniaturas das mesmas, a fim de que a jovem ceramista consiga dominar as regras formais que são extremamente rígidas entre as Asurini. Enquanto as aprendizes elaboram seus vasilhames, os movimentos de suas mãos são controlados e corrigidos pelas instrutoras. O corpo da vasilha, por exemplo, deve ser elaborado a partir de movimentos circulares e contínuos e, normalmente, no sentido da esquerda para a direita. O alisamento deve ser homogêneo e realizado com cuidado por toda a superfície da vasilha, especialmente na face externa, que é a mais elaborada.

Normalmente, quando se observa uma vasilha que foi feita por uma ceramista inexperiente, logo se percebe algum tipo de falha. O corpo da vasilha costuma ser mal elaborado, ou o alisamento da superfície está muito grosseiro. A borda costuma ser irregular e, no caso da resina de jatobá,

que é passada na face externa das vasilhas pintadas, se percebem pequenas falhas e asperezas devidas à imperícia na hora da sua aplicação.

Pelo que pude observar, o aprendizado se dá tanto através da visualização como da manipulação do material, e a miniatura parece ser o recurso didático mais aplicado entre elas. Este recurso é usado, também, na aprendizagem de outros itens materiais como, por exemplo, as redes de dormir (FIG. 3).

Cabe ressaltar que não é apenas o aprendizado do fazer cerâmica que é longo, pois o domínio da classificação formal dos vasilhames também é complexo. Às vezes, mulheres mais jovens têm dificuldades para definir a nomenclatura de um determinado vasilhame, e precisam consultar as mais velhas para saber com certeza o nome de um determinado tipo.

Além disso, é preciso que elas também saibam selecionar e processar a matéria-prima e elaborar o seu instrumental de trabalho.[7] Uma etapa produtiva que requer experiência, por exemplo, é a de umedecer o barro para trabalhar, pois se ele ficar muito úmido, os roletes grudam nas mãos, dificultando sua sobreposição, além de gerar irregularidades na forma do vasilhame.

Em resumo, o processo de aprendizagem da cerâmica é longo e bastante direcionado, e quanto mais velha a mulher, maior o compromisso em dominar este saber. Um dos aspectos que dificulta o aprendizado é a procriação, pois os filhos impedem o livre exercício e esmero na atividade. Talvez, por isso, elas sejam incentivadas a aprender a fazer cerâmica desde muito cedo, antes de se tornarem mães. De qualquer modo, porém, a perícia na atividade só é alcançada com o decorrer dos anos, e são justamente as mulheres mais velhas, na faixa dos 50 anos ou mais, aquelas consideradas as melhores ceramistas da aldeia.

4. Tradição tecnológica e criatividade individual

Assim como em outras sociedades indígenas, a produção da cerâmica Asurini também resulta da dinâmica que se estabelece entre os preceitos da tradição tecnológica e a criatividade individual dos seus produtores. Durante a etapa de campo de 1998,[8] realizei um estudo métrico dos vasilhames do tipo *japepa'i* existentes na aldeia a fim

7. Em certa ocasião, perguntei a uma informante se havia alguma restrição às meninas coletarem o barro e esta afirmou que não; porém, complementou dizendo: "mas não adianta deixar elas tirarem, porque elas não sabem, pegam muita pedra".

8. Realizo pesquisa de campo junto aos Asurini do Xingu desde o ano de 1996, quando iniciei meu doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de São Paulo. A tese, intitulada *As Tecnologias e Seus Significados. Um Estudo da Cerâmica dos Asurini do Xingu e da Cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma Perspectiva Etno-arqueológica,* foi defendida em 2000. Depois deste período, retornei à aldeia Asurini nos anos de 2001, 2002 e 2003, sendo que parte dos resultados dessas pesquisas está contida neste artigo.

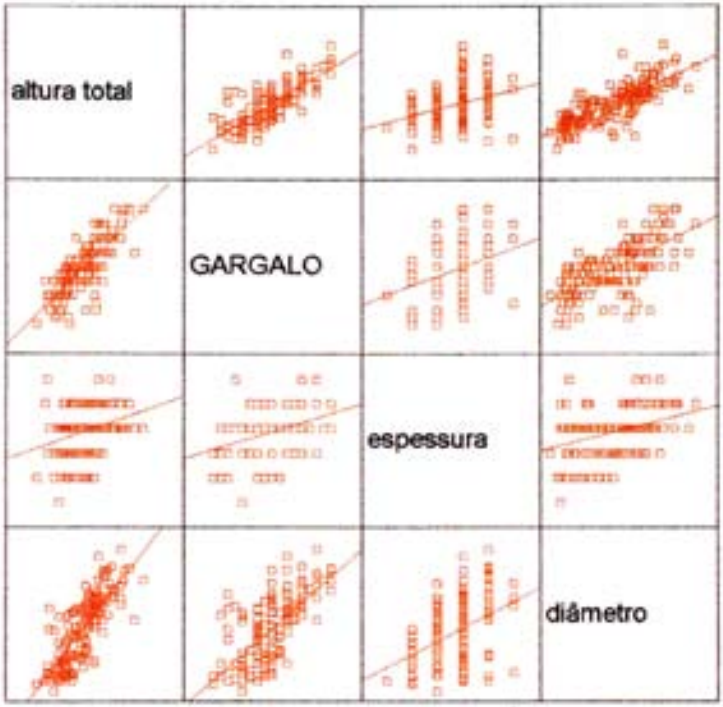


Fig. 4: Gráfico de dispersão das vasilhas japepai

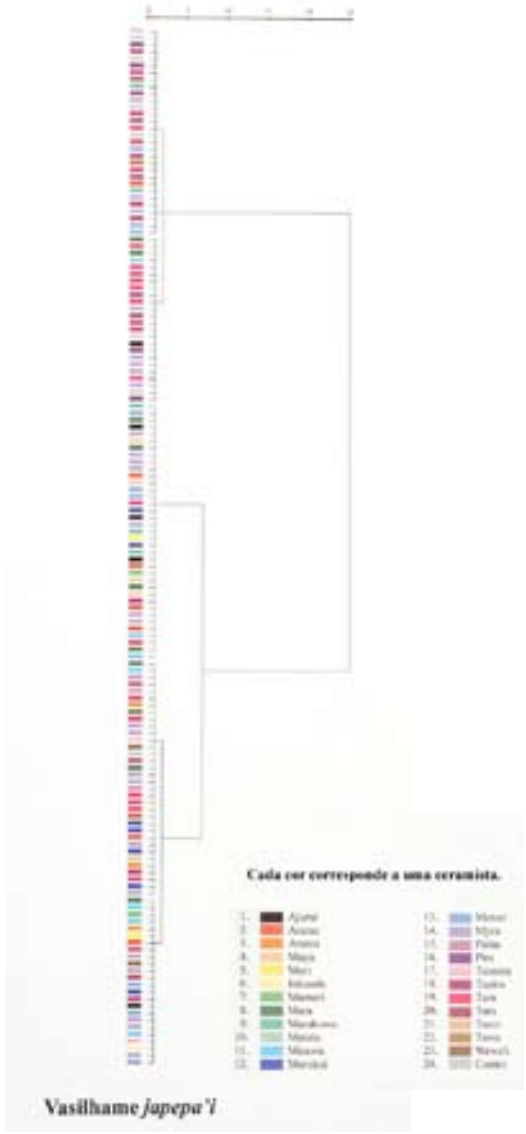


Fig. 5: Dendrograma das vasilhas japepais

de apreender como esta relação se materializava nos mesmos.

Foram registradas as medidas de 149 vasilhas e os dados foram anotados separadamente por ceramista. As variáveis consideradas nas medições foram: altura total da vasilha, altura do pescoço e gargalo, diâmetro de abertura da borda e espessura da parede da borda. Estes dados foram posteriormente analisados a partir de um programa estatístico que me permitiu correlacionar as diferentes variáveis e, ao mesmo tempo, estabelecer conjuntos de vasilhas cujas características apresentavam semelhanças entre si.[9] O resultado foi a demonstração de que, no caso do vasilhame de tipo *japepa'i,* existe uma correlação significativa entre gargalo, espessura, altura e diâmetro. Portanto, quanto maior for o vasilhame, maior será a espessura de sua parede, altura do gargalo e diâmetro de abertura da borda (FIG. 4). Ou seja, a construção desse tipo de vasilhame segue um padrão e uma proporcionalidade que é seguida por todas as ceramistas Asurini.

A proporcionalidade entre o tamanho do diâmetro de abertura da vasilha e sua altura é muito regular, e a tendência, no caso específico do vasilhame do tipo *japepa'i,* é o arredondamento da vasilha na medida em que ela aumenta de tamanho. Um dado interessante com relação a essa análise foi a constatação de que a espessura da parede das vasilhas também obedece a uma proporcionalidade. Cabe ressaltar que, para as Asurini, quanto mais fina a parede da vasilha, mais "bonita" esta é considerada, e, da mesma forma, maior perícia é atribuída à ceramista. A análise estatística demonstrou, no entanto, que apesar do discurso dessa preferência estética, elas, na prática, adaptam a espessura da parede ao tamanho da vasilha, obedecendo às mesmas regras de proporcionalidade com relação às demais variáveis.

A análise dos conjuntos de vasilhas (*clusters*) reafirmou os resultados obtidos através do estudo de correlações e, ao mesmo tempo, evidenciou a relação existente entre instrutoras e aprendizes, definindo uma padronização tecnológica entre aquelas pertencentes a um mesmo grupo doméstico.

No dendrograma relativo ao tipo *japepa'i* se pode observar que existem cinco conjuntos distintos de vasilhas que apresentam características muito semelhantes entre

9. Através do Programa SPSS foram realizadas análises de correlação de variáveis e de conglomerados (*clusters*). No primeiro caso, o que se procura verificar são as relações existentes entre diferentes variáveis (altura, diâmetro, espessura), a partir das quais se elaboram diagramas de dispersão. Através deles pode-se ter uma idéia da direção desta relação (positiva ou negativa), da forma (linear ou curvilínea) e da intensidade (nuvem de pontos mais densa ou menos densa em torno da reta) (SHENNAN, 1992, p. 123-127). No segundo caso, o que se pretende verificar é a semelhança existente entre os indivíduos analisados (vasilhas cerâmicas). A ideia subjacente a essa técnica de análise estatística é a de que os objetos devem ser semelhantes entre si, em diferentes níveis, de modo que os resultados disso possam ser representados por meio de um dendrograma, ou seja, um diagrama em forma de árvore que demonstra a relação de similaridade entre os objetos e grupos de objetos. O princípio é a união de uma série de indivíduos que vão paulatinamente formando grupos a partir das suas similaridades. Nos primeiros níveis agrupam-se os indivíduos com maior semelhança e, aos poucos, vão unindo-se os grupos de acordo com critérios de similaridade mais gerais, até que todos se agrupem num conjunto único (SHENNAN, 1992, p 215).



Fig. 6a: Desenho mutypepapyrera de Moteri



Fig. 6b: Desenho mutypepapyrera de Apeuna

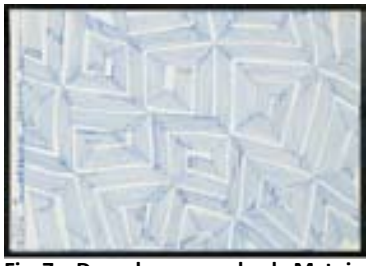


Fig. 7a: Desenho yagywaky de Matuja



Fig. 7a: Desenho Tamakyuagi de Apeuna

si. Ao correlacionarmos as vasilhas às suas produtoras observa-se que, no primeiro conjunto, estão as ceramistas de nome Pire, Tapira, Marakowa, Myra, Arame, Tara, Moteri e, no segundo conjunto, estão Mara, Tara, Miravu, Tapira, Myra, Ajurui, Pire. Ou seja, a maioria das ceramistas do primeiro conjunto aparece no segundo conjunto e, conforme se observa no dendrograma, estes dois conjuntos são muito semelhantes entre si, pois já estão agrupados no segundo nível do diagrama. Outro dado interessante com relação a estes dois conjuntos é que neles se agrupam mãe e filha (Pire e Miravu) e duas duplas de irmãs (Tapira e Ajurui, e Marakowa e Moteri), ou seja, categorias de mulheres que normalmente pertencem a um mesmo grupo doméstico e que, certamente, compartilham de uma padronização na produção de suas vasilhas.

No terceiro conjunto estão as ceramistas Marakowa, Moteri, Mara, Ajurui, Myra, Maya, Arame, Tara, Murukai, Muri, Mamari, Tapira, Miravu. Assim, à exceção de Maya, Muri e Mamari, todas as demais ceramistas já aparecem nos grupos anteriores. No quarto conjunto, temos Mara, Miravu, Myra, Tara, Ararea, Taimira, Wewe'i, Matuia, Tapira, Patua, Arame, Murukai, Turei. É um conjunto formado por mães e filhas (Myra e Turei, Matuia e Patua, Taimira e Arame, Murukai e Miravu) e tias e sobrinhas (Matuia e Tapira, Ararea e Wewe'i). O quinto conjunto apresenta vasilhas muito semelhantes às do quarto grupo e as ceramistas que nele aparecem são Miravu, Mamari, Muri, Ture, Moteri, Murukai, Tapira, Ajurui, Moteri, Taimira, Jakunda, Myra. É um conjunto formado por mãe e filha (Moteri e Ture, Miravu e Murukai) e irmãs (Tapira e Ajurui)

Portanto, apesar de existirem cinco conjuntos distintos no primeiro nível do dendrograma, pode-se observar que as ceramistas se distribuem quase regularmente entre todos eles. Além disso, o dendrograma mostra um agrupamento quase total das vasilhas já nos primeiros níveis de correlação, o que indica uma grande semelhança entre elas (FIG. 5).

Em resumo, o que estes dados estatísticos demonstram é que, de fato, as ceramistas Asurini apresentam uma padronização tecnológica e que, normalmente, mulheres que vivem no mesmo grupo doméstico têm uma semelhança ainda mais estreita no seu modo de produzir os vasilhames cerâmicos. Além disso, o fato de uma mesma ceramista aparecer em diferentes grupos é um indicativo de que ela não tem um modo totalmente exclusivo de produzir seus vasilhames, mas, ao contrário, compartilha algumas características produtivas com as demais ceramistas.[10]

10. A análise estatística dos dados quantitativos, bem como sua interpretação, foi feita sob a orientação do Núcleo de Apoio Estatístico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NAE-UFRGS).

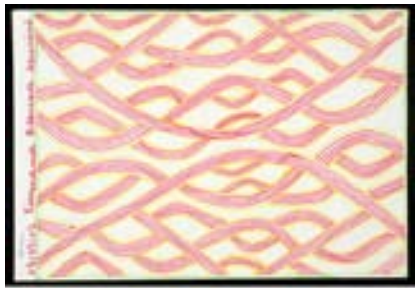

Fig. 8a: Desenho Kumana de Apeuna


Fig. 8b: Desenho Kumana de Ipikiri


Fig. 8c: Desenho Kumana de Murapi

Isso, no entanto, não impede que as mulheres exerçam sua criatividade individual na confecção de suas vasilhas. Todas dizem reconhecer seus vasilhames dentre os de outras ceramistas. Segundo elas, os traços de identificação estão no acabamento da borda, do fundo e do corpo. Este reconhecimento passa por categorias extremamente sutís que, muitas vezes, são de difícil verbalização para as ceramistas. Eu jamais consegui identificar estas diferenças e elas próprias têm dificuldade em fazê-lo. Estrategicamente, elas costumam ter o cuidado de guardar separadamente suas vasilhas dentro das casas ou estruturas anexas, a fim de que estas não se misturem com as de outras mulheres do seu grupo doméstico.

Parece ser na pintura dos vasilhames, porém, que sua individualidade se manifesta mais claramente. Segundo Muller (1992, p. 247), a mulher aprende junto ao seu grupo doméstico um "repertório particular (...) de variações do padrão *tayngava*", e é na recombinação deste padrão que ela exerce sua criatividade.

Conforme aponta Peter Roe (1995, p. 45) "não há contradição entre criatividade individual e protótipos tradicionais". Assim, a partir de uma determinada estrutura de possibilidades oferecidas pela tradição cultural, as artesãs Asurini podem fazer suas escolhas individuais e fazer da confecção dos objetos cerâmicos, também, "um veículo de experiência pessoal" (BUNZEL, [1929]1972, p. 52).

Na etapa de campo de 2001, procurei investigar melhor esta questão e solicitei a Moteri, uma ceramista com mais de


Fig. 9: Vasilha pintada por Ipikir


Fig. 10: Vasilha miniaaturas para venda

50 anos, que produzisse alguns desenhos. Durante duas semanas, no intervalo de suas atividades diárias, ela produziu seis desenhos com diferentes combinações do motivo estrutural *tayngava.*[11] Segundo ela, os mesmos eram de seu conhecimento exclusivo e ela os denominou: *mutujuaka, jagiwaky, apepirinina jewira, jawara juriva, mutujuaka, uajawuyaky*.

Outras mulheres para quem mostrei os desenhos confirmaram essa afirmação, atestando que, de fato, as velhas ceramistas conheciam determinados motivos que não eram produzidos de forma generalizada por todas as mulheres. Cabe assinalar que nem mesmo o nome dado aos motivos é igual entre todas as mulheres. Ou seja, um mesmo motivo pode receber mais de uma denominação, dependendo da ceramista consultada. No ano de 2002 prossegui com o trabalho e, novamente, constatei que não havia consenso com relação ao nome dado aos motivos desenhados e, às vezes, um mesmo motivo era desenhado de forma diferente por duas ceramistas (FIG. 6a e 6b).[12] Isso pode estar relacionado com as diferenças entre os grupos locais que caracterizavam os Asurini, antes do contato. A relação entre repertório de arte gráfica, grupo local, grupo doméstico e criatividade individual ainda é um tema que necessita ser mais estudado entre as mulheres Asurini. Aliás, esta é uma tarefa que pretendo desenvolver mais intensamente na continuidade da pesquisa.

No ano seguinte resolvi pesquisar a respeito da diferença na capacidade das mulheres em reproduzir os motivos *tayngava*, especialmente no que se refere às diferenças por faixa etária. Assim, solicitei que mulheres de diferentes idades produzissem desenhos do *tayngava* a fim de que eu pudesse comparar a habilidade de desenhar entre indivíduos da mesma idade e entre indivíduos de idades diferentes. O que se pode observar é que, assim como existem ceramistas mais habilidosas na construção dos vasilhames, há também aquelas que se destacam na produção dos grafismos (FIG. 7a e 7b).[13] Além disso, se pode observar que as ceramistas mais jovens apresentam falhas nos seus desenhos em comparação com aqueles produzidos pelas mulheres mais velhas (FIG. 8a, 8b e 8c).[14] Isso reforça a idéia de que o processo de aprendizagem da cerâmica, tanto em termos da construção do vasilhame quanto em termos da sua de-

11. Sobre o motivo *tayngava,* ver Muller (1990, p. 244-272; 1992, p. 231-248).

12. *Marakowa* e *Apeuna* são mulheres pertencentes a dois grupos domésticos distintos e, como se pode notar, seus desenhos – embora estruturalmente semelhantes – possuem detalhes na confecção que os particularizam como, por exemplo, a quantidade de linhas e composição dos motivos.

13. *Matuya* e *Apeuna* são ceramistas que pertencem ao mesmo grupo doméstico, porém como se pode observar, a segunda possui maior habilidade no desenho.

14. *Apeuna, Murapi e Ipikiri* são todas do mesmo grupo doméstico, porém a diferença de idade entre elas evidencia claramente a diferença na habilidade em reproduzir o motivo *kumana*. O que é interessante observar, porém, é que *Ipikiri* já desenvolveu uma grande habilidade para o desenho, que se assemelha à habilidade de *Apeuna*, muitos anos mais velha e experiente.

coração, é um processo longo e que se inicia desde a infância, quando as meninas são incitadas pelas mulheres mais velhas a produzirem miniaturas de vasilhas, bem como a treinar sua habilidade para a arte gráfica em vasilhas pequenas que servem de protótipos de aprendizagem.

Dentre essas duas etapas da sequência operatória, porém, as Asurini sempre apontam que a construção do vasilhame é mais difícil de ser aprendida do que a pintura do mesmo. Em minhas observações ao longo desses anos pude perceber que isso ocorre porque as meninas são incentivadas, desde muito pequenas, a pintar os potes produzidos pelas mulheres mais velhas do seu grupo doméstico, o que faz com que essa etapa da sequência operatória seja aprendida antes das demais (FIG. 9). Além disso, as meninas treinam a elaboração da arte gráfica nos seus próprios corpos e, segundo elas, aprendem os movimentos da pintura passando os dedos sobre os motivos que lhes foram aplicados na pele pelas mulheres mais velhas.[15]

Conforme salienta Ingold (2001), o conhecimento de uma tecnologia é passado de geração para geração pelo engajamento do noviço. Ele incorpora o conhecimento, ou seja, é a conjunção da mente e do corpo que definem juntos a habilidade para reproduzir alguma coisa. Assim, percepção e ação estão no cerne da repetição e prática do conhecimento. Os Asurini confirmam isso, pois todo o processo de ensino-aprendizagem da tecnologia cerâmica é feito a partir do incentivo na observação e exercício prático de elaboração das vasilhas.

5. Continuidade e mudança cultural

Outro aspecto que procurei investigar durante essas temporadas de pesquisa foi a produção de vasilhames cerâmicos para o comércio turístico.

Recentemente, foi construído um hotel nas proximidades da aldeia, frequentado por turistas europeus que se interessam muito pelos vasilhames Asurini. A cada visita de novos hóspedes, portanto, as Asurini se engajam na fabricação de vasilhas cerâmicas que são colocadas à venda, no salão principal do hotel.

Em 2001, observei que, preferencialmente, estavam sendo produzidas miniaturas para a venda que não eram comparáveis, do ponto de vista estético, às tradicionalmente produzidas. As jovens ceramistas eram as principais fabricantes destas pequenas vasilhas e observava-se que as mesmas produziam diferentes modelos inspirados nas panelas industrializadas. Assim, eram acrescentadas alças, tampas e apêndices aos vasilhames, e formas como vasos e recipientes semelhantes aos frascos de perfume eram produzidos em quantidade.

15. É importante dizer que as vasilhas têm suas partes divididas em analogia com o corpo humano e estas costumam ser evidenciadas na realização da pintura. As partes são: *eme* – lábio, borda; *juru* – boca; *ekara* – base, nádegas; *aua* – fundo interno; *ga'a* – o que segura, barriga.

As ceramistas mais experientes produziam essas formas alternativas em tamanho maior, com 20 a 25 cm de diâmetro. Uma das mulheres afirmou, inclusive, que já havia empregado uma panela com tampa para cozinhar o mingau de mandioca para sua família e que tinha aprovado o desempenho deste novo *design*. Na temporada de campo de 2002, pude observar o processo produtivo de uma vasilha desse tipo e constatei que a cadeia operatória era a mesma para a produção de uma *já'e*, com exceção de que a borda extrovertida não era produzida. O mais interessante, porém, foi observar que a tampa da vasilha era formada a partir de outra vasilha do mesmo tipo, porém com o diâmetro um pouco maior e altura menor. Na secagem, as duas partes eram sobrepostas, a fim de que a tampa se ajustasse perfeitamente à borda da vasilha.

Apesar de toda esta explosão de criatividade, pude observar, por outro lado, que mesmo nestas novas formas de vasilhas existe certa padronização entre as ceramistas. Elas, na realidade, além de compartilharem dos mesmos protótipos (as panelas industrializadas), copiavam umas às outras. O que parecia estar acontecendo, portanto, era o surgimento de uma nova tradição tecnológica destinada exclusivamente para a venda (FIG. 10). No ano seguinte, porém, observei que as miniaturas eram praticamente inexistentes no conjunto de vasilhas produzidas para essa finalidade. Em lugar disso, havia crescido o número de vasilhas do tipo *japepa'i* pintadas, cujo diâmetro ficava em torno de 20 cm. Pelo visto, a falta de mestria em produzir as miniaturas fez com que houvesse uma retomada na produção das vasilhas de tamanho maior. Acredito que isso tenha ocorrido porque, entre os Asurini, em toda a produção da cultura material, há a "prevalência da preocupação formal na produção dos objetos e, pode-se dizer, de fruição estética no próprio exercício de produção manufatureira" (MULLER, 1990, p. 215). Várias vezes elas expressam as etapas da produção de um vasilhame com adjetivos como "fazer bonito", "alisar bonito", "queimar bonito" e "pintar bonito". Sendo assim, não creio que elas continuassem reproduzindo vasilhas que não atendam ao seu rigor estético.

6. Conclusões

Os vasilhames cerâmicos são um dos conjuntos artefatuais mais comumente encontrados nos registros arqueológicos e são fundamentais para a pesquisa sobre os modos de vida das populações do passado. A caracterização desses artefatos tem sido conduzida pelos arqueólogos e etnoarqueólogos no sentido de procurar interpretar os aspectos relativos àa sua variabilidade formal, quantitativa e espacial no registro arqueológico, numa tentativa de entender o ciclo de vida pelo qual passaram os mesmos no seu contexto sistêmico de produção, uso e descarte.

Este estudo junto aos Asurini do Xingu torna-se fundamental, na medida em que

é um estudo de caso que permite a elaboração de hipóteses sobre o comportamento de outros povos Tupi que viveram no passado. Juntamente com a bibliografia histórica sobre os Tupi, os estudos etnoarqueológicos possibilitam entender como podem ter se desenvolvido os processos de ensino-aprendizagem entre estas populações no passado, e como isso se evidencia nos conjuntos artefatuais. A observação, tanto dos aspectos prescritivos das tradições tecnológicas destes povos, quanto daqueles idiossincráticos, é fundamental no sentido de se tentar verificar como ocorreram os processos de continuidade e mudança ao longo do tempo dos seus comportamentos tecnológicos, bem como suas variações locais.

Logicamente não podemos esquecer que as relações entre língua, povo e cultura material são sempre muito complicadas e que ainda necessitamos de muita investigação a fim de que modelos sobre este tipo de inter-relação sejam elaborados e possam ser testados caso a caso. No que se refere aos povos Tupi, no entanto, temos uma possibilidade privilegiada de fazê-lo pois, como salientou Noelli (1996, p. 8), "há elementos suficientes para dar consistência ao estabelecimento de relações diretas ligando grupos Tupi pré-históricos aos históricos, criando bases científicas para compreender globalmente suas origens, continuidades, mudanças e/ou desaparecimento". Ele estava se referindo à imensa bibliografia histórica a nossa disposição, à pesquisa linguística em andamento e à investigação arqueológica que a cada dia se intensifica e revela novos dados sobre estas populações e suas trajetórias no passado. A meu ver, o que se deve ter em mente é que a história dos povos Tupi pressupõe, cada vez mais, uma perspectiva interdisciplinar que contemple os dados arqueológicos, etnográficos, históricos e linguísticos.

REFERÊNCIAS

BUNZEL, R. *The Pueblo Potter. A Study of Creative Imagination in Primitive Art.* New York: Columbia University Press, 1972. 130p.

INGOLD, T. Beyond Art and Technology: The Anthropology of Skill. In: SCHIFFER, M.B. (Ed.). *Anthropological Perspectives on Technology*. Albuquerque: University of New México, 2001. p.17-32.

LÉVI-STRAUSS, C. *La Alfarera Celosa*. Barcelona: Paidos Studio, 1986. 213p.

MULLER, R. *De Como Cincoenta e Duas Pessoas Reproduzem uma Sociedade Indígena. Os Asurini do Xingu.* 1987. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987. 385p.

MULLER, R. *Os Asurini do Xingu (História e Arte).* Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MULLER, R. *Tayngava*, a noção de representação na arte gráfica. In: VIDAL, Lux B. (Org.). *Grafismo Indígena*. São Paulo: Studio Nobel/EDUSP/FAPESP, 1992.

NOELLI, F. S.

RIBEIRO, B. G. A Oleira e a Tecelã. *Revista de Antropologia*, São Paulo, 26, p. 25-61, 1982.

ROE, P. G. Style, Society, Myth, and Structure. In: CARR C.; NEITZEL, J. (Ed.). *Style, Society and Person. Archaeological and Ethnological Perspectives*. New York: Plenum Press, 1995. p. 27-76.

VAN VELTHEM, L.H. *O Belo é a Fera. A Estética da Produção e da Reprodução entre os Wayana*. 1995. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. 338p.

VIDAL, L. B.; MULLER, R. P. Pintura e Adornos Corporais. In: RIBEIRO, B. (Coord.). *Suma Etnológica Brasileira (Arte Indígena).* v. 3. Petrópolis: Vozes/FINEP, 1986. p.119-148.

As indústrias líticas dos Ceramistas Tupiguarani[1]

André Prous
Márcio Alonso[2]

Com a colaboração de Filipe Amoreli, Ângelo Pessoa Lima, Gustavo Neves de Souza e Alexandre Almeida

Introdução (A. P.)

A indústria lítica tupiguarani nunca foi objeto de uma síntese e, fora do Rio Grande do Sul, raramente foi descrita nas monografias que tratam dos sítios ou das fases arqueológicas. As poucas publicações que apresentam uma análise qualitativa e quantitativa de algum sítio podem ser creditadas a Vilhena Vialou (1977, 1980 – estudo das indústrias de Almeida - SP) e Rogge (1990 – sítio Candelária - RS). Uma revisão detalhada do material do vale do Rio Pardo foi realizada por Mentz Ribeiro (1991) e um apanhado geral sobre o material tupiguarani das diversas fases do Rio Grande do Sul foi também publicado por De Masi e Schmitz (1987), assim como dados sintéticos sobre as fases da região de Itaipu (PR) por I. Chmyz (1976/83). Apresentações mais sucintas foram feitas também para os sítios de Três Vendas - RJ (PALLESTRINI e CHIARA, 1980), de Xilili – PE (LIMA e ROCHA, 1983/84), de Queimada Nova - PI (VIALOU, 1976) e deste e mais dois sítios do mesmo estado, por Oliveira (2000).

Os trabalhos citados de Masi, Schmitz, Rogge e Chmyz assinalam a presença de certa quantidade de material lítico – sobretudo lascado –, mas frisando sempre a possibilidade de

1. Agradecemos especialmente Rodrigo Lavina e A. Baeta, que colocaram a nossa disposição o material proveniente das suas escavações. Angela Buarque, que nos mostrou as peças que encontrou em Araruama e forneceu informações inéditas sobre suas pesquisas nesta região. Ana Paula de Oliveira e Angelo A. Correa, que fizeram o mesmo com o material coletado na região de Juiz de Fora. Patricia Gaulier, Igor Chmyz, P. I. Schmitz, que esclareceram por correspondência dúvidas nossas sobre o material que estudaram. Enfim, Joël Quémeneur, pela identificação da rocha na qual foram feitos os dentes do nosso ralador Baniwa.

2. Colaborador do Setor de Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG.

mistura com vestígios de outras culturas, pois provém de coletas superficiais. O mesmo ocorre com os relatórios de I. Chmyz sobre os sítios paranaenses de Itaipu. No entanto, as ocupações de Queimada Nova (PI) e de Candelária (RS) são exclusivamente Tupiguarani. Por sua vez, a camada ceramista do sítio Almeida é bem individualizada, de forma que não há dúvida de que alguns usuários de cerâmica tupiguarani utilizavam a pedra de forma bastante intensa.

Fora desses registros, informações sobre material lítico em outros estados são quase inexistentes e se assume implicitamente a idéia de que esses grupos ceramistas pouco utilizavam a pedra – particularmente a pedra lascada. Até o final do século XX, a presença de artefatos lascados misturados com a cerâmica decorada costumava ser atribuída à "intrusão" de vestígios pré-cerâmicos. No entanto, as escavações que vêm se multiplicando nos últimos anos (inclusive as que acabam de ser realizadas no Vale do Rio Doce, com a participação dos autores deste texto, seja sob a responsabilidade de A. Baeta, seja sob a orientação do Setor de Arqueologia da UFMG, que mantiveram uma estreita colaboração), levam a discutir esta visão simplista, já criticada por Adriana Schmidt Dias e P. Hilbert em artigos recentes a respeito dos sítios do Rio Grande do Sul.

Parece óbvio que a indústria lítica de ceramistas que tiveram vasta extensão territorial e existiram durante mais de um milênio deveria apresentar fácies regionais e mudanças ao longo do tempo. Infelizmente, a cronologia dos tupiguarani não nos parece ainda suficientemente estabelecida para que possamos avaliar eventuais modificações de ordem cronológica. Em compensação, podemos verificar se existem características gerais que sejam típicas dos Tupiguarani e indagar se existiriam fácies regionais.

Este trabalho terá início com um "diagnóstico" das indústrias líticas encontradas em sítios tupiguarani, a partir da bibliografia e das nossas próprias observações. Apresentaremos, sucessivamente, uma síntese sobre a região meridional (do Rio Grande do Sul até o vale do rio Paranapanema), e outra sobre os vestígios líticos encontrados no Brasil central e nordestino. Prosseguiremos com uma tentativa de avaliar qualitativa e quantitativamente a importância do trabalho da pedra (inclusive para comparar a densidade de vestígios líticos com os provenientes do trabalho da argila) entre estes ceramistas, discutindo também algumas possíveis interpretações para artefatos específicos. Finalmente, a partir de alguns estudos de caso, comentaremos a localização dos vestígios líticos nos espaços de ocupação.

1. O trabalho em pedra e os instrumentos líticos entre os ceramistas Tupiguarani: características gerais (A. P.)

As matérias-primas

As matérias variam regionalmente em razão das disponibilidades locais, de forma semelhante ao que ocorre nas indústrias líticas pré-ceramistas; por exemplo, a madeira silicificada

foi aproveitada exclusivamente na fase Vacacaí (RS).

Mesmo assim, em cada região, os Tupiguarani diferenciaram claramente as rochas que permitiam a obtenção de instrumentos adequados às diferentes tarefas (cortar, percutir, polir etc.), como evidencia o QUADRO 1, que compara as matérias utilizadas para cada categoria de ação nos estados do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. Em São Paulo, nota-se uma importância maior do aproveitamento do arenito silicificado (83% em Almeida, seguido pelo sílex – 11,7%) para lascamento. A proximidade de jazidas de materiais específicos adequados ao polimento levava a utilizá-los também de forma particularmente intensa localmente; é o caso do xisto (Aldeia de Queimada Nova, no Piauí), da silimanita (em várias regiões de Minas Gerais) ou da amazonita (Vale do Rio Doce, ainda em Minas Gerais).

Não parece ter havido transporte de matérias-primas em grande distância, a não ser para a silimanita (transformada em lâminas polidas em Minas Gerais) e, talvez, para rochas verdes (amazonita) destinadas, no litoral carioca, a servir de adornos faciais, segundo vários cronistas do século XVI (STADEN, 1968; LÉRY; 1972). No resto, as rochas necessárias para fabricar os instrumentos de gume cortantes – por exemplo, o quartzo e a ágata – foram procuradas num raio que não parece ultrapassar poucas dezenas de quilômetros (para o litoral de Santa Catarina, ver LAVINA, [s.d.]). Quando havia várias matérias adequadas ao lascamento na vizinhança, os lascadores Tupiguarani parecem ter preferido a ágata, o sílex e o arenito silicificado ao quartzo – provavelmente em razão dos numerosos planos de clivagem e de fratura que tornam frágeis as peças feitas deste último material.

QUADRO 1
Escolha das matérias-primas, segundo a finalidade do instrumento

Rochas	Sul do Brasil	Minas Gerais
Batedores	basalto	quartzo, quartzito
Bigornas	??????	granitos, gnaisse
Polidor es/ alisadores	arenito	arenito,
Afiadores de canaleta	arenito	arenito, gnaisse de grão grosso
Lascas cortantes	ágata, arenito silicificado (+ raros: basalto, quartzo)	quartzo
lascados robustos ("talhadores" etc.)	arenito silicificado, basalto	quartzito (raros)
Lâminas polidas	basalto	rohas verdes (gabro, diabásio...), sillimanita
Bolas	basalto	----------
Tembetá	quartzo	quartzo, amazonita
Adornos diversos	quartzo, basalto	----------

As técnicas de trabalho em pedra

Questões de vocabulário

Seguindo J. L. de Morais, utilizaremos a palavra ***talhe*** para traduzir a noção francesa de *façonnage* (formatar um objeto por lascamento), opondo-a às noções de ***debitagem*** (produzir lascas a partir de um bloco de matéria-prima) e de ***retoque*** (modificações marginais que não afetam o volume geral de uma peça já debitada ou talhada).

Quando falarmos dos produtos da debitagem sobre bigorna ("bipolar"), utilizaremos o termo ***peça nucleiforme*** para designar o que os autores gaúchos costumam chamar "núcleo bipolar", pois se trata de objetos que podem ter sido produzidos para servir como instrumentos, e a diferenciação entre lasca e núcleo nem sempre é muito clara neste sistema de debitagem. As ***lascas bipolares*** são elementos mais delgados, que apresentam gumes mais agudos que as peças nucleiformes.

Obviamente, nossas tentativas de comparação entre coleções descritas por vários autores terão seu valor limitado pela dificuldade de se encontrar uma correspondência entre os termos utilizados por cada um; por exemplo, não sabemos se o que chamamos *cassons* (detritos de forma poliédrica, que se opõem às estilhas – detritos mais finos) seria registrado por nossos colegas como "núcleos", ou como "detritos de lascamento".

Por nossa parte, consideraremos, neste trabalho, a palavra *talhador* (utilizada no sul do Brasil) como equivalente de *chopper, chopping-tool* e *biface elementar*; e os termos *afiadores* (ou *polidores*) *em canaleta* (ou "em meia cana" ou "com ranhura"), como equivalentes da expressão *calibrador,* que utilizamos em Minas Gerais.

Seleção das peças a serem utilizadas brutas

Os suportes brutos (quebra-cocos, bigornas para lascamento etc.) são raramente descritos na bibliografia. Os seixos foram particularmente procurados para estas finalidades, sendo substituídos por blocos angulosos na falta dos mesmos. Blocos poliédricos foram geralmente preferidos para servir de polidor. Pudemos verificar, a partir das pesquisas inéditas que realizamos em Andrelândia e no Vale do Rio Doce (MG), que os blocos destinados a servir de bigorna ou de polidor podiam receber uma preparação por tosco desbaste, conseguido através de uma percussão intermediária entre lascamento e picoteamento; isto permitia regularizar as formas dos blocos e, provavelmente, tirar quinas frescas e cortantes que dificultariam a manipulação. Estes blocos não ultrapassam 40 cm de comprimento, mas podem pesar até 7 kg. A espessura mínima das bigornas varia segundo a resistência das rochas ao choque (pelo menos, cerca de 3 cm; geralmente, mais de 5) e corresponde ao necessário para limitar os riscos de quebra – que variam em função dos materiais a serem fraturados; a espessura máxima depende do volume prático de se manipular.

Ao considerar as tabelas de artefatos que são publicadas, devemos lembrar ainda que os arqueólogos, em certos casos (sobretudo durante os simples levantamentos), podem deixar no sítio os blocos maiores, e não registrar marcas de percussão em afloramentos. Dessa forma, a quantidade e as dimensões dos artefatos registradas em laboratório e nas publicações podem não refletir a realidade, deixando-se eventualmente de fora os objetos mais volumosos – sobretudo bigornas e polidores.

As técnicas de lascamento

O lascamento foi aplicado às rochas frágeis (quartzo, ágata, arenito silicificado, sílex) para fins de debitagem e talhe. Não temos estudado pessoalmente peças tupiguarani em basalto, mas acreditamos que esta rocha, mais tenaz que as anteriores, teria sido lascada mais para fins de talhe que para debitagem – a não ser na falta de matérias mais fáceis de se lascar.

Um tratamento térmico das matérias-primas?

P. I. Schmitz, P. De Masi e J. Rogge, anteriormente citados, sugerem que um pré-tratamento térmico poderia ter sido aplicado a certas matérias – que apresentam às vezes marcas de queima. Estivemos inicialmente céticos a respeito, por várias razões: o tratamento térmico se justifica, em princípio, apenas quando se realizam operações como a debitagem sistemática de lamínulas padronizadas (a partir de *nuclei* especializados) ou o retoque por pressão. Ora, estas técnicas sofisticadas não aparecem nas indústrias líticas dos ceramistas no Brasil. No entanto, não há dúvida que certas ágatas são muito mais tenazes que o quartzo e o sílex, e certas ágatas lascadas, como as dos sítios tupiguarani de Imbituba, por vezes apresentam uma coloração avermelhada; seria esta natural ou decorrente de um aquecimento? Teriam-nas queimado para facilitar a extração de lascas simples, mesmo que por processos de percussão pouco sofisticados?

Testamos esta possibilidade com ágatas pouco coloridas, de origem desconhecida, disponíveis no Setor de Arqueologia do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais (MHN-UFMG).

Amostras foram queimadas em fornos de tipo “polinésio” e, também, no forno industrial da Escola de Belas Artes da UFMG. Até 250 graus, os blocos e lascas queimados em forno não evidenciaram mudanças de cor, nem de qualidade no lascamento; esta também não parece ter melhorado significativamente entre 250 e 400 graus. A partir de 400 graus houve formação de um *craquelé* geral nos blocos, com eventual fragmentação e saída de umas poucas lascas térmicas, notando-se uma perda total de controle no lascamento. A partir de 600 graus, as amostras tornaram-se levemente rosadas; com 900 graus, ficaram esbranquiçadas e começaram a se esfarelar; com 1200 graus, tornaram-se brancas e opacas.

Não consideramos que estes primeiros experimentos sejam conclusivos, mas não veri-

ficamos uma melhoria sensível dos blocos queimados a baixa ou média temperatura. Poderiam as supostas marcas de queima sugeridas na bibliografia (tal a cor avermelhada que observamos na indústria de Imbituba –SC) ser naturais, decorrer de práticas agrícolas, do abandono numa fogueira, ou de outros processos acidentais?

Quanto ao basalto, não dispúnhamos de amostras para testar uma eventual modificação da qualidade com tratamento térmico, nem encontramos informações a respeito na bibliografia especializada. Em princípio, esse processo não deveria trazer melhorias, pois a rocha já foi aquecida até uma alta temperatura durante sua própria formação.

Houve uma debitagem por percussão indireta?

Os mesmos autores gaúchos sugerem que a debitagem de certas lascas teria sido obtida por percussão indireta, com auxílio de um *punch* de pedra. Embora não tenhamos observado as peças, duvidamos que isso tenha ocorrido, pois essa técnica somente se justifica quando se necessita uma precisão muito grande na aplicação do golpe (debitagem laminar ou retirada de uma canelura), o que não ocorre nas indústrias tupiguarani. Por outro lado, objetos menos duros e com extremidade mais fina – tais como osso e chifre – são muito mais adequados que seixos para tal finalidade.

Dessa forma, antes de confirmar a existência de uma debitagem com *punch*, achamos prudente esperar uma análise específica e detalhada das peças que ilustrariam essa técnica.

De fato, a sugestão decorre provavelmente da identificação, por esses pesquisadores, de "seixos intermediários" alongados, com marcas de esmagamento em ambas as extremidades, que interpretaram como elementos intermediários para percussão indireta. Podemos sugerir outra utilização, mais verossímil, para as peças: servir de cinzel para cavar depressões por picoteamento (a presença de pilão é assinalada no sítio Candelária) ou para iniciar o processo de perfuração de *itaiças*.

A escolha entre debitagem unipolar e bipolar

Até recentemente havia poucos pesquisadores que diferenciassem as duas técnicas; por isso consideraremos, a esse respeito, apenas os sítios gaúchos revisados por pesquisadores do Instituto Anchietano, e as coleções catarinense e mineiras que pudemos estudar pessoalmente.

De Masi e Schmitz (1987) indicam a presença das duas técnicas de extração de lascas nos sítios do Rio Grande do Sul; a publicação sugere uma leve dominância dos *nuclei* unipolares sobre as peças nucleiformes obtidas em bigorna. No entanto, não deixam clara a quantidade de lascas que teriam sido produzidas de cada forma.

No material da fase Guaratã, por exemplo, identificou-se 59 peças nucleiformes (designadas por "núcleos bipolares") e 76 *nuclei*. No entanto, fala-se de 78 lascas bipolares, mas acrescentam-se 683 lascas corticais e outras 22, retocadas, para as quais não se indica a técnica de produção.

De qualquer forma, parece claro que as duas modalidades eram conhecidas e amplamente utilizadas no sul, da mesma forma que o eram nos sítios do sul e do leste de Minas Gerais e de Santa Catarina que pudemos estudar.

Na coleção de Santa Catarina que pudemos analisar, a quase totalidade da debitagem tinha sido realizada sobre bigorna; verificamos que a grande resistência do córtex de ágata faz com que as marcas de esmagamento nos planos de percussão superior – quase sempre corticais – sejam mais discretas que no quartzo. Muitas vezes, esse plano resiste, provocando a extração de uma lasca quadrangular com um talão largo superior, oposto a uma zona esmagada inferior (a que estava em contato com a bigorna).

Ao trabalhar a ágata dessa forma, os lascadores dos sítios de Imbituba (SC) tiveram o cuidado de orientar as peças no sentido das fibras de calcedônia (observação feita pelo geólogo J. Quemeneur, da UFMG), o que permitia obter lascas retangulares muito finas, ou fragmentos longitudinais destas mesmas lascas, fraturadas lateralmente por acidentes de tipo Siret; estes últimos produtos são particularmente alongados e de seção subquadrangular. As mesmas formas podem ser vistas nas pranchas dos autores gaúchos. Seria interessante investigar se a prioridade dada no sul à ágata, de preferência ao quartzo, não seria decorrente da facilidade de se obterem essas lascas quase laminares, muito retas, finas e resistentes, bem como robustas agulhas. De fato, enquanto o quartzo e a calcedônia encontravam-se a mesma distância dos sítios escavados por R. Lavina, o quartzo quase não foi aproveitado pelos lascadores tupiguarani de Imbituba.

No Vale do Rio Doce (MG), o quartzo foi lascado tanto à mão livre quanto sobre bigorna, alternando-se eventualmente as duas técnicas num mesmo bloco, como evidencia a observação dos blocos debitados. Isso ocorria em função da morfologia (a presença de um plano natural favorável à percussão favorecia o início à mão livre, sobretudo em blocos maiores), da qualidade da matéria (quando a matéria é policristalina, é mais fácil obter lascas grandes por percussão sobre bigorna) e do tamanho do núcleo (peças menores ou em fase final de redução, que não se pode mais segurar à mão livre, ainda podem ser processadas sobre bigorna). Trata-se, portanto, de técnicas complementares e não antagônicas.

2. A indústria lítica Tupiguarani no sul do Brasil, desde o Rio Grande do Sul até o estado de São Paulo – revisão bibliográfica (A. P.)

Nesta parte do trabalho, apresentaremos as indústrias do sul do Brasil encontradas juntamente com cerâmica Tupiguarani, tendo como referência principal as publicações citadas na bibliografia de Moraes Vilhena Vialou, Mentz Ribeiro, Schmitz, De Masi e Rogge; utilizamos também as descrições e ilustrações de Brochado, Miller, Piazza e Chmyz nos relatórios do PRONAPA e nossas observações feitas a partir das coleções catarinenses que recebemos emprestadas de R. Lavina.

A intensidade da exploração dos blocos de matéria-prima no Brasil meridional

É difícil avaliar a intensidade de retirada de lascas a partir dos blocos de matéria-prima. A partir das tabelas publicadas por De Masi e Schmitz (1987), podemos verificar uma relação de cerca de 3,5 a 4,2 lascas coletadas, para cada núcleo ou peça nucleiforme, segundo as regiões – sem que seja possível diferenciar entre lascas unipolares e bipolares. Essa relação subiria para 13 lascas para cada núcleo na fase Botucarai (RIBEIRO, 1991), mas nos parece ser exagerada na medida em que o autor da descrição não diferencia os produtos unipolares dos bipolares e pode ter, portanto, computado muitas peças nucleiformes como lascas. Nos sítios paranaenses estudados pelo projeto de salvamento Itaipu, I. Chmyz coletou pouco mais de cinco lascas para cada núcleo reconhecido.

Os dados mais precisos são os de Almeida, onde A. Vialou (1980) distingue os detritos (estilhas, fragmentos...) das lascas "intencionais": segundo as quantias indicadas, haveria cerca de dez detritos e dez lascas para cada núcleo encontrado.

Mentz Ribeiro (1991) nota a presença de córtex em mais de 86% das lascas da fase Botucarai, o que poderia sugerir, à primeira vista, uma debitagem pouco intensa; no entanto, acrescenta que o córtex, nas lascas de calcedônia, aparece sobretudo nos talões (fato que verificamos também nos *nuclei* de ágata de Imbituba – SC). Pelas nossas observações, essa característica pode ser decorrente de uma debitagem sistematicamente orientada para aproveitar o sentido das fibras de calcedônia, sem girar os *nuclei* ou as peças nucleiformes em fase de exploração. Para 31 sítios do médio Jacuí, Schmitz, Rogge e Arnt (2000), por sua vez, apontam quantias quase equivalentes de lascas corticais (263) e não corticais (293), mas não indicam a frequência do córtex nos "fragmentos de lascamento" (188) – uma categoria que não aparece na lista de Mentz Ribeiro. Nos sítios paranaenses de Itaipu, as lascas não corticais dominam ligeiramente (1,6 para cada lasca inteira ou parcialmente cortical).

De qualquer forma, tanto a quantidade de córtex quanto a relação nuclei(formes)/lascas convergem para indicar, em todos os sítios meridionais, uma redução pouco intensa dos blocos de matéria-prima – a não ser que muitas lascas tenham sido abandonadas pelos usuários pré-históricos fora dos sítios prospectados.

As técnicas de talhe (façonagem)

No sul do Brasil, a façonagem parece correlacionada à fabricação de talhadores e de pré-formas (muitas vezes identificadas como "bifaces" na bibliografia); estas últimas podem ser esboços tanto de lâminas a serem polidas, quanto de pontas de projétil bifaciais. Acreditamos que a maioria das lascas maiores de basalto e parte das de arenito silicificado sejam provenientes dessas operações de talhe. Na falta de estudo específico – tanto dos instrumentos quanto das lascas – é impossível falar das técnicas de talhe (uso de percutor mineral e/ou orgânico? Preparação da parte a ser golpeada?). Apenas podemos fazer sugestões que deverão ser testa-

das em futuras pesquisas; a primeira é que a percussão para fabricar as peças de gume bifacial (talhadores) – *choppers* e *chopping-tools,* na nomenclatura que utilizamos – seria "dura", pois acreditamos que o basalto seja muito tenaz para ser trabalhado com um percutor orgânico. Para a façonagem das pré-formas de machado, verificamos, nos últimos anos, a utilização da técnica de apoio inclinado do bloco sobre bigorna em várias culturas pré-históricas brasileiras (PROUS *et al.,* 2004) e seria interessante verificar se isso ocorreu também nos sítios tupiguarani. Quanto aos *bifaces*, os autores indicam que seus gumes são por vezes polidos: assim, podem ser interpretados como lâminas de machados (seja em início de fabricação, seja quase prontas para utilização, necessitando apenas um polimento rápido do fio para reforçar o gume). Um total de 23 destes bifaces, vários deles quebrados (quase o mesmo número de lâminas de machado registradas), foram contabilizados por De Masi e Schmitz (1987) em 123 sítios tupiguarani.

Os mesmos autores reconhecem no Rio Grande do Sul, dentre as "lascas com trabalho secundário" (que identificaríamos como marcas de *façonnage* ou talhe), mais duas categorias de peças talhadas:

a) enxadas: "lascas com trabalho secundário tendo em vista encabamento perpendicular ao gume". Segundo as ilustrações da indústria de Candelária (SCHMITZ *et al.*, 1990), estas lascas são robustas e grandes, o gume é transversal e distal; uma delas apresenta reentrâncias laterais;

b) machadinhas: "lascas com trabalho secundário, tendo em vista encabamento paralelo ao gume"; infelizmente, as ilustrações não esclarecem se este trabalho secundário seria um talhe ou um retoque.

De qualquer forma, o número de objetos talhados parece ser muito pequeno.

A prática do retoque

Existe uma dificuldade em se avaliar a presença de retoques nas peças a partir da bibliografia. Com efeito, menciona-se por vezes "lascas utilizadas... para cortar... para raspar", que aparecem nos quadros tipológicos ora como "raspadores" (poder-se-ia supor, então, a presença de retoques), ora como "lascas utilizadas". Decidimos considerar, portanto, preferencialmente as ilustrações (desenhos ou fotografias de boa qualidade) e os textos que descrevem as supostas peças retocadas.

Os *raspadores* (com trabalho unifacial das bordas) são, em princípio, peças retocadas, mas aparecem muito pouco; na contagem de De Masi e Schmitz (1987), são apenas quatro peças entre 2082 vestígios e para um total de 1019 lascas – somando as lascas ditas "iniciais", "naturais", "com desgaste" e "com trabalho". Um número tão reduzido de "raspadores" sugere que as peças assim identificadas possam ser lascas com retoques acidentais ou com uma simples regularização; não se trataria de uma categoria tipológica produzida pelos tupiguarani a partir de um conceito específico.

Os *furadores* assinalados por De Masi e Schmitz (1987) são "lascas bipolares que apresentam um desgaste nos bordos longitudinais perto de uma das extremidades" – trata-se, por-



FIGURA 1 - Instrumentos líticos utilizados brutos – sítios tupiguarani do Brasil meridional
a: percutor; b: percutor para debitagem sobre bigorna (bipolar); c: "seixo intermediário" segundo a legenda original (acreditamos que possa ser um cinzel para picoteamento); d: percutor bipolar alongado de basalto; e: modo de uso do percutor alongado, segundo Schmitz et al. (1990); f: batedor com desgaste periférico (para percussão unipolar e picoteamento?); g: plaqueta com faceta polida (polidor manual); h: esteca; i: seixo com faceta polida; j: calibrador de arenito; k: afiador; l: bigorna (quebra-coco?).
a, b, c, i: redesenhado por André Prous, a partir de Rogge (1996); d-h, j: a partir de Schmitz et al. (1990);k: a partir de Ribeiro (1991); l: a partir de Brochado (1969), sem escala.

tanto, de simples peças utilizadas (mesmo que para furar) e não de objetos retocados. Provavelmente seriam, sobretudo, fragmentos de lascas em forma de agulha, produtos frequentes da debitagem bipolar e decorrentes de processos de *split* lateral.

Assinalam-se também em terra gaúcha *pontas e pré-formas*; porém, estas são raríssimas e todas provenientes de poucos sítios: não são típicas dos sítios tupiguarani, mas poderiam ser intrusivas.

Dessa forma, a quantidade de objetos retocados (raspadores e pontas) aparece extremamente baixa e o retoque pode ser considerado como uma técnica normalmente ausente dos conjuntos líticos Tupiguarani meridionais.

O picoteamento e o polimento

O polimento é representado sobretudo nos sítios que forneceram a maior quantidade de vestígios em geral. No Rio Grande do Sul, os objetos polidos (lâminas e adornos) são muito raros, dominando os polidores manuais e "afiadores de canaleta" – instrumentos destinados à fabricação de artefatos polidos (sejam estes de pedra, osso, concha ou madeira). No salvamento de Itaipu (PR), em compensação, foram encontradas lâminas polidas em um terço dos sítios.

O picoteamento é raramente mencionado como técnica de fabricação de lâminas de machado. Aparece somente nas publicações do PRONAPA, onde E. T. Miller e J. J. Brochado informam a presença de lâminas de gume polido, mas com parte meso-distal picoteada (Fases Icamaquã e Toropi). Esta última técnica foi também utilizada para perfurar discos de pedra (Candelária-RS) e, acreditamos, as itaiças.

Os instrumentos

Listaremos aqui as categorias tipológicas mencionadas na bibliografia, acompanhadas por comentários sobre sua interpretação e sua frequência nas diversas regiões ocupadas pelos ceramistas tupiguarani meridionais.

Objetos brutos, modificados pelo uso (FIG. 1)

Pedras de fogueira

São frequentemente mencionadas, porém, raramente analisadas. Poderiam ser tanto pedras destinadas a delimitar zonas de combustão quanto suportes de panelas, ou blocos aquecidos para preparar alimentos longe das chamas ou, ainda, blocos de rochas tenazes expostos voluntariamente ao fogo para serem fragmentadas através de rachaduras ou lascamentos térmicos. Podem ser muito abundantes: no sítio de Candelária, onde todo o material mineral foi coletado, foram registrados 1734 seixos queimados e fragmentos de "pedra de fogão" (1/3 do número total de vestígios líticos), sem contar os seixos simplesmente rachados pelo fogo.

Percutores

Os percutores geralmente não são descritos, mas assinala-se, por vezes, a localização do desgaste. Este ocorre ora nas extremidades (em princípio, como resultado da debitagem de lascas por processo unipolar), ora na periferia (acreditamos que quando usados para picoteamento – pelo menos, no caso das peças não esféricas), ora nas faces (sugerindo debitagem de pedras ou esmagamento de objetos duros sobre bigorna). Enquanto os batedores costumam apresentar uma forma ovóide em outras regiões do Brasil, os que foram utilizados para lascamento bipolar em Candelária (RS) são preferencialmente alongados, aproveitando-se provavelmente a tenacidade do basalto e a forma da matéria-prima; isto significa que podiam ser segurados numa extremidade e não na sua parte mesial, como se costuma fazer para trabalhar sobre uma bigorna. Os lascadores de Candelária parecem ter preferido seixos de ágata para usar como percutores de extremidade; uma ilustração de Schmitz, Rogge e Arnt (2000, FIG. 14) mostra também a reutilização de *nuclei* como batedores de arestas. Nesse mesmo sítio foi assinalado pela primeira vez o que os pesquisadores chamaram de *seixo intermediário*: peças alongadas, com marcas de percussão em ambas as extremidades, que interpretaram como *punch* para debitagem. Já discutimos esta hipótese anteriormente, e pensamos que seria muito mais provável que estas peças tenham sido usadas como cinzel para picotear superfícies planas, com o objetivo de criar depressões (fabricação de pilão, por exemplo).

Martelos

De Masi e Schmitz (1987) assinalam um "martelo encabado"; a ilustração (lâmina 5) mostra um seixo alongado, estreito e anguloso, com as extremidades amassadas pela utilização. Uma

aresta lateral apresenta-se esmagada em sua parte mesial, o que é interpretado pelos autores como uma adaptação para facilitar o encabamento.

Bigornas

Estes instrumentos seriam raros, se não tiverem sido deixados de lado nas publicações. J. J. Brochado informa a presença de quebra-cocos nas Fases Camaquã e Vacacai, mas sem fornecer maiores detalhes; apenas sete exemplares são mencionados pelos pesquisadores do Instituto Anchietano (DE MASI e SCHMITZ, 1987; SCHMITZ et al. 1996), que levantaram o material de dezenas de coleções; nenhum exemplar aparece na lista de Candelária, um sítio escavado sistematicamente, de forma exemplar, e publicado detalhadamente; nenhuma referência, ainda, por parte de Mentz Ribeiro (1991) para os 28 sítios da Fase Botucarai. No entanto, há em toda parte presença de debitagem de lascas por processo bipolar – ou seja, sobre bigorna.

Essa discrepância sugere que as bigornas (tanto quebra-cocos quanto suportes para lascamento) tenham sido numerosas, mas que se encontrariam fora das habitações (em zonas não escavadas?) ou teriam sido recicladas junto às fogueiras, acabando desfiguradas por processos térmicos. Ou, ainda, que estes objetos mais pesados não foram coletados na maioria das pesquisas. De qualquer modo, acreditamos que esses instrumentos sejam muito sub-representados nas coleções e nas contagens das publicações arqueológicas.

Polidores fixos

Apenas J. J. Brochado (1969, 1971) menciona a existência de bacias de polimento em afloramentos de encosta, nas imediações de dez sítios das Fases Vacacai e Guaratã (RS) – num total de quinze bacias. Formadas em suporte de rocha eruptiva, tem entre 22 e 80 cm de comprimento, 14 a 42 cm de largura e 4,5 a 5 cm de profundidade. Evidentemente, não podem ser associadas aos Tupiguarani com certeza absoluta.

Blocos polidores

São blocos de pedra pesados trazidos para o sítio, onde foram utilizados como base fixa para polimento. Embora comuns em sítios pré-cerâmicos do litoral catarinense (sambaqui da Conquista), não aparecem mencionados na bibliografia sobre ocupações tupiguarani. Esse fato sugere que o polimento das pré-formas de lâmina de machado não seria realizado perto das habitações.

Polidores manuais/alisadores/estecas

Parece existir certa variedade na morfologia destas peças. Seixos e fragmentos paralelepipedais dominam, mas há também lascas ou plaquetas; são chamados ora de polidores planos, ora de alisadores, ora de estecas. Embora sejam geralmente feitos de arenito friável, existem também em granito, em arenito silicificado e até em xisto. Assinalados apenas no sítio de Candelária, os exemplares desta última matéria devem ter sido utilizados para polir objetos de osso

ou madeira, ou para realizar o acabamento fino de adornos (tembetás de quartzo?).

Os pesquisadores do Instituto Anchietano (SCHMITZ *et al.*, 1990) diferenciam os "*polidores*" do que chamam "*estecas*". Enquanto os primeiros são peças poliédricas que apresentam facetas planas ou levemente convexas bem separadas entre si, as "*estecas*" seriam lascas nas quais duas facetas polidas convergentes e levemente convexas substituem o gume natural da lasca; dessa forma, esta apresenta um gume polido biconvexo, menos agudo que o fio natural resultante do lascamento e que evoca o de uma lâmina polida.

Alisadores em canaleta (ou "em meia cana", ou "aguçadores" ou "pedra com ranhura", segundo os autores)

São fragmentos de arenito friável que apresentam um ou vários sulcos de seção semicircular provenientes da fricção de objetos cilíndricos (esse instrumento aparece também em cacos de cerâmica reaproveitados). Seu tamanho é muito pequeno, permitindo que sejam segurados na mão e o formato costuma ser aproximadamente paralelepipedal. Quando indicadas, as dimensões dessas canaletas oscilam entre 0,6 e menos de 2 cm de largura, com uma profundidade que não excede 0,8 cm. Essa morfologia aponta para a regularização de varetas de pequeno diâmetro (hastes de seta?). Contas de colar montadas em série poderiam ser também regularizadas nesses instrumentos, assim como a parte cilíndrica dos tembetás tupiguarani de cristal ou resina.

A.Vilhena Vialou (1980) distingue, no sítio Almeida, algumas peças com sulcos mais estreitos e com corte transversal em forma de "V" que teriam de ser utilizadas de maneira

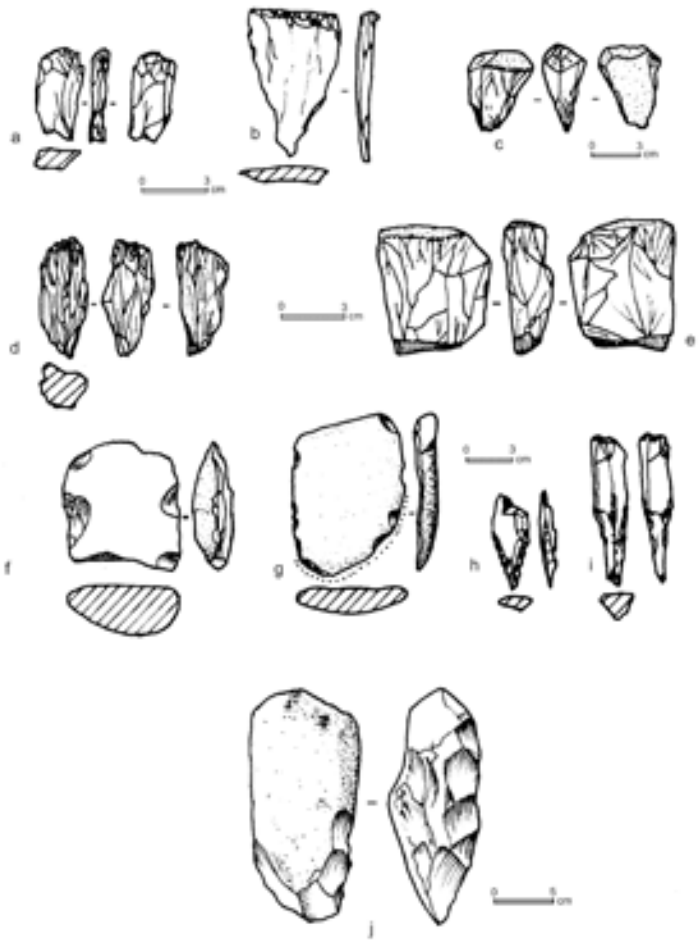


FIGURA 2 - Instrumentos líticos lascados, sítios tupiguarani do Rio Grande do Sul
a, b: lascas ("unipolares" segundo a legenda original, mas possivelmente bipolares); c: núcleo bipolar tipo "A" (cônico); d, e: núcleos bipolares tipo "B" (prismáticos); f, g: "enxadinhas"; h, i: "furadores"; j, k: talhadores. a-e: redesenhados por A. P., a partir de Rogge (1996); f-i: a partir de Schmitz et al.(1990); j, k: a partir de Ribeiro (1991), sem escala.

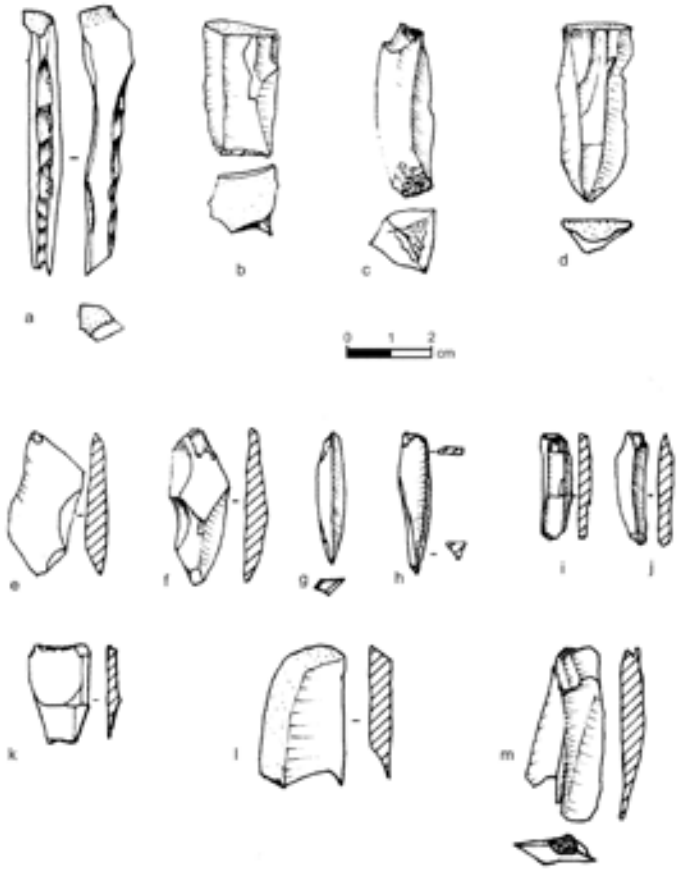


FIGURA 3 - Indústria lascada tupiguarani de Imbituba (SC)
a: fragmento longitudinal mesial de lasca, com retoques e desgaste em ambos os fios laterais; b, c: peças nucleiformes bipolares; d-f: lascas bipolares; g, h: "agulhas" bipolares (apresentam morfologia semelhante a furador e buril, porém são produtos não retocados); i, j: lamínulas bipolares; k-l: lascas bipolares (a peça m evidencia um rachamento incompleto). Desenhos originais do autor.

diferente; os objetos a serem polidos seriam então apoiados obliquamente e não longitudinalmente. Ela acredita que algumas peças, que apresentam sulcos secantes ortogonalmente, formando uma "estrutura cruciforme", possam ser o "testemunho de uma pesquisa estética ou simbólica".

"Buris" (naturais) de quartzo

J. L. de Morais (1979) foi o primeiro a apontar a presença de desgaste de uso na extremidade das coroas de monocristais de quartzo, que teriam sido utilizados como buris.

Não se trata, portanto, de buris verdadeiros (no sentido que esta palavra tem na bibliografia internacional), como os da Europa ou da América do Norte, cuja parte ativa foi criada pelo clássico "golpe de buril"; apenas há cristais *utilizados* como buris.

Diversos

Menciona-se por vezes, na bibliografia, a presença de seixos utilizados para triturar.

No Rio Grande do Sul, seixos rachados teriam sido utilizados como plaina.

Vestígios lascados (FIG. 2, 3 e 4)

Nuclei, peças nucleiformes e detritos (ou "fragmentos") de lascamento

Nos sítios gaúchos, não há referência a peças *nucleiformes* de arenito silicificado ou de basalto. Todas as informações encontradas referem-se à ágata e ao quartzo. Isso sugere que, de modo geral, procuravam-se lascas maiores, obtidas por percussão livre, já que o lascamento sobre bigorna técnica seria perfeitamente possível no arenito e no basalto. Dessa forma, é de se supor que a maior disponibilidade de ága-

ta e quartzo justificaria a dominância aparente da técnica de debitagem bipolar (exemplificada na segunda publicação sobre Candelária), especialmente adaptada a esse tipo de matéria-prima.

Em compensação, no Paraná e em São Paulo (sítios Alves e Almeida), onde o arenito silicificado é a principal matéria frágil debitada, seguida pelo sílex (A. de Moraes frisa que o sílex da região é de má qualidade), podemos supor que o lascamento predominante seja à mão livre, como sugere a observação, feita por A. de Moraes, que a maioria dos talões das lascas são lisos ou corticais (respectivamente, 58% e 20% – mas a autora não separa, nesta quantificação, as peças tupiguarani das que são procedentes do nível pré-cerâmico).

Lascas

Milhares de lascas foram registradas pelos pesquisadores, sendo eventualmente indicada a presença de córtex; raramente se sugere a técnica de extração. As dimensões das lascas coletadas variam entre 2 e 8 cm.

A partir das informações não sistemáticas e das figuras encontradas na bibliografia, parece que as lascas maiores, de arenito e de rochas basálticas, tendem a ser maiores que os produtos de debitagem da ágata e do quartzo (RIBEIRO, 1991). Acreditamos que a maioria dessas lascas relativamente grandes de arenito silicificado ou de basalto seriam, no Rio Grande do Sul, provenientes da façonagem de peças grandes (talhadores? Lâminas destinadas ao polimento?) – Rogge confirma inclusive a presença de algumas lascas de talhe/façonagem nas coleções –, enquanto o quartzo e a ágata seriam produtos de uma debitagem intencional. No sítio Almeida (SP), as maiores lascas alcançam 11 cm, são

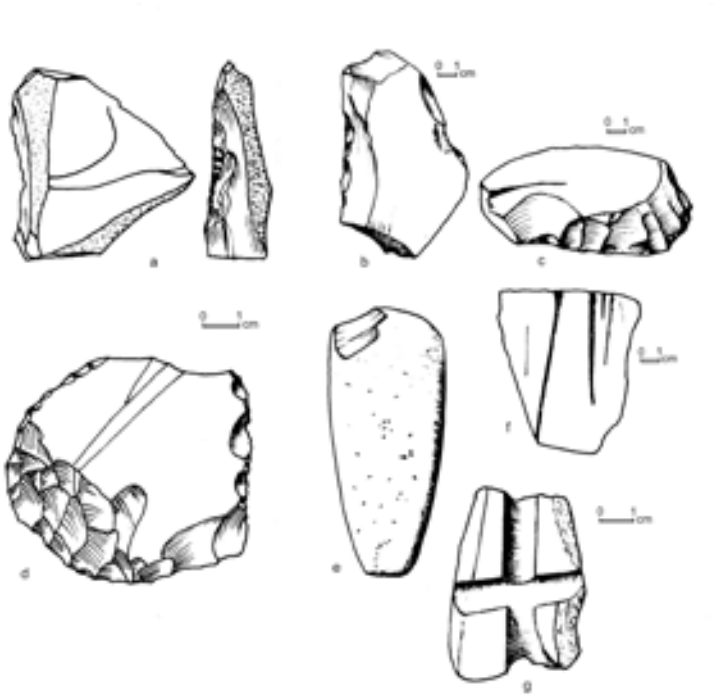


FIGURA 4 - Indústria lascada da camada de ocupação tupiguarani de Almeida (SP)
a: "raspador em escama" na nomenclatura de A. V. V. (raspadeira na nossa); b: "utensílio especial" segundo a legenda original (raspadeira em nossa nomenclatura); c: "utensílio especial – raspador espesso" (raspadeira em nossa nomenclatura); d: "raspador em escama escalariforme"; e: lâmina polida petaliforme, de granito; f, g: "aguçador de arenito" (g corresponde ao que chamamos "calibradores");
Todas as peças foram desenhadas por A. P. a partir de desenhos e fotografias de A. Vilhena Vialou (1980).

de arenito e apresentam retoques; mas, mesmo assim, o comprimento médio das lascas (excluindo os pequenos detritos) neste sítio é apenas de 4,1 cm.

Para avaliar a proporção de lascas de debitagem uni e bipolar, dispomos apenas das publicações do Instituto Anchietano de Pesquisas. Já citamos o quase equilíbrio que haveria entre as duas categorias de lascas nas indústrias de 123 sítios analisadas por De Masi e Schmitz em 1987. No entanto, acreditamos que, nessa época, os estigmas de debitagem sobre bigorna não eram ainda bem reconhecidos e que a técnica tenha sido subestimada. Com efeito, o levantamento mais recente, da indústria de Candelária, realizado por Rogge (1996), aponta para uma predominância absoluta de lascas bipolares (112 exemplares) sobre as unipolares (apenas 14), condizente com a superioridade numérica das peças nucleiformes (55 "núcleos bipolares") sobre os *nuclei* (apenas 5 "núcleos unipolares").

Furadores e/ou peças com espora

Vilhena Vialou (1980) menciona esta categoria de peças em Almeida (SP), considerando a existência de dois tipos de objetos: os furadores do tipo "A", pequenos, sobre cristal ou lasca, e os furadores "B", que são peças maiores, retocadas, de arenito.

De fato, não é muito claro se as peças ilustradas de tipo "A" (fotos 55 e 56) seriam realmente retocadas ou apenas utilizadas, pois apresentam uma ponta natural, com marcas laterais que poderiam ser resultantes de uso. Esse tipo de peça (cristal ou lamínula), utilizada bruta como furador, aparece também em Candelária ou em Imbituba.

Quanto às peças de tipo "B", a foto 59 e as figuras 41-42 mostram objetos muito espessos, que apresentam uma pequena ponta robusta entre reentrâncias possivelmente provocadas por retoque (particularmente a peça desenhada na figura 42); tais objetos não correspondem aos furadores da bibliografia internacional e a protuberância parece até mais curta que a dos bicos e *zinken* da nomenclatura européia (a própria A. Vialou sugere outra denominação, "bico-reentrâncias"), sendo semelhantes às "peças com espora" (como as que foram mais recentemente descritas no estado de Minas Gerais, RODET *et al.*, 1996/97).

Raspadores

Sob esta designação estão reunidas, na maioria das publicações, peças com retoque contínuo, incluindo gumes muito convexos e terminais (que chamamos *raspadores*) ou laterais tendendo a retilíneos ou levemente convexos (que chamamos *raspadeiras*). Alguns "raspadores" *lato sensu,* em arenito silicificado ou rochas basálticas, são frequentemente mencionados em quase todas as fases dos estados meridionais, mas as ilustrações sugerem que várias dessas peças sejam apenas lascas com simples retoques de regularização do gume natural (quando não de pisoteio), sem intenção de se criar um gume continuamente retocado. Raras peças maiores, no entanto, apresentam inquestionavelmente um retoque típico (como o artefato da fig. 34 de VIALOU, 1980), mostrando que os lascadores não deixavam de fabricar gumes artificiais sobre os suportes naturais quando assim o queriam. P. Gaulier (2001/2), por sua vez, menciona ras-

padores de calcedônia no sítio da Ilha Francisco Manoel (RS) mas, em comunicação pessoal, nos informa não se tratar de peças tipologicamente características: "os raspadores não podem ser considerados 'verdadeiros'... os retoques são muito toscos, sobre um bordo natural" (tradução nossa). Na coleção de Imbituba, apenas uma peça (FIG. 3a) apresenta retoques laterais contínuos e desgaste de uso. Assim, duvidamos que tenha havido uma produção de raspadores ou raspadeiras padronizados.

Enxadinhas

Esta categoria, descrita por Schmitz *et al.* (1990), corresponde a grandes lascas robustas (cerca de 9 cm de comprimento, mais de 7 de largura e 3,6 cm de espessura média); duas das três peças mostradas nas ilustrações são corticais. Feitas de arenito silicificado ou de rocha basáltica, apresentam lascamentos laterais que parecem destinados a favorecer um encabamento e um desgaste do gume natural distal.

Peças com entalhes (ou "escotaduras") e denticuladas

A primeira categoria corresponde ao que chamamos "raspadores côncavos"; assim como as peças denticuladas, são mencionados essencialmente no Paraná e em São Paulo (Almeida). Tratando-se de objetos geralmente encontrados em níveis superficiais de sítios arados, muitos dos supostos retoques podem ser o resultado de choques acidentais com instrumentos de metal ou do pisoteio pelo gado. Seria preciso um estudo específico dessas categorias para determinar se os Tupiguarani fabricavam realmente raspadores côncavos e serras de pedra.



FIGURA 5 - Indústria polida e picoteada tupiguarani do Brasil meridional a: pilão picoteado; b: Mão de pilão; c-f: lâminas de machado polidas; g,h: bolas de boleadeira com sulco equatorial; i: itaiça e modo de encabamento; j: pedra lenticular; k, l: pingentes; m, n: narigueras (?) ou tembetá curvos; o, p: tembetá em forma de "T"; q: pedras perfuradas compondo um colar ou uma pulseira. Redesenhados por A. P. a partir dos desenhos originais ou de fotografias: a: Schmitz et al. (1990); b-e, g-i, l: Ribeiro (1991); f, n, o: Chmyz (1978, 1979); p, q: Piazza (1968-69).

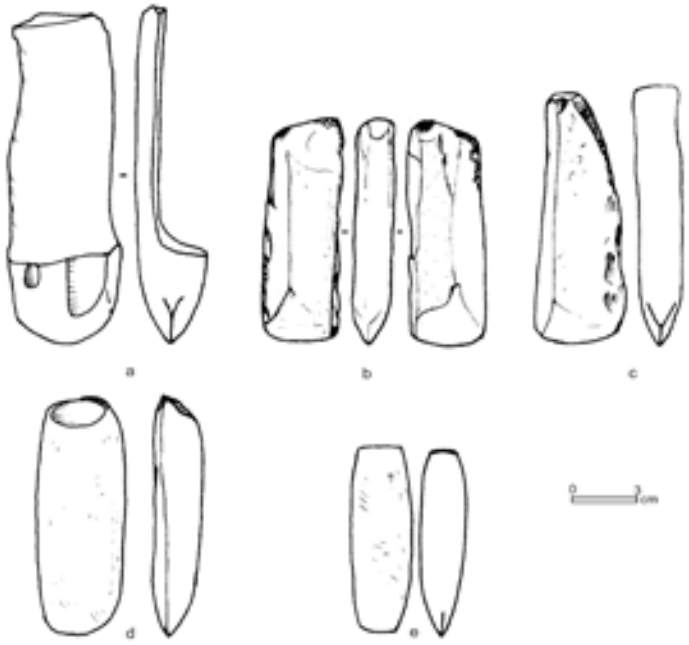


FIGURA 6 - Lâminas de machado polido e de cinzéis do sítio ZPE de Imbituba (SC)
Notar as marcas de percussão, na parte proximal dos cinzéis.
Desenhos originais de A. Prous.

Pontas bifaciais e pré-formas de pontas

Muito raras, estão mencionadas apenas na fase Mondai (SC), em sete dos sítios Tupiguarani do Médio Jacuí (onde se assinalam também algumas lascas de façonagem), além de uma ponta isolada, no vale do Rio Pardo (RS).

No estado de São Paulo, Miyazaki e Aytai (1974) mencionam, em sua publicação sobre o sítio Tapajós de Monte Mór, várias pontas de flecha de sílex e de quartzito. Mas estas teriam sido observadas em coleções particulares já existentes e não se tem certeza que tenham sido encontradas no sítio Tupiguarani (comunicação pessoal fornecida por N. Miyazaki).

Nessas condições, e num contexto Tupiguarani que parece privilegiar o talhe de peças maiores e a debitagem da pedra sem uso de retoque (pelo menos, padronizado), a presença das pontas e das suas pré-formas é difícil de ser interpretada, a não ser como uma intrusão de material alógeno. No sítio Dona Francisca (RS), onde esses artefatos são mais numerosos, é permitido pensar que haveria, talvez, mais de um componente cultural. Se não, teriam os Tupiguarani coletado como curiosidades, em sítios erodidos, artefatos lascados antigos e mais elaborados que os que sabiam produzir? Teria um lascador da cultura Umbu terminal sido integrado na comunidade Tupiguarani? Ou haveria, entre esses ceramistas, alguns raros artesãos capacitados para fabricar as pontas? Mas se houvesse realmente preservação das antigas técnicas de lascamento mais elaborado, porque não se encontrariam, em outros sítios, indícios claros de suas atividades (pontas inacabadas ou quebradas) – sem falar das lascas de adelgaça-

mento, mais difíceis de serem identificadas pelos arqueólogos – que requeriam um treinamento pelo menos periódico e costumam deixar numerosos vestígios característicos?

Lesmas

E. Miller (1969, prancha 8) assinala a presença de um instrumento desta categoria, num sítio da fase Icamaquã. Sendo uma ocorrência isolada – e não descrita –, é difícil considerar que este artefato comporia o instrumental tupiguarani.

Instrumentos "pesados", sobre massa central: talhadores, bifaces e pré-formas

São geralmente seixos lascados uni ou bifacialmente.

Muitos "talhadores" dos autores gaúchos correspondem às noções clássicas de *choppers* e de *chopping-tools* ou, ainda, de "biface elementar", na bibliografia internacional. Os da fase Botucarai (RS), descritos por Mentz Ribeiro (1991), têm um comprimento médio de 8 cm; preservam uma grande parte da sua superfície original cortical, enquanto o gume se estende ao longo de cerca de um terço da periferia das peças.

Os pesquisadores do Instituto Anchietano mencionam a presença de raros bifaces em alguns sítios tupiguarani do Médio Jacuí, fazendo uma distinção entre bifaces grandes e bifaces pequenos. Os maiores (entre 12 e 18 cm, segundo a fig. 10 de SCHMITZ, ROGGE e ARNT, 2000), apresentam um formato subtriangular alongado e dimensões que sugerem tratar-se de pré-formas de lâminas de machado (os autores informam, inclusive, que o gume de alguns destes bifaces é polido) ou, ainda, de lâminas de machado já prontas e destinadas a serem usadas apenas lascadas. Os bifaces menores não estão descritos.

Vestígios picoteados e/ou polidos (FIG. 5 e 6)

Lâminas polidas

As descrições são raras, mas indicam certa diferenciação morfológica. Consideraremos que as mais largas eram destinadas a compor machados, enquanto as mais estreitas poderiam ser cinzéis. Cunhas seriam lâminas não encabadas, cujo talão é percutido por um batedor, para rachar troncos; mas não há, na bibliografia gaúcha, descrição dos instrumentos apelidados "cunhas" – mencionados apenas para a fase Mondaí em Santa Catarina.

Lâminas de machado: costuma-se dizer que a forma mais comum é "petaliforme", ou seja, trapezoidal (o encabamento era, portanto, provavelmente de tipo encaixado), mas há também muitas lâminas elipsoidais e subretangulares. Entre estas últimas observa-se, na fase Icamaquã, peças com um sulco periférico – sugerindo um cabo dobrado – ou, na coleção de Imbituba (SC) que pudemos observar, com discretos entalhes laterais (para passar um encordoamento?). Cecílio (1997) informa a presença de uma lâmina com reentrâncias no sítio da Quitéria – RS (onde se misturam vestígios Tupiguarani e Vieira), que considera como sendo de forma também "tipicamente Guarani".

O comprimento das lâminas inteiras parece variar entre 6,5 e 17 cm, com uma largura próxima da metade do comprimento e uma espessura entre 2,5 e um pouco menos de 5 cm. Podem ser totalmente polidas, ou apresentar picoteamento na região mesio-proximal, sendo apenas o gume polido.

Embora a bibliografia não mencione *cinzéis*, encontramos várias destas peças, bem típicas, na coleção de Imbituba (SC); suas dimensões vão de 8 x 3 x 1,7 cm a 6 x 2 x 1,5 cm.

Os acidentes de utilização deviam ser bastante frequentes; no material coletado em 123 sítios do Rio Grande do Sul e analisado por De Masi e Schmitz (1987), aparecem oito fragmentos de lâminas e cinco lascas polidas – estas, provavelmente provenientes de reforma – para 12 lâminas completas. Em 28 sítios da Fase Botucarai foram coletados 27 fragmentos e nenhuma lâmina inteira. É verdade que peças intactas poderiam ter sido coletadas pelos agricultores, não chegando aos arqueólogos. Na coleção do sítio de Imbituba, contamos sete lâminas quebradas e nove pequenas lascas polidas para apenas quatro artefatos inteiros. Nota-se a presença de uma depressão picoteada, pouco profunda, de tipo "quebra-coco", em ambas as faces de uma das lâminas desse sítio; trata-se de um traço bastante comum nas lâminas polidas encontradas em região de cerritos.

Itaiças

Estas peças anelares com gume periférico medem entre 9 e 11 cm de diâmetro e, no Brasil, são encontradas apenas no Rio Grande do Sul. Apresentam uma perfuração central feita por picoteamento sendo, portanto, encabadas por inserção transversal e são interpretadas como rompe-cabeças. Mentz Ribeiro considera-as importadas do Peru pelos Jesuítas, mas talvez sua aparição no Brasil seja mais antiga, pois os Guarani estiveram enfrentando o Império incaico antes da chegada dos Europeus e poderiam ter imitado a arma andina. Os exemplares coletados na Redução de Jesus Maria são de basalto, enquanto outros, de arenito, foram coletadas em sítios das Fases Vacacaí e Guaratã – ambas as matérias são abundantes no estado.

Pedras lenticulares

De novo, trata-se de uma categoria encontrada exclusivamente no Rio Grande do Sul, que Brochado menciona ser comum desde a Fase pré-cerâmica Jacuí, mas são também numerosas na fase tupiguarani Vacacaí. Não encontramos descrição pormenorizada desses objetos na bibliografia, mas um exemplar conservado no MHN-UFMG mede 7,5 cm de diâmetro, com espessura de pouco mais de 3 cm, pesando 256 g; geralmente picoteadas, essas pedras lenticulares são, por vezes, polidas. Não vimos nenhuma interpretação proposta para esses artefatos; seriam pedras de arremesso? O investimento para fabricá-los (várias horas de picoteamento) parece muito alto considerando-se que poderiam ser facilmente perdidos.

Bolas de boleadeira

Também são muito raras nos sítios tupiguarani, sendo essencialmente registradas em sítios

do Rio Grande do Sul e, mais raramente, de Santa Catarina. Consideradas típicas da tradição Umbu, seriam apenas intrusivas nos sítios tupiguarani. A maioria dos exemplares neles encontrada apresenta um sulco picoteado, havendo raras peças apresentando protuberâncias; muitas são quebradas.

Mãos-de-pilão

Poucas são as mãos-de-pilão de pedra, picoteadas ou polidas, que aparecem nos amplos levantamentos de coleções realizados pelos pesquisadores do Instituto Anchietano. Mesmo assim, os pesquisadores do PRONAPA registram sua presença em cinco das fases dos três estados meridionais; informa-se, eventualmente, apresentarem uma forma troncônica. Infelizmente, são apenas notas breves que não informam em quais condições foram encontradas (pelos pesquisadores e em contexto claramente tupiguarani? Por camponeses e cedidas a colecionadores sem que haja certeza sobre uma associação com cerâmica típica?). Mentz Ribeiro (1991) descreve uma delas, atribuída à fase Trombudos: mede 30,5 cm de comprimento, tendo 6,4 cm de diâmetro em sua parte distal.

A. Moraes (1980) menciona três mãos de pilão em Almeida (SP), mas não fica claro se estes objetos seriam apenas pedras brutas com marcas de utilização ou se foram voluntariamente modificados.

Miyazaki e Aytai (1974) também falam de uma mão-de-pilão na sua publicação sobre o sítio Tapajós de Monte Mór (SP), mas Miyazaki (comunicação pessoal) nos informou não poder afirmar que ela seja originária deste sítio. Da mesma forma, Faccio (1998) menciona mãos-de-pilão que seriam provenientes dos sítios do baixo Capivara (SP), mas estas também foram vistas em coleções particulares, não se podendo ter certeza a respeito da sua filiação cultural.

Assim sendo, mãos-de-pilão de pedra trabalhada também não podem ser consideradas características do instrumental tupiguarani.

Tembetás e Nariguera

Embora não sejam achados com frequência, os tembetás ocorrem regularmente em quase todas as fases tupiguarani, muitas vezes associados a sepultamentos. Quase todos apresentam a típica forma em "T" – sejam eles de pedra (geralmente, cristal de rocha) ou de resina; quando inteiros, medem cerca de 6 cm. Um cilindro de basalto apresentando uma pequena saliência na extremidade foi também interpretado como um elemento de tembetá em duas peças, que encaixaria numa peça de resina guardada na boca. Mentz Ribeiro (1991) menciona uma peça polida e curva de quartzo, de seção circular, que identifica como sendo um adorno de nariz; não se trata de uma ocorrência única, pois um fragmento foi encontrado em Candelária e vimos artefatos semelhantes nas coleções antigas do Museu Nacional.

Adornos perfurados

Pequenos seixos de basalto com um furo de suspensão foram encontrados nas fases Irapuã

e Mondai (RS e SC) e poderiam compor colares, pulseiras ou tornozeleiras.

Plaquetas polidas trapezoidais de basalto, com dois furos de suspensão próximos à borda do lado menor, são provenientes de sítios das fases Mondai e Induá; a estampa 44 da publicação sobre Candelária inclui também uma peça triangular, com perfuração única. Estas plaquetas medem cerca de 3,5 a 4 cm de comprimento e poucos milímetros de espessura.

Pedra com depressão polida

Mentz Ribeiro encontrou uma peça de arenito, cuja depressão ***polida*** apresenta o mesmo tamanho que as *cupules* dos quebra-coquinhos (Fase Botucaraí). Pensamos, inicialmente, que poderia resultar da sua utilização como peso de perfurador ou de pau de fogo (uma sugestão já feita por G. Tiburtius para objetos semelhantes). No entanto, as experiências de perfuração realizadas no setor de arqueologia da UFMG por Filipe Amoreli e Gustavo Neves não produziram esse resultado. As peças usadas por eles para pressionar o perfurador rotativo precisam ser mais profundas (cerca de 8 mm) para segurar uma hasta de berbequim e apresentam vestígios da cavidade de contorno irregular, praticada inicialmente por picoteamento para firmar a haste; o polimento produzido pelo desgaste interessa uma zona circular apenas no centro da cavidade, afetando somente as saliências da região anteriormente picoteada. Podemos, portanto, descartar *a priori* a possibilidade que os indígenas tenham usado as cavidades polidas de forma perfeitamente circular (ou seja, acabadas por rotação) encontradas em seixos ou lâminas de machado arqueológicos, pois elas não são profundas o suficiente.

Crisóis

Os autores gaúchos chamam assim conjuntos de depressões cilíndricas cavadas no embasamento rochoso; não os associam especialmente aos Tupiguarani – nem a qualquer outra cultura –, mas a presença de ocorrências parecidas, com 8 a 10 cm de diâmetro e de profundidade variável, no Vale do Rio Doce, em Minas Gerais (onde são chamados “pilões dos Índios”), justamente em locais próximos de sítios dessa cultura, reforça a idéia de que possa haver uma relação.

3. As indústrias tupiguaranis ao norte do vale do rio Paranapanema: revisão bibliográfica (A. P.)

Poucos conjuntos líticos Tupiguarani foram publicados ao norte do Paranapanema, talvez por terem sido encontrados neles menos vestígios de pedra trabalhada que nos sítios meridionais. Assim sendo, podemos contar apenas com notas casuais e raras monografias de sítios (particularmente dos sítios Três Vendas-RJ, por PALLESTRINI e CHIARA, 1980, e Queimada Nova-PI, por MARANCA, 1976 e OLIVEIRA, 2000).

De modo geral, as publicações sugerem uma grande raridade de material lítico, particularmente na faixa litorânea. As publicações do PRONAPA informam que nenhum vestígio foi en-

contrado nas Fases Itaocará (SP) e Itabapoana (RJ), nem em metade dos sítios da Fase Itapoca (RJ); não há nenhuma referência a vestígios de pedra nos sítios da Fase Cricaré (ES) prospectados no primeiro ano de pesquisa. Apenas uma peça foi identificada nos sítios da fase Coribe (BA), enquanto assinalam-se vestígios líticos "pouco expressivos" na Fase Curimatau (RN).

Menciona-se o achado de uma lâmina polida na fase Ipuca (RJ) e de outras "em amazonita" nas fases Itapicuru (Ba) e Curimatau (RN), além de polidores ou alisadores nas fases Ipuca e Curimatau. Lítico lascado aparece nos sítios da fase Cricaré reconhecidos no segundo ano de pesquisa (lascas de quartzo); um raspador ("semilunar", na nomenclatura de V. Calderón – raspador terminal, portanto) de calcedônia é a única peça lascada registrada nos sítios da fase Coribe (BA).

Apenas no interior das terras, em Minas Gerais (Vale do Rio Doce, Zona da Mata), no Agreste Pernambucano e no sul do Piauí, haveria maior abundância de material lítico (PROUS e ALONSO, 2004; CORRÊA, 2004).

Rio de Janeiro

M. Beltrão informa a presença de pedra lascada nos "acampamentos" em dunas (BELTRÃO, 1970/71; BELTRÃO e FARIA, 1978), assim como a existência de seixos batedores e de quebra-cocos em diabásio, com depressão picoteada, nas aldeias e acampamentos do litoral. Nas primeiras, apenas foram encontradas lâminas polidas e tembetás, enquanto o único objeto polido (toscamente) localizado nos acampamentos é uma lâmina de forma original em fonólito, com 14 cm. Proveniente do acampamento do Telégrafo, o objeto não tem equivalente na arqueologia Tupiguarani – apenas se parece com uma peça encontrada num sambaqui paranaense por W. Rauth. O material lascado é todo feito de quartzo local e a única peça ilustrada (identificada, na publicação, como sendo uma faca retocada) poderia ser uma peça nucleiforme, cuja periferia esmagada teria sido confundida com um gume retocado (BELTRÃO, 1970/71, fig. 6; BELTRÃO e FARIA, 1978, fig. 6).

Por sua vez, A. Buarque (que agradecemos pelas informações inéditas – algumas delas reproduzidas a seguir – e por nos ter deixado observar esse material) descreve o material lítico que coletou ao longo das escavações que realizou no município de Araruama: "nos diferentes sítios pesquisados na região foram recuperadas centenas de peças inteiras e mais de 15.000 fragmentos cerâmicos. No entanto, o material lítico pode ser apenas contado a dezenas".

No sítio do Morro Grande, onde "foram encontradas várias estruturas funerárias e milhares de fragmentos [de cerâmica] tanto na parte central quanto na periferia, foram recuperados, apenas, uma lasca espessa com córtex, um possível núcleo de percussão bipolar", todos de quartzo; "em uma das fogueiras, associada à estrutura dois [funerária], foram recuperadas algumas micro-lascas que podem ter sido usadas como raladores de mandioca". De modo geral, nos parece tratar-se de cascalho local de quartzo, eventualmente fraturado na bigorna.

No sítio Serrano, cujo material pudemos observar juntamente com A. Buarque, o material

é também muito raro. Inclui uma peça em rocha resistente, com gume alisado (pelo uso?) que parece ter servido como cunha; um fragmento de lâmina de machado polida e um batedor esférico de quartzo (picoteador?). Uma bela lasca de forma retangular apresenta um gume muito agudo, levemente serrilhado – provavelmente por pisoteio; nota-se também a presença de um fragmento poliédrico de rocha abrasiva, usado como calibrador com cinco canaletas.

Uma grande lasca fraturada de sílex, transformada em raspadeira por um cuidadoso retoque, é completamente fora das normas Tupiguarani, tanto pela matéria-prima quanto pela forma de debitagem; com efeito, a precisão do retoque e o formato sugerem, por parte do lascador, a exigência de uma morfologia específica. Assim sendo, acreditamos que esta peça poderia ser proveniente de uma ocupação anterior – até, talvez, interiorana – e ter sido trazida ao local pelos tupiguarani.

No sítio São José, A. Buarque encontrou apenas duas lâminas de machado; um deles alongado e estreito, tem um formato de cinzel e mede 17 cm. O outro, menor (11 cm), é uma lasca espessa ovalada, quase triangular; seu gume ocupa a extremidade mais estreita, enquanto o talão apresenta marcas de percussão; estas características evocam uma cunha para rachar madeira.

Nenhum artefato lítico foi encontrado no sítio Bananeiras – onde está documentado um contato com os Europeus.

Em sítio Tupiguarani de Parati, Mendonça de Souza (1977) apenas assinala a presença de lascas de quartzo.

Excepcionalmente, o sítio de Três Vendas teve seu material lítico descrito mais detalhadamente (PALLESTRINI e CHIARA, 1980). Nas diversas habitações foram encontrados 633 elementos líticos, exclusivamente de quartzo: 512 foram considerados “fragmentos” e não são descritos, enquanto 116 foram considerados objetos “trabalhados”. São batedores, *nuclei* (a forma dos objetos que aparecem nas ilustrações sugere que possam ser peças nucleiformes bipolares) e lascas. Mencionam-se furadores e raspadores laterais, mas as autoras frisam que “os furadores são obtidos facilmente do lascamento... às vezes, nem sequer intencionalmente”; parece, portanto, tratarem-se mais uma vez de lascas pontudas e não de objetos trabalhados; nas ilustrações, não há nenhum objeto que pareça claramente retocado.

Minas Gerais

Até os últimos anos, poucos sítios tupiguarani tinham sido pesquisados no estado de Minas Gerais e nenhum deles tinha sido objeto de monografia.

As únicas referências sobre tupiguarani eram as publicações do Instituto Brasileiro de Arqueologia (IAB) sobre as fases Cochá (alto médio São Francisco) e Belvedere (sudoeste do estado), além dos relatórios sobre os sítios encontrados durante o salvamento realizado na região de Nova Ponte, nos anos 1990.

Carvalho e Cheuiche (1975) descrevem dois sítios da fase Cochá (sub-fase Catuni); em um deles, foram coletadas lascas de quartzo, menores de 7 cm; segundo as autoras, são “17 peças

com evidências de retoque, em geral periféricos, classificados como facas e raspadores". Como, naquela época, não se sabia reconhecer os produtos de debitagem bipolar, acreditamos que estas lascas com "retoques periféricos" poderiam ser, de fato, peças nucleiformes. No segundo sítio encontraram apenas dois fragmentos de lâminas de machado (em gnaisse e granito), um artefato em quartzito de forma trapezoidal e um seixo fragmentado.

O material da Fase Belvedere inclui apenas um alisador de arenito com leves estrias, um fragmento de ponta de quartzo lascado e duas peças de quartzo sem lascamentos secundários (DIAS JR., CHEUICHE E CARVALHO, 1975). Na falta de uma descrição, podemos duvidar se a ponta seria um artefato trabalhado (nesse caso, seria uma ocorrência única em sítio Tupiguarani ao norte do Rio Grande do Sul), ou apenas uma lasca naturalmente pontuda.

Dos sete sítios de Nova Ponte com material tupiguarani, apenas um – analisado por I. Chmyz (1995) – parece corresponder a uma ocupação típica; os demais seis mencionados por este mesmo autor e por P. Junqueira e I. Malta (1995) mostrariam uma mistura com a cerâmica Aratu/Sapucai; consideraremos, portanto, apenas o primeiro (Córrego da Andorinha). Seu instrumental lítico é muito pobre, comportando algumas lascas de arenito silicificado e quartzito, com 2,6 a 5 cm de comprimento (sendo as maiores, corticais); microlascas de quartzo com talão esmagado (o que nos sugere uma debitagem sobre bigorna); fragmentos atípicos; uma bigorna e um percutor de quartzito, também utilizados como trituradores; e pequenos polidores manuais planos ou com sulcos, em arenito friável.

A região de Lagoa Santa, apesar de pobre em sítios Tupiguarani, documenta a fabricação de adornos de pedra polida: um tembetá de forma típica (em "T") foi encontrado perto do abrigo de Sumidouro – onde foram achados também fragmentos de cerâmica pintada. Nota-se que, apesar de existirem jazidas de quartzo hialino a poucos quilômetros deste local, a peça foi fabricada com um fragmento de quartzo leitoso de filão; é possível que este fato decorra das dificuldades de implantação e de acesso às matérias-primas que os Tupiguarani nos parecem ter tido nesta região. A poucos quilômetros de lá, a grande urna pintada retirada por camponeses do sítio Santa Margarida continha diversas vasilhas menores; numa delas encontravam-se 19 pequenos seixos perfurados, com 2 a 4 cm de comprimento, trabalhados para evocar a forma de dentes de felinos (PROUS, BAETA e RUBBIOLI, 2003).

De qualquer modo, as informações sobre Tupiguarani no estado eram muito escassas até o final do milênio passado, inclusive nas regiões pesquisadas pela UFMG; no médio vale do Rio Peruaçu, acima do canyon, foram coletadas lâminas de machado polidas (algumas, miniaturas) e uma grande peça nucleiforme de sílex em dois sítios Tupiguarani.

As recentes escavações de L. Kneip no sul do estado (em Leopoldina), embora abarcassem mais de 20 m² numa habitação e diversas trincheiras, não permitiram encontrar nenhum vestígio lítico utilizado ou trabalhado (KNEIP e CRÂNCIO, 1999/2000).



FIGURA 7 - Indústria lítica do sítio tupiguarani BA RC 44
a-c: percutores; d-g: lâminas de machado lascadas, de calcário (pré-formas, ou lâminas definitivas?) e talhador; h-j: lascas retocadas e/ou utilizadas
Estas peças foram redesenhadas por A. P. a partir dos originais de Schmitz et al. (1996).

A fronteira entre Bahia e Goiás **(FIG. 7)**

Apenas três sítios tupiguarani foram descritos nesta região, na Serra Geral. Dois deles, em território goiano, são cemitérios e não foram registrados vestígios líticos neles. Do lado baiano, os moradores da aldeia BA.RC.44, localizada entre um paredão calcário e um córrego, aproveitaram a proximidade de matérias-primas diversificadas (calcário, calcedônia ou ágata, e arenito silicificado ou quartzitos) para produzir um grande número de lâminas de machado (SCHMITZ *et al.*, 1996).

Com efeito, foram encontradas 50 lâminas grosseiramente petalóides feitas sobre grandes lascas corticais – a maior parte, de calcedônia. Medem em média 13,5 cm de comprimento; apresentam uma largura muito variável e espessura entre 2,4 e 3,7 cm. O talão das lâminas, por vezes picoteado, corresponde ao talão da lasca original; o gume é reforçado por lascamento, na extremidade distal. As bordas laterais são regularizadas por lascamento (uni e/ou bipolar) e picoteamento. Não há polimento – imaginamos que talvez por falta de suporte duro e granuloso e de areia nessa região cárstica e pela dificuldade de se polir a sílica microcristalina. Destaca-se a presença de uma lâmina em calcário

Encontramos também lâminas de machado lascadas em sílex, com dimensões parecidas (mas com eixo tecnológico de debitagem transversal) e, até, uma lâmina em calcário, nos níveis arqueológicos superficiais do vale do Rio Peruaçu (PROUS, BRITO e ALONSO 1994) e de Montalvânia (RODET *et al.*, 1996/97), embora num contexto não tupiguarani. Parece tratar-se, portanto, de um fenômeno de convergência entre duas regiões de características geológicas similares, e não da escolha de uma matéria-prima

inesperada, que seria característica dos Tupiguarani do Brasil Central.

Além das lâminas típicas, foram achadas em BA.RC.44 outras peças mais toscas, apenas "um pouco afeiçoadas" e, nesse caso, os pesquisadores preferiram chamá-las de talhadores, mas deixam a entender que se trata, provavelmente, do mesmo tipo de instrumento (talvez em fase inicial de elaboração?); poderiam ser, também, objetos utilizados como cunhas.

Os percutores de arenito silicificado e de calcedônia apresentam uma superfície completamente marcada pelos golpes, o que sugere serem os objetos utilizados para o picoteamento das lâminas.

Foram registradas 56 lascas de calcedônia e de quartzito (entre lascas médias e pequenas) – a maior parte extraída sobre bigorna – assim como 62 *nuclei* e peças nucleiformes

Um seixo calcário com pequenas cicatrizes periféricas e depressões rasas (quebra-coco? Bigorna?) completa a lista do material lítico coletado pelos pesquisadores.

Piauí

Apenas três sítios tupiguarani deste estado foram estudados, todos na região de São Raimundo Nonato (OLIVEIRA, 2000). Neles foram coletados 2707 objetos líticos, utilizados ou trabalhados. Os seixos e blocos simplesmente utilizados são alguns afiadores e alisadores (incluindo pedras com "canaletas"), raros batedores e moedores.

Os objetos lascados dominam amplamente (2987 peças, entre lascas e, sobretudo, fragmentos). Mencionam-se alguns seixos lascados: *chopping-tools*, um seixo carenado e outro denticulado, além de alguns seixos com lascamentos – bifaciais ou poliédricos. Num dos sítios encontrou-se uma pré-forma de lâmina de machado em arenito.

Nuclei e lascas são essencialmente de quartzo ou quartzito, além de poucas peças em sílex. Dois terços dos *nuclei* não apresentam mais córtex e algumas lascas seriam retocadas (peças com reentrâncias ou com dorso).

Um grande número (149) de objetos ou fragmentos polidos em calcário, granito, amazonita ou xisto foi coletado, particularmente na Aldeia da Queimada Nova. Encontram-se, também, raros tembetás em forma de "T" e fragmentos de lâminas de machado – inclusive, de uma peça semilunar. Quebrada, esta última poderia ser interpretada como um troféu conquistado sobre algum inimigo Jê e destruída, e não como um objeto pertencente à comunidade tupiguarani. Em todo caso, a quase totalidade dos vestígios polidos é formada pelos discos perfurados de xisto, delgados (espessura menor de 1 cm) e com um diâmetro entre 2,5 e 10 cm.

Na sua primeira publicação, A. Vilhena de Moraes (1976) pensou ter identificado raspadores, furadores e até um buril. De fato, as ilustrações mostram peças com pouquíssimos retoques – alguns deles, talvez, até acidentais. Por exemplo, notam-se pseudo retoques térmicos bem típicos na fotografia da peça nº 6; ou no pseudo furador – de fato, uma lasca "estrelada", ela também, provavelmente, de origem térmica (ver PROUS, 1991, prancha 6); quanto ao "buril" de quartzo (VIALOU, 1980, peça nº 9), estamos céticos quanto a uma origem voluntária da sua

morfologia, levando em conta as características dessa matéria-prima, na qual os acidentes de tipo Siret multiplicam-se em vários planos.

Pernambuco

Galindo Lima e Rocha (1983/4) descrevem a indústria lítica encontrada em duas localidades vizinhas do Agreste pernambucano – provavelmente setores de um mesmo sítio (uma estrutura funerária e uma provável estrutura de habitação).

Nas imediações do *sepultamento*, encontraram 68 vestígios líticos; a maioria são lascas simples de quartzito, sílex e calcedônia, medindo entre 3 e 7 cm, às quais se somam detritos de lascamento. Cerca de dois terços não tinham córtex e 43 peças apresentando "marcas de uso" foram consideradas instrumentos. Os autores acreditam ter identificado "buris com retoque simples" de sílex e crisoprasis; um fragmento de seixo teria sido utilizado como raspador e uma faca sobre lasca também apresentaria um "retoque simples".

Na zona de *habitação* foram encontradas 98 peças minerais (inclusive cinco fragmentos de pigmento), e as mesmas variedades de matérias-primas; alguns vestígios de quartzo foram considerados resíduos de lascamento, medindo as lascas entre 1,5 e 6 cm. Deste total, 33 peças são apresentadas como "instrumentos", embora a maioria não apresente nem retoques nem vestígios de uso. Haveria dois raspadores retocados unifacialmente e duas lascas brutas utilizadas para raspar; duas peças teriam recebido um retoque por pressão.

Para os autores, essa indústria seria caracterizada por lascas com retoques unifaciais, sobretudo em quartzito. Frisam que este conjunto lítico é muito mais abundante e variado que o material encontrado nos sítios Tupiguarani do litoral pernambucano.

As ilustrações (desenhos) mostram uma lasca com denticulações e outra com gume marcado por micro estilhaçamento; outras duas poderiam ser retocadas. A forma de uma delas evoca um buril, mas é, sem dúvida, decorrente da debitagem e não de um trabalho secundário (acompanha a nervura dorsal). Tratando-se de uma nota preliminar, apresentada numa época em que o trabalho sobre bigorna não era geralmente identificado no Brasil, é difícil interpretar as descrições. No entanto, elas evidenciam a importância do lascamento e a procura de lascas grandes.

Maranhão

As primeiras intervenções arqueológicas em sítios tupiguarani no Maranhão vêm sendo realizadas sob a coordenação de S. Caldarelli e são ainda inéditas, mas um painel exposto recentemente (OLIVEIRA e ALMEIDA, 2004) mostra algum material lítico do sítio Grajaú.

Menciona-se a presença de sete "polidores", cujas fotografias sugerem tratar-se de seixos com facetas polidas, medindo cerca de 5 cm de diâmetro. São também ilustradas doze lâminas polidas inteiras e cinco fragmentadas, quase todas de forma sub-triangular a sub-trapezoidal,

com exceção de uma lâmina com protuberâncias laterais proximais – uma forma particularmente típica de algumas regiões da Amazônia.

4. Os sítios recém escavados do sul e do sudeste de Minas Gerais (A. P.; M. A.; F. A.; A. P. L.; A. A.)

Dispomos agora de informações recentes e mais detalhadas para o sul do estado de Minas Gerais, proporcionadas pelas pesquisas da equipe do MHN (Andrelândia, sítios do Vale do Rio Doce), da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF (Zona da Mata) e do Consórcio Usina Hidrelétrica de Aimorés – UHE (Vale do Rio Doce).

O sítio Vassoural (dito "das Caretinhas") de Andrelândia é provavelmente de ocupação tardia, pois duas contas paralelepipedais de vidro foram encontradas misturadas com o material arqueológico indígena e uma das datações (TL) sugere uma ocupação no século XVIII. Os sítios de Juiz de Fora são datados entre 480 e 600 BP (OLIVEIRA, 2004), enquanto os do Vale do Rio Doce são anteriores à chegada dos Europeus.

As análises preliminares evidenciam, nestes sítios, uma quantidade significativa de vestígios líticos. Na grande maioria são pequenas lascas sem retoque e resíduos de lascamento, quase exclusivamente em quartzo, com raríssimas peças maiores em silexita.

Depois de uma análise minuciosa de cerca de 2000 vestígios lascados coletados nos sítios de Andrelândia e do baixo Rio Doce, identificamos apenas duas lascas cuja morfologia poderia resultar do talhe de objetos mais complexos (um, plano-convexo, e outro, uma peça bifacial). No entanto, a ausência de tais artefatos nos sítios e a raridade dessas lascas nos leva a crer que elas sejam apenas o resultado acidental de operações de lascamento simples.

Algumas plaquetas de arenito silicificado local, encontradas no sítio Quatis, apresentam uma borda trabalhada, seja por um retoque marginal denticulado muito regular (parece excluído que se trate de um "podólito") ou por um lascamento semi-abrupto, cuja finalidade tanto poderia ter sido criar um gume pouco cortante de raspadeira, quanto simplesmente regularizar a borda da plaqueta.

Mencionaremos também um bloco de granito alongado pesando 780 g, que parece ter sido utilizado como picão; apresenta um gume lascado muito desgastado; seu talão foi toscamente regularizado por lascamento periférico. Finalmente, encontramos uma peça de arenito, lascada perifericamente, que poderia ser o esboço de uma peça discoidal.

A grande maioria dos vestígios líticos consiste, portanto, em lascas (geralmente bipolares), peças nucleiformes e resíduos de lascamento do quartzo. Qual seria a utilização destes objetos?

As lascas maiores (pelo menos 2 cm) eram obviamente aproveitáveis como canivetes e navalhas. No entanto, boa parte dos vestígios é formada por peças nucleiformes mais robustas ou por pequenos fragmentos (microlascas, estilhas etc.). Seriam estes apenas refugo? A análise traceológica de dezenas de lascas de vários sítios do Vale do Rio Doce, realizada no microscópio

metalográfico com oculares LWD, não permitiu identificar micro-vestígios; mesmo assim, poderiam ter cortado matérias macias (carne, peixe?) e ser rapidamente descartadas, o que não formaria micropolido.

Pensamos que as peças nucleiformes poderiam ter sido utilizadas como cunhas (uma hipótese por vezes levantada na bibliografia). Depois de realizar várias experimentações para identificar as marcas deixadas por este tipo de trabalho (PROUS *et al.*, 2004), procuramos nelas marcas de percussão repetida (parecidas com as de um picoteamento) nas possíveis extremidades passivas, opostas aos estilhaçamentos do que seriam as bordas ativas. De novo, nossa pesquisa não permitiu identificar nenhuma marca deste tipo no material arqueológico. Finalmente, um de nós (F. A.) fabricou raladores tabulares de mandioca com dentes de várias matérias (diabásio, sílex, ágata e quartzo) imitados de peças etnográficas, caso os antigos Tupiguarani do Rio Doce tivessem fabricado objetos semelhantes. Com efeito, Jean de Léry, ao falar da preparação das raízes de mandioca pelos Tupinambá, escreve que as mulheres "as ralam ainda cruas sobre uma tábua de madeira cheia de pedras pontudas" (LÉRY, 1972, cap. IX). Encontramos, dentro do refugo do sítio Florestal, microlascas e fragmentos (menos de 1,5 cm) adequados para a realização de dentes, mas sem o retoque por pressão que permite reforçá-las e formatá-los (os dentes finais tem cerca de 8 mm de comprimento) e que caracterizariam elementos de ralador.

As observações para identificar grudes sugerindo um encabamento também foram inúteis: as peças observadas foram provavelmente usadas isolada e manualmente.

Dessa forma, podemos apenas supor que lascas e peças nucleiformes com bordas mais agudas tenham sido utilizadas apenas como canivetes ou navalhas e não temos prova de aproveitamento dos fragmentos menores de 1 cm.

Os instrumentos utilizados brutos

Entre os instrumentos aproveitados brutos destacamos os poucos exemplares de grande polidor móvel que conhecemos em sítio Tupiguarani. O primeiro, encontrado em Andrelândia, apresenta uma superfície plana que está quase totalmente ocupada por uma bacia oval. Este bloco – quase inteiro – media mais de 33 cm de diâmetro; com até 12 cm de espessura, pesa cerca de 7 kg. No sítio Florestal 2, identificamos dois polidores de arenito: uma laje com 47 x 39 x 6 cm; uma das faces planas apresenta uma bacia polida rasa e circular, a outra face plana está muito alterada. A segunda peça é um bloco com face plana polida de 37 x 23 x 17 cm; do lado oposto há marcas de uso como bigorna.

Encontraram-se, no Vale do Rio Doce, fragmentos de outras pedras com depressões, cuja função não soubemos determinar.

Várias bacias de polimento em afloramentos rochosos no leito dos rios foram encontradas a poucas dezenas de metros (no Rio Doce) ou centenas de metros (Andrelândia) dos sítios. No entanto, no Rio Doce, estas bacias aparecem em locais onde a erosão criou depressões naturais orientadas no sentido das fraturas da rocha e torna-se extremamente complicada a distinção

entre as numerosas depressões naturais e as poucas (maiores e de forma mais ovalada) que parecem ser artificiais, embora desenvolvidas a partir das primeiras. Todos esses polidores fixos apresentam bacias ovaladas e abertas, não havendo registro de polidores circulares ou em sulco.

Em diversos sítios ocorrem pequenos fragmentos de arenito friável com faceta polida.

Os típicos calibradores com sulco foram encontrados em poucos locais, mas podem ser muito numerosos onde aparecem (uma centena no sítio Florestal 1). São feitos de arenito friável ou de gnaisse de grão grosso e medem geralmente entre 4 e 7 cm (no máximo, 10 cm), com espessura entre 2,5 e 3,5 cm; pesando cerca de 300g, são facilmente transportados. Os mais espessos (até 5,5 cm) apresentam vários sulcos em faces opostas. A grande maioria apresenta canaletas com largura entre 1,0 e 1,5 cm, cuja profundidade costuma ser menor que 4 mm, embora umas poucas alcancem mais de 1 cm. Como este gnaisse é muito resistente, a canaleta demora para se formar; encontramos algumas peças arqueológicas com canaleta esboçada por picoteamento, o que comprova que esta depressão nem sempre é o resultado do desgaste mas poderia ser, para certos trabalhos, um guia necessário para a realização da regularização.

Um de nós (A. P. L.) experimentou trabalhar varas de madeira com blocos de gnaisse provenientes de Florestal, semelhantes aos dos calibradores deste sítio, sem preparar sulco por picoteamento. Verificou que esses blocos não eram eficazes para retirar a casca (que entope logo as rugosidades da pedra) mas que, após retirada desta com uma lasca de quartzo usada como raspador, o calibrador torna-se eficiente para ***polir*** a vara. Vários gestos são possíveis, cada qual produzindo uma morfologia específica de canaleta (de bordas paralelas ou divergentes na extremidade do instrumento; de fundo paralelo à superfície ou oblíquo etc.). Trabalhando varas verdes, movimentando-se o calibrador tangencialmente à vara, a canaleta tarda quase uma hora para se esboçar, e apenas nas quinas. Com madeira já seca ou cerne duro friccionada a seco, o aparecimento do sulco é mais rápido; uma das experiências provocou a formação de uma depressão com 2,5 x 0,8 x 0,2 cm em apenas 5 minutos, que aumentou para 2,5 x 1,3 x 0,3 cm após 20 minutos. Umidificar a superfície de contato piora o desempenho do instrumento, pois provoca entupimentos das rugosidades. Verificou-se que o "calibrador" retira muito pouca matéria, funcionando como um polidor e não como um abrasivo.

Experimentações de uso de calibrador para fabricar um tembetá de quartzo, também em fase inicial de realização, vêm sendo realizadas por G. Neves de Souza. Usando-se o mesmo tipo de gnaisse (dessa vez mantido no chão) como rocha abrasiva e a peça de quartzo sendo movimentada longitudinalmente, uma canaleta se forma em pouco minutos, em toda a largura da peça. Mesmo assim, o trabalho a seco não é muito rápido, mas pode aumentar-se significativamente o rendimento umidificando periodicamente as superfícies em fricção. Em 20 minutos, se forma uma canaleta de dimensões semelhantes à da maioria das peças observadas no Florestal (5,8 x 1,1 x 0,3 cm, no experimento n° 2). Em uma hora de trabalho, a perda média de peso da peça de quartzo é apenas de 0,3 g. Não havendo como formatar um tembetá de quartzo por lascamento e polimento a não ser num estágio muito inicial, vemos que a fabricação deste ob-

jeto requer um enorme investimento – que, nessa fase inicial de um primeiro experimento, não saberíamos ainda quantificar.

Experimentos complementares com calibradores de arenito – a matéria-prima mais comum fora do baixo Vale do Rio Doce – estão programados no Setor de Arqueologia da UFMG para se testar a eficiência dos calibradores em vários tipos de ações e de materiais. Não podemos deixar de mencionar o texto de Jean de Léry (1972, cap. 7), mostrando que os Tupinambá do litoral carioca, "com grande paciência, vão pulindo num pedaço de arenito uma infinidade de pedacinhos de uma grande concha marinha; arredondam-nos e os fazem da mesma espessura de uma moeda de Tours". Lembremos o sistema dos aborígenes de Nova Caledônia, pelo qual as contas de concha eram tradicionalmente formatadas aproximadamente, por percussão, perfuradas e montadas em colar e seguidamente esfregadas coletivamente sobre o polidor, que as calibrava, formando-se uma canaleta por desgaste. Acreditamos que este tipo de abrasão poderia ter sido aplicado tanto a contas de madeira quanto a elementos de concha.

Destaca-se a presença constante, nos sítios, de pequenos seixos de quartzo hialino (2 a 4 cm), extremamente bem regularizados pelo rolamento nos rios. Trata-se de peças selecionadas e trazidas pelo homem, às vezes agrupadas, mas que não apresentam nenhum sinal de uso. Uma utilização intensa como polidor de cerâmica deixaria marcas, como ocorre nos seixos atualmente selecionados pelas oleiras caboclas; não sabemos o que seriam estas peças arqueológicas: brinquedos de crianças, objetos xamânicos?

Os batedores são seixos de quartzo que medem entre 6 e 10 cm, pesando entre 150 e 330 g; costumam evidenciar marcas de percussão, tanto à mão livre, quanto sobre bigorna. Como veremos adiante, algumas peças de rocha verde trabalhadas poderiam ter sido também utilizadas para debitar o quartzo.

Quebra-cocos e bigornas para debitagem aparecem escassamente, mas muitos exemplares podem ter sido destruídos pelo arado ou afastados pelos lavradores. Uma ou outra bigorna apresenta as clássicas marcas resultantes do lascamento da pedra que descrevemos em suportes de quartzito do centro de Minas Gerais (MOURA e PROUS, 1989); mas a maioria, de rocha básica ou de gnaisse, não conserva marcas tão diagnósticas, impedindo uma identificação precisa.

Entre os poucos exemplares de quebra-coco encontrados nos sítios do Rio Doce verifica-se a existência de dois módulos de depressões picoteadas. Um deles, correspondente a *cupules* hemisféricas com 2 cm de diâmetro, coincide com as marcas de quebra de frutos de palmáceas comuns no Brasil central; estas peças são semelhantes aos inúmeros quebra-cocos provenientes de quase todos os sítios escavados em Minas Gerais e outros estados vizinhos. Outras depressões são bem maiores e mais irregulares, mais rasas também, com cerca de 4 cm de diâmetro; acreditamos que possam ter sido provocadas pela quebra de outros frutos, tais como o do Cansanção (*Cnidosculus, sp*.), uma árvore extremamente abundante na região e nas imediações dos sítios do vale. Não sendo esférico, seu fruto não precisa ser fixado numa depressão bem delimitada.

Finalmente, blocos grandes (até mais de 50 cm) trazidos no sítio Florestal 1 apresentam

várias cavidades picoteadas, cuja profundidade e localização no suporte sugerem que não são resultantes de uma utilização como bigorna, mas que poderiam ter um significado simbólico.

Não foram encontrados seixos, ou blocos, com marcas de terem sido aproveitados como trituradores ou mãos-de-pilão.

Os instrumentos polidos e picoteados

Instrumentos polidos e picoteados são encontrados em quase todos os sítios, mesmo que em pouca quantidade.

As lâminas de machado são os objetos mais frequentes; nunca apresentam os sulcos proximais encontrados em alguns sítios gaúchos e raramente as grandes lâminas do Rio Doce apresentam o aspecto trapezoidal ("petaliforme") tradicionalmente considerado típico das lâminas tupiguarani (NEVES, 2003). Paradoxalmente, este formato – supostamente diagnóstico das lâminas Tupiguarani – parece, no estado de Minas Gerais, muito mais associado aos sítios da Tradição Sapucaí enquanto, entre os Tupiguarani locais, parece reservado às miniaturas.

Nota-se uma grande procura da silimanita para fabricação de lâminas; sendo esta matéria-prima encontrada apenas em fragmentos pequenos, explica-se que muitos artefatos funcionais não tenham sido completamente regularizados, para se aproveitar ao máximo a massa inicial (PROUS et al., 2002).

Havia, provavelmente, um sistema de troca sistematicamente organizado de lâminas de silimanita, como sugere a ampla dispersão das lâminas desta matéria em Minas Gerais. Inclusive, essa impressão é reforçada pelo achado de um esconderijo em Ipanema (MG), que continha seis peças petaliformes – desde miniaturas com menos de 4 cm até lâminas funcionais, com um máximo de 8 cm de comprimento.

Algumas das menores lâminas (menos de 7 cm), possivelmente não funcionais, são total e cuidadosamente polidas, com formato perfeitamente geométrico petaliforme. Esse contraste entre lâminas grandes formalmente pouco cuidadas e miniaturas com alto investimento estético ocorre tanto nas peças de silimanita dos tupiguarani do sul e leste mineiros (Vale do Rio Doce, Conceição dos Ouros), quanto nas lâminas feitas em rocha verde dos sítios Tupiguarani do curso superior do Rio Peruaçu, no extremo norte do estado. Haveria uma possibilidade de se propor uma função para estes instrumentos, caso se aceite a resposta dada a Hans Staden (1968, cap. XV), quando este perguntava a um Tupinambá como se cortavam os cabelos antes de dispor de instrumentos de ferro: "para isso tomavam uma cunha de pedra e pondo outra por baixo dos cabelos, batiam até cortá-los". No entanto, não podemos afirmar que a palavra "cunha" (na tradução de A. Löefgren) refira-se a um instrumento polido e não a uma simples lasca.

As demais peças polidas do Rio Doce são de gnaisse, granito, ou até de silimanita, e medem entre 7 e 12 cm de comprimento; tanto podem ser retangulares quanto apresentar um gume um pouco mais estreito que o talão ou a parte mesial; uma pré-forma quebrada de diabásio sugere que o objeto terminado poderia, no entanto, ter alcançado 20 cm.

Nota-se uma nítida diferença entre as lâminas, relativamente largas (relação comprimento/largura < 2/1), que acreditamos serem de machado, e as lâminas muito estreitas (relação C/L > 2,5/1), com bordas paralelas, bem mais raras, que julgamos terem sido utilizadas como cinzéis.

Uma lâmina quebrada apresenta depressões em ambas as faces, como se tivesse sido reaproveitada como batedor ou bigorna.

Foram ainda escavadas, no Vale do Rio Doce, uma mão-de-pilão e três fragmentos cilíndricos de rocha verde, cujo diâmetro varia entre 4,2 e 5,5 cm.

Nessa região foram encontrados um tembetá de amazonita (sítio Monte das Oliveiras), assim como vários fragmentos de mesma rocha em fase de trabalho (lascados ou parcialmente polidos). Estes tembetás são mais curtos e mais espessos que aqueles de cristal de quartzo, provavelmente em razão da forma dos blocos de matéria-prima.

Alguns objetos picoteados de tipos até então desconhecidos foram reconhecidos no Vale:

a) uma peça de gabro, de forma ovóide e pesando 2.220 g (16 cm), foi completamente picoteada; como foi encontrada junto de uma enorme lasca (20 cm) de silexita e de uma bigorna, imaginamos que possa ter sido o percutor responsável pelo impacto (Florestal 1). No entanto, o investimento necessário para regularizar esta peça por picoteamento sugere tratar-se de um objeto com destino inicial mais nobre, mesmo que casualmente utilizado para lascar em razão da sua massa. A mesma dúvida surge em relação a seixos picoteados de granito, com peso entre 660 e 800g;

b) poliedros de quartzito, diabásio e diorito foram picoteados e a seguir parcialmente polidos para apresentar seis facetas planas. Com dimensões (7 cm de diâmetro) e peso (entre 320 e 340g) muito parecidos, deviam ter uma função bem definida;

c) enfim, peças hemisferoidais de quartzo foram fabricadas por picoteamento; seu diâmetro mede entre 7 e 9 cm, variando sua altura entre 6 e 8 cm; pesam entre 560 e 1000g. Não podemos imaginar qual seria sua função, mas o investimento para fabricá-las foi significativo, levando em consideração não somente a duração do picoteamento, mas, sobretudo, os cuidados para não quebrar os blocos policristalinos.

Nos sítios do município de São João Nepomuceno escavados pela equipe da Universidade Federal de Juiz de Fora, Corrêa (2004) informa a presença de numerosas lascas de quartzo, debitadas tanto por técnica uni quanto bipolar. Os produtos desta última técnica somam entre 55% e 95% das peças lascadas cuja modalidade de debitagem foi identificada. Os outros vestígios líticos encontrados nas escavações foram um disco polido de amazonita e calibradores com sulcos (nota-se que, no sítio Primavera, os suportes das canaletas são fragmentos de cerâmica e não blocos de pedra, como nos demais sítios da região).

O autor informa que lâminas petaliformes com gume polido e corpo picotado vêm sendo regularmente encontradas pelos lavradores nos sítios Tupiguarani da região.

5. Comparação entre o material das diversas fases e sítios; quantificação das categorias tipológicas (A. P.)

A não ser pelas poucas categorias tipológicas que somente se encontram seja ao sul, seja ao norte da fronteira do Paranapanema, a maioria do instrumental Tupiguarani e das técnicas utilizadas para trabalhar a pedra são os mesmos. Decidimos verificar, a partir da bibliografia e das nossas próprias pesquisas, se haveria variações mais significativas na *quantidade* dos vestígios líticos de cada categoria, e avaliar a quantidade de vestígios de pedra em relação aos restos de cerâmica.

Não consideraremos, neste estudo quantitativo, os seixos comuns sem marcas de uso, as pedras de fogueira e os fragmentos sem marcas de trabalho – parte dos quais podiam estar presentes naturalmente nos sítios.

A tentativa de quantificação que se segue enfrenta várias limitações, das quais estamos perfeitamente cientes, mas que não invalidam conclusões parciais. No caso de coleções reunidas durante simples prospecções, podemos supor que objetos mais pesados utilizados brutos não tenham sido coletados pelos pesquisadores. Por outro lado, lascas e fragmentos líticos menores podem ter sido desprezados – sobretudo quando o objetivo dos coletores era essencialmente reunir amostras de cacos para fins de seriação. No entanto, várias coleções foram reunidas mais sistematicamente a partir do final dos anos 1970, e algumas delas resultam de escavações sistemáticas. Devemos, obviamente, dar maior credibilidade a estas últimas; isso não impede que as convergências com as coletas mais extensivas ou mais antigas sejam consideradas.

Lítico e Cerâmica: uma tentativa de quantificação comparativa e repartição do material lítico no espaço dos sítios

Ao se comparar a quantidade de fragmentos de cerâmica e líticos, não pretendemos, obviamente, avaliar o número real de instrumentos produzidos nestas duas categorias de matérias pelos tupiguarani. O número de cacos encontrado pelo arqueólogo depende do índice de fracionamento das vasilhas (este sendo ligado, entre outros fatores, ao número de passagens do arado) tanto quanto do tamanho das vasilhas. Por outro lado, enquanto todos os cacos de cerâmica queimados foram supostamente partes de algum artefato aproveitável, os vestígios líticos, por sua vez, correspondem tanto a matérias-primas trazidas, a instrumentos para lascar ou polir e a detritos diversos, quanto aos instrumentos procurados – que podem ser minoritários neste conjunto.

No entanto, esta comparação quantitativa se justifica por evidenciar a *importância quantativa* dos vestígios líticos e pelo fato de apontar eventuais diferenças funcionais entre os sítios ou entre diversos espaços intra-sítio. Com efeito, a relação entre espaços ricos em cerâmica e ricos em lítico pode indicar seja a existência de locais de uso diferenciado, seja de áreas onde

as diversas atividades eram desempenhadas indiscriminadamente – a não ser que se trate de amontoamentos de lixo. Aceitando-se a hipótese (baseada nos relatos dos cronistas e na suposição de que os Tupi históricos manteriam muitas tradições tupiguarani) de que os homens estariam mais ligados a atividades requerendo confecção ou utilização de instrumentos líticos (com exceção dos raladores de mandioca, que tinham minúsculos dentes de pedra, e seriam de uso feminino), enquanto as mulheres tratariam de preparar e usar vasilhas de barro, as implicações da forma de repartição dos vestígios são evidentes.

Seria interessante realizar esta comparação a partir do número de instrumentos ou do *peso* total dos vestígios de pedra e de cerâmica registrados pelos arqueólogos; esses dados, porém, não são contemplados nas publicações; a bibliografia privilegia os números de fragmentos e não a quantidade de matéria mineral (argila ou outras rochas) trazida nos sítios – embora essa seja independente da intensidade de fragmentação; por outro lado, não sabemos ainda como discriminar com certeza os instrumentos de pedra do refugo de sua fabricação.

Mesmo assim, as diferenças observadas são tamanhas que sua apresentação nos parece plenamente justificada.

Relação quantitativa entre material lítico e material cerâmico

No sul do Brasil, a relação entre fragmentos líticos (somando vestígios brutos utilizados, lascados e polidos/picoteados) e cacos de cerâmica é muito mais constante que se poderia esperar. Em geral, é de um vestígio lítico para 30 a 50 cacos de cerâmica – ou seja, provavelmente mais de uma peça lítica para cada vasilha. Um caso excepcional é o dos sítios da fase Botucarai e do Médio Jacuí, onde a presença dos vestígios de pedra é ainda mais marcante: um para cada 5 a 8 fragmentos de cerâmica coletada. Obviamente, precisar-se-ia saber se não teria havido uma coleta sistemática do material lítico e outra, apenas amostral, dos fragmentos de cerâmica. Nos sítios em dunas de Santa Catarina escavados por R. Lavina, onde se poderia esperar uma quantidade maior de material lítico de tamanho pequeno em razão de um processo de coleta mais sistemático, a quantidade de material lítico é menor (entre 70 e 100 cacos por peça lítica), talvez em razão da distância maior das fontes de matéria-prima frágeis (cerca de 40 km).

Quadro 2
Número de fragmentos de cerâmica para cada vestígio lítico

Candelária I (RS)	28
Candelária II (RS)	45
31 sítios do Médio Jacui (RS)	5,5
28 sítios da Fase Botucarai (RS)	8
24 sítios da Fase Trombudo (RS)	36

3 sítios de Içara (SC)	70
ZPE Imbituba (SC)	96
98 sítios do Projeto Itaipu (PR)	51
3 sítios de Rosana/Taquaraçu (PR)	44
Piraju – sítio Alves (SP)	36
Três Vendas (RJ)	2,6
Fase Cochá – subfase Catuni (MG)	30
Fase Belvedere (MG)	308
Corrego da Andorinha (MG)	14
14 sítios Tupiguarani de Aimorés (MG)	12,4 *
Florestal II (MG)	7
Andrelândia (MG)	66
Primavera (MG)	21 **
Queimada Nova (PI)	14
Xilili (PE)	2,2

*** sem contar os sítios Florestal 1 e 2.**
**** Primavera: contando apenas os vestígios "identificados"; 2,5 se contar todas as pedras coletadas, que incluem provavelmente muito material natural.**

Relação quantitativa entre as principais categorias tipológicas

O QUADRO 3 foi elaborado a partir das informações qualitativas e quantitativas disponíveis na bibliografia. Apesar das incertezas provenientes das variações nas definições entre os autores e da disparidade nos procedimentos de coleta (amostral ou sistemática; vestígios encontrados em superfície ou provenientes de escavações), permite dispor de uma idéia geral das coleções.

Fica evidente a enorme predominância do material lascado (geralmente, mais de 70% do material coletado). Quando são discriminados lascas, "detritos" e núcleos/peças nucleiformes, as primeiras dominam – sobretudo as de origem bipolar, sempre que há identificação –, seguidas pelos "detritos". Entre Rio Grande do Sul e São Paulo, as peças que seriam retocadas não ultrapassam 4% (com exceção de Almeida-SP, onde a indústria é de sílex e arenito silicificado);

de fato, acreditamos que mesmo estas avaliações sejam muito exageradas, por levar provavelmente em conta peças modificadas acidentalmente por processos tafonômicos. Os vestígios talhados são também muito raros, embora mais frequentes no sul (até 8% do material coletado no médio Jacui), onde aparecem talhadores e bifaces. No entanto, acreditamos que muitos deles poderiam ser esboços de lâminas de machado. Ao norte do estado de São Paulo, as peças retocadas são excepcionais e trata-se apenas de regularização de uma pequena parte do gume, enquanto as únicas peças talhadas são obviamente pré-formas de lâminas de machado (como as do sítio BA RC 31). Os batedores, embora frequentemente mencionados, são normalmente raros, embora somem até 6% de algumas coleções.

Depois dos vestígios lascados, as pequenas peças utilizadas como polidores manuais (reunindo as plaquetas com faceta polida e os calibradores, igualmente numerosos) formam a categoria mais representada em todas as regiões. Com exceção da coleção do Médio Jacuí, onde faltam quase por completo, somam geralmente entre 15% e mais de 30% do material coletado.

As demais categorias, mesmo que eventualmente importantes pelo seu uso ou valor simbólico, são encontradas apenas excepcionalmente.

As lâminas polidas, mesmo somadas aos fragmentos polidos decorrentes de acidentes ou de reformas, formam normalmente menos de 1% dos vestígios. Tembetás inteiros, quebrados ou apenas esboçados aparecem apenas casualmente; ainda merecem destaque os discos polidos, quase todos provenientes de um único sítio, que perfazem mais de 3% da coleção lítica tupiguarani do sudeste do Piauí.

Destacaremos a raridade dos quebra-cocos: seja porque os Tupiguarani não se interessassem muito pelas sementes de palmáceas (o que nos parece improvável), seja porque estes blocos fossem desfigurados ao serem aproveitados como pedras de trempe e de fogueira, seja porque os prospectores relutaram a coletar estes objetos pesados. Dessa forma, seriam subrepresentados nesse levantamento.

Acreditamos que os pequenos seixos muito regularizados pela erosão, que encontramos frequentemente aos pares nos sítios de Minas Gerais, formem outra categoria de vestígios que talvez tenham passado despercebidos por serem objetos não trabalhados.

Repartição do material lítico nos sítios

Não nos deteremos neste ponto, desenvolvido em outro texto neste mesmo volume. Lembraremos apenas que, em vários sítios, os vestígios líticos apresentam uma repartição irregular. Em alguns casos, são muito mais numerosos em certas supostas habitações que nas outras (Aldeia da Queimada Nova – PI). Em outros, verifica-se uma repartição irregular dentro das manchas escuras (Três Vendas – RJ), eventualmente com certa separação entre diversas categorias tipológicas (Almeida – SP; Candelária – RS), ou existem concentrações de material lítico nas imediações das manchas pretas.

O sítio Florestal 2 (MG) comporta vários “locais” principais com grandes concentrações de

material e vários pontos secundários. Nele, as concentrações de material lítico costumam contornar as de fragmentos cerâmicos, evidenciando o fato que o trabalho em pedra e com a pedra se realizava seja em espaços separados das atividades que requeriam uso de cerâmica (provavelmente no exterior e à sombra das casas), seja nas imediações de blocos de pedra que acreditamos terem servido de assento para pequenos grupos de pessoas. Nota-se a concentração de atividades ligadas ao trabalho e lascamento do quartzo nas supostas habitações na metade oeste da aldeia circular; entre estas, o local 4 congrega mais da metade do material lascado de todo o sítio. É digna de nota a diferença entre conjuntos formados por vestígios tipologicamente variados (que poderiam corresponder, pelo menos parcialmente, a locais de debitagem, apesar da ausência de percutores) e outros que congregam, em espaços reduzidos, exclusivamente microlascas (particularmente, nas unidades 5 e 7) que poderiam indicar um local de preparação de um instrumento composto (ralador de mandioca?).

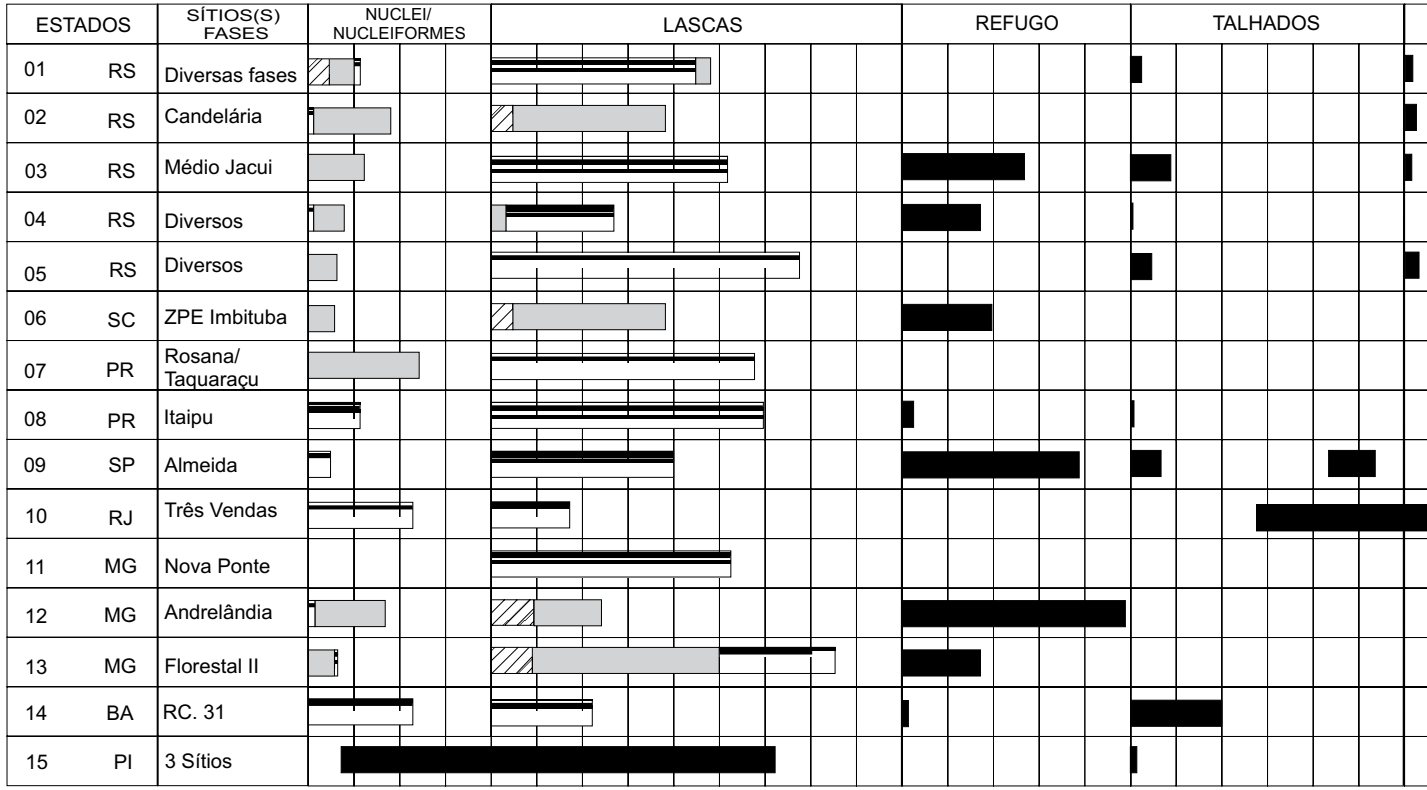
Em razão das variações de situação documentadas nos poucos sítios com planta disponível, não podemos ainda apontar para padrões repetitivos de repartição dos vestígios líticos. Mas talvez isso seja apenas por falta de escavações em número suficiente em cada região, que pudessem evidenciar padrões diferenciados de densidade entre estruturas de habitação permanentes e estruturas provisórias; entre locais de residência, pequenos locais protegidos (*tapiri* para cozinhar ou armazenar), lixeiras, "praças" ou setores de reuniões masculinas ou, ainda, locais mais especificamente ligados aos sepultamentos.

A análise da repartição diferencial das diversas categorias tipológicas somente pode ocorrer se os restos líticos apresentarem uma diversidade tecno-tipológica razoável. Se for justificada a impressão tradicional segundo a qual o instrumental lítico não passa de algumas lascas pequenas e raríssimas lâminas polidas, não há muito que se esperar. No entanto, nos raros sítios onde houve um estudo mais aprofundado dos vestígios, surgiram indícios mais animadores. Em Candelária (RS), por exemplo, notam-se repartições distintas: percutores, peças intermediárias, restos de debitagem concentram-se em espaços específicos, enquanto os calibradores espalham-se em todo o espaço escavado. Certos tipos de cerâmica associam-se a determinados vestígios líticos. Na aldeia da Queimada Nova, a matéria-prima para fabricação de discos de xisto está distribuída entre todas as habitações, enquanto as peças já trabalhadas aparecem em apenas algumas delas.

No sítio Florestal 2 (maiores informações sobre este sítio podem ser encontradas no artigos de Panachuk *et*. *al*., neste mesmo volume), a metade oeste do sítio é, de longe, a mais rica em vestígios lascados e, dentro deste setor, o local 4 se singulariza pela predominância do lascamento unipolar, enquanto em todos os demais locais a debitagem sobre bigorna é quase exclusiva. As estruturas de ocupação da metade leste da aldeia contrastam pela raridade do material lascado (embora nessa região se encontrem as maiores lascas e os maiores *nuclei* do sítio) e pela importância dos blocos utilizados brutos (bigornas) ou com bacia. Enquanto os calibradores se encontram na metade oeste, as estecas aparecem apenas a leste; os polidores com faceta, por sua vez, estão distribuídos de maneira equitativa entre as duas extremidades.

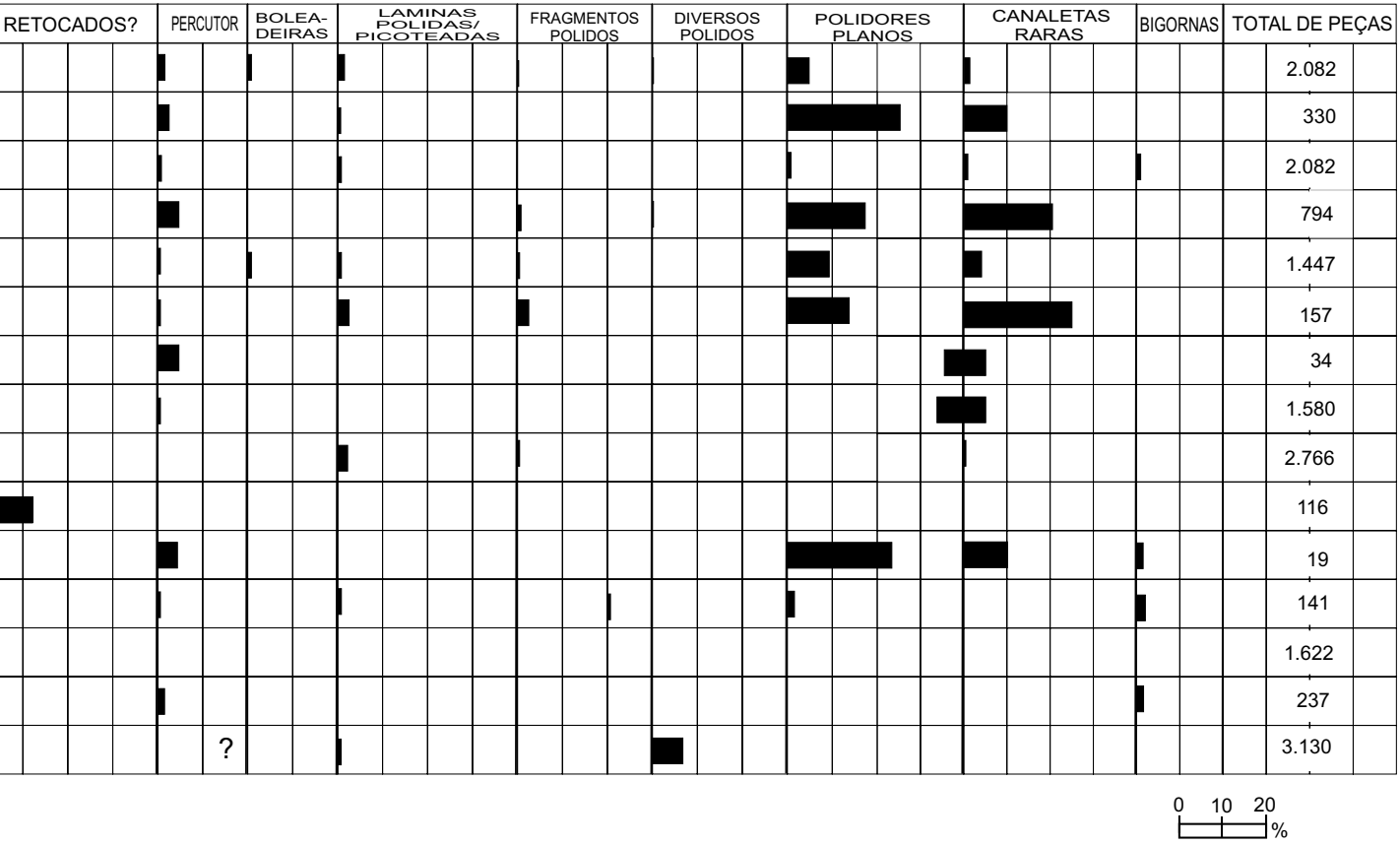
Quadro 3

ESTADOS		SÍTIOS(S) FASES	NUCLEI/ NUCLEIFORMES	LASCAS	REFUGO	TALHADOS
01	RS	Diversas fases				
02	RS	Candelária				
03	RS	Médio Jacui				
04	RS	Diversos				
05	RS	Diversos				
06	SC	ZPE Imbituba				
07	PR	Rosana/ Taquaraçu				
08	PR	Itaipu				
09	SP	Almeida				
10	RJ	Três Vendas				
11	MG	Nova Ponte				
12	MG	Andrelândia				
13	MG	Florestal II				
14	BA	RC. 31				
15	PI	3 Sítios				



LEGENDA

unipolar
bipolar
tecnologia não identificada



01: segundo Masi & Schmitz, 1987
02: segundo Schmitz & al., 1990
03: segundo Schmitz, Rogge & Arnt., 2000
04: segundo Schmitz, Artusi, Jacob & Rogge, 1990
05: segundo Mentz Ribeiro, 1991
06: material analisado por A.Prous
07: segundo Schmitz, 1984
08: segundo Schmitz, 1976/83
09: segundo Vilhena Vialou, 1980
10: segundo Pallestrini & Chiara., 1980
11: segundo Chmyz, 1995
12: segundo relatório de L.Xavier
13: segundo relatório de F.Amorel
14: segundo Schmitz & Al., 1996
15: segundo Oliveira, 1996

Quanto ao espaço central (praça?), apresenta uma densidade de vestígios – inclusive líticos – muito baixa.

No sítio vizinho Florestal 1, encontramos uma centena de restos de calibradores (quase todos os exemplares provenientes deste sítio) reunidos numa superfície de uma dezena de metros quadrados, distante poucos metros de distância de uma área onde se misturavam restos de quartzo lascados e fragmentos de amazonita. Essa área de debitagem e processamento de adornos ocupava, por sua vez, a periferia de uma das três concentrações de cerâmica do sítio.

Estas primeiras observações mostram que o registro em planta do material lítico, mesmo em sítios superficiais e trabalhados pelo arado, pode trazer informações que, acumuladas, poderão um dia trazer alguma luz sobre as atividades realizadas com ajuda de instrumentos líticos. Seria importante saber se os espaços de atividades masculinos e femininos eram estritamente separados (sugerindo uma sociedade com forte segregação entre homens e mulheres, como ocorre entre os Jê) ou se se misturavam parcialmente (como se verifica entre muitas tribos Tupi atuais); se os vestígios líticos menores eram abandonados nos locais de fabricação ou de utilização, ou se eram varridos para um lixão. Enfim, se haveria setores das aldeias especializados para determinadas atividades artesanais ou coletivas (fabricação de instrumentos, adornos, cerâmica ou bebidas).

Conclusão (A. P.)

O essencial do instrumental lítico tupiguarani, encontrado em todas as regiões onde existe a cerâmica diagnóstica da Tradição, comporta lâminas de machado de rocha básica (sempre poucas), pequenos polidores manuais facetados, "calibradores" de arenito com sulcos (com frequência muito variável de um sítio para outro); os tembetás – geralmente de quartzo e encontrados em urnas; finalmente, uma quantidade significativa de lascas simples. A não ser quando os sítios estão na proximidade imediata de jazidas de arenito silicificado, essas lascas são de quartzo ou ágata, pequenas e obtidas majoritária ou exclusivamente sobre bigorna.

A importância da indústria lítica para os Tupiguarani

Verificamos que a importância da indústria lítica lascada varia muito de um sítio tupiguarani para outro. Ao que parece, este fenômeno seria pelo menos em parte ligado à presença ou não de matérias-primas de acesso fácil, pois os Tupiguarani não fariam questão absoluta de dispor de gumes agudos de pedra. Vão nesse sentido as observações de Gilson Martins para sítios matogrossenses e a sugestão de J. L. de Moraes, segundo a qual haveria uma ligação entre os afloramentos de arenito silicificado e os sítios do Paranapanema (mas a razão dessa coincidência poderia ser mais a presença de corredeiras favoráveis à pesca, em zonas de contatos geológicos). Mesmo assim, as pesquisas de R. Lavina mostraram que os Tupiguarani do litoral

catarinense traziam lascas de matérias-primas adequadas ao lascamento até cerca de 40 km de distância. Em compensação, as lâminas de pedra eram obviamente indispensáveis para abater as árvores necessárias à construção das casas permanentes e à preparação das canoas; assim, aparecem em grande número de sítios – embora em quantidade sempre reduzida. Isto nos parece demonstrar que eram realizadas apenas por necessidade e não deviam proporcionar prestígio especial aos seus fabricantes ou aos seus proprietários.

Seria, portanto, a função dos sítios (ou de cada espaço dentro de um sítio) que determinaria a abundância ou não do material lítico? Podemos salientar, no litoral carioca, a quase ausência de material lascado no conjunto onde se encontram as estruturas funerárias de Araruama, enquanto os vestígios líticos eram bastante abundantes no sítio habitacional vizinho de Três Vendas. No entanto, os sítios residenciais não seriam os únicos onde haveria atividades de lascamento e uso de gumes agudos. A. Schmidt Dias levanta a hipótese (desenvolvida em outro texto deste mesmo volume) que, pelo menos no Rio Grande do Sul, muitos conjuntos líticos afastados das aldeias e caracterizados por peças grandes talhadas, corresponderiam a ateliês tupiguarani para realização de trabalhos especializados. No sítio baiano BA RC 44, vimos que ateliês desse tipo podem também ocorrer próximos das habitações.

Um terceiro fator poderia influir – os hábitos culturais. Haveria comunidades acostumadas a procurar gumes cortantes ou perfurantes através de instrumentos de pedra, e outras mais acostumadas a obtê-los de outras matérias (vegetais, ósseas ou de conchas)? Obviamente, apenas as primeiras manteriam certa competência para o lascamento. O mesmo pode ocorrer com a escolha das matérias para adorno.

De fato, verifica-se a presença de lascas simples em sítios de todas as regiões onde aparece a cerâmica tupiguarani; não haveria, nesse sentido, diferença ente área proto-Tupi e domínio proto-Guarani: a pedra era reconhecida por todos como mais adequada para obtenção de gumes cortantes (particularmente para tratar do cabelo, como frisa H. Staden a respeito da "tonsura" Tupinambá). Todos também parecem ter procurado nas lascas apenas a eficiência, e não se encontra sinais de uma estética ligada ao domínio de técnicas de debitagem ou retoque. Nesse sentido, se diferenciam de várias populações anteriores que investiam na simetria e na perfeição dos retoques (no caso de pontas bifaciais ou de artefatos plano convexos, por exemplo). A "filosofia de lascamento Tupiguarani" é apenas pragmática. Verificamos, no entanto, uma diferença entre os grupos setentrionais e pelo menos alguns sítios "proto-Guarani", pois estes últimos praticaram o talhe para dispor de instrumentos maiores e mais robustos (particularmente *choppers* e *chopping-tools* – os *talhadores* dos autores gaúchos). A técnica do talhe era certamente conhecida por todos os grupos, para fabricar as pré-formas das lâminas que seriam polidas para compor machados. É, portanto, significativo que o talhe (e o retoque) não tenham sido mais utilizados para os instrumentos de gume agudo.

Se não se verifica a existência de uma estética da pedra lascada, houve certamente um grande apreço pelas superfícies polidas, como se vê pelo cuidado ao se fabricar lâminas de machado com a parte exposta completamente polida; no sul e a leste de Minas Gerais, a procura

da silimanita para realizar miniaturas bem acabadas parece também ir além da simples busca de eficiência e reflete o interesse pelas cores. Tanto no sul quanto ao norte do Brasil e na Argentina, a procura do cristal de quartzo para elaboração dos *tembetá* em forma de "T" é notória, e talvez seja tão diagnóstica da tradição quanto a própria cerâmica. No litoral do Rio de Janeiro, no Vale do Rio Doce em Minas Gerais, pedras verdes (amazonita) eram também prezadas para fazer adornos; geralmente muito mais curtos e largos que os tembetá de quartzo, seriam então mais particularmente destinados a ser colocados nas bochechas e não no lábio inferior. Uma prancha de H. Staden (1968, cap. XV) apresenta vários modelos destes adornos faciais entre os Tupinambá históricos, informando (STADEN, 1968, cap. XX) que "quem tem pedras nos lábios, entre eles, é um dos mais ricos".

Dessa forma, os instrumentos mais valorizados seriam de posse individual e apresentariam valor simbólico; são os tembetás (por expressar o status do adulto masculino) e os machados (por sua utilidade); quase todos os primeiros, quando inteiros, foram encontradas em urnas funerárias (associação expressamente mencionada por I. Chmyz a respeito dos sítios da fase Ivinheima-MS).

Outros objetos são de ocorrência mais restrita nas urnas e poderiam corresponder a valores simbólicos menos generalizados e mais regionais, como os discos fabricados em série na Aldeia da Queimada Nova-PI. Encontram-se, ainda, adornos de caráter apenas individual, como o colar de Lagoa Santa-MG, que parece ser um achado único. Eventualmente, objetos simplesmente utilitários eram levados para o Além, tais os polidores tabulares e os instrumentos lascados assinalados na fase Vacacai-RS.

Salientaremos o fato de que nunca foi mencionada a presença de cristais de quartzo em sítios tupiguarani, embora se saiba que em vários grupos indígenas esses objetos façam parte da tralha dos pajés.

Antes de concluir estas considerações sobre o material estudado pelos pesquisadores, devemos ainda frisar uma questão essencial: teremos nós, arqueólogos, sido capazes de ver os vestígios dos instrumentos de pedra mais utilizados pelos Tupiguarani? O já citado texto de Jean de Léry (1972) aludia obviamente a um instrumento semelhante às tábuas ainda fabricadas e usadas recentemente no leste da Colômbia e no extremo noroeste do Brasil (pelos Desana, Wai Wai e Baniwa) e amplamente difundidas por trocas em todo o noroeste da Amazônia. As reproduções realizadas na UFMG, após exame de raladores Baniwa e Wai Wai, mostram que é possível obter, sobre bigorna, dentes eficientes tanto usando rochas frágeis (sílex, ágata ou quartzo) quanto rochas mais tenazes (diabásio, gnaisse compacto ou chernokito), sendo o tamanho das peças etnográficas de cerca de 8 mm. A análise de dentes do ralador Baniwa, realizada por nosso colaborador, o geólogo J. Quémeneur, mostrou tratar-se de dentes de diabásio, enquanto Reichel-Domatoff (1997) informa que as tábuas Desana eram feitas de quartzo. Estas

características implicam que os dentes de ralador passam por peneiras de malha de 1 cm e até, muitas vezes, de 0,5 cm – pois são alongadas; no caso de peças de quartzo, somente seriam notadas em *decapagens* cuidadosas, como as que realizamos nos sítios Florestal 1 e 2, nas quais se coletassem vestígios menores de 1 cm. Ora, tais procedimentos são raramente aplicados a sítios Tupiguarani. Pior: se forem peças de cor escura – diabásio, por exemplo, ou de rochas locais (como os gnaisses compactos do Vale do Rio Doce), fragmentos tão diminutos correm o risco de não serem vistos ou coletados, na suposição de tratar-se de fragmentos naturais do solo, provenientes do subsolo local. Dessa forma, talvez seja necessário rever os nossos procedimentos de coleta dos vestígios.

Diferenças regionais

Parece haver certa diferenciação da região gaúcha, onde já frisamos a relativa importância do talhe, talvez decorrente de uma influência da tradição Humaitá. Algumas fases do estado do Rio Grande do Sul se distinguem nitidamente pela presença de bolas de boleadeira – uma nítida influência pampeana –, pelas *itaiças* (de origem local ou andina?) e pela presença das enigmáticas pedras lenticulares. As lâminas polidas seriam, por sua vez, sobretudo petaliformes, mas algumas apresentam sulcos periféricos. No litoral de Santa Catarina, as formas das lâminas polidas já são mais variadas e a proporção de cinzéis parece ser especialmente alta.

Mais ao norte, e desde o Paraná, as indústrias líticas tupiguarani não parecem diferenciar-se muito das demais produzidas pelos horticultores contemporâneos do Brasil central ou nordestino (Aratu, Sapucaí e Uru). Inclusive, o gosto para matérias-primas coloridas, como a silimanita, prolonga uma tradição preexistente; a procura de rochas verdes (amazonita) para adornos faciais, já notada pelos cronistas a partir do litoral carioca, reflete uma tradição setentrional que tem como foco central a Mesoamérica.

Finalmente, os artefatos que apresentam algum tipo de retoque são raríssimos e não podem ser agrupados em categorias tipológicas coerentes: trata-se de instrumentos "de ocasião", com gumes apenas regularizados e não realmente formatados.

As lâminas de machado apresentam formas variadas (sub-retangulares, elipsoidais), mas nunca sulco para o encabamento; em Minas Gerais, nos parece até possível que evitassem a forma petalóide para se diferenciar dos vizinhos Sapucaí. As coleções estudadas são insuficientes para determinar se as peculiaridades notadas em determinados sítios (presença de discos, ou de adornos polidos) refletem diferenças regionais.

Dessa forma, a indústria lítica tupiguarani não apresenta nenhuma originalidade, evidenciando essencialmente o preenchimento de algumas necessidades a partir de técnicas as mais simples possíveis, já disponíveis entre seus predecessores.

Como as demais populações da pré-história brasileira tardia, os portadores da cerâmica tupiguarani preferiam trabalhar o osso para obter pontas (conforme os artefatos encontrados nos abrigos da Fase Canhadão no Rio Grande do Sul) e, certamente, a madeira – que não se preservou em nenhum dos sítios documentados na bibliografia.

Ainda falta determinar se os crisóis e as mãos de pilão de pedra (muitos deles provavelmente não eram funcionais), assim como as bacias de polimento encontrados em algumas regiões, foram produzidos pelos Tupiguarani.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, A. As rochas silicosas como matéria-prima para o homem pré-histórico: variedades, definições e conceitos. *Revista do MAE*, USP, 1, p. 105-112, 1991.

BAETA, A.; ALONSO, M. Consórcio Aimorés. *Programa de Resgate Arqueológico UHE Aimorés - Relatório final.* 2004. CD-ROM. 243 p.

BELTRÃO, M. C. de M. Coutinho; FARIA, E. G. Acampamentos Tupi-Guaranis para coleta de moluscos. *Revista do Museu Paulista*, NS, 19, p. 97-145, 1970/71.

BELTRÃO, M. *Pré-História do estado do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978. 275 p.

BROCHADO, J. J. Dados parciais sobre a arqueologia do vale do Ijui. *PRONAPA*, 2, p.11-32, 1969.

BROCHADO, J. J. Pesquisas arqueológicas nos vales do Ijui e Jacuí. *PRONAPA*, 3, p. 31-62, 1969a.

BROCHADO, J. J. Extensão das pesquisas arqueológicas nos vales do Jacuí e Ibicui Mirim. *PRONAPA*, 4, p. 11-36, 1971.

BROCHADO, J. J. Pesquisas arqueológicas no escudo cristalino do Rio Grande do Sul (Serra de Sudeste). *PRONAPA*, 5, p. 25-52, 1974.

BUARQUE, A. *Nota manuscrita sobre a indústria lítica de Araruama*. 2004. 2 p. (mimeo)

CALDERÓN, V. Nota prévia sôbre arqueologia das regiões central e sudoeste do estado da Bahia, *PRONAPA,* 2, p. 135-150, 1969.

CALDERÓN, V. Contribuição para o conhecimento da arqueologia do Recôncavo e do sul do estado da Bahia. *PRONAPA*, 5, p. 141-154, 1974.

CARVALHO, E.; CHEUICHE, L. Pesquisas arqueológicas na região do Médio São Francisco mineiro, *Boletim do IAB*, 7,p. 21- 52, 1975.

CECÍLIO, G. M. *Mãos e mós*: um modelo de circulação do material lítico nos sítio da Quitéria – RS. 1997. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997. 145 p.

CHAUDON, G.; CUNHA, E. S. Machados indígenas do grande Rio. *Ciência e Cultura*, supl., 23, p. 156, 1971.

CHMYZ, I. Dados parciais sobre a arqueologia do vale do rio Ivaí. *PRONAPA*, 2, p. 95-118, 1969.

CHMYZ I. Pesquisas arqueológicas no alto e médio rio Iguaçu. *PRONAPA*, 3, p. 103-132, 1969a.

CHMYZ, I. Pesquisas arqueológicas no médio e baixo rio Iguaçu. *PRONAPA,* 4, p. 87-114.

CHMYZ, I. Dados arqueológicos do baixo rio Paranapanema e do alto rio Paraná. *PRONAPA*, 5, p. 67-91, 1974.

CHMYZ, I. *Projeto Arqueológico Itaipu*. Relatórios I-VII. Curitiba: Itaipu/IPHAN, 1976/1983. 7 v.

CHMYZ, I. *Projeto Arqueológico Rosana – Taquaraçu*. Curitiba: UFPR/CESP, 1984. 80 p.

CHMYZ, I. *Usina Hidrelétrica de Nova Ponte – Relatório final.* Belo Horizonte: Leme Engenharia, 1995. 345 p.

CORRÊA, A. Resultados preliminares da Tecnotipologia do Sítio Arqueológico Primavera. In: OLIVEIRA, A. P. de Paula Loures de (Org.). *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira:* São João Nepomuceno. Juiz de Fora: Editar, 2004. p. 91-103.

DE MASI, M.; SCHMITZ, P. I. Análise dos artefatos líticos das fases da tradição Tupiguarani do Rio Grande do Sul. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Documentos,* UNISINOS, São Leopoldo, 1, p.49-99, 1987.

DIAS JR., O. Os polidores líticos da região de Cabo Frio. *Boletim de História da Faculdade Nacional de Filosofia,* Rio de Janeiro, v. 4/5, 1959.

DIAS JR., O. Notas sobre a arqueologia da região de Cabo Frio. *Boletim do Instituto de Arqueologia brasileira*, Rio de Janeiro, 2, 1-17, 1963.

DIAS JR., O. Resultados preliminares do segundo ano de pesquisas no estado de Rio de Janeiro. *PRONAPA*, 2, p. 119-133, 1969.

DIAS JR., O. Considerações iniciais sobre o terceiro ano de pesquisas no estado de Rio de Janeiro. *PRONAPA*, 3, p. 143-160, 1969a.

DIAS JR., O. Nota prévia sobre as pesquisas arqueológicas em Minas Gerais. *PRONAPA*, 5, p. 105-116, 1974.

DIAS JR, O.; CHEUICHE, L.; CARVALHO, E. Fase Belvedere: uma fase Tupiguarani do estado de Minas Gerais. *Boletim do IAB*, 7, p. 5-19, 1975.

FACCIO, N. *Arqueologia dos cenários das ocupações horticultoras de Capivara, baixo Paranapanema*. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. 295 p.

GASPAR, M. D.; TENÓRIO, C. Amoladores e polidores fixos do litoral brasileiro. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, 17, 20, p. 181-190, 1990.

GAULIER, P. L. Ocupação pré-histórica guarani no município de Porto Alegre, RS. Considerações preliminares e primeira datação do sítio arqueológico da Ilha Francisco Manoel. *Revista de Arqueologia*, 14/15, p. 57-73, 2001/2002.

JUNQUEIRA, P.; MALTA, I. *Usina Hidrelétrica de Nova Ponte – Relatório final*, Belo Horizonte: Leme Engenharia, 1995.

KNEIP, L.; CRANCIO, F. O sítio cerâmico da Fazenda Vargem Linda – Leopoldina, MG. *Revista de Arquelogia*, 12/13, p. 93-101, 1999/2000.

LAVINA, R. Salvamento da ZPE Imbituba, SC. [s.d.]. CD-ROM.

LAVINA, R. Relatório final do Projeto de Salvamento da rodovia Inter-praias. [s.d.]. CD-ROM.

LÉRY, J. de. *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo: Martins/EDUSP, 1972.

LIMA, M. Galindo; ROCHA, J. Silva. Um sítio Tupiguarani no sertão pernambucano. *Arquivos Museu História Natural*, Belo Horizonte, 8/9, p. 135-140, 1983/84.

MARANCA, S. Dados preliminares sobre a arqueologia do estado de São Paulo. *PRONAPA*, 3, p. 133-142.

MARANCA, S. Relatório de atividades do quarto e quinto anos do PRONAPA no estado de São Paulo. *PRONAPA*, 5, p. 117- 127, 1974.

MARANCA, S. Estudo do sítio Aldeia Queimada Nova – estado do Piauí. *Revista do Museu Paulista*, Série Arqueologia, 3, 1976.

MARANCA, S.; MEGGERS, B. Uma reconstituição experimental de organização social, baseada na distribuição de tipos de cerâmica num sítio habitação de tradição tupiguarani. *Pesquisas*, 31, p. 227-247, 1980.

MILLER, E. T. Pesquisas arqueológicas efetuadas no nordeste do Rio Grande do Sul. *PRONAPA*, 2, p. 33-54, 1969.

MILLER, E. T. Pesquisas arqueológicas efetuadas no oeste do Rio Grande do Sul (Campanha-Missões). *PRONAPA*, 3, p. 13-30, 1969a.

MILLER, E. T. Pesquisas arqueológicas efetuadas no Planalto meridional, Rio Grande do Sul. *PRONAPA*, 4, p. 37-70, 1971.

MORAES, A. Vilhena de. A indústria lítica do sítio Aldeia da Queimada Nova, município de São Raimundo Nonato. *Revista do Museu Paulista*, NS, 23, p. 17-40, 1976.

MORAES, A. Vilhena de. O estudo da indústria lítica proveniente da primeira campanha de escavações (1971) no sítio Almeida, município de Tejupá, SP. *Coleção do Museu Paulista,* série Arqueologia, 4, 1977. 145 p.

MORAIS, J. L. de. A ocupação do espaço em função das formas de relevo e o aproveitamento das reservas petrográficas por populações pré-históricas do Paranapanema. *Coleção Museu Paulista*, série Arqueologia, São Paulo, 6, 1979. 83 p.

MIYAZAKI, N.; AYTAI, D. *A aldeia pré-histórica de Monte Mór*. Campinas: PUC-Campinas, 1974.

MOURA, M. T.; PROUS, A. Vestígios de utilização em instrumentos utilizados "brutos". *Dedalo*, São Paulo, 1, p. 409-428, 1989.

NASSER, N. Considerações preliminares sobre a arqueologia da bacia do rio Curimatau. *PRONAPA*, 4, p. 179-190.

NOELLI, F. Complementos históricos no estudo funcional da indústria lítica guarani. *Revista do CEPA*, 19, 22, p. 7-32, 1995.

NEVES, G. *As lâminas de machado pré-históricas do Brasil*. 2003. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. 111 p.

OLIVEIRA, A. P. Loures de. *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira*. Juiz de Fora: Editar, 2004. 188 p.

OLIVEIRA, C. de. *Estilos tecnológicos de cerâmica pré-histórica no sudeste do Piauí*. 2000. Tese (Doutorado)

– Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. 302 p.

OLIVEIRA, W. C.; ALMEIDA, F. D. Sítio Grajau – MA. Análise da variabilidade tecno-funcional em artefatos lítico e cerâmicos. 2004. 3° WORKSHOP ARQUEOLÓGICO DE XINGÓ. Aracaju, 2004. Painel.

PALLESTRINI, L.; CHIARA, P. A indústria lítica de Três Vendas, Município de Araruama, Estado do Rio de Janeiro. *Revista do Museu Paulista*, NS, 27, p. 133-147, 1980.

PEROTA, C.. Dados parciais sobre a arqueologia norte Espírito-Santense. *PRONAPA*, 4, p. 149-162, 1971.

PEROTA, W. Resultados preliminares sobre a arqueologia da região central do estado do Espírito Santo. *PRONAPA*, 5, p. 127-141, 1976.

PIAZZA, W. Notícia arqueológica do vale do Uruguai. *PRONAPA*, 2, p. 55-74, 1966-67.

PIAZZA, W. Dados complementares sobre a arqueologia do vale do Uruguai. *PRONAPA*, 4, p. 71-86, 1968-69.

PIAZZA, W. Dados à arqueologia do litoral norte e do planalto de Canoinhas. *PRONAPA*, 5, p. 53-66, 1974.

PROUS, A. Os artefatos líticos – elementos descritivos e classificatórios. *Arquivos do Mus. Hist. Nat., 11, p.* 1-88, 1986/90.

PROUS, A. *Arqueologia Brasileira.* Brasilia: Ed. UnB. 605 p.

PROUS, A.; ALONSO, M. Estudo de conjuntos líticos Tupiguarani. 12º CONGRESSO SAB, São Paulo, 2003. Resumos...: São Paulo, 2003, p. 148.

PROUS, A.; ALONSO, M. Análise do material arqueológico–lítico. In: BAETA, A.; ALONSO, M. (Coord.). *Relatório final do Resgate Arqueológico UHE Aimorés*, 2004. CD-ROM. p. 113-144. 2004

PROUS, A. *et al.* La place et les caractéristiques du débitage sur enclume (“bipolaire”) dans les industries brésiliennes. A ser publicado na revista *Paleo* (Atas da Table Ronde “Entre le Marteau et L’Enclume”, Toulouse 2004).

PROUS, A; BAETA, A.; RUBBIOLI, E. *O patrimônio arqueológico da região de Matozinhos*. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2003. 132 p.

PROUS, A.; BRITO, M.; ALONSO, M. As ocupações ceramistas do vale do Rio Peruaçu. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, USP, 4, p. 71-94, 1994.

PROUS, A. *et al.* Os machados pré-históricos no Brasil – descrição de coleções brasileiras e trabalhos experimentais: fabricação de lâminas, cabos, encabamentos e utilização. *Canindé*, 2, p. 161-236, 2002.

REICHEL-DOMATOFF; G. *Chamanes de la Selva Pluvial.* Totnes: Themis Book, 1997. 344 p.

RIBEIRO, P. A. Mentz. *Arqueologia do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brasil.* 1991. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. 654 p.

RODET, J. *et al.* As indústrias líticas recentes da região de Montalvânia. *Arquivos do Mus. Hist. Nat*., 17/18, p. 211-242, 1996/97.

ROGGE, J. H. Adaptação na floresta subtropical: a tradição Tupiguarani no médio Rio Jacui e no Rio Pardo. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Documentos,* 6, 1996. 164 p.

SCHMITZ, P. I. *et al.* Arqueologia nos cerrados do Brasil central. O sudoeste da Baia e leste de Goiás. *Pes-*

quisas, Antropologia, 52, 1996.

SCHMITZ, P. I. *et al.* Uma aldeia Tupiguarani. Projeto Candelária, RS. *Arqueologia do Rio Grande do Sul Documentos,* 4, São Leopoldo, 1990. 135 p.

SCHMITZ, P. I.; ROGGE, J. H.; ARNT, F. V. Sítios Arqueológicos do Médio Jacuí, RS. *Arqueologia do Rio Grande do Sul Documentos*, 8, São Leopoldo, 2000. 238 p.

SOUZA, A. Mendonça de. Pré-História de Parati. *Nheengatu*, ano 1, 2, p. 47-90, 1977.

STADEN, H. *Viagem ao Brasil.* Rio de Janeiro: Ediouro, 1968. 294 p.

VIALOU, A. Vilhena. *Tecno-tipologia das indústrias líticas do sítio Almeida em seu quadro natural, arqueo-etnológico e regional.* São Paulo: USP/Instituto de Pré-História/Museu Paulista, 1980. 170 p.

Reflexões sobre as aldeias Tupiguarani: Apontamentos Metodológicos[1]

Lílian Panachuk[2]
Adriano Carvalho[3]
Camila Jácome[4]
Filipe Amoreli[5]
André Prous[6] (coordenador)

Introdução

Comparativamente ao grande número de sítios tupiguarani registrados no Brasil, poucos são aqueles nos quais foram realizadas mais do que sondagens limitadas, ou cuja estrutura foi analisada e publicada.

1. Agradecemos particularmente a A. Baeta que, tendo descoberto e realizado o levantamento preliminar do sítio Florestal 2, confiou à nossa equipe a tarefa de realizar a pesquisa sistemática e participou das escavações. A Hélio Piepper e sua esposa D. Lena, proprietários do sítio, que aceitaram com muita gentileza as perturbações que nosso trabalho provocou; seu filho Juninho, companheiro de todos os dias no trabalho de campo. Ao Professor de cerâmica João Cristelli, da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, pela formação dos nossos "aprendizes de ceramistas"; a Márcio Alonso, pela análise traceológica; a Paulo Aranha, do Instituto de Geociências/IGC-UFMG, pela pesquisa por GPR. A todos os membros das equipes de campo e de laboratório – Ângelo, Alexandre, Déborah, Daniela, Gustavo, Henrique, Loredana, Luana, Márcio (comandante), Rubens, Simone. Por fim, agradecemos à Missão Arqueológica Francesa de Minas Gerais e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq, que apoiaram financeiramente os trabalhos de campo e concederam bolsas de iniciação científica e de apoio técnico.

2. Bolsista do CNPq no Setor de Arqueologia do Museu de História Natural/MHN-UFMG (durante este projeto), colaboradora do MHN-UFMG, atualmente mestranda do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo/MAE-USP.

3. Bolsista do CNPq no Setor de Arqueologia do MHN-UFMG.

4. Setor de Arqueologia-MHN, Mestranda no Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis/CECOR-UFMG.

5. Bolsista do CNPq no Setor de Arqueologia do MHN-UFMG.

6. Mission Archéologique de Minas Gerais; Setor de Arqueologia do MHN e Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/FAFICH-UFMG; Bolsista do CNPq.

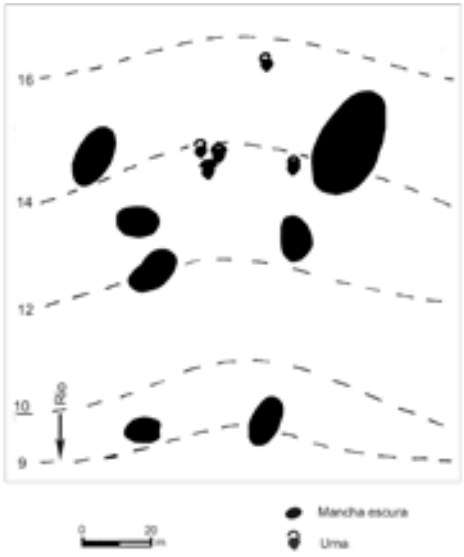


Figura 1 - Sítio Alves (segundo Pallestrini, 1975

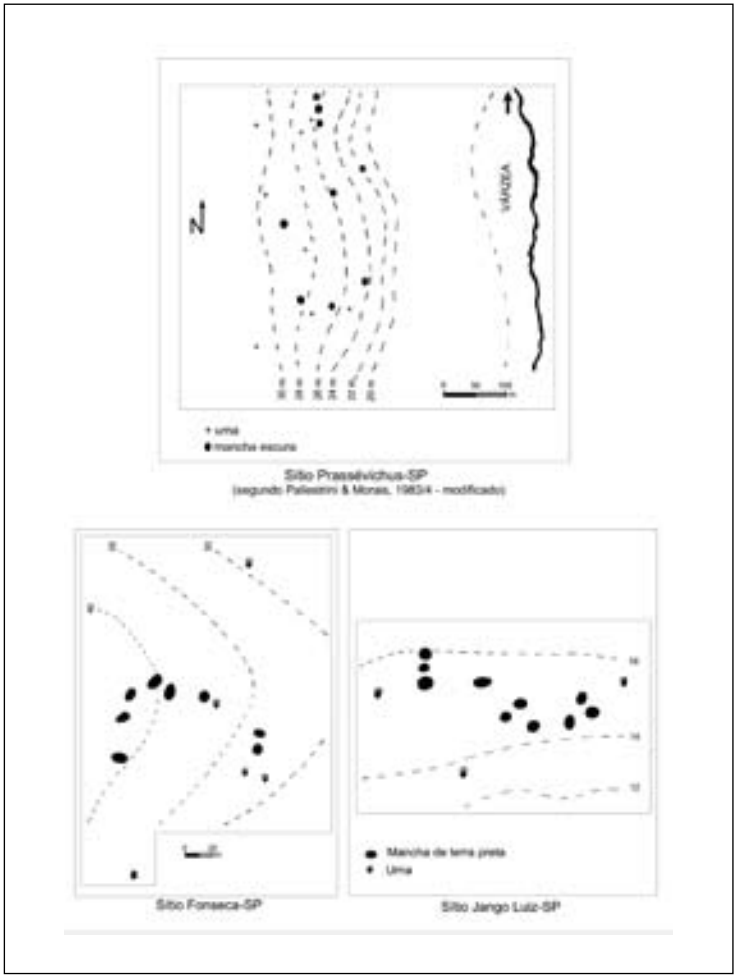


Figura 2

Na primeira parte deste artigo, apresentaremos uma revisão bibliográfica das principais publicações, mostrando os resultados alcançados pelos diversos pesquisadores, tratando essencialmente das estruturas de habitação, sem entrar na descrição das estruturas funerárias – um tema abordado em outros textos desta obra. Às conclusões dos autores, acrescentaremos nossas próprias observações, fundamentadas nas plantas e nas tabelas já publicadas. A seguir, apresentaremos nossa abordagem de um sítio de Minas Gerais (Florestal 2), particularmente propício à experimentação metodológica.

1. As estruturas habitacionais descritas na bibliografia (A. P.)

Já em 1957, Schmitz mencionava a separação entre cemitério e habitação no sítio de Capelinha (RS). Desde então, as informações sobre a organização interna das aldeias tupiguarani foram restritas a poucos sítios. Fora das raras monografias existentes, estamos limitados às informações que aparecem casualmente em relatórios, cujo objetivo é a análise de artefatos ou a definição de fases, muito mais que o estudo das estruturas.

Os sítios do estado de São Paulo

Os sítios do Paranapanema (PALLESTRINI, 1969, 1969a, 1973, 1974, 1977, 1978; PALLESTRINI, CHIARA e MORAIS,1981/2; PALLESTRINI e MORAIS, 1983; PALLESTRINI e PERASSO, 1986) e do interior paulista (ROBRAHN-GONZÁLEZ e ZANETTINI, 1999) apresentam um número variável em concentrações lito-cerâmicas, inseridas em superfícies ovais ricas em matérias orgânicas de cor escura. Estas "manchas pretas" são interpretadas como fundos de habitação e costumam espalhar-se num espaço de 120 a 150 m de diâmetro, correspondendo a uma antiga aldeia – ou a várias aldeias sucessivas. Com efeito, a disposição ordenada destas estruturas em alguns sítios sugere que, pelo menos em parte, elas tenham sido contemporâneas entre si. Por exemplo, as sete concentrações de fragmentos cerâmicos do sítio Fonseca, formam um semicírculo ao redor de um espaço vazio, enquanto as quatro urnas funerárias espalham-se entre elas e até fora do que seria o espaço da aldeia.

No sítio Alves (FIG. 1), cinco das sete estruturas de terra preta formam um semicírculo ao redor de um espaço (praça?) onde se agrupam as cinco urnas funerárias. O sítio Prassévichus (FIG. 2) apresenta seis estruturas que poderiam formar um semicírculo, além de outras três, alinhadas mais adiante (corresponderiam a outra ocupação?). A disposição em semicírculo não corresponde a um padrão geral, pois não se vislumbra nenhuma ordenação nos demais sítios. Os vestígios de um sítio como o da Lagoa São Paulo tanto podem resultar de ocupações sucessivas quanto de uma aldeia polinucleada (ver FIG 3; cf. PALLESTRINI e PERASSO,1986*).* Nosso estudo da vegetação, a partir das fotografias aéreas do Vale do Taquarituba em 1974 (PROUS, 1992), evidenciou inclusive a existência de numerosas superposições entre as dezenas de "manchas", sugerindo frequentes reocupações dos locais mais favoráveis; o mesmo foi notado por Robrahn-González e Zanettini (1999) no sítio Santa Marina de Jacareí (FIG. 4).

A maioria das peças de cerâmica encontradas inteiras nos sítios tupiguarani são grandes potes, protegidos por terem sido enterrados. Como vários continham ossos humanos e vasilhas menores decoradas, considera-se geralmente que os potes maiores seriam urnas funerárias. Encontram-se exclusivamente fora das manchas escuras – seja entre elas (Prassévichus), seja na "praça" (Alves), ou fora das concentrações de material.



Figura 4 - Santa Marina (Jacarei-SP) (segundo Gonazalez & Zanettini, 1999 - modificado)

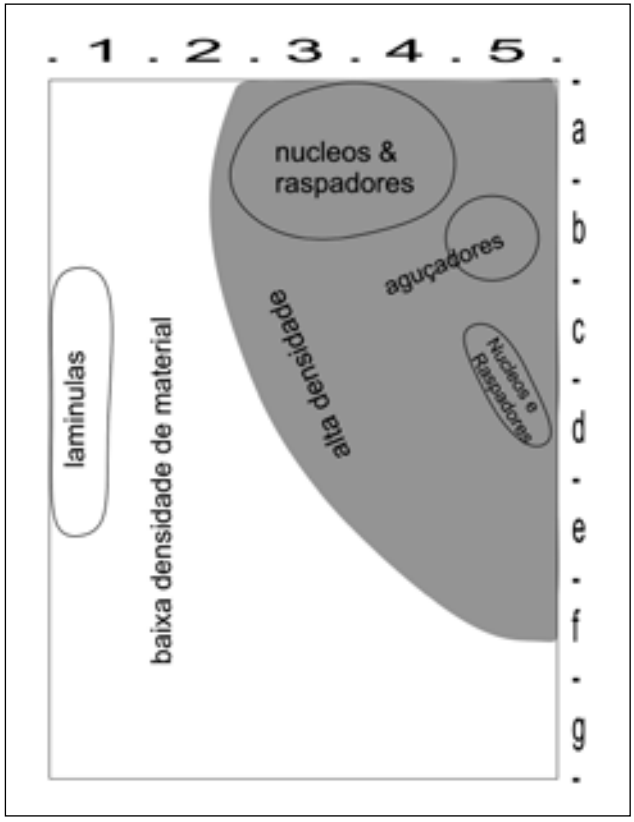


Figura 5 - Sítio Almeida (adaptado por Moraes, 1977)

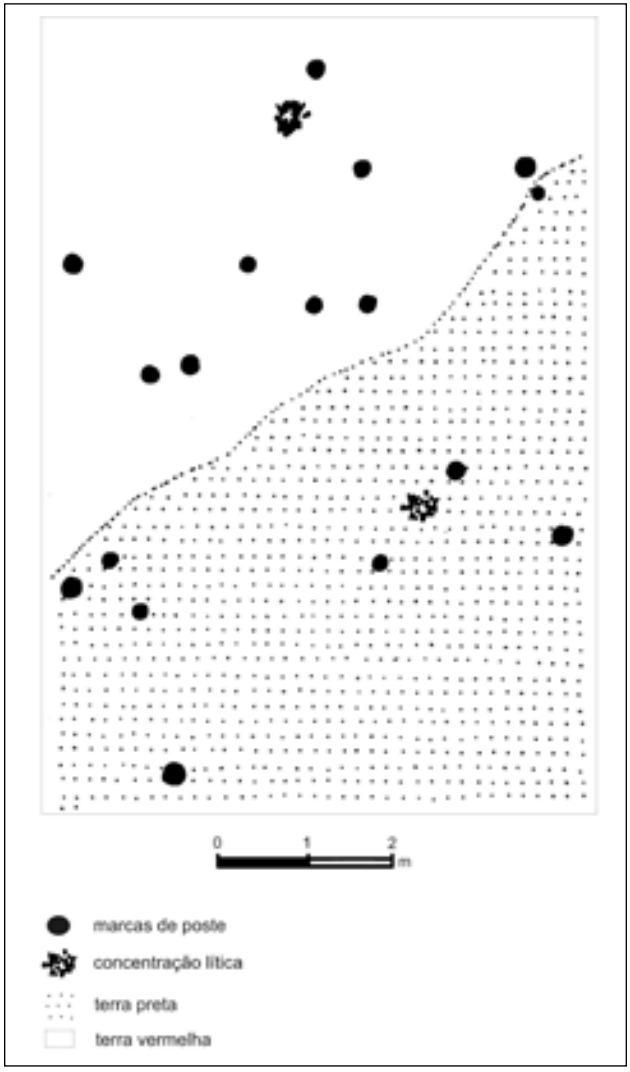


Figura 6 - Sítio Camargo (SP) Q2, área H1 (segundo Pallestrini, 1977 - modificado)

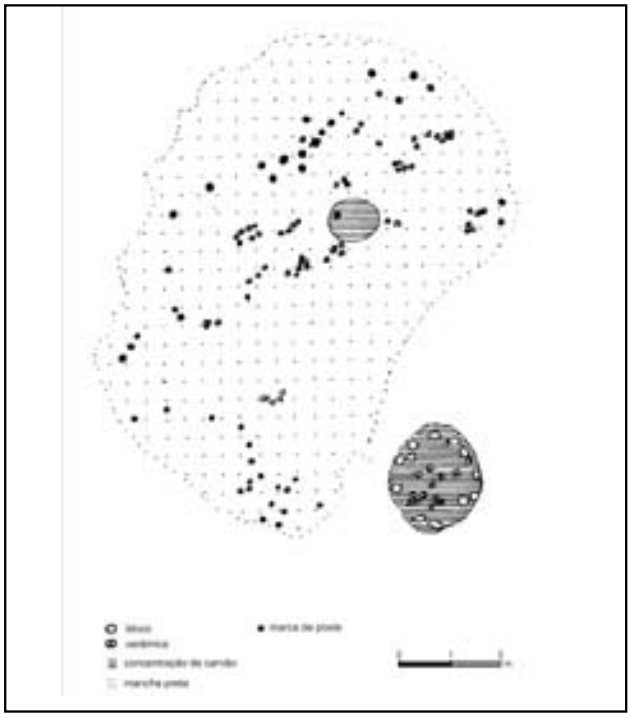


Figura 7 - Sítio Franco de Godoy Mancha M2 (segundo Pallestrini, 1981/82 - modificado)

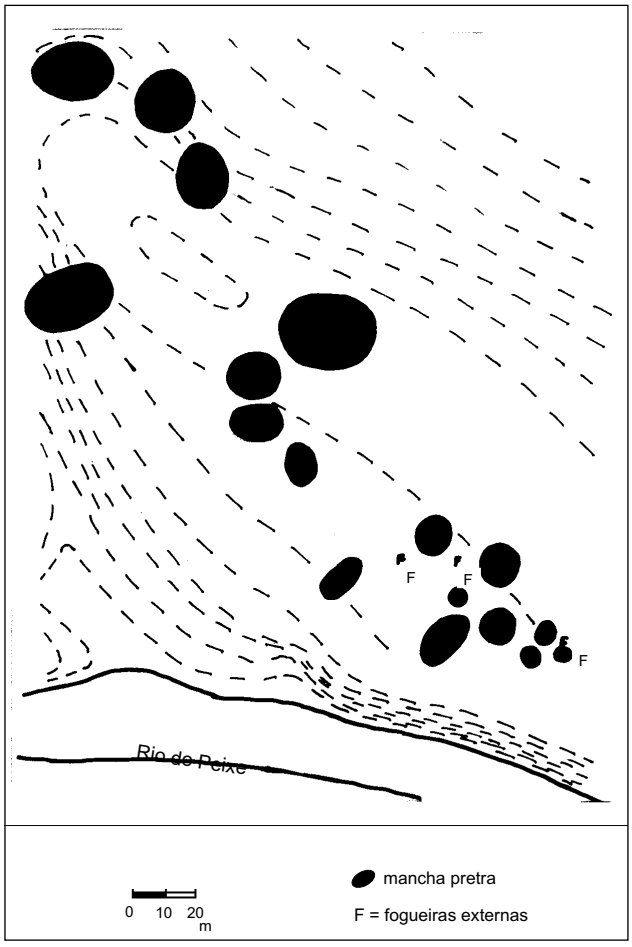


Figura 8 - Sítio Regada Garcia (segundo Pallestrini, 1975)

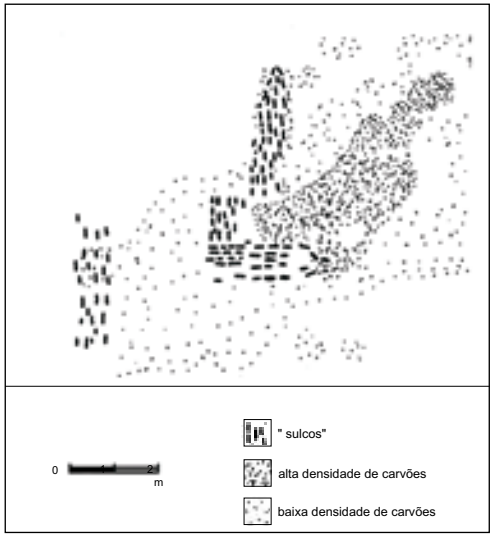


Figura 9 - Sítio Regada Garcia Marcas de esteiras (?) (redesenhado a partir de Pallestrini, 1975)

As manchas pretas, ricas em fragmentos de cerâmica, medem geralmente cerca de 15 x 8 m de diâmetro, ficando distantes uma da outra aproximadamente 10-15 m. A espessura das lentes escuras, ricas em material orgânico (25 a 30 cm de espessura), sugere uma ocupação intensa e, talvez, duradoura.

Arriscaremos agora algumas considerações de ordem quantitativa e qualitativa, a partir das tabelas e das informações esparsas nas publicações.

A densidade de cerâmica nas habitações varia muito, entre uma dúzia (sítio Prassévichus) e 200 fragmentos (sítio Fonseca) por m², a média sendo provavelmente cerca de 100 fragmentos (sítio Alves) nesses sítios, onde o grau de fragmentação costuma ser bem grande, segundo se pode verificar a partir das plantas publicadas. Acreditamos que esta quantidade de cacos significaria uma densidade média inferior a uma vasilha por m². Caso as ocupações tenham sido realmente de longa duração, seria de se supor que a maioria dos fragmentos de vasilhas quebradas antes do abandono dos sítios teria sido eliminada do espaço doméstico, mas não se mencionam acúmulos fora das supostas áreas de habitação.

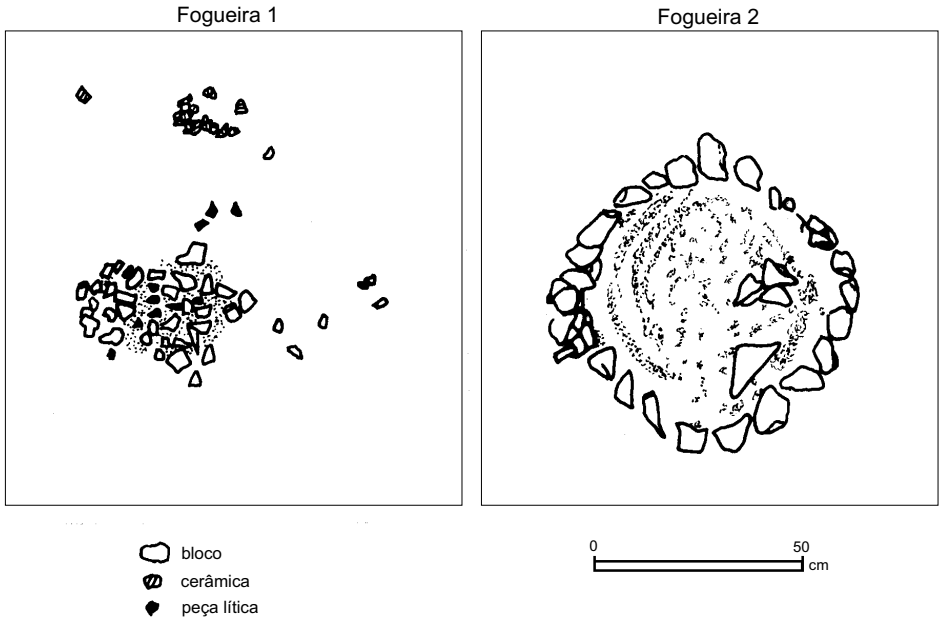


Figura 10 - Sítio Regada Garcia (segundo Pallestrini e Morais, 1983/4)

Dentro das manchas escuras encontram-se vestígios de combustão pouco estruturados, ao redor dos quais se concentra a maior parte da cerâmica (Alves; Franco de Godoy). No sítio Almeida ocorrem também concentrações de refugo de material lítico lascado, enquanto as peças retocadas e utilizadas encontram-se na periferia das manchas (MORAIS, 1992). Neste mesmo sítio, uma planta de 35 m² evidencia o agrupamento dos calibradores no metro quadrado b5, ao redor do qual as lascas parecem formar um círculo; os *nuclei* (e os "raspadores" que acreditamos, pelas fotografias, serem também *nuclei*) reúnem-se, por sua vez, em duas acumulações, nos metros a-b/3-4 e d-e/4-5 (FIG. 5).

Algumas marcas de poste com 10 cm de diâmetro foram encontradas nos 16 m² escavados do sítio Alves; nos sítios Camargo (FIG.6) e Franco de Godoy, havia dezenas desses negativos, sugerindo dois tamanhos (uns postes com diâmetro de 10 cm e outros, um pouco maiores), a maioria contornando as manchas escuras. Na mancha M2 de Franco de Godoy, as marcas de poste parecem formar dois alinhamentos que se encontram em ângulo reto; outro pequeno grupo de marcas poderia compor um terceiro alinhamento, também perpendicular ao primeiro. O conjunto rodeia uma estrutura de combustão (FIG. 7). Não deve tratar-se de uma grande habitação coletiva, pois a observação da planta sugere que a largura original da zona escura não teria ultrapassado 3 m; o pequeno diâmetro dos postes, por sua vez, sugere uma estrutura leve. Talvez a Mancha n°1 fosse o local de moradia principal e M2 fosse um simples abrigo com um lado aberto, e rodeado por três grandes fogueiras externas. De qualquer forma, a presença de duas urnas nos arredores sugere que o sítio Franco de Godoy não tenha sido um simples acampamento.

Numa mancha preta do sítio Regada Garcia (FIG. 8), Pallestrini observou conjuntos com marcas semelhantes às que deixariam esteiras de taquara fincadas verticalmente perto de uma fogueira (seriam divisórias? FIG. 9).

Nas imediações das manchas, mas fora delas, ocorrem grandes fogueiras que podem medir até quase 2 m de diâmetro no sítio Regada Garcia (FIG. 10). No sítio Almeida são um pouco menores (0,8 a 1 m de diâmetro): três delas estavam cercadas por blocos de pedra, enquanto a quarta estava cheia de blocos. Acreditamos tratar-se de fogões para cozinhar nas pedras quentes, abandonados em diferentes fases de uso.

O estudo da indústria lítica dos sítios do Paranapanema é abordado em outro texto nosso, neste volume.

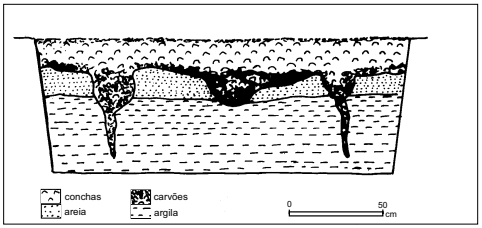


Figura 11 - Acampamento do Telégrafo (GB 1) segundo Beltrão, 1978 - modificado

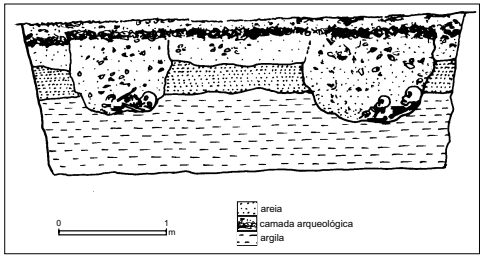


Figura 12 - Sítio GB 10 (segundo Beltrão, 1978 - modificado)

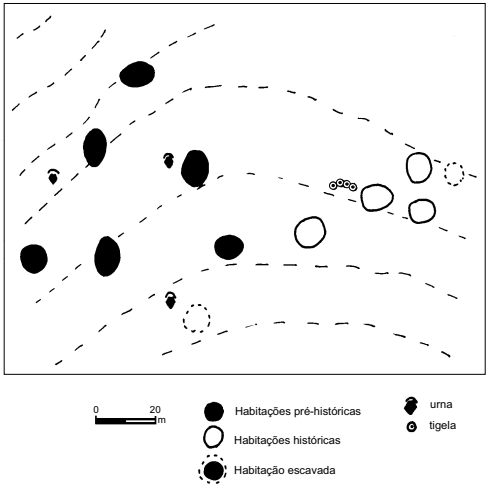


Figura 13 - Sítio Três Vendas (segundo Kneip & al., - modificado)

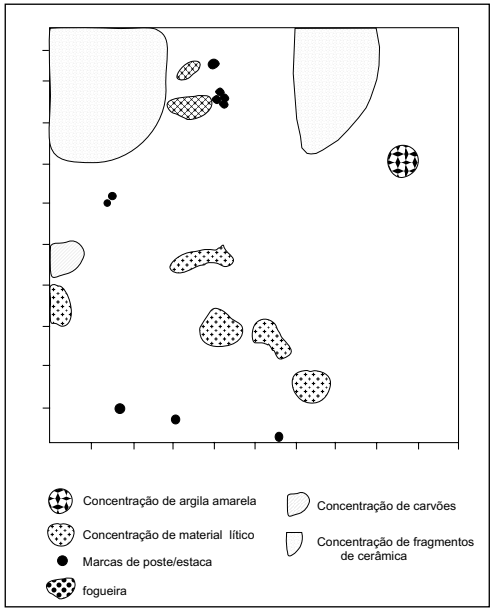


Figura 14 - Três Vendas (segundo Kneip, Moteiro & Seyferth, G)

Quanto à decoração cerâmica, podemos salientar o fato que, apesar de quase todos os sítios apresentarem idades parecidas e se encontrarem na mesma bacia hidrográfica, as porcentagens de cada categoria parecem variar amplamente de um sítio para outro, embora os dados sejam raramente apresentados. Pela contagem publicada de 1306 fragmentos provenientes de um setor da mancha "T" do sítio Alves, parece haver apenas fragmentos pintados (30,1%) e simples (69,9%), o que sugere que todas – ou quase todas – as vasilhas teriam sido pintadas. Há maior variedade no sítio Fonseca, onde 13% dos 4437 fragmentos coletados são corrugados, 11,2% ungulados e 18,2% pintados, enquanto 49% não apresentam decoração. No interior deste mesmo sítio, notamos uma grande regularidade da representação do tipo ungulado em seis das sete concentrações (entre 9,25 e 14,46%), o mesmo ocorrendo para o tipo pintado (entre 16 e 23%), enquanto as categorias lisa e corrugada dominam, cada uma em determinadas manchas pretas. Destacam-se duas concentrações: uma delas ("núcleo Ω") pela presença de decorações praticamente ausentes nas demais e que aqui totalizam 17% dos fragmentos. A outra ("núcleo α") pela raridade de decoração pintada (apenas 2,3% dos fragmentos), o que sugere que muitas vasilhas ficariam sem decoração (os cacos "lisos" somam 62%). Nas outras concentrações, a porcentagem relativa de fragmentos pintados e lisos (na proporção aproximativa de um pintado para cada dois ou três simples) deixa supor que haveria poucas ou nenhuma vasilha sem decoração, já que a pintura nunca ocorre na parte inferior dos potes fechados (ao contrário do que ocorre nas vasilhas abertas). Havendo apenas uma datação para o sítio, não se pode discutir a possibilidade de essas variações refletirem ocupações de épocas distintas, ou diferenças de ordem social ou funcional.

As pesquisas paulistas dos anos 1970 privilegiaram a escala "macro" no estudo dos sítios tupiguarani. O exame das plantas de superfícies escavadas, mesmo que limitadas, evidenciam uma distribuição heterogênea, tanto dos vestígios cerâmicos quanto líticos.

Esperamos que as escavações contratadas neste início do século XXI permitam ampliar os conhecimentos, multiplicando as escavações exaustivas e a interpretação de estruturas habitacionais.

Paraná e Mato Grosso do Sul

No Paraná, I. Chmyz encontrou vários fogões com pedras, seme-

lhantes aos de São Paulo; alguns deles estão associados a marcas de postes, sendo então interpretados como moquéns. No sítio Rio Carumbeí, um fogão era formado por duas camadas de blocos e seixos de basalto queimados. O mesmo autor informa sobre outras estruturas habitacionais nos estados vizinhos de São Paulo.

Ainda no Paraná, o arqueólogo descreve uma grande habitação do sítio Paineira, medindo 23 x 18 m, que escavou parcialmente. Duas linhas paralelas de esteios (negativos com 30 cm de diâmetro) equidistantes marcavam a zona central da maloca; os postes de um alinhamento estavam geminados, os do segundo estavam isolados. Numerosas marcas menores (10 cm de diâmetro) estavam dispostas "de forma mais ou menos elíptica" ao redor da habitação. No espaço central ainda havia uma depressão cheia de terra rica em carvões que estava coberta por pedras, e algumas fogueiras circulares. Em síntese anterior (PROUS, 1992, FIG. 66), um dos autores arriscou uma reconstituição a partir da descrição do pesquisador paranaense, mas trata-se, obviamente, de um croqui hipotético.

Nas margens do rio Samambaia (MS), o mesmo autor (CHMYZ, 1969/70) menciona a existência de um sítio da fase Ivinheima, caracterizado por uma única grande mancha de terra escura formando um semicírculo aberto para o rio; nela encontravam-se vestígios líticos, cerâmicos e faunísticos. A mancha forma uma faixa de 10 m de largura, numa extensão de 100 x 80 m ao redor da praça central onde se concentravam urnas funerárias e sepultamentos primários, cujo grande número (mais de 30 urnas em apenas 13 m² escavados) apóia a hipótese de uma ocupação muito longa ou, pelo menos, repetida ciclicamente. Pensamos que a continuidade da mancha escura poderia corresponder a uma acumulação periférica de refugo e não a fundos de habitação, mas esta hipótese precisaria ser testada a partir de um estudo da densidade, da fragmentação e da repartição dos vestígios. Também é possível que, durante uma ocupação duradoura, as casas tenham sido reconstruídas ao lado das antigas, criando um semicírculo contínuo de refugo.

As pesquisas realizadas nos estados de São Paulo, do Paraná e do Mato Grosso do Sul salientaram a disposição das estruturas de habitação. Infelizmente, a exiguidade das áreas escavadas, assim como a falta de publicação e análise sistemática das plantas de repartição dos vestígios, limitam as possibilidades de interpretação. Os levantamentos mais abrangentes realizados na Aldeia da Queimada Nova (PI) e a esca-

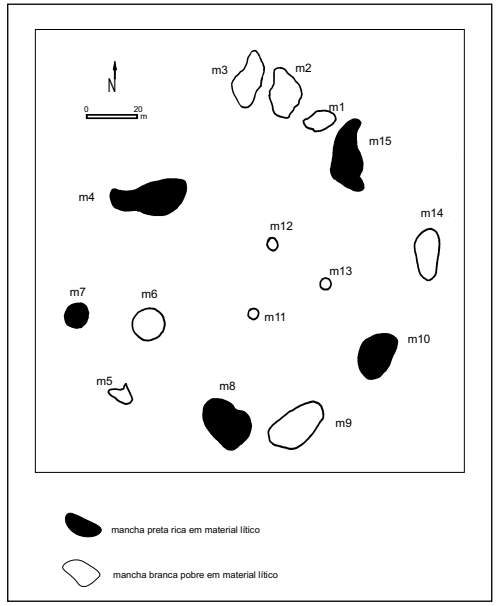


Figura 15 - Aldeia de Queimada Nova - PI (a partir de Vialou, 1976)

vação completa das estruturas do sítio de Candelária (RS) permitem avançar um pouco mais no exame dos aldeamentos nos dois extremos da área de dispersão tupiguarani.

Os sítios litorâneos do Rio de Janeiro à Bahia

Dispomos de poucas informações arqueológicas sobre a estrutura dos sítios do litoral central e nordestino, e quase todas se referem ao litoral carioca.

M. Beltrão, a partir das poucas datações disponíveis nos anos de 1970 (BELTRÃO, 1978) sugere que as mais antigas aldeias (400/700 AD) seriam caracterizadas por dimensões modestas (cerca de 200 m de diâmetro) e um grande consumo de moluscos, cujas valvas eram depois acumuladas em fossas. Mais tarde, grandes aldeias, com até 600 m de diâmetro, instalar-se-iam nas imediações dos grandes rios ou em pequenas elevações dominando as praias. Entre 1000 e 1300 AD, as aldeias-base onde a população moraria em grandes malocas e enterraria a maioria dos mortos, seriam complementadas por pequenos acampamentos sazonais de coleta de moluscos (pseudo-sambaquis.). Nesses estabelecimentos sazonais, cujo sedimento com até 1 m de espessura é formado por numerosas valvas de berbigão e mexilhões misturadas com areia, encontram-se fossas de 1 a 3 m de diâmetro e profundidade de até 1,5 m, cheias de refugo culinário (fragmentos de ossos, conchas) e de cerâmica (FIG. 11 e 12). Em poucos casos encontram-se sepultamentos dentro de fossas de mesmo tipo (Beltrão menciona um sepultamento masculino e outro feminino, com uma criancinha). A autora assinala a existência de pequenas estruturas delimitadas por quatro postes, que seriam os abrigos instalados nesses acampamentos provisórios.

A única aldeia (ou conjunto de aldeias) descrita na bibliografia é o sítio de Três Vendas (Araruama-RJ, ver FIG. 13), instalado na encosta de uma colina baixa, próxima a um rio hoje assoreado. Neste local foi identificado um conjunto desordenado formado por sete manchas escuras ovais com 10 a 15 m de diâmetro – fundos de habitação – com material indígena, entre os quais havia três urnas funerárias. Um pouco afastadas, outras cinco concentrações, de forma mais circular e com 9 a 10 m de diâmetro, apresentavam tanto fragmentos de cerâmica tipicamente tupiguarani quanto de louça europeia, sendo, portanto, um sítio de contato (KNEIP, MONTEIRO e SEYFERTH, 1980). Uma escavação de 100 m² foi realizada dentro de uma das habitações consideradas pré-históricas, evidenciando acumulações distintas de material lítico (trabalhado ou não), de cerâmica (sobretudo vasilhas pintadas), bem como uma concentração de argila amarela. Foram também registradas algumas marcas de postes (com diâmetro maior) e de estacas (diâmetro menor) (FIG. 14). A população desta aldeia pré-histórica é avaliada entre 140 e 150 pessoas.

Na mesma região de Araruama, as escavações de A. Buarque evidenciaram numerosas es-

truturas funerárias, apresentadas em capítulo a parte neste volume.

Até agora, as escavações realizadas no litoral carioca não evidenciaram indícios de paliçadas defensivas como as que rodeavam as aldeias Tupinambá descritas pelos cronistas.

Nenhuma aldeia tupiguarani foi descrita para os estados do Espírito Santo e da Bahia, mas C. Perota (1971) informa que os sítios da fase Cricaré, no Espírito Santo, podem alcançar uma extensão de até 100 x 200 m. Menciona também que:

> *(...) em dois sítios foram encontrados grupos de pedras, geralmente 3, que tinham 2/3 enterrados no solo e o resto aflorando, as quais possivelmente foram utilizadas para suportes de grandes recipientes cerâmicos (est. 38). Algumas delas foram escavadas não se notando sinais de fogo nas proximidades, nem as pedras foram alteradas pela ação do fogo. (PEROTA, 1974, p.132)*

Veremos mais adiante que esse tipo de estrutura é típico de certos sítios do baixo vale do Rio Doce, em Minas Gerais.

No litoral meridional do estado da Bahia, C. Etchevarne (1999/2000) menciona uma grande aldeia escavada pelo NAPAS/UFBA em Santa Cruz de Cabrália, cujos vestígios se estenderiam por 750 x 545 m.

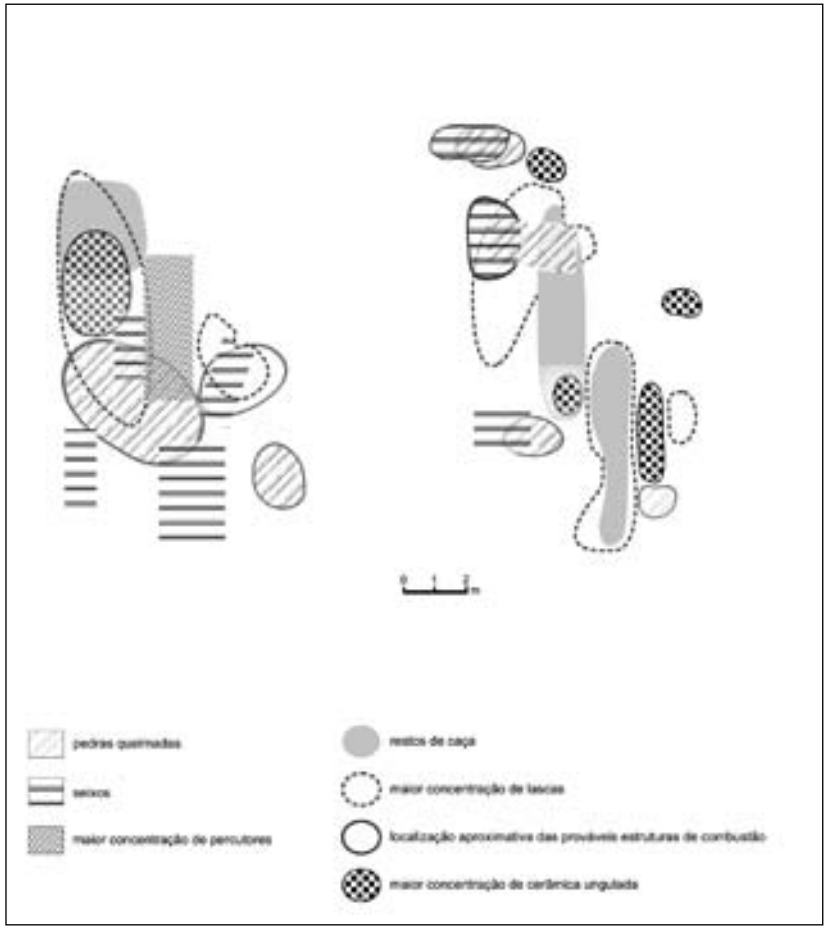


Figura 16 - Candelária (RS) (a partir de Schmitz, 1990 - modificado)

Os sítios do interior: o sudoeste baiano e leste de Goiás

Nessa região, os sítios tupiguarani parecem pouco numerosos e há poucas publicações a seu respeito.

No entanto, algumas aldeias caracterizadas por manchas pretas são mencionadas no oeste baiano, como o sítio Zé Preto (ETCHEVARNE e MACEDO).[7] No sítio BA-RC-44, três concentrações de cerâmica comportam entre 80 e mais de 400 fragmentos de cerâmica; nele, parece haver um ateliê de produção de pequenas lâminas (pré-formas?) de machado lascadas (SCHMITZ *et al.,* 1996). Não muito distantes, os sítios da fase Santo Domingos, em Goiás, se destacam pelo fato de os enterramentos em urna ocorrerem abaixo de paredões rochosos (SCHMITZ *et al.,* 1996) caracterizando um comportamento excepcional entre os Tupiguarani.

Queimada Nova (PI)

O sítio da Queimada Nova foi a origem de um dos estudos mais interessantes sobre uma aldeia tupiguarani (MARANCA e MEGGERS, 1981).

A aldeia comporta 15 manchas de terra escura; as 12 maiores (varia o diâmetro maior entre 18 e 40 m) têm forma elíptica e formam um círculo com cerca de 140 m de diâmetro ao redor de uma "praça". São ricas em material lítico e cerâmico, enquanto as três menores (circulares, com cerca de 5 m de diâmetro), na parte central da praça, não apresentaram quase nenhum vestígio de indústria. Algumas acumulações de blocos e plaquetas, com raras peças líticas lascadas, foram também encontradas espalhadas no espaço central.

Não foi possível estudar a repartição interna dos vestígios dentro de cada unidade residencial, pois embora tenha havido uma coleta de superfície geral, as escavações limitaram-se a trincheiras de superfície limitada. No entanto, *postulando-se que os vestígios coletados sejam representativos do universo presente em cada mancha preta*, é possível destacar a presença de diferenças marcantes entre os vários espaços do sítio (FIG. 15).

Em relação à cerâmica, as pesquisadoras notaram que os motivos pintados sobre fundo branco eram exclusivos das seis casas situadas a oeste do círculo de habitações – assim como os raros fragmentos corrungulados –, enquanto as peças com pinturas feitas sobre fundo natural encontravam-se (com exceção de poucos fragmentos na estrutura n° 7) nas seis manchas escuras da metade leste. As outras fórmulas decorativas não variam, sendo o corrugado, de longe, a mais popular em todas as unidades.

Assim sendo, as autoras supõem tratar-se de uma aldeia dividida em duas metades exogâmicas matrilineares, evidenciadas através das duas modalidades de pintura. Com efeito, as oleiras nascidas de uma mesma mãe, permanecendo na maloca de origem, manteriam as características da sua produção. Para Maranca e Meggers, o fato deste sistema social ser conhecido entre os Jê modernos, mas não entre os Tupinambá históricos, explicar-se-ia pelo fato de que os cronistas dos séculos XVI e XVII não estavam preparados para identificá-lo e que, desde então, a pressão do contato com os europeus poderia ter provocado seu desaparecimento entre os Tupi.

Por outro lado, analisando os dados quantitativos publicados por Maranca (1976) para a

7. Manuscrito ainda não publicado.

cerâmica e por A. de Moraes (1977) para o material lítico, verificamos uma oposição entre parte das supostas moradias do círculo externo – nas quais há alta densidade de material lítico ou cerâmico (Manchas 4, 7, 8, 10, 15, cada uma com mais de 10 % da cerâmica coletada no sítio e entre 12 e 19% dos vestígios líticos) – e outras malocas, nas quais a quantidade de vestígios é muito baixa (Manchas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9 e 14, todas com menos de 5% dos vestígios líticos ou cerâmicos coletados). Mesmo entre estas últimas, a Mancha 1, a menos "pobre", ainda tem a densidade de artefatos líticos superestimada, por tratar-se da estrutura com maior superfície escavada em relação às suas dimensões.

Podemos ainda observar que existe uma tendência das casas "ricas" alternarem com casas "pobres" em vestígios preservados, com exceção do bloco formado pelas casas 2-3.

Por outro lado, verifica-se que duas casas encontram-se relativamente mais distantes das demais e que se trata exatamente da casa mais rica em material lítico e cerâmico (Mancha 4) e da casa mais pobre (Mancha 14), que se encontram diametralmente opostas de cada lado da praça.

Os discos polidos, inteiros ou fragmentados – objetos mais marcantes do sítio –, estão presentes em grande número, exclusivamente nas casas "ricas", enquanto vemos que as plaquetas brutas (provavelmente a matéria-prima para fabricá-los) estão quase tão bem representadas nas mais "pobres" quanto nas demais, levando-se em conta o tamanho das áreas escavadas em cada estrutura de habitação. Essa repartição mais equilibrada ocorre também para as lascas (a categoria de artefatos mais frequentes), ao contrário dos núcleos e dos raspadores, que se concentram nitidamente nas casas "ricas" em vestígios.

Não há correlação direta entre a riqueza e a pobreza em vestígios lito-cerâmicos e o tamanho das supostas casas, já que a mancha 7 destaca-se por ser uma das mais ricas em material, apesar de sua superfície reduzida, enquanto a 9, bem maior, é muito "pobre". As "microestruturas" da praça (Manchas 11, 13), por sua vez, não apresentam quase material nenhum.

Candelária (RS)

Candelária é, até agora, o único sítio tupiguarani intensivamente escavado (pela equipe de Professores do Colégio Mauá de Santa Cruz do Sul, em 1968 e 1974) e cujas plantas de repartição de material tenham sido analisadas e publicadas (SCHMITZ, 1990). Esse trabalho pioneiro evidencia o papel que os "amadores" esclarecidos podem desempenhar na arqueologia brasileira.

Nesse sítio foram encontradas três concentrações de material no centro de manchas pretas (ditas "núcleos"); supondo-se que as duas tivessem sido ocupadas simultaneamente, sua população total foi avaliada, a partir da superfície de refugo, entre cerca de 60 e 70 pessoas.

As plantas de escavação (FIG. 16) evidenciam, particularmente no "núcleo B", a existência de vários setores de atividades. Apresentaremos aqui as observações convergentes feitas pelos pesquisadores gaúchos e por nós mesmos; como a orientação das estruturas não está indicada

nos mapas, diferenciaremos as zonas pelos termos "no alto (ou 'limite superior'), na parte inferior, no centro, à direita e à esquerda" dos mapas.

Nota-se a existência, no centro, à esquerda da escavação do Núcleo "B" (setores 6 e 7), de uma concentração de pedras queimadas e de seixos que testemunham, provavelmente, a existência de estruturas de combustão; outra concentração semelhante, menos densa, pode ser observada nos setores 8 e 9 à direita da planta. Os vestígios faunísticos (entre os quais dominam os de cervídeos adultos) concentram-se exclusivamente no alto do mapa, acima do provável centro de combustão principal.

O material lítico parece também evitar o centro de combustão principal, as lascas ocupando a metade superior do "núcleo B". A maior quantidade de lascas – junto a numerosos afiadores em canaleta – encontra-se quase no limite superior da concentração de material, onde se nota a ausência de percutores (setores 3-5). Parece haver, nesta região, uma nítida associação entre restos faunísticos e lascas. Seriam estas destinadas ao trabalho dos caçadores, como esquartejamento de caça de porte maior e preparação de armas? Ou marca de afazeres femininos, como preparação da carne? Outra concentração de material lítico encontra-se na região central, onde os objetos lascados ficam junto da maior quantidade de seixos e da maior concentração de percutores: poderia tratar-se de uma área de debitagem onde se guardariam também as matérias-primas. As peças com canaletas e os alisadores distribuem-se em vários locais, como se fossem objetos sempre necessários e, portanto, sempre à mão. Nota-se o grande número dessas peças (96), assim como a quantidade de percutores (18) e "peças intermediárias" (12), que ultrapassa muito o número de "núcleos" (14 peças nucleiformes). Lascas (26) e fragmentos, por sua vez, somam apenas 87 unidades. Isto nos sugere que os percutores teriam várias utilizações, e não apenas a de lascar a pedra.

A cerâmica ungulada, pouco abundante, concentra-se no mesmo local da fauna, estando afastada das prováveis estruturas de combustão; sabendo que as ungulações decoram normalmente vasilhas médias ou pequenas, poderia tratar-se de recipientes para colocar um pouco de água à disposição de quem trabalharia, ou para coletar pequenos órgãos dos animais esquartejados? Os fragmentos pintados e não decorados (provavelmente provenientes das mesmas vasilhas, com parte inferior não decorada) apresentam uma repartição e densidade rigorosamente semelhantes, encontrando-se principalmente nos setores centrais (4 e 5) – entre a suposta estrutura de combustão principal e o setor rico em fauna e em material lítico. A cerâmica corrugada – dominante, a não ser na parte alta da planta – espalha-se por quase todo o núcleo "B", mas é particularmente numerosa onde há concentrações de pedras queimadas, apoiando a suposição de que estaria ligada aos processos culinários.

O núcleo "A" apresenta também algumas áreas diferenciadas. Os vestígios concentram-se ao longo de uma faixa que divide o núcleo pelo meio no sentido vertical; de novo, boa parte das lascas e fragmentos ocupa o mesmo espaço dos ossos. Percutores e núcleos bipolares agrupam-se em dois pontos marginais em relação à fauna e às lascas, mas próximos aos agrupamentos principais de pedras queimadas. De novo, calibradores ("afiadores em canaleta") e alisadores

espalham-se em todo o "núcleo", assim como a cerâmica – sem que se vislumbre, desta vez, uma repartição diferencial dos tipos decorados, embora a maioria dos poucos fragmentos ungulados encontre-se em situação marginal, no extremo alto e no extremo alto-direito da planta, próximos aos restos faunísticos e fora das estruturas de combustão.

O "núcleo C" comporta duas concentrações de materiais; foi escavado de maneira menos completa e com registro menos preciso. Mesmo assim, nota-se que os núcleos estão separados tanto dos percutores quanto das lascas, enquanto os afiadores tendem a estar junto das lascas. A cerâmica ungulada aparece nas margens do suposto núcleo residencial, enquanto os demais tipos e os fragmentos de massa argilosa preparados espalham-se de modo mais uniforme.

Não dispomos de um levantamento geral dos sítios tupiguarani do Rio Grande do Sul, mas podemos utilizar a publicação de Schmitz, Rogge e Arnt (2000) para avaliar o número e o tamanho das concentrações registradas no Médio Jacuí. Verifica-se uma média de quatro concentrações por sítio – não havendo, obviamente, como verificar se todas seriam contemporâneas. De forma circular (sobretudo as menores) ou ovalada, seu diâmetro maior varia entre cerca de 5 m e mais de 40 m; de fato, a grande maioria mede entre 8 e 25 m. Embora existam superposições parciais entre concentrações (no sítio RS-MJ-50), o espaçamento entre as supostas habitações costuma ser constante, de 10 a 15 m, sugerindo habitações contemporâneas. A disposição das concentrações varia bastante, pois tanto podem formar um semicírculo (RS-MJ-33, 34 ou 40) quanto um agrupamento nucleado (RS-MJ 98), ou encontrar-se alinhadas (RS-MJ-47).

2. Arqueologia do sítio Florestal 2 (MG)

Os sítios arqueológicos Florestal 1 e 2 são dois entre vários sítios Tupiguarani localizados no Vale do Rio Doce durante o projeto de licenciamento ambiental da UHE Aimorés (2000/2004). Descobertos por A. Baeta, apresentam características ímpares em sua situação topográfica e uma boa preservação (excepcional no contexto regional) dos vestígios e das estruturas. Estas justificaram uma pesquisa intensiva, levada a cabo pela equipe do Setor de Arqueologia do MHN-UFMG em 2002/2004. Pretendíamos escavar a maior parte do sítio arqueológico e analisar a totalidade dos vestígios para entender detalhadamente as características da ocupação do lugar e compará-lo com outros sítios estudados em outras regiões do Brasil. Esperávamos também recuperar numerosas vasilhas com decoração pintada para aumentar a documentação que estávamos reunindo sobre os grafismos tupiguarani.

Este último objetivo foi frustrado, na medida em que as pinturas foram, nesse sítio, muito mal preservadas, aparecendo apenas vestígios dos desenhos. Em compensação, a riqueza de informações proporcionada pela reconstituição das formas e do número de vasilhas em cada local do sítio permite abordar vários aspectos da organização do espaço. Embora as remontagens e as análises do espaço estejam ainda em curso, podemos apresentar, neste artigo, alguns aspectos da organização interna do sítio e do "equipamento" encontrado nos diversos setores.

Mapa de localização dos sítios arqueológicos



Não se trata de realizar uma síntese, nem uma descrição sistemática (que seriam prematuras, já que os estudos estão ainda em andamento), mas de mostrar os problemas levantados em cada etapa do trabalho e as reflexões que guiaram os procedimentos, em campo e em laboratório.

Apresentaremos inicialmente as características do sítio e a metodologia de campo elaborada para se adaptar as suas peculiaridades; a seguir, mostraremos sucessivamente as linhas gerais da sua organização e o detalhe de uma das concentrações de material. Finalmente, proporemos algumas interpretações para as estruturas observadas.

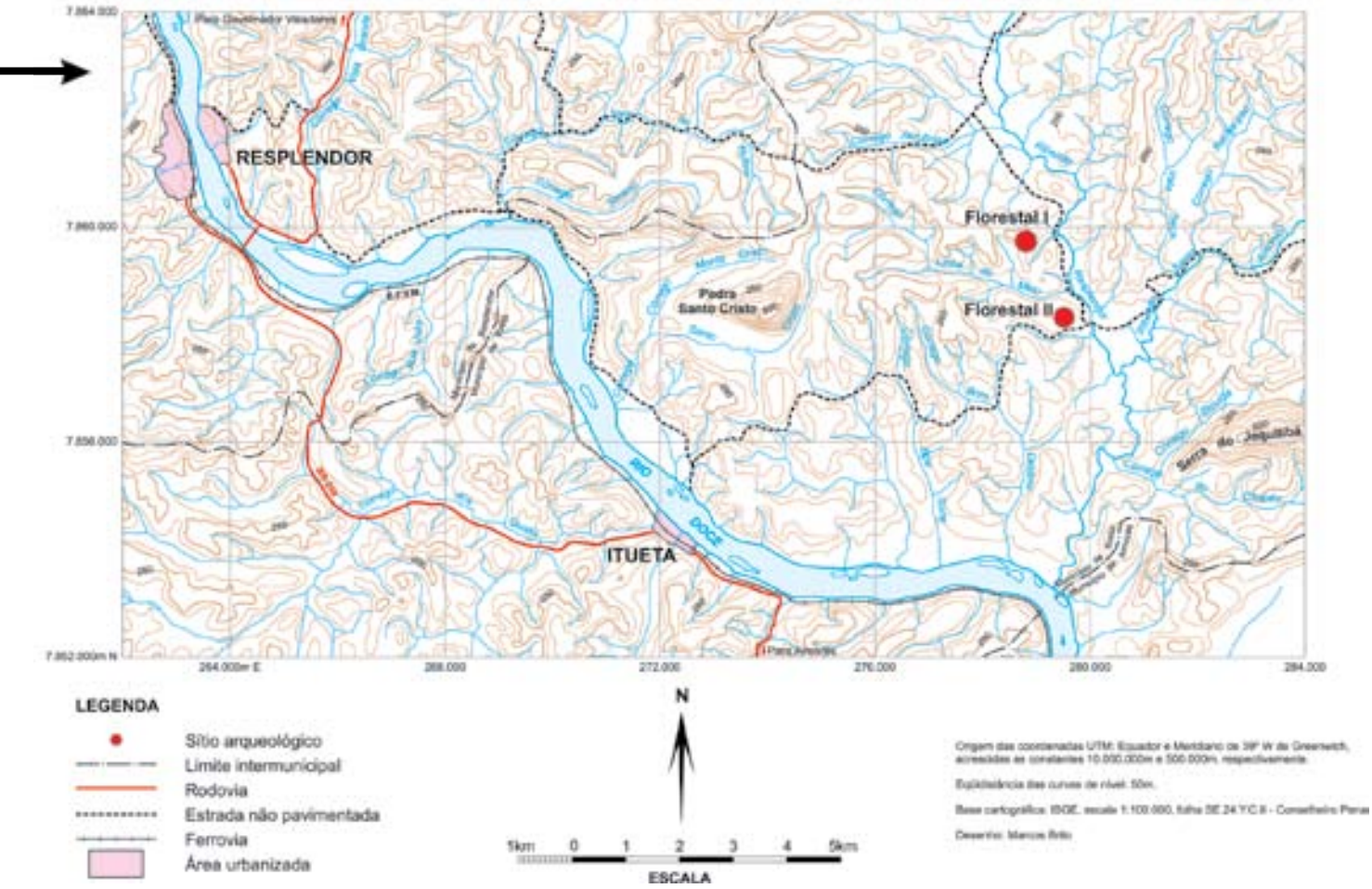
1. O sítio: situação, fontes de matérias-primas; condições de formação e de análise (A. P. e L. P.)

Localização

O sítio Florestal 2 dista cerca de 300 m do ribeirão Resplendor, um pequeno afluente do Rio Doce, ao qual se reúne 7 km mais abaixo. A paisagem local é muito acidentada, formada por morros de gnaisse – muitos dos quais apresentam um topo aplainado, mas cujas encostas, bastante abruptas, dominam os vales estreitos dos ribeirões. Destes, somente o ribeirão Resplendor pode ter sido navegável no passado, por canoas, particularmente depois da sua confluência com o riacho situado a poucas centenas de metros a jusante do sítio Florestal 2 (FIG. 17).

No brejo que acompanha o leito do rio no sopé do morro, onde fica o sítio, encontram-se no fundo do leito as melhores argilas das imediações para a fabricação de cerâmica; podem ser coletadas na seca – pois, nos barrancos, há um teor de areia acima do desejável (as argilas coletadas no rio e os cacos cerâmicos arqueológicos vêm sendo analisados por ativação neutrônica no Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear/CDTN de Belo Horizonte para determinar se as oleiras de Florestal aproveitaram-nas ou importaram argilas de melhor qualidade).

O embasamento geológico proporciona localmente um gnaisse adequado para servir como bigorna; a variedade local, sendo particularmente rica em grãos grossos de sílica, apresenta qualidades abrasivas próximas as de um arenito. Na encosta logo abaixo do sítio ocorre um



pequeno afloramento de anfibolito. Encontra-se também localmente quartzo de filão – geralmente de péssima qualidade –, que proporcionava gumes lascados. A menos de 3 km, próximo ao sítio Florestal 1, afloram blocos de silexita que eram conhecidos dos moradores de Florestal 2 (que trouxeram vários blocos para o sítio), mas que não foram lascados, por serem de péssima qualidade. Pesados blocos de canga foram também trazidos para o topo do morro, mas não encontramos seu local de origem.

Não sobrou nada da Mata Atlântica primária, mas capões de mata secundária subsistem no alto dos morros – inclusive no sítio arqueológico, atualmente preservado como reserva florestal particular.

Os sítios Florestal 1 e 2 não se encontram numa situação considerada típica para aldeias tupiguarani, já que a maioria das suas estruturas localizadas ocupam o topo plano de morros que dominam 150 m (Resplendor 1) e 80 m (Florestal 2) o rio Resplendor, enquanto que nos outros assentamentos encontrados na região, os sítios ocupam preferencialmente morros residuais baixos ou praias e terraços nas imediações do rio Doce.

De fato, existem dois conjuntos Tupiguarani em Florestal 2: o do topo (escavado de forma intensiva) e um outro, instalado no terraço arenoso do rio e que não pôde ser escavado da mesma forma, por exigência do proprietário; este foi objeto apenas de coleta superficial e de pequenas sondagens para retirar urnas expostas, e de um levantamento parcial por GPR (realizado por P. Aranha, do IGC-UFMG). Não sabemos se os dois conjuntos (terraço e topo) teriam sido ocupados contemporaneamente. Dessa forma, apresentaremos aqui essencialmente o sítio superior.

Os vestígios líticos e cerâmicos do sítio Florestal 2 espalham-se numa área de 240 x 90 m no topo do morro (cerca de 210 m de altitude), embora a maioria se concentre numa superfície de 125 x 90 m. O forte declive torna cansativa a busca de água no rio, mas havia até poucos anos atrás duas minas de água mais próximas – uma das quais quase no topo da elevação.

Situação dos vestígios

Em razão da localização em lugar alto e praticamente plano, não houve aporte lateral de sedimento; no entanto, somente parte dos vestígios estão expostos na superfície, sendo os demais cobertos por até cerca de 15 cm de material (um pouco mais, apenas quando foram voluntariamente enterrados pelos ocupantes pré-históricos), mesmo na ausência de uma camada húmica significativa. O enterramento parcial dos vestígios pode ser, provavelmente, creditado à ação extraordinariamente eficiente das formigas, que revolvem o terreno e constroem enormes "murundus", enterrando os vestígios locais durante sua construção e proporcionando elevações desde onde a terra pode se espalhar por erosão até cobrir vestígios um pouco mais distantes. Uma vez reconhecida a importância deste fenômeno, pudemos desconfiar que a profundidade relativa em que se encontravam os diversos fragmentos líticos ou cerâmicos não fosse um indicador de antiguidade de deposição. Assim prestamos, ainda em campo, atenção às possibilidades de remontagens; estas confirmaram que os fragmentos provenientes das mesmas vasilhas encontravam-se desde a base das escavações até a superfície, levando-nos a considerar cada concentração como "unidade" cronológica. Mesmo assim, continuamos registrando de forma separada os vestígios cerâmicos encontrados em várias profundidades (a partir de níveis arbitrários), muito mais para verificar a posição na qual tinham sido abandonados (potes emborcados, deitados ou em pé) que numa perspectiva cronológica – mesmo considerando-se

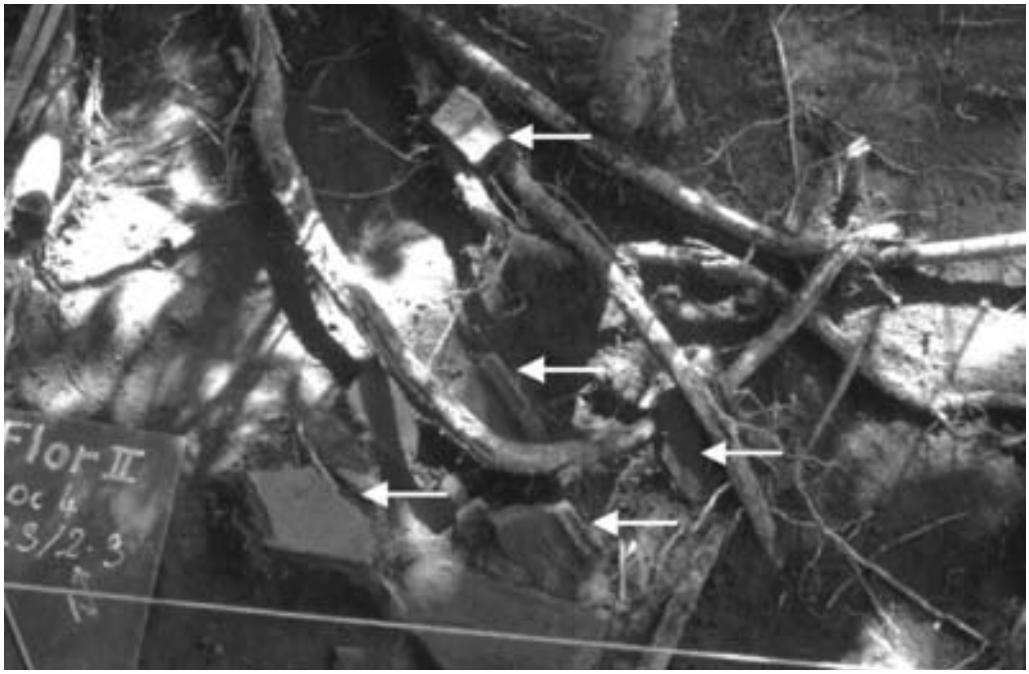


Fig. 19 - Raízes levantando cacos cerâmicos

que a posição final das peças poderia não ser a mesma do momento do abandono (FIG. 19). Para entender melhor as marcas e modalidades de atuação dos insetos, chegamos a escavar diversos formigueiros e cupinzeiros, tanto ocupados quanto abandonados, porém ainda estruturados. Precisávamos, inclusive, saber quais *murundus* seriam anteriores e quais posteriores à ocupação tupiguarani, pois esses montículos (sobretudo os cupinzeiros) poderiam ter sido aproveitados como mesas, assentos, ou até como trempe ou elementos de forno.

As formigas não foram as únicas responsáveis pelas condições de enterramento dos vestígios. As árvores, ao crescerem, empurraram-nos ou levantaram-nos, como ilustram os fragmentos levantados em posições inesperadas; podemos ainda presenciar este fenômeno entre as raízes das árvores atuais. Outras plantas simplesmente cresceram na terra pouco compactada que tinha penetrado em alguns potes, explodindo-os finalmente. Um processo semelhante ocorreu nos blocos de canga ferralítica trazidos ao sítio pelos Tupiguarani. Caracterizados pela presença de micro-condutos naturais, eles se fragmentaram quando plantas neles germinaram e cresceram. Obviamente, precisamos levar este fato em consideração ao interpretar o tamanho dos blocos de laterita nas concentrações líticas.

A gravidade também teve papel na disposição dos vestígios, particularmente sobre as peças

líticas menores, através da presença de micro-bioturbações (pequenas raízes, tocas de pequenos mamíferos e ninhos de insetos – alguns detectados na escavação e outros não) ou quando a terra molhada, durante a estação das chuvas, permitia o afundamento de objetos. Dessa forma, fragmentos de quartzo menores de 1,5 cm foram encontrados, em sua maioria, alguns centímetros abaixo dos outros vestígios, cerâmicos ou líticos – pelo menos, nas concentrações nº V e VII. Não havia razão para se pensar que fossem testemunhas de uma ocupação anterior, "pré-ceramista", pois se encontravam, sistemática e exatamente, enterrados sob as concentrações de material lítico de tamanho maior.

Finalmente, os vestígios foram perturbados por algumas intervenções humanas posteriores à ocupação indígena: a mata foi cortada cerca de 30 anos atrás (encontramos inclusive vestígios metálicos deixados pelos mateiros e caçadores) e os atuais proprietários dos sítios Florestal 1 e 2 lembram-se de ter brincado, quando crianças, com alguns potes ainda inteiros na superfície – o que explica que nem todos os recipientes podem ser reconstituídos. De fato, dependendo dos locais, pode faltar até 80% dos fragmentos das vasilhas maiores (local VII), mas a proporção de material preservado (ca. 80 % no local V) é geralmente bem maior que a dos fragmentos retirados. A dispersão das vasilhas maiores não ultrapassa uma área de 2 m de diâmetro, e a das menores não chega a 1m, evidenciando uma baixa perturbação. Assim sendo, grande parte dos fragmentos cerâmicos pode ainda ser remontada e podemos fazer uma estimativa realista do número de vasilhas existentes no sítio – uma situação bem diversa da que a bibliografia aponta e da que encontramos nos outros sítios Tupiguarani das escavações das quais participamos – tanto no vale do Rio Doce, quanto na região de Piraju, no vale do Paranapanema.

Procedimentos de levantamento e de escavação dos vestígios

Defrontávamo-nos com uma grande superfície (cerca de 22 000 m²) a ser levantada minuciosamente durante um tempo limitado (algumas semanas), em uma área onde a mata restringia a visibilidade a poucos metros sem, no entanto, impedi-la a curta distância. Em compensação, alguns testes mostraram que, apesar da vegetação e dos "murundus" que recobriam parcialmente o terreno, não haveria grande concentração de vestígios sem que a maioria dos fragmentos cerâmicos ou líticos fosse visível em superfície. Dessa forma, parecia possível encontrar uma grande proporção dos vestígios a partir de uma combinação de simples varreduras nas zonas mais "pobres" e de escavações cuidadosas nas zonas mais "ricas".

Para tanto, dividimos a área em 58 setores quadrangulares, ditos "caminhadas", com superfície aproximativa de 10 x 30 m, que foram percorridos por uma equipe de arqueólogos assistidos por mateiros locais, que varreram sistematicamente as folhas e outros detritos superficiais para evidenciar os vestígios líticos e cerâmicos. Com uma única exceção, as concentrações maiores ou mais significativas de material foram assim delimitadas e escavadas sistematicamente, com seus vestígios registrados em planta (num total de cerca de 900 m²), sendo denominadas "locais" (numeradas de IV a XII) ou "pontos" (estes, concentrações menores, designados por uma

letra de I a S). Os agrupamentos menores de vestígios (correspondentes a poucas unidades de recipientes ou objetos isolados de pedra) foram situados num croqui e o material coletado foi plotado aproximadamente numa planta expedita da área da caminhada correspondente. Assim, foi possível tanto um registro detalhado das ocupações mais intensivas quanto uma retirada quase completa dos vestígios isolados, destinada a fornecer uma visão de conjunto do sítio (FIG. 18).

No entanto, a ausência de modificação na cor do terreno (as manchas de terra preta, características da maioria dos sítios meridionais) tornou bastante subjetiva a delimitação das unidades de análise, fundamentadas essencialmente nas "macro-concentrações" de vestígios

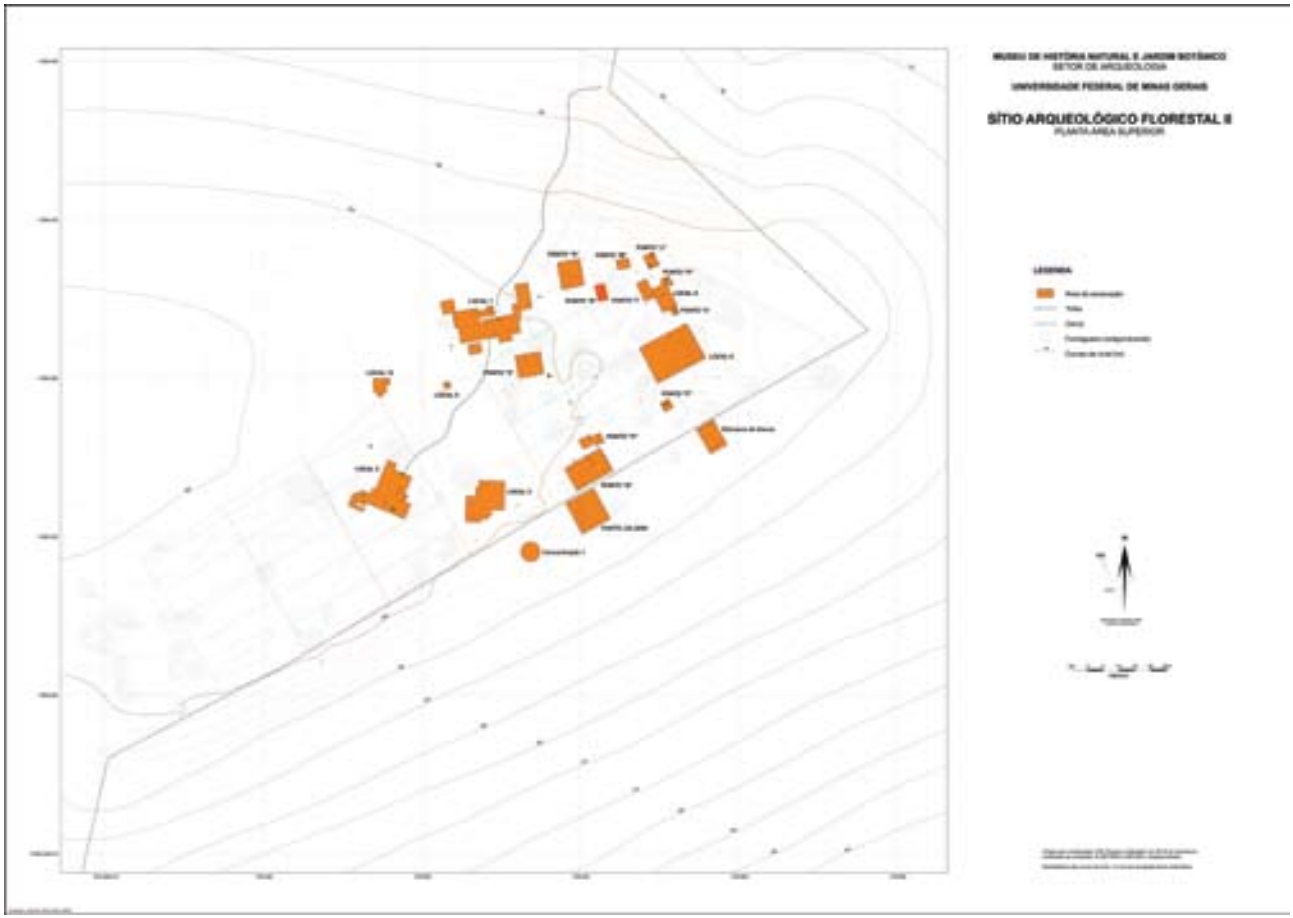


Fig. 18

arqueológicos, o que dificultou sua interpretação, como veremos adiante, pois a repartição dos vestígios não é homogênea nelas e todos os locais são formados por "micro- concentrações" muito próximas entre si.

2. Os vestígios materiais

A exposição ao intemperismo não favoreceu a preservação de vestígios orgânicos; a maioria dos carvões encontrados é comprovadamente associada à ocupação arqueológica, pois encontramos evidências de antigas queimadas – complicando o reconhecimento dos vestígios de combustão pré-históricos. Fora do local IX, não encontramos nenhuma concentração que comprovasse uma estrutura de combustão bem delimitada. Sendo improvável que nenhuma fogueira tenha sido acesa num local tão rico em vestígios e havendo vasilhas que apresentam marcas de uso como panelas, devemos admitir que as raízes possam ter reciclado totalmente as cinzas e os carvões arqueológicos.

O registro material limita-se, portanto, a fragmentos líticos e cerâmicos, além de restos de resinas. Não há manchas escuras, e apenas duas possíveis marcas de esteio puderam ser encontradas.

Apresentaremos rapidamente as principais categorias tecno-tipológicas dos vestígios, que serão utilizados para analisar a organização delas no espaço do sítio.

A cerâmica

Privilegiamos o estudo das vasilhas (a partir das remontagens), embora cada fragmento tenha sido observado segundo os procedimentos tradicionais na arqueologia brasileira. Depois de pesar todos os vestígios e analisar mais de 10.000 fragmentos (cerca de 500 kg de cerâmica – dois terços do material coletado), provenientes de algumas estruturas estudadas, e de remontar boa parte deles, já pudemos identificar 135 recipientes. Deve-se salientar que mais de 5.550 cacos (300 kg) ainda não foram analisados detalhadamente e que ainda podem aparecer morfologias e padrões decorativos não identificados, durante o avançar das pesquisas. Mesmo assim, postulando que nossa amostra deve ser representativa, procuramos verificar as relações existentes entre a forma, a capacidade, a decoração e o tipo de pasta.

As formas de recipientes incluem várias famílias morfológicas que refletem provavelmente distintas funções. Nota-se uma estrita relação entre o tamanho das vasilhas, a morfologia geral, as características das bordas e da decoração das mesmas, assim como dos vestígios de utilização – quando é possível reconhecê-los.

Diferenciamos os recipientes abertos (2 tipos de tigelas – uma pintada e a outra, simples ou pintada – e "tinas"); (semi) fechados (aparentemente panelas, pela forma e pela alta porcentagem de marcas de uso culinário) com um tipo pintado que apresenta inflexão simples, enquan-

to outro tipo corresponde a vasilhas unguladas duplamente cambadas, de contorno elíptico; e, finalmente, as vasilhas fechadas (grandes talhas pintadas e potes globulares bem menores com decoração espatulada).

Além das vasilhas, encontramos suportes de panela de forma anelar.

Os vestígios minerais

Os vestígios líticos foram todos trazidos de fora do sítio; os que foram transformados somam mais de 1600 peças – em sua maioria, de quartzo lascado (1557). Além de lascas medindo entre 2 e 5 cm, de peças nucleiformes, (raros) *nuclei* e de diversos resíduos de lascamento, foram achados dois conjuntos de micro-lascas reunidos em bolsões, que poderiam ser restos de uma reserva de peças destinadas a serem transformadas em dentes de ralador. Encontramos também quase uma centena de instrumentos utilizados brutos ou regularizados por picoteamento e abrasão, e outra centena de blocos grandes, poliédricos, trazidos para compor estruturas que serão descritas mais adiante. O material polido voluntariamente limitou-se a um fragmento: objeto em fase de fabricação em amazonita.

Fragmentos queimados de cupinzeiro, particularmente encontrados no "local 4", poderiam ter servido de trempe.

As estruturas com blocos de pedra (FIG. 20)

No anel, onde se concentram os vestígios arqueológicos, encontramos 16 conjuntos de blocos de pedra decimétricos (entre 18 e 40 cm de lado ou de diâmetro). Cada conjunto destes possui entre quatro blocos apenas e mais de duas dezenas destas pedras.

Nos conjuntos menores, geralmente situados nas imediações das grandes concentrações consideradas como habitações, algumas pedras apresentam uma ou duas canaletas ou, ainda, marcas de uso como mó, polidor ou bigorna. Estas estruturas de pedras parecem formar anexos às residências.

As concentrações líticas maiores, por sua vez, encontram-se mais distantes das habitações e a maioria delas agrupa-se a nordeste do sítio, em vários "pontos" identificados durante a varredura.

A maioria deles são blocos de concreção ferruginosa, vários dos quais apresentam sinais de terem sido desbastados para serem transformados em paralelepípedos, enquanto outros estão desgastados pelo intemperismo ou, bem mais raramente, pela ação do fogo. Foram dispostos ora em semicírculo, ora sem ordem aparente – mas alguns deles foram, provavelmente, deslocados por visitantes no período recente.

Estes blocos grandes não serviriam como matéria-prima a ser lascada, pois a maioria deles são concreções ferruginosas; outros são feitos de uma variedade de quartzo policristalino de grão pequeno, não aproveitável para lascamento ou, ainda, de uma silexita de péssima quali-



Figu. 20 - Estruturas de pedas

dade e da qual não se encontra indício de lascamento no sítio Florestal 2. No entanto, junto deles, lascas e detritos de quartzo (de melhor qualidade) são super representados em relação à cerâmica, diferentemente do que ocorre nas grandes concentrações lito-cerâmicas, embora sua quantidade varie bastante de um conjunto de pedra para outro. Dessa forma, parecem ligadas a atividades coletivas.

Vários destes agrupamentos não são acompanhados por nenhum resto de cerâmica; no entanto, as estruturas com blocos de pedra situadas entre os "locais" 7 e 9 comportam uma quantidade razoável de fragmentos (cerca de 40 g/m²). Diferente do que ocorre nas grandes concentrações, estes são os restos de apenas uma ou duas vasilhas de tamanho médio ou pequeno (tigela, vaso globular ou duplamente cambado) que lá foram abandonadas inteiras. Evidentemente, poder-se-ia duvidar que estas vasilhas completas estariam realmente associadas, ou se poderiam ter sido abandonadas casualmente nesses locais. Um argumento a favor de uma verdadeira associação encontra-se no fato de que as pequenas tigelas aqui presentes são as únicas do sítio que apresentam uma decoração pintada com linhas finas formando um reticulado, ou motivos ungulados formando padrões decorativos lineares; sua borda recebe também um tratamento especial, com apêndices em forma de roldana ou de bico. Trata-se, portanto, de vasilhas excepcionalmente elaboradas.

Há também fragmentos cerâmicos que não remontam, mas que incluem cacos grandes de

bojo ou de fundo das vasilhas maiores (*igaçaba* e *yapepó* do tipo pintado com inflexão única), nunca bordas. Parece tratar-se, portanto, de fragmentos bem côncavos, coletados em outro lugar e trazidos para alguma finalidade (recipientes improvisados para matérias a serem usadas em pequenas quantidades?).

Neste mesmo contexto aparece a maioria dos suportes, que devem ter sustentado as vasilhas globulares.

3. A estrutura geral do sítio (A. P., L. P. e F. A.)

O primeiro problema que enfrentamos foi saber se as diversas estruturas que reconhecemos no sitio Florestal 2 seriam ou não da mesma época. De fato, não há como se demonstrar definitivamente uma rigorosa contemporaneidade, mesmo se já dispuséssemos de todas as datações necessárias (cuja margem de erro, inclusive, não permitiria afirmar, no limite, definitivamente, a coexistência).

Para tratar este ponto, podemos considerar a disposição das concentrações e as características (homogeneidade ou heterogeneidade estilística) do material que contêm. Uma disposição aparentemente ordenada das estruturas favorece a hipótese de uma ocupação única. A heterogeneidade de material, por sua vez, é mais difícil de ser interpretada, pois as mudanças estilísticas tanto podem indicar uma diferença cronológica entre as unidades comparadas (hipótese inicialmente privilegiada pelos pesquisadores do PRONAPA), quanto a presença de uma vontade dos moradores de se distinguir dos seus vizinhos (marcas clânicas, de metades exogâmicas ou de linhagens, cf. MARANCA e MEGGERS, 1981). Por sua vez, diferenças entre categorias funcionais podem remeter simplesmente a especializações de locais; por exemplo, a casa do chefe, em oposição às demais unidades residenciais, como no sítio Aratu analisado por I. Wust (in SABINO *et al.,* 2003); ou, ainda, uma casa residencial *versus* uma estrutura cerimonial ou uma cozinha externa.

O mapa geral de densidade dos vestígios arqueológicos (FIG. 21)

As variações de densidade de cerâmica no topo da elevação de Florestal 2 evidenciam a presença de um anel elíptico com diâmetros de 125 e 90 m, onde se encontra a maior parte da cerâmica. Neste anel podemos distinguir quatro macro-concentrações principais (agrupando os 10 "locais" individualizados durante as pesquisas de campo), nas quais foram encontrados mais de 100g de fragmentos cerâmicos por m² (de fato, a quantidade média é bem maior, pois ultrapassa 600g), dos quais uma alta porcentagem remonta entre si. No mesmo anel, mas entre essas concentrações, a densidade cai drasticamente (entre 10 e 30 g/m² apenas). No espaço central a densidade é também baixa: menos de 25 g/m²; contudo, esta média esconde o fato de que há grandes espaços completamente vazios, com raros pontos de alta densidade correspondendo cada um aos restos de uma, duas ou, no máximo, três vasilhas.

Na periferia externa do anel, o material desaparece quase imediatamente, com densidades de 0 a 15 g/m^2, numa estreita faixa.

No caso do material lítico, encontramos a mesma oposição entre o anel e os espaços interno e externo do mesmo; mas acrescenta-se a isto uma oposição nítida entre a região oeste – com maior densidade de material lascado, nas mesmas unidades de concentração cerâmica – e a metade leste – mais pobre, onde o material lítico concentra-se junto de conjuntos de blocos exteriores às concentrações ricas em cerâmica.

A região baixa do sítio (no sopé do morro) corresponde a um local de enterramentos em urnas, mas cujo conhecimento arqueológico é ainda limitado em demasia para que possamos analisar as características da ocupação deste espaço.

A quantidade e a distribuição das categorias morfológicas, funcionais e decorativas: a tralha doméstica

Tentamos determinar quais seriam as quantidades "normais" de cada categoria de instrumento encontrada no sítio que comporia o que T. Andrade Lima chama de "tralha doméstica", obrigatória em cada habitação. Para tanto, comparamos as principais concentrações de material cerâmico e lítico.

Verificamos assim que, em cinco de seis das supostas habitações (as maiores), existem exemplares de todas as principais categorias de vasilhas: entre três e cinco igaçabas, uma dezena de tigelas rasas pequenas, cinco a sete tigelas médias profundas, duas a cinco panelas e sempre uma vasilha globular.

Os suportes de panela, por sua vez, ocorrem apenas em algumas concentrações (4, 5 e 7).

Cada uma dessas supostas estruturas habitacionais está acompanhada de pelo menos um conjunto de vestígios lascados, incluindo algumas lascas aproveitáveis, e resíduos de fabricação (peças nucleiformes e fragmentos poliédricos), geralmente, próximo aos blocos com marcas de uso como bigorna, mostrando que havia lascadores em cada residência. A fabricação ou reforma de objetos polidos era também "descentralizada", havendo em cada concentração alguns fragmentos ou blocos abrasivos de gnaisse ou arenito, seja manuais (pequenos fragmentos com facetas polidas planas ou com canaletas), seja dormentes (laje ou grande bloco com superfície de polimento – estes, em poucas residências) ou pertencendo a ambas as categorias.

A ausência de instrumentos líticos requerendo investimento para sua fabricação – como lâminas de machado ou adornos – não é de se estranhar: eram provavelmente preciosos em demasia para serem abandonados.

No limite de cada suposta habitação (e independente de conjuntos maiores, isolados das habitações) estão associadas uma ou duas estruturas cobrindo cerca de 2 m², comportando três ou quatro blocos, cujo tamanho e características nos parecem adequados para que possam ter servido de bancos e, alguns deles, de bigornas.

Diferenças quantitativas e qualitativas no espaço do sítio (FIG. 21)

Nem todas as estruturas habitacionais, no entanto, apresentam exatamente as mesmas categorias, quantidades ou a mesma disposição dos vestígios. Por exemplo, uma das duas categorias de vasilhas que consideramos "panelas", embora sempre presente, é bem representada a oeste, porém rara a leste. A mesma oposição ocorre no caso dos suportes de panela encontrados apenas nas habitações da metade oeste do sítio (onde se fazem presentes em todas as concentrações), enquanto a leste aparecem exclusivamente no meio das estruturas de pedra afastadas das supostas moradias.

Esta divisão se reforça quando olhamos o material lítico: a metade oeste concentra a grande maioria dos vestígios lascados, enquanto a metade leste reúne a maioria das peças simplesmente utilizadas.

Por outro lado, quando se trata dos modos decorativos, nota-se outra oposição – dessa vez entre três partes da aldeia. Com efeito, as habitações localizadas a norte e a sul (locais 7 e 12; e 5 e O/Q, respectivamente), formando um eixo central, apresentam as maiores porcentagens de

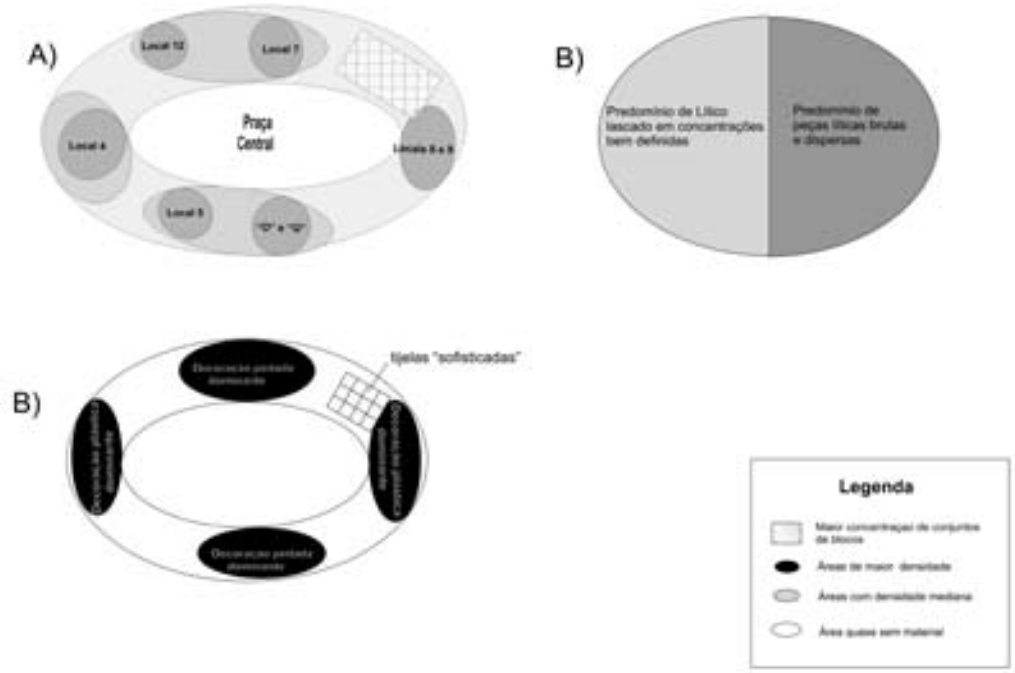


Fig. 21

fragmentos com decoração pintada no sítio (cerca de 20% da cerâmica que contém) em relação aos que apresentam decorações plásticas, os quais, somados, não chegam a 6%. Contrastando com esta situação, naquelas localizadas a leste e oeste (locais 8/9 e 4, respectivamente), os fragmentos com decoração plástica ultrapassam 50%, enquanto os pintados não alcançam 10%.

Finalmente, já vimos que as pequenas tigelas unguladas ou pintadas com reticulado e apêndices modelados encontram-se exclusivamente associadas aos grandes conjuntos de blocos, situados essencialmente a nordeste.

A disposição dos vestígios dentro das supostas estruturas de habitação

Cada concentração maior é formada por vários agrupamentos cerâmicos, medindo entre 2 x 2 e 4 x 6 m, separados por alguma distância (menos de 2 m), cada um deles correspondendo a poucas vasilhas (no máximo, uma dezena). O conjunto dos vestígios cerâmicos costuma ser contornado externamente por um semicírculo descontínuo de material lítico lascado. No limite da concentração aparecem um ou dois agrupamentos de blocos. Raros são os indícios de fogueiras, cujo material orgânico foi aparentemente reciclado pelas árvores; apenas subsistem, em algumas habitações, marcas de queima em alguns blocos, fragmentos de cupinzeiro, possivelmente utilizados nas estruturas de combustão – este uso é bem documentado, por exemplo, entre os Xavante (GIACCARIA e HEYDE, 1972) e Urubu-Kaapor (RIBEIRO, 1996) – e raros vestígios de carvão.

Ilustraremos as supostas unidades de habitação com a apresentação do "local 5", uma das menores entre estas estruturas, mas aquela que conhecemos de forma mais profunda.

A planta (FIG. 22) evidencia a existência de quatro micro-concentrações de cerâmica, ocupando um espaço de 6 x 4 m cada e separadas de 2 a 3 m uma da outra. A micro-concentração centro-oeste comporta exclusivamente igaçabas, enquanto a micro-concentração centro-leste reúne suportes de panelas e peças globulares – estas últimas, enterradas. A noroeste concentram-se tigelas, panelas do tipo pintado com inflexão simples e uma vasilha cônica. A última micro-concentração (sudeste) comporta várias pequenas tigelas – uma delas, com pedestal –, uma panela ungulada duplamente cambada e uma igaçaba.

O material lítico encontra-se perifericamente, bem separado da cerâmica, formando também quatro micro-concentrações separadas entre si por 3 a 5 m, com vestígios diferenciados de uma para outra. Três delas encontram-se na margem sul da macro-concentração e a quarta, ao norte da mesma. Uma delas reúne peças nucleiformes e lascas médias bipolares, além de um calibrador. Outra apresenta, sobretudo, 71 fragmentos de lascas (menores que 1,5 cm) reunidos em um mesmo metro quadrado, no que parece ter sido uma pequena fossa. Não parece tratar-se de uma estrutura de debitagem, mas poderia ser uma espécie de reserva de peças selecionadas pelo seu formato e tamanho.

Na terceira encontram-se mais 65 fragmentos de lascas unipolares de tamanho médio (cerca

de 3 cm), mas nenhum núcleo ou peça nucleiforme. Na concentração setentrional encontram-se dois grandes polidores dormentes.

Verificamos, portanto, que a quase totalidade do material lítico encontra-se separada da cerâmica, e que as panelas estão separadas das igaçabas, enquanto as vasilhas globulares estão isoladas e completamente enterradas. Diversas categorias de material lítico também ocupam espaços diferenciados.

A análise das demais macro-concentrações mostraria fenômenos semelhantes – embora em escala mais ampla e com maior complexidade. Algumas delas apresentam peculiaridades, como o "local 4", onde o lascamento do quartzo, por técnica unipolar, predomina sobre a técnica de lascamento sobre bigorna, enquanto nos demais locais a técnica sobre bigorna é quase exclusiva. O local 7 congrega todos os exemplares de uma das variantes morfológicas de tigelas (retangulares e de fundo plano).

O espaço central

A análise do escasso material desta região, embora ainda não terminada, sugere que cada ocorrência de fragmentos corresponde a uma única peça (em maioria vasilhas rasas, geralmente pequenas).

A região baixa, próxima ao rio

Esta parte, situada na base do morro, não foi estudada sistematicamente por estar localizada nas imediações do curral da Fazenda. No entanto, sabemos que havia uma concentração superficial de fragmentos cerâmicos, que poderia marcar uma antiga habitação; apenas uma amostra pôde ser coletada no âmbito do projeto arqueológico, incluindo vestígios líticos, comportando lascas de quartzo de tamanho maior que as que encontramos no topo do morro e uma bigorna de granito totalmente regularizada.

Encontrados ainda potes enterrados, incluindo vasilhas duplamente cambadas – seja na forma de urna, seja utilizada como tampa. Um deles ainda conservava dois germes de dentes-de-leite.

Interpretações preliminares

Proporemos aqui algumas reflexões sobre o espaço do sítio, apresentando mais dúvidas do que certezas, lembrando que o estudo dos artefatos e das plantas está em andamento.

Inicialmente encontramos a questão da possível contemporaneidade dos achados. Não temos, atualmente, como afirmar o sincronismo entre o sítio do topo do morro e aquele que se encontra perto da fazenda; em compensação, a disposição dos vestígios em anel no local mais alto, a homogeneidade de pasta, de forma e tamanho das diversas categorias de vasilhas, e de

gestos na realização das decorações plásticas, reforçam a hipótese de um mesmo grupo e de uma única ocupação. Com efeito, as remontagens dos fragmentos comprovam que fragmentos de muitas vasilhas costumam ser encontrados desde a superfície até a base da ocupação. Por exemplo, na macro-concentração lito-cerâmica 5, os vestígios de uma mesma igaçaba atravessavam os cinco níveis de retirada de sedimento, enquanto os das vasilhas menores ocupavam os estratos intermediários; por sua vez, os potes globulares – enterrados já na fase de ocupação – encontraram-se apenas nos dois estratos inferiores.

No mesmo sentido vão o número reduzido de vasilhas do conjunto (não devemos encontrar mais de 200, mesmo após ter completado a análise detalhada dos fragmentos) e o fato de que as marcas de fermentação nas igaçabas estão geralmente pouco acentuadas, como se tivessem sido utilizadas por pouco tempo.

Aceita a hipótese de uma ocupação única e curta, o espaço central, praticamente "vazio", pode ser interpretado como uma praça, mantida limpa.

O anel que circunda esta praça e reúne a maior parte dos vestígios apresenta uma estrutura complexa e foi preciso determinar se as maiores acumulações de fragmentos cerâmicos seriam lixeiras ou indicariam espaços habitacionais. Ora, em quase todos os lugares, a maioria dos fragmentos pertencendo a uma mesma vasilha podia ser encontrada num raio de cerca de 1 m^2, apesar das perturbações devido às visitas de crianças; os fragmentos vizinhos remontavam e os de superfície eram completados pelos enterrados, de forma que, ainda em campo, podíamos determinar em que posição o recipiente encontrava-se no momento da quebra. Dessa forma, podemos acreditar que as vasilhas foram abandonadas inteiras, dentro ou fora das habitações, tendo-se fraturado *in loco*.

Sendo assim, onde estariam as lixeiras que acompanham qualquer residência? Não encontramos acúmulos espessos e densos de vestígios que pudessem indicar sua presença, fato que nos leva a pensar que a ocupação do sítio teria sido bastante curta – o que é também condizente com o número de vasilhas encontrado em cada concentração (pouco mais de 20, em geral) e a ausência aparente de sepultamentos de adultos.

Na falta de "manchas pretas", era difícil determinar quais micro-concentrações formariam uma estrutura de habitação (ou um anexo construído, com limites precisos) e quais deveriam ser separadas.

Após análise das plantas e da repartição dos vestígios, chegamos à conclusão de que os dois "pontos", "O" e "P", inicialmente separados durante a prospecção, poderiam integrar, de fato, uma única unidade residencial, do mesmo modo que as duas "concentrações", 8 e 9, poderiam ser reunidas em um só conjunto, mesmo porque seu material cerâmico remonta entre si. Dessa forma, consideramos a existência de pelo menos seis conjuntos provavelmente construídos, que apresentam uma grande similitude no material e na disposição dos vestígios – seriam, provavelmente, habitações. Ainda há possibilidade de existir uma estrutura menor (no ponto "S"); mas esta parece não apresentar toda a variedade de vasilhas normalmente encontrada nas demais macro-concentrações, e sua confirmação depende da análise dos vestígios, ainda não completada.

A disposição das micro-concentrações que compõem a maioria das supostas habitações sugere construções circulares, com um semicírculo de cerâmica aberto para a praça. As supostas edificações apresentam entre 15 e 30 m de diâmetro, sendo espaçadas entre si 10 a 30 m.

No interior de cada maloca, as tigelas costumam estar próximas das igaçabas, sendo estas últimas separadas das panelas.

Os semicírculos, ricos em vestígios líticos, marcariam o contorno externo das habitações e do anexo; assim como os pequenos conjuntos de blocos, poderiam corresponder a locais onde os homens de cada maloca trabalhariam no quotidiano. Os conjuntos maiores de blocos – sendo vários destes, possivelmente, assentos – agrupados no setor nordeste poderiam indicar locais de reuniões, talvez masculinas, para atividades coletivas. Estudamos a possibilidade dos blocos serem vestígios de estruturas de combustão, suportando grandes assadeiras, semelhantes aos que D. Ribeiro descreve entre os Índios Urubu-Kaapor; no entanto, o número destes blocos não seria suficiente para circundar grandes estruturas de combustão e a maioria deles não apresenta sinal de choque térmico. De qualquer forma, em nenhum sítio de Minas Gerais encontramos sinal de grandes torradeiras de fundo plano.

Já deixamos entender que alguma forma de oposição parecia ocorrer entre os vestígios das extremidades oriental e ocidental da aldeia, seja na frequência relativa das formas de decoração, seja na quantidade do material lítico e das categorias tecno-tipológicas dos instrumentos de pedra. Talvez a predominância dos produtos de lascamento – sobretudo unipolar – numa extremidade indique a presença, no local 4, de uma tradição de lascamento mais controlado (ou de um lascador com maior perícia) que nas outras residências, enquanto é tentador ver, nas preferências decorativas, a marca de oleiras distintas ligadas a duas metades exogâmicas. De fato, são por enquanto apenas suposições. Em compensação, cada uma das metades do sítio dispunha de um polidor, isolado a alguma distância de uma das habitações (anexos aos "locais" 4 e 8). Vislumbramos a possibilidade de serem os locais 8 e 9 uma área de atividade cerâmica, pois encontram-se ali reunidos diversos objetos não queimados.

O sítio Florestal 2 no contexto regional (A . P.)

As pesquisas realizadas no Vale do Rio Doce (BAETA e ALONSO, 2004) sugerem que existem vários tipos de sítios tupiguarani, relacionados com situações topográficas contrastadas. Os sítios Florestal 1 e 2 caracterizam uma ocupação de locais altos e planos, possivelmente breve e sem desenvolvimento de "manchas pretas".

A destruição, muito mais pronunciada, dos sítios de praia e dos que ocupam terraços ou pequenas elevações não permite, infelizmente, comparar detalhadamente a estrutura de uns e de outros.

Mesmo assim, podemos notar certas diferenças, tais como a existência de uma indústria lítica mais diversificada nos sítios localizados em altitudes mais baixas, que oferecem também

um grande número de vasilhas pintadas de tipo *tenhãe* e cujas acumulações de material, pouco numerosas, não se apresentam dentro de uma estrutura geométrica.

No caso dos dois sítios altos, Florestal 1 e 2, parece haver uma nítida separação entre as concentrações de cerâmica e as estruturas de grandes blocos, enquanto a grande maioria dos vestígios líticos (sejam produtos de lascamento – Florestal 2 – ou refugo de fabricação de adornos e as numerosas peças com canaletas, no sítio Florestal 1) formaria um arco de círculo nas imediações das concentrações de cerâmica. Em outros espaços (no caso de Florestal 2, na "praça central" e no exterior do círculo formado pelos "locais" ricos em cerâmica) não há quase vestígio material da presença humana; eram certamente limpos com cuidado. Apesar de a cerâmica ser tipicamente tupiguarani, não há como deixar de se pensar na estrutura anelar das aldeias Gê do Brasil central (uma mistura de características Gê e Tupi já óbvia no sítio da Queimada Nova, no Piauí).

Nota-se, nesses sítios de topo, a ausência de instrumentos polidos – sempre presentes nos sítios de menor altitude – e a raridade de grandes vasilhas abertas, pintadas com motivos curvilineares (que propomos chamar *tenhãe*, em outro texto desta mesma obra), enquanto parece haver uma variedade morfológica ainda não verificada entre as tigelas, nos demais sítios do Vale do Rio Doce. Os sítios Florestal 1 e 2 também não apresentam os instrumentos lascados retocados existentes nos locais situados no vale principal – mas talvez este fato seja decorrente da maior dificuldade para se trazer de longe seixos de arenito ou de quartzito. Em compensação, os dois sítios Florestal parecem ser os únicos que apresentam as estruturas e grandes blocos (ainda que estes possam ter sido retirados pelos camponeses, durante os trabalhos agrícolas), provavelmente semelhantes aos que foram mencionados em sítios da fase Cricaré por C. Perota.

Corresponderiam estes sítios a locais defensivos, ocupados em períodos de inquietação? Indicaria a centena de calibradores encontrada no sítio Florestal 1 uma intensa produção de setas? De fato, a preocupação em fortificar-se em locais elevados não parece corresponder aos hábitos dos indígenas do Brasil central e meridional. Nenhum cronista a menciona, apesar das incursões realizadas anualmente pelos Tupinambá, justificando a edificação de paliçadas em certas aldeias do litoral. Nenhum vestígio material aponta obras defensivas nos sítios Florestal 1 e 2, embora estas possam ter existido; com efeito, não tivemos como tentar grandes escavações na periferia do círculo de supostas habitações para procurar uma eventual cintura de marcas de postes externos: nem o tempo disponível, nem a proteção da mata o teriam permitido.

Não faltam diferenças entre os dois sítios Florestal, que poderiam refletir variações tanto cronológicas quanto, possivelmente, funcionais. Enquanto Florestal 2 apresenta uma maior quantidade de concentrações (habitações?) ordenadas e uma cerâmica na qual as decorações plásticas parecem feitas com pouco cuidado, Florestal 1 apresenta apenas duas concentrações modestas de cerâmica, muito diferentes entre si. Numa delas, a decoração ungulada domina; esta modalidade foi realizada com extremo requinte e as marcas formam padrões decorativos que evocam as vasilhas abertas pintadas, com linhas retas, onduladas, e até volutas. A ou-

tra concentração de cerâmica apresenta outras características e ao seu lado encontra-se um pequeno ateliê, com mais de uma centena de peças com canaleta (calibradores), bem como restos de fabricação de adornos em amazonita. Os conjuntos de blocos neste sítio são muito menos numerosos que no Florestal 2, embora comportem blocos maiores e dispostos de forma diferente.

Conclusão

As pesquisas realizadas pela equipe do Museu Paulista ao longo do projeto Paranapanema trouxeram plantas de aldeias, as quais mostram a presença de fogueiras externas, de concentração diferenciada de vestígios nas manchas, marcas de poste e, talvez, de esteiras. Em compensação, a grande extensão dos sítios não permitiu escavações exaustivas, limitando as possibilidades de análise das plantas de cada estrutura.

Candelária foi o primeiro exemplo de registro integral de materiais líticos, cerâmicos e faunísticos, encontrados dentro de um sítio tupiguarani, e continua sendo a única publicação que apresenta a planta completa dos vestígios. Infelizmente, as plantas não mostram a delimitação das manchas de terra escura, tornando difícil a separação entre espaços internos e externos; na falta de remontagem dos vestígios cerâmicos, não houve estudo das vasilhas que permitisse interpretar melhor as densidades de vestígios.

As publicações que tratam do sítio da Queimada Nova, por sua vez, evidenciaram a existência de aldeias tupiguarani circulares; sobretudo, a análise de repartição geral da cerâmica fundamentou uma tentativa exemplar de se entender o significado da repartição das categorias de decoração. A limitação desse trabalho reside no fato de que não se sabe se as áreas escavadas em cada estrutura são representativas, e de que a hipótese de haver existido duas metades na aldeia se fundamenta em apenas menos de 10% do material cerâmico (os fragmentos pintados); de novo, o tamanho do espaço ocupado não permitiu uma escavação integral, que teria propiciado um universo mais representativo.

As escavações realizadas nos sítios Florestal 1 e 2 correspondem a um levantamento quase exaustivo dos vestígios da aldeia; as análises quantitativas de materiais levam em conta tanto o peso (uma abordagem já usada por Aytai e Miyazaki no sítio de Monte Mór-SP) quanto o número de vestígios de cada categoria. Sobretudo, as remontagens de vasilhas permitem estimar o número de potes em cada concentração, avaliar as relações entre forma, tamanho e decoração e discutir a funcionalidade dos espaços. A análise da repartição comparada das diversas categorias de vestígios – ainda em fase inicial – pretende evidenciar as relações entre o material lítico e o cerâmico. No entanto, vários fatores devem limitar o alcance da análise; em primeiro lugar, a inexistência de manchas escuras e de marcas de esteio impede delimitar com rigor o espaço das habitações, embora pareça seguro que cada uma delas comportasse várias micro-concentrações; frustrantes, ainda, são a falta de preservação da maioria das estruturas de combustão e a ausência completa de vestígios de subsistência.

Mesmo assim, o estudo – ainda que apenas inicial – do sítio Florestal 2 já evidenciou a possibilidade de registrar a existência de variações, tanto dentro de um mesmo sítio quanto de uma mesma estrutura de habitação, justificando a realização de escavações de superfície ampla. O reconhecimento das perturbações tafonômicas e as remontagens mostraram ser de grande importância para abordar o problema da intensidade e da duração das ocupações, pois evidenciam, neste sítio, a existência, em cada local, de uma ocupação única e curta, e a inutilidade, neste contexto, de se usar a profundidade na qual os vestígios estão enterrados como elemento de cronologia.

Muitos problemas ainda precisam ser tratados: em particular, a relação cronológica entre a ocupação do terraço e a do topo de elevação e, de um modo geral, a existência de uma complementaridade funcional entre os sítios vizinhos instalados em situação topográfica contrastante.

A descoberta de sítios de topo evidenciou uma nova modalidade de instalação no território, que se verifica hoje existir em outras regiões, como na Zona da Mata, pesquisada pela equipe da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Enquanto estamos tentando determinar o que seria a "tralha" cerâmica e lítica característica de cada unidade habitacional, continuamos com incerteza sobre a função de certas vasilhas e de boa parte das lascas de pedra; esperamos que as análises de resíduos que devem ser realizadas por químicos da UFMG e de microvestígios nos gumes – apenas iniciada – ajudem a resolver algumas destas dúvidas.

Com as limitações encontradas por todas as pesquisas arqueológicas realizadas até agora, não há como oferecer um modelo abrangente de ocupação tupiguarani – tanto pelas limitações da preservação dos sítios, quanto pelos limites das abordagens arqueológicas em campo e em laboratório. Mais ainda, as manifestações arqueológicas tupiguarani parecem extremamente variadas, e serão certamente necessárias análises exaustivas de muitos sítios para que seja possível se chegar às primeiras generalizações. Sempre pareceu tentador interpretar sistematicamente as aldeias pré-históricas desta Tradição a partir de um modelo tupi moderno – cuja antiguidade desconhecemos – segundo o qual homens e mulheres compartilhariam o espaço e até certas tarefas dentro de setores familiares justapostos, compondo aldeias polinucleadas (VIDAL, 1983; CASTRO, 1986). Dessa forma, haveria um contraste absoluto em relação às aldeias circulares da Tradição Aratu-Sapucaí, prefigurando o modelo Gê atual, no qual a praça central, dominada pelos homens, é circundada pelo anel de casas, onde dominam as famílias matrilineares, forçando uma separação espacial e de tarefas entre os dois gêneros. De fato, os sítios da Queimada Nova e Florestal 2 mostram que a oposição entre a produção cerâmica das duas tradições nem sempre corresponde a uma diferença na estrutura das aldeias pré-históricas, da mesma forma que a aldeia tupinambá histórica organizava-se ao redor de uma praça central. Os dois modelos de organização do espaço parecem ter, no passado, competido para atrair portadores de culturas materiais distintas.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. A. Estudo do sítio Prado, um sítio lito-cerâmico colinar. *Revista Museu Paulista,* NS *29, p.* 169-200, 1983/4.

BAETA, Alenice M.; ALONSO, M. *Relatório final do Resgate Arqueológico UHE Aimorés*, 2004. (CD-ROM)

BAETA, Alenice M.; PILÓ, Henrique. A presença tupiguarani no médio vale do Rio Doce: aspectos preliminares sobre sua cerâmica. 2003. XII CONGRESSO SAB. São Paulo. *Resumos*..., São Paulo, 2003, p. 39-40.

BELTRÃO, Maria da C. de M. C. *Pré História do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978. 276 p.

BELTRÃO, M.; FARIA, E. Acampamentos Tupi-Guarani para a pesca de moluscos. Revista do Museu Paulista, NS, 19, p. 97-135, 1970/71.

CASTRO, E. Viveiros de. Arawetê, os deuses canibais. Rio de Janeiro: Zahar/Anpocs, 1986. 744 p.

CHMYZ, Igor. Dados arqueológicos do baixo Rio Paranapanema e do alto Rio Paraná. PRONAPA, resultados preliminares do 5° ano, p. 67-90, 1969/70.

CHMYZ, Igor. *Projeto arqueológico Itaipu: sétimo relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu (1981-1983).* Curitiba: Convênio Itaipu-IPHAN, 1983.

ETCHEVARNE, C. A ocupação humana do Nordeste brasileiro antes da colonização portuguesa. Revista da USP, São Paulo, n. 44, p. 112-141, 1999/2000.

ETCHEVARNE, C.; MACEDO. Os sítios arqueológicos da localidade de Piragiba (Bahia). Reflexões acerca do conhecimento arqueológico sobre as práticas funerárias de grupos ceramistas. *Anthropologicas Revista de pós-graduação em antropologia*, Recife, UFPE, 3. (manuscrito a ser publicado)

FERNANDES, F. A organização social dos Tupinambá. São Paulo: HUCITEC/UnB, 1989. 326 p.

GIACCARIA, B.; HEYDE, A. Xavante. São Paulo: Dom Bosco, 1972. 3 v.

KNEIP, L.; MONTEIRO, A.; SEYFERTH, G. A aldeia pré-histórica de Três Vendas, Araruama, estado do Rio de Janeiro. Revista do Museu Paulista, NS, 27, p.283-339, 1980.

MARANCA, S. Estudo do sítio Queimada Nova, Estado do Piauí. Coleção Museu Paulista, Série Arqueologia, vol. 3, 103 p., 1976

MARANCA, S.; MEGGERS, B. Uma reconstituição experimental de organização social, baseada na distribuição de tipos de cerâmica num sítio habitação de tradição Tupiguarani. Pesquisas, 31, p. 227-247, 1981.

MORAES, A. Vilhena de. A indústria lítica do sítio Aldeia da Queimada Nova, município de São Raimundo Nonato. *Revista do Museu Paulista*, NS, 23, p. 17-40, 1976.

MORAES, A. Vilhena de. O estudo da indústria lítica proveniente da primeira campanha de escavações (1971) no sítio Almeida, município de Tejupá, SP. *Coleção do Museu Paulista, série Arqueologia*, 4, 1977. 145 p.

MORAIS, J. J. Plano cartográfico do projeto Paranapanema. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, n. 2, p. 155-157, 1992.

MYAZAKI, M.; AYTAI, D. A aldeia pré-histórica de Monte Mor. Campinas: Universidade Católica de Campinas, 1974.
NOVAES, S. Caiuby (Org.) Habitações indígenas. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1983. 196 p.
PALLESTRINI, Luciana. *Sítio Arqueológico Fonseca.* São Paulo: Universidade de São Paulo/Museu Paulista, 1969. 104 p.
PALLESTRINI, Luciana. O sítio Arqueológico Jango Luis. Revista do Museu Paulista, NS, 18, p. 25-26, 1969a.
PALLESTRINI, Luciana. Supra-estruturas e infra-estruturas arqueológicas, no contexto ecológico brasileiro. Revista do Museu Paulista, 20, p. 7-32, 1972/3.
PALLESTRINI, Luciana. Fouilles de trois sites brésiliens du Haut Paranapanema. In: L'HOMME, hier et aujourd'hui. Recueil en hommage a André Leroi-Gourhan. Paris: Cujas, 1973. p. 93-103.
PALLESTRINI, Luciana. Sítio Arqueológico Alves. Revista do Museu Paulista, NS, 21, p. 53-94, 1974.
PALLESTRINI, Luciana. Interpretação das estruturas arqueológicas em sítios do estado de São Paulo. Col. Museu Paulista, 1, 1975. 208 p.
PALLESTRINI, Luciana. Estratégias de ataque na evidenciação de testemunhos arqueológicos. Revista do Museu Paulista, NS, 23, p. 113-127, 1976.
PALLESTRINI, Luciana. Camargo 76 – município de Piraju – estado de São Paulo. Revista do Museu Paulista, NS, 24, p. 83-110, 1977.
PALLESTRINI, Luciana. O espaço habitacional em pré-história brasileira. *Revista do Museu Paulista,* NS, 25, p. 15-30, 1978.
PALLESTRINI, Luciana. Cerâmica há 1500 anos. Mogi-Guaçu, Estado de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, *NS,* 28, p. 115-129, 1981/82.
PALLESTRINI, Luciana; MORAIS, J. L. Prassévichus – aldeia pré-histórica no município de Itaberá –SP. Revista do Museu Paulista, NS, 29, p. 151-167, 1983/4.
PALLESTRINI, Luciana; CHIARA, P.; MORAIS, J. L. Evidenciação de novas estruturas arqueológicas no sítio pré-histórico Camargo Piraju-SP. Revista do Museu Paulista, NS, 28, p. 131-158, 1981/82.
PALLESTRINI, Luciana; PERASSO, J. A. *La cerâmica prehistórica: el hombre y la ocupación del espacio geográfico.* Asunción: Hoy, 1986. 25p.
PANACHUK, L.; CARVALHO, A. Notas preliminares sobre gestos em vasilhas pintadas da tradição Tupiguarani. 2003. XII CONGRESSO SAB. São Paulo. *Resumos*..., São Paulo, 2003, p. 107.
PANACHUK, Lílian. *Fragmentos da Tradição arqueológica Tupiguarani (Minas Gerais, Brasil).* 2004. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
PEROTA, C. Dados parciais sobre a arqueologia norte espírito-santense. P*RONAPA*, 4, p. 149-158, 1971.
PEROTA, C. Resultados preliminares sobre a arqueologia da região central do Estado de Espírito Santo. *PRONAPA*, 5, p. 127-139, 1974.
PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Ed. UNB, 1992. 604 p.
PROUS, A.; Alonso, M. Análise do material arqueológico lítico. In: CONSORCIO AIMORÉS. *Relatório final do Resgate Arqueológico AHE Aimorés.* Belo Horizonte, 2004. p. 113-143. Relatório Aimorés.
PROUS, A. *et al*. La place et les caractéristiques du débitage sur enclume ("bipolaire") dans les industries

brésiliennes. *Colloque entre le Marteau et l'Enclume.* Toulouse, 2004. (*no prelo)*
REICHEL-DOLMATOFF, G. *Chamanes de la selva tropical*. Dartington: Themis Book, 1997. 344 p.
RIBEIRO, Darcy. *Diário dos índios*: os Urubu-Kaapor. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.; ZANETTINI, P. Jacareí às vésperas do descobrimento: a pesquisa arqueológica no sítio Santa Marina. Jacareí: Prefeitura Municipal de Jacareí/Fundação Cultural de Jacareí, 1999. Coleção Arqueologia, 1, 113 p.
SABINO, C. *et al*. Tribes and Chiefdoms: an analytical study of some Brazilian ceramics. In: *Nuclear analytical Techniques in Archaeological Investigations*, IAEA, Vienna: technical reports, 414, p. 72-87, 2003.
SCHMITZ, P. I. *et al*. Uma aldeia Tupiguarani. Projeto Candelária, RS. Arqueologia do Rio Grande do Sul. *Documento, 4*, São Leopoldo, 1990. 135 p.
SCHMITZ, P. I. *et al*. Arqueologia nos cerrados do Brasil central. O sudoeste da Baia e leste de Goiás. *Pesquisas*, Antropologia, 52, 1996.
SCHMITZ, P. I.; ROGGE, J.; ARNT, F. Sítios arqueológicos do Médio Jacuí, RS. Arqueologia do Rio Grande do Sul, *Documento,* 8, São Leopoldo, 2000. 238 p.
SKIBO, J. M. *Pottery function: a use-alteration perspective.* London: Plenum Press, 1992. 205 p.
VIDAL, L. O espaço habitado entre os Kayapó-Xikrin (Jê) e os Parakanã (Tupi) do Médio Tocantins. NOVAES, S. (Ed). *Habitações indígenas*. São Paulo: Nobel/ EdUSP, 1983. p. 77-102.
VILHENA-VIALOU, A. *Tecno-tipologia das indústrias líticas do sítio Almeida em seu quadro natural, arqueo-etnológico e regional.* São Paulo: USP/Instituto de Pré-História/ Museu Paulista, 1980. 170p.

Iconografia e Ecologia Simbólica: Retratando o cosmos Guarani[1]

Sergio Baptista da Silva[2]

Introdução

Este artigo tem por objetivo estabelecer uma interface entre a Etnologia Indígena e a Arqueologia Pré-Histórica, buscando uma articulação das informações etnográficas da sociedade indígena investigada – guarani-mbyá e guarani-nhandeva – com os dados arqueológicos referentes às populações de cultura guarani da Tradição Policroma Amazônica.

O registro arqueológico deixado por estes últimos grupos populacionais foi analisado do ponto de vista de sua dimensão simbólica, principalmente quando podia ser identificado como parte de um sistema de representações visuais (grafismos). Neste sentido, pretendi realizar uma etnoarqueologia dos grafismos guarani-mbyá e guarani-nhandeva, articulando os registros arqueológicos e etnográficos a partir de uma abordagem teórica cognitiva, que privilegia e interpreta a produção de significações pelas populações "pré-coloniais", principalmente suas representações sobre o cosmos (domínios da sociedade, da natureza e da sobrenatureza), tendo como base estudos etnológicos.

Atualmente, a língua guarani (Família linguística Tupi-Guarani do Tronco Tupi) costuma ser subdividida em três dialetos: o mbyá, o nhandeva e o kaiowá. Seus falantes distribuem-se em *tekoá* (aldeias) localizadas principalmente nos estados brasileiros das regiões sul, sudeste e centro-oeste. A este ponto de vista linguístico devem ser agregados elementos de identidade sociocultural, o que permite falarmos de três parcialidades étnicas atuais guarani (os Mbyá,

1 Trabalho realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS). Alguns momentos das pesquisas de campo foram compartilhados com os bolsistas de iniciação científica Alexandre Magno de Aquino, Luis Gustavo Pradella e Flavio Gobbi.

2 Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT)/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

os Nhandeva – ou os Xiripá – e os Kaiowá), que apesar de sua unidade linguística, cultural e social, especialmente em relação ao *nhandé rekó*[3], passaram por diferentes processos histórico-culturais de contato com populações não-indígenas em vários Estados nacionais da América do Sul, culminando em identidades sociopolíticas um tanto diversas. Em outras palavras, temos no povo guarani uma unidade cultural mito-cosmológica, muito bem expressa em sua etnoarte, mas que dialoga, às vezes de forma tensa, com uma diversidade de identidades sociopolíticas constitutivas das relações entre as três parcialidades étnicas e, mesmo, entre as *tekoá*.

Visando à construção de uma analogia etnográfica, o *nhandé rekó* guarani, embasado, pois, na mitologia e na concepção do cosmos, foi comparado, neste artigo, ao modo de ser de outros povos falantes de línguas da Família Tupi-Guarani, possuidores de características comuns desde o ponto de vista cultural, especialmente as de base mito-xamânico-cosmológicas, como o perspectivismo (CASTRO, 2002) e a concepção do cosmos, o que nos permite falar em cosmologias amazônicas.

A cultura material como categoria de entendimento

O presente estudo relaciona-se com as arqueologias cognitiva e pós-processual, surgidas nos anos 1980, e que representam um esforço de atualização teórica na direção de reconhecer a mente e a cognição humanas como fatores-chave na criação do registro arqueológico, com a rejeição do estrutural-funcionalismo e do behaviorismo. A arqueologia cognitiva não é o estudo de aspectos econômicos, de dieta e de padrões de assentamentos, como querem muitos profissionais da arqueologia de subsistência/assentamento. Igualmente, ela não é o estudo de epifenômenos. Ela é o estudo

> *(...) de todos os aspectos de uma antiga cultura que são o produto da mente humana: a percepção, descrição e classificação do universo (cosmologia); a natureza do sobrenatural (religião); os princípios, filosofias, éticas e valores pelos quais as sociedades humanas são governadas (ideologia); as maneiras como aspectos do mundo, do sobrenatural ou valores humanos são transferidos para a arte (iconografia); e todas as outras formas do comportamento intelectual e simbólico que sobreviveu no registro arqueológico. (FLANNERY e MARCUS, 1998, p. 36-37; 46).*

Estas abordagens cognitivas podem ser usadas com sucesso apenas quando as condições para tal são apropriadas, isto é, quando as informações e documentos de apoio (etno-históri-

3 *Nhandé rekó* guarani, ou "nosso costume", no qual tem fundamental importância as Belas Palavras, expressas nos mitos e nos cantos sagrados, o sistema xamânico-cosmológico, o *aguyje* – "estado de totalidade acabada", de perfeição espiritual-religiosa, que é buscado constantemente –, e o *tapejá* – o ser caminhante guarani que procura na Terra sem Mal, sob a liderança dos xamãs e durante a vida terrena, o reencontro com a divindade e a imortalidade perdidas.

cos, etnoarqueológicos) são suficientemente ricos. Desta forma, para a reconstrução de aspectos cognitivos do passado (compreensão dos significados da cultura material e dos grafismos presentes no registro arqueológico), as fontes etno-históricas precisam ser consultadas e os levantamentos etnográficos precisam ser empreendidos. Esta aproximação epistemológica aos dados etno-históricos e às informações etnográficas tornou concreta a possibilidade analítico-interpretativa "de todos os aspectos de uma antiga cultura que são o produto da mente humana", conectando os estudos de arqueologia cognitiva com as abordagens atuais sobre arte indígena, as quais não consideram as manifestações estéticas como esfera residual ou independente do contexto no qual aparecem.

Assim, os atuais estudos sobre arte indígena têm "aportado evidências importantes para a análise das idéias subjacentes a campos e domínios sociais, religiosos e cognitivos" (VIDAL, 1992, p. 13). Ainda de acordo com a autora, "manifestações simbólicas centrais para a compreensão da vida em sociedade", como concepção da pessoa humana, sua caracterização social e material, expressão da ordem cósmica, são comunicadas por um sistema altamente estruturado, que são as manifestações estéticas de uma sociedade indígena. Em outras palavras, a arte "materializa um modo de experiência que se manifesta visualmente", principalmente na decoração do corpo e no sistema de objetos, permitindo que os membros de uma sociedade vejam-se ao olhar seus grafismos e objetos (VAN VELTHEM, 1994, p. 86). Neste sentido, considero etnoarte ou arte indígena como um sistema de signos compartilhados pelo grupo e que possibilita a comunicação (VIDAL e SILVA, 1992). Estas manifestações visuais são a expressão estética de identidades étnicas e culturais.

Articulando a abordagem teórica da arqueologia cognitiva com os pressupostos da antropologia estética de inserção da arte em seu contexto cultural, o presente estudo propôs-se a analisar a cultura material e as manifestações estéticas como meio de informação sobre a sociedade que as produziram, repelindo uma abordagem técnica e formal, ligada tanto à arqueologia historicista cultural ou de inspiração funcionalista como a uma antropologia relacionada ao colecionismo do século XIX. Considerando que "as manifestações artísticas condensam significados culturais fundamentais para cada sociedade" (VIDAL, 1992), estou interessado no conteúdo simbólico que estas manifestações estéticas expressam, uma vez que a arte significa e não apenas representa.

O quadro referencial teórico deste estudo parte, portanto, do princípio do estabelecimento de um modelo da cultura material e das manifestações estéticas de uma sociedade indígena atual (sua visão de mundo e sua forma de sensibilidade) para o empreendimento da analogia etnográfica, ou seja, para interpretar e lançar luz sobre o sistema de representações visuais (cultura material e grafismos) dos antecedentes desta sociedade.

Estas manifestações estéticas indígenas são sistemas de representação que procuram explicar como a sociedade pensa a si própria e o mundo que a rodeia. Nesse sentido, são encaradas como um código visual de comunicação, extrapolando uma análise estilística e/ou descritiva, para desvelar seus conteúdos semânticos.

Por outro lado, procuramos associar o sistema de representação visual[4] guarani-mbyá e guarani-nhandeva com outros sistemas simbólicos de seu contexto cultural, tais como o social e o mito-cosmológico.

Cultura material e linguagem

Segundo McCracken (2003), a similaridade entre linguagem e objetos inanimados é uma metáfora enganadora, apesar de sua positividade, pois, num primeiro momento, chamou a atenção para as propriedades simbólicas da **cultura material**. Para ele, essa última é um sistema de comunicação muito diferente da linguagem, uma vez que:

a) utiliza-se de um código fechado (ao contrário da linguagem, cujo código é muito mais aberto e se aproxima do pensamento científico);

b) "encoraja o uso do código visando mais a repetição semiótica do que a inovação" (MCCRACKEN, 2003, p.96);

c) "permite a representação de categorias, princípios e processos culturais sem incentivar sua manipulação criativa" (MCCRACKEN, 2003).

Ao contrário, a linguagem tem uma "escala ascendente de liberdade": "na base da escala, o falante é constrangido por completo; no topo, ele ou ela é completamente livre" (MCCRACKEN, 2003). Este caráter dual da linguagem lhe permite ser, ao mesmo tempo, um meio de comunicação coletivo e sistemático **e** um instrumento de poder expressivo e infinitamente variado.

Deste modo, para o autor, seguindo Jakobson[5], a cultura material é "código sem capacidade gerativa", cujos usuários "não desfrutam de liberdade combinatória". Ela é um código fechado, que se assemelha ao pensamento mítico e ao "bricoleur"[6], abastecendo a sociedade de um conjunto fixo de mensagens. Por ser um código conservador, "a cultura pode a ela confiar mensagens que a linguagem poderia violar. Pode codificar (...) na cultura material informações que deseje tornar públicas, mas não pretende ver transformadas" (MCCRACKEN, 2003).

Nesse sentido, a cultura material empreende tarefas expressivas que a linguagem não performatiza ou não consegue performatizar. Além disso, enquanto meio de comunicação, ela possui mensagens menos explícitas e sua interpretação é menos consciente que as da linguagem. Por seu caráter mais conspícuo, a cultura material permite "carregar significados que não poderiam ser tornados mais explícitos sem o perigo de gerar controvérsia, protesto e recusa" (como, por exemplo, diferenças de *status*).

4 Sistemas de representação visual são aqui entendidos como códigos simbólicos percebido pela visão, incluindo todo tipo de grafismos, morfologias de artefatos culturais e organizações do espaço, construídos por um grupo humano, e que veiculam significações estruturadas cultural e localmente.

5 "Para certos meios de comunicação não-linguísticos, o código é uma coleção de mensagens mais que um meio para a sua criação". (MCCRACKEN, 2003, seguindo JAKOBSON, 1971).

6 Conforme Lévi-Strauss, 1976, p. 37 e ss.

A cultura material "dispõe de vantagens semióticas que a tornam mais apropriada que a linguagem para certos propósitos comunicativos", dispondo, além disso, de uma "função instrumental" poderosa (MCCRACKEN, 2003).

Em resumo, a cultura material é limitada em seu leque expressivo, mas veicula o que tem peso substantivo, o que tem importante significado cultural[7].

Discutindo a analogia etnográfica

Faz-se necessário, neste momento, refletir sobre o objeto e os processos epistemológicos relacionados com a noção de etnoarqueologia aqui discutida. A compreensão de artefatos, estruturas e quaisquer outros vestígios de sociedades do passado, através da utilização de dados históricos e etnográficos, dentro de um contexto histórico e cultural local muito bem definido, testados os modelos etnoarqueológicos daí surgidos por intermédio de metodologias arqueológicas próprias, constitui-se no objeto da etnoarqueologia aqui proposta. Na criação destes modelos etnoarqueológicos para a compreensão do passado, a interlocução com membros de sociedades indígenas e a analogia etnográfica são ferramentas metodológicas potentes.

A tentativa de compreensão de uma sociedade do passado através da utilização de informações etnográficas desta mesma sociedade, colhidas num passado muito recente e no presente, tem causado muito desconforto no âmbito de uma arqueologia identificada com uma antropologia funcionalista. Isto vem ocorrendo como consequência dos antigos estudos de aculturação e de fricção interétnica, de inspiração funcionalista, realizados no Brasil nos anos 40, 50 e 60 do século XX, cujos efeitos ainda estão muito presentes na arqueologia brasileira de um modo geral.

Entretanto, é exatamente nas situações de contato intenso com os contextos nacionais que acontece o exacerbamento das identidades indígenas. Este encontro de sociedades diferentes resulta no processo de formação de culturas de contraste e não de "desintegração cultural" das sociedades indígenas (CUNHA, 1986).

Novaes enfatiza que estes estudos de "aculturação" possuem uma visão de mudança como uma "desintegração progressiva". Seguindo Geertz (1957), a autora põe à mostra a dificuldade dos funcionalistas em lidar com processos sociológicos e culturais, e incorpora em sua análise a proposta de Geertz para que se distingam analiticamente os aspectos sociais e culturais da vida humana, o que

> *(...) evita a visão implícita da desintegração cultural como uma realidade inerente*

7 Ver Silva (2001), onde fica claro que esse sistema de comunicação entre a etnia kaingang não aponta para conflitos, dissensões políticas, mas para consensos, para importantes significados culturais: ao invés do faccionalismo político, característica marcante e constitutiva da sociedade kaingang, o que sua cultura material enfatiza é o dualismo cosmológico, agregador das diferenças.

> *a todo o processo de contato entre duas sociedades em que uma é minoritária ou dominada. (...) Esta perspectiva permite perceber a situação de contato não como a destruição de modos tradicionais de vida, mas como um processo que leva à construção de um novo estilo de vida, com novas estratégias e alternativas, onde a cultura tem uma dimensão essencialmente dinâmica e adaptativa. (NOVAES, 1993, p. 42).*

Deste modo, uma excessiva ênfase nos aspectos sociais ("estrutura social que a ação toma, a rede de relações sociais") em detrimento total dos aspectos culturais ("significados com os quais as pessoas interpretam sua experiência e guiam sua ação") não permitiu que estes estudos funcionalistas de "aculturação" percebessem a "natureza peculiar da integração na esfera da cultura e na esfera social" (NOVAES, 1993).

A resistência teórica por parte da arqueologia historicista cultural e de inspiração funcionalista quanto ao uso de dados etno-históricos e etnográficos tem aí, nestes estudos funcionalistas de "aculturação", sua origem, uma vez que os mesmos enfatizam uma "desintegração progressiva" destas sociedades, que não poderiam, portanto, ser tomadas como modelo para a compreensão de seu passado.

De igual modo, os estudos de fricção interétnica (OLIVEIRA, 1968), a partir dos anos 60 também do século XX, apesar de aparentemente se oporem aos estudos de "aculturação", estavam também preocupados "em entender os mecanismos que possibilitariam a inevitável integração dos índios na sociedade nacional", estudando as relações entre sociedades indígenas e a sociedade nacional do "ponto de vista quase que exclusivamente sociológico" (NOVAES, 1993).

Tais estudos de fricção interétnica, tanto quanto os sobre "aculturação", continuam a influenciar a arqueologia brasileira, que costuma problematizar, em alguns casos negar, o uso de fontes etno-históricas e etnográficas no estudo arqueológico, uma vez que essas sociedades indígenas já estariam "desintegradas e descaracterizadas culturalmente".

No entanto, "é no campo da cultura e nas relações entre o poder e a cultura que as sociedades indígenas conseguem articular seus processos de resistência à sociedade envolvente" (NOVAES, 1993, p. 46).

Nesse sentido, Vidal (1992) lembra que o contato interétnico intenso pode resultar em estímulo ao desenvolvimento de manifestações gráficas por parte de sociedades indígenas, uma vez que "estes povos necessitam mais do que nunca da afirmação de sua identidade cultural".

Assim, no processo de contato entre sociedades, a cultura, enquanto capital simbólico, permite resistir à dominação e às imposições da sociedade dominante. A partir dela, os elementos impostos são continuamente reinterpretados. Ao colocar o foco de entendimento sobre a esfera cultural, pode-se entender que as diferenças entre a sociedade indígena e a sociedade envolvente não são suprimidas, mas continuamente reformuladas (NOVAES, 1993, p. 46).

Fique claro, entretanto, que não se quer negar a variação e a dinâmica culturais quando se

aborda os sistemas indígenas de representação visual. Enquanto "expressão estética gráfica de identidades étnicas e culturais", estas manifestações visuais, como qualquer outro fenômeno cultural, são aqui encaradas como processo, no qual se articulam estilo coletivo/repetição com capacidade criadora individual/variação (VIDAL e SILVA, 1992). Aliás, o tema tradição e inovação tem longa história na reflexão antropológica, que busca a compreensão da relação entre passado e presente, além do entendimento dos mecanismos que possibilitam o exercício da criatividade, o que dá lugar à inovação e à variação no plano da cultura.

De qualquer forma, a relação entre passado e presente, estrutura e evento, mito e história, tradição e inovação, é tarefa complexa e desafiante que não mais se limita, como nos moldes funcionalistas, a pseudoquestões como "perda cultural", "aculturação" ou "desintegração cultural progressiva". O presente trabalho, portanto, teve como objetivo avançar em relação às abordagens historicistas-culturais/funcionalistas/empiristas em arqueologia.

Universo da pesquisa e metodologia

Trabalhei com interlocutores guarani provenientes de *tekoá* (aldeias) localizadas no sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e no sudeste (Rio de Janeiro e Espírito Santo), o que inclui as parcialidades étnicas mbyá, majoritariamente, e nhandeva e kaiowá, numericamente reduzidos em meu universo de pesquisa, especialmente a última.

A metodologia de pesquisa constou, num primeiro momento, em investigar os grafismos presentes em suas cestas (*ajaká*) e em outros artefatos de sua cultura material, tradicionais ou não, como cuias para mate, chocalhos (*mbaraká*), enfeites de cabeça (*akareguá*), cachimbos (*petynguá*), vasilhas atuais de cerâmica, entre outros. Também nesse primeiro momento, estudei os padrões da pintura corporal presentes em algumas situações rituais e liminares. Nesse momento, muitos grafismos foram por eles desenhados e nomeados. Numa segunda etapa da pesquisa, passei a investigar, além do nome, o significado desses grafismos e seu lugar na cosmologia e nas narrativas míticas dos Guarani. Durante todo o processo fiz uso, além dos objetos concretos, de fotografias previamente feitas em acervos museológicos ou coleções particulares. Por último, dediquei-me a fazer a escuta do discurso nativo sobre os grafismos existentes na cerâmica arqueológica de cultura guarani da Tradição Policroma Amazônica, que lhes foram mostrados através de desenhos, fotos e, eventualmente, de objetos expostos em instituições museológicas.

Apesar dos grupos populacionais trabalhados terem proveniências geográficas diferentes e pertencerem a parcialidades étnicas diversas, as informações registradas não revelaram diferenças marcantes, o que aqui é interpretado como uma unidade cosmológica guarani, apesar do grande espaço geográfico enfocado e das diferenças políticas, sociais e linguísticas observadas entre as parcialidades étnicas e até mesmo entre as *tekoá*, conforme já mencionado, o que vem a reforçar o caráter fechado e conservador das mensagens veiculadas pelo sistema de



Ipará ryty



Ipará pirárãinhykã (peixe)

representações visuais guarani, como foi discutido teoricamente no item Cultura material e linguagem.

Ipará guarani: grafismos sagrados do cosmos

Independentemente do suporte onde aparecem, os grafismos presentes em sua cultura material foram denominados de *ipará* pelos interlocutores Guarani.

O uso da palavra *ipará* para designar todos os grafismos mbyá e nhandeva trai o caráter sagrado de sua totalidade, apesar de o discurso mostrar que apenas dois deles foram "ensinados" por *Nhanderu* (literalmente, "nosso pai", deus guarani): *ipará ryty*[8] (desenho reto, em fileira) e *ipará pirárãinhykã* (desenho de mandíbula de peixe)[9].

Na língua guarani existem pelo menos dois tipos de linguagem, ou duas etnolinguagens[10]: uma usada nas relações terrenas e outra divina, utilizada pelos deuses ao se dirigirem aos homens, e que falam pela boca do *karaí* ou *kuña karaí* (xamã, respectivamente homem ou mulher). Segundo os Mbyá, sempre há "a palavra divina e a palavra dos homens". Assim tem-se, por exemplo:

QUADRO 1

XXXXX	"Palavra divina"	"Palavra humana"
mãe	*semokambuaré*	*sy*
"branco"; não-índio	*yvy pó*	*juruá*
milho	*yvy poty*	*avati*
desenho	*ipará*	angá

8 Sobre o significado dos grafismos *ipará ryty*, veja a seguir.

9 Veja mais adiante outra representação gráfica do peixe.

10 Bridgeman, que estudou *O parágrafo na fala dos Kaiowá-Guarani*, assim se refere aos seus falantes: "os índios distinguem três etnolinguagens que eles designam como: *myamyrï nhe'ë* 'fala ancestral', *te'yi nhe'ë* 'fala indígena', e *paragwai nhe'ë* 'fala paraguaia". Deve ser observado que a fala ancestral é a língua de prestígio, usada por todas as faixas de idade para propósitos religiosos. É geralmente a segunda língua a ser aprendida, sendo que a fala indígena é a primeira. Em algumas situações, somente a fala ancestral é apropriada. Em outras, somente a fala indígena. A fala paraguaia, embora utilizada, nunca é considerada apropriada e seu uso é muitas vezes negado." (BRIDGEMAN, 1981, p. 11).

A origem dos grafismos, considerados sagrados pelo discurso, está ligada à origem dos cestos. Segundo o mito, o filho de *Nhanderuvuçu*, criador da *Yvy Tenondé* (A Primeira Terra), chamado de *Kuaray* (Sol, um dos "gêmeos" ancestrais), ensinou a confecção de cestos aos Mbyá. Conforme o mito colhido, o *ajaká* (cesto) mbyá está relacionado metaforicamente à mulher, e os grafismos nele presentes, à pintura facial feminina.

Este fragmento de mito (que pode ser consultado em SILVA, 2001), narrado na *Tekoá Nuundui*-RS por Turíbio *Karaí*, nascido em 1911, no RS, explica o surgimento dos grafismos e, sem dúvida, pertence à narrativa mitológica guarani conhecida impropriamente como "ciclo dos gêmeos", pois Sol e Lua, ambos do sexo masculino, têm pais diferentes. No seu início, acontece o rompimento definitivo entre o divino e o humano, após *Nhanderuvusu* abandonar a "terra nova" e sua esposa grávida (*Nhandesy* – "nossa mãe). A terra, então, torna-se imperfeita, para sempre separada do espaço divino, a Terra Sem Males. Na terra má, sucedem-se as aventuras dos irmãos-deuses – *Kuaray* (Sol) e *Jaxy* (Lua) –, que, após concluírem a criação do cosmos em todos os seus elementos constitutivos, obstinadamente procuram e conseguem atingir o espaço sagrado, ideal de todo Guarani.

A partir deste contexto mito-cosmológico, os grafismos guarani são pensados e denominados por dois sistemas classificatórios nativos diferentes, mas que se inter-relacionam.

O primeiro deles dá conta de categorias genéricas da forma, sem expressar sentido: fechado; enfileirado; zigue-zague simples; duplo zigue-zague ou mais; cruzado; fechado-comprido-enfileirado, etc. Assim, pelo sistema classificatório quanto à sua forma, os grafismos podem ser denominados de, por exemplo: *ipará ryty* (desenho reto, em fileira), *ipará korá* (desenho fechado, podendo ser quadrado, losango, redondo), *ipará joaçá* (desenho cruzado), *ipara karé* (desenho em zigue-zague simples – "com uma dobra"), *ipará karé karé* (desenho em duplo zigue-zague ou mais – "com duas ou mais dobras"), *ipará korá pukú ryty* (desenho fechado, comprido, enfileirado), etc.

O segundo sistema de classificação, por sua vez, estabelece categorias de sentido dos grafismos, apontando para os significados subjacentes aos padrões gráficos. Deste modo, dois "desenhos" que poderiam ser denominados pelo primeiro sistema, indistintamente, de *ipará korá*, são denominados de maneira distinta quando se quer atribuir sentido a eles. É o caso, por exemplo, dos grafismos *panambi pepó ipará* e *mboi tini ipará*, uma vez que ambos, quanto à forma, podem ser designados de *ipará korá* (fechado), mas que representam graficamente as "asas da mariposa", o primeiro, e o "desenho do couro da cobra cascavel", o segundo.

Para a maioria dos grafismos presentes na cultura material mbyá e nhandeva foi possível estabelecer a relação entre os dois sistemas, atingindo-se, portanto, seus significados culturais. Já para os grafismos proto-guarani[11], observados na cerâmica arqueológica de Cultura guarani, os obstáculos para esta identificação foram bem maiores e serão identificados e comentados mais adiante.

As representações gráficas relacionadas às diversas espécies de cobras estão muito presen-

11. A segunda representação da mariposa ocorre em estojo para tabaco, confeccionado em taquara.

tes na etnoarte guarani atual, principalmente na cestaria. A serpente tem papel de destaque na ecologia simbólica deste povo. Conforme as narrativas mitológicas, foi através de suas ações que o eixo da terra se firmou e o plano material, terreno, se estabeleceu. Sua performance é considerada fundamental para a sustentação da terra através das cinco palmeiras sagradas (*pindó ovy*), que espacialmente estão dispostas de forma a marcar os "quatro cantos do mundo" ou as "moradas sagradas" de divindades guarani, estando uma palmeira posicionada no centro.



Panambi pepó ipará **(mariposa[12])**



Mboi tini ipará **(cascavel[13])**

A representação das "moradas sagradas" parece particularmente corresponder ao grafismo denominado *kurusu ipará*, que ocorre em vários suportes (proto) guarani (na cerâmica arqueológica – como se verá mais adiante –, nas cestas, no corpo masculino, desenhado diretamente no chão) ou com possibilidades de serem proto-guarani, quando ocorre em painéis rupestres do sul do Brasil. Apesar de as ocorrências proto-guarani não serem completamente confiáveis

12. Veja adiante outras representações gráficas de serpentes

13. O prefixo **proto** nas expressões proto-guarani ou proto-mbyá não foi empregado na mesma acepção que os linguistas costumam fazê-lo. Uso-o com relação a populações e não a línguas. Utilizo proto-guarani para designar as **primeiras** populações guarani do sul do Brasil e adjacências, ou seja, os Guarani "pré coloniais" ou, ainda, os grupos populacionais vinculados à "Tradição ceramista Tupiguarani" ou à Subcultura Guarani da Tradição Policroma Amazônica, como estas populações "pré-contato" costumam ser denominadas pelos estudos arqueológicos. A vantagem em usar o termo proto-guarani, ao invés de "grupos ligados à tradição ceramista Tupiguarani ou mesmo "Guarani pré-histórico ou pré-colonial", reside no fato de não romper o processo histórico-cultural contínuo que desembocou nas parcialidades étnicas guarani (mbyá, nhandeva e kaiowá), o que implicitamente acontece se for usado o prefixo **pré** (pré-histórico, pré-colonial, pré-contato), denotando-se, assim, uma ruptura de um processo que cultural e historicamente foi contínuo. Além disso, indica-se expressamente a vinculação destes grupos à sociedade guarani, aproximando os estudos arqueológicos do campo antropológico. Uso o prefixo **proto** entre parênteses, antes da designação étnica, para indicar tanto populações "pré-coloniais" como, também, as populações "pós-contato", descendentes das primeiras.

(pois muitas vezes a cerâmica na qual ela aparece não tem datação absoluta e a arte rupestre não possui nem contextualização cultural nem datas), este grafismo parece representar uma noção genuinamente guarani: o esteio em forma de cruz para sustentar a Primeira Terra do mito (*Yvy Tenondé*); os quatro deuses ligados às quatro direções cardeais; o artefato religioso denominado *popyguá*, usado pelos xamãs, em forma de duas varas de madeira que se cruzam e batem uma na outra. A cruz cristã, de qualquer forma, pode ter potencializado esta noção religiosa guarani, após sua apropriação e ressemantização pelos Mbyá.

Note-se nas três representações gráficas da cobra cruzeira reproduzidas acima (a primeira, em cesta do início do século XX; a segunda, em *ajaká* dos anos 70 do mesmo século; a terceira, em *mbaraká* atual) o grafismo *kurusu ipará* (a imagem da cruz) no centro dos losangos[14].

Acima vê-se, da esquerda para a direita: 1) representação gráfica da cobra (*mboi ipará*) em estojo para tabaco do início do século passado, de origem nhandeva do litoral de São Paulo; 2) desenho sobre papel de cobra "urutu" – José Dinarte, *Tekoá Jataity*-RS; 3) fotografia parcial de uma anaconda, que foi denominada de *mboi jaguá*[15] pelos Mbyá da *Tekoá Itapuã*-RS.

Abaixo, têm-se três ajaká com os grafismos representativos de serpentes em suas faixas centrais. Com relação à especificidade de cada um deles, meus interlocutores ficaram em dúvida, divergindo sobre qual cobra precisamente estava sendo representada.



mboi tini mbaraká ipará



mboi tuvy ipará



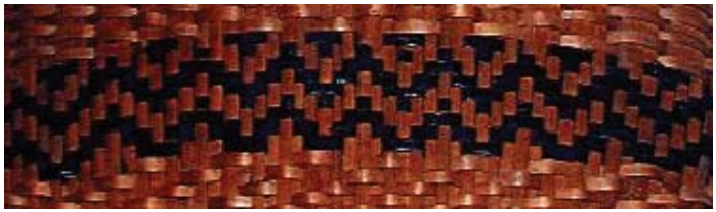
mboi sucuri ipará

É interessante notar, e a etnografia sobre as representações gráficas da cobra mostrou isto, que um tipo de serpente pode ser representada de formas diferentes, conforme a perspectiva de seu observador. Assim, uma jararaca, por exemplo, conforme *Karaí Iapuá*, da *Tekoá Anhetenguá*-RS, pode ser desenhada de, pelo menos, duas maneiras: se vista desde cima ou

14. A seguir, será comentada a presença deste último padrão gráfico na cultura material proto-guarani.

15. Para maiores detalhes sobre a categoria *jaguá*, veja mais adiante, neste mesmo item

lateralmente. A jararaca em madeira[16] abaixo, em estilo figurativo, da *Tekoá Inhakapetun*-RS, exemplifica bem esta sensibilidade estética guarani.





O padrão gráfico denominado *ipará ryty karé karé* (desenho enfileirado, em zigue-zague duplo ou mais) – veja abaixo – foi relacionado à "arte da cobra", especialmente o que se apresenta horizontalmente.

Esta relação dá-se na medida em que triângulos dispostos lado a lado, com os vértices tocando, se constituem na representação gráfica de uma espécie de serpente, como se vê no *vixú rangá* abaixo (*Tekoá* Morro dos Cavalos - SC, 2002) e no grafismo pirografado em estojo para tabaco (litoral de São Paulo, início do século XX), reproduzido a seguir. Uma forma ainda mais estilizada desta representação seria o *ipará ryty karé karé*, comentado no parágrafo anterior, grafismo este, aliás, que delimita o padrão gráfico pirografado no estojo.





Para alguns grafismos guarani foram observados simbolismos concorrentes. Conforme o interlocutor, seu significado poderia variar dentro dos parâmetros culturais que conferem inteligibilidade e legitimidade à sua interpretação. Este é especificamente o caso dos grafismos denominados de *ipará ryty*, cujos significados são comentados a seguir.

Mboi pitã ipará – desenho da cobra coral (*Karaí Iapuá, Tekoá Anhetenguá*-RS). Trata-se de grafismo composto por traços verticais, curtos, dispostos lado a lado, horizontalmente, em intervalos regulares. Deste modo, é denominado genericamente de *ipará ryty*, pela sua disposição "em fila".

16. Sobre os zoomorfos esculpidos em madeira, veja o item *Vixú rangá*, a seguir.



Mboi cruzeira ipará



Alguns interlocutores interpretaram o grafismo *ipará ryty* como sendo a representação ou da marca deixada pelo lagarto, animal que desempenha importante papel na mitologia guarani, ao se deslocar sobre a areia, ou às fezes do macaco (*ka'i repoti ipará*), que ficam depositadas no chão, lado a lado, em fileira.



***Tejú rangá* – a imagem do lagarto. Zoomorfo esculpido em madeira.**

Igualmente, o grafismo relacionado a um animal mitológico, a *mboi jaguá*, pertencente a uma ampla categoria de animais "maus", isto é, adjetivados de *jaguá*, também é designado, quanto à sua forma, de *ipará ryty,* apesar de a disposição em fila se dar com elementos gráficos levemente inclinados. Alguns interlocutores também informaram que este grafismo está relacionado à jibóia (*mboi guassu*).

Os animais adjetivados de *jaguá* são pensados como de dimensões maiores e mais perigosos que aqueles encontrados em situações e espaços considerados rotineiros. Seu comportamento é considerado muito agressivo e prejudicial para os humanos.

Dois dados de particular importância em relação a esta categoria de animais é que eles são vistos como habitantes das fronteiras do mundo efetivamente conhecido pelos grupos mbyá e nhandeva e são considerados reais, isto é, muitos interlocutores relataram encontros com eles. Exemplos: *karumbé jaguá, tejú jaguá ...*)

O grafismo designado de *tejú retôuapé ipará* (malha da cara do lagarto) é encontrado, geralmente, em pequenos cestos ligeiramente bojudos, conforme abaixo. Segundo *Verá Mirim*, da *Tekoá Itapuã*, "antigamente", referindo-se à *Yvy Tenondé*, os lagartos falavam, dançavam e tocavam o *mbaraká*, instrumento sagrado, usado ritualmete na *opy* ("casa de reza") guarani.

Um tipo especial de *ipará korá*, confeccionado a partir de quadriláteros dispostos lado a lado e/ou circunscritos, é relacionado à representação gráfica do casco do jabuti[17], reproduzido a seguir.





O peixe, além do grafismo *ipará pirárãinhykã* (desenho de sua mandíbula), presente nos *ajaká*, foi representado em arco e na cerâmica atual, tendo sido denominado de *pirá pará*. Quanto à forma é um *ipará korá*.

Numa representação figurativa do peixe esculpido em madeira (vixú rangá[18]), o grafismo pirá pará está presente, conforme mostrado a seguir.

17. Este grafismo está presente, com esta significação, entre os Waiãpi (GALLOIS, 1992) e pode ser formalmente reconhecido na cerâmica proto-guarani, confome será visto no item correspondente.

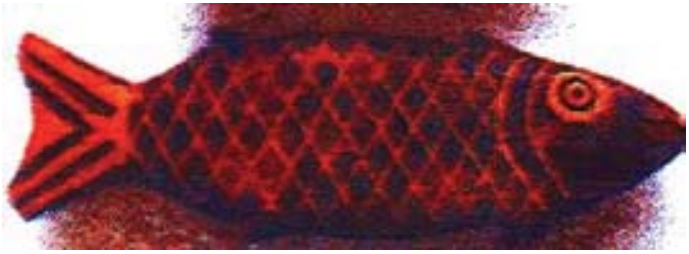
18. Veja item sobre os *vixú rangá*, adiante.



pirá pará pirografado em arco



pirá pará em cerâmica atual



Os grafismos fitomorfos também estão presentes no universo de padrões guarani e estão ligados basicamente à representação:

a) do milho (*avati*), planta de grande importância prática e simbólica no *nhandé rekó* (modo de ser, costume) guarani;

b) da folha do feijão (*kumanda ipará*), tanto o preto, dito *kumanda'u Juruá* – feijão dos brancos – como o *kumanda* mbyá – o feijão próprio destas populações, cultivado tradicionalmente, e

c) da flor (*poty rangá)*, de especial significação para os Guarani de um modo geral, pois remete a contextos do sistema xamânico-cosmológico, especialmente aos mitos relacionados ao

ciclo dos gêmeos (*Kuaray* – Sol – e *Jaxy* – Lua) e à Primeira Terra – *Yvy Tenondé*), bem como ao milho, considerado a flor da terra (*Yvy poty*).

As representações gráficas fitomórficas estão presentes numa grande quantidade de suportes: cachimbos proto-guarani e objetos contemporâneos, como cuias para servir o chimarrão, paus-de-chuva e cerâmica atual, ambas para a venda a turistas, e na cestaria.







Igualmente frequentes são as representações da flor na cultura material guarani, estando presentes nas roupas e adereços rituais dos *karaí* e das *kunhã karaí* em forma de borlas coloridas confeccionadas com penas ou fios. Do mesmo modo que os outros fitomorfos, sua representação gráfica encontra-se em vários suportes: na cerâmica arqueológica (ver item sobre grafismos proto-guarani) e nos instrumentos sagrados (*mbae'pú ovy*) utilizados ritualmente na *opy* (caso de grafismo da flor de *Kuaray* – *Kuaray poty ipará* – pirografado em *mbaraká* – chocalho ritual).







Fitomorfos
Primeira linha: em cuia; em pau-de-chuva; em cerâmica atual;
Segunda linha: kumandá ipará (desenho da folha do feijão) na faixa central de cestos

Fitomorfo na parte superior de cachimbo proto-guarani.

Além destes, na cultura material atual dos grupos gruarani costumam aparecer representações gráficas do Sol (*Kuaray*) e de estrelas, principalmente em arcos, flechas, chocalhos e cachimbos cerâmicos (ao redor do furo), como mostrado abaixo[19].









19. Note-se que entre os dois cachimbos reproduzidos há um espaço temporal de cerca de 100 anos (inícios do séc. XX e 2003, respectivamente), bem como uma distância geográfica de várias centenas de quilômetros (litoral de SP e interior do RS).

Retomando o segundo sistema classificatório mencionado, que estabelece categorias de sentido aos grafismos, observa-se que os significados por ele indicados enfatizam conceitos de uma ecologia simbólica, isto é, de um esquema cultural de percepção e concepção do meio ambiente que aponta para conceitos cosmológicos. Em outras palavras, a etnoarte mbyá e nhandeva evidencia em seus padrões gráficos os domínio da natureza e da sobrenatureza, através da representação de seres primevos: deuses, animais, vegetais e demais elementos do cosmos, com a exclusão da figura humana, de artefatos culturais e outros itens de sua organização social, diferentemente dos povos Jê-Bororo[20]. O domínio do humano, portanto, parece estar excluído do sistema de representação visual guarani.

Estes seres primordiais, imagens vindas dos domínios da natureza e da sobrenatureza, relembram os tempos míticos, originários, nos quais humanos (Guarani) e divinos ainda habitavam a mesma terra.

Desta maneira, os grafismos mbyá-guarani e nhandeva-guarani possuem características bem marcantes:

a) eles são abstratos; geométricos na forma;

b) eles são iconográficos, isto é, seu padrão geométrico e abstrato remete a um significante pertencente aos domínios da natureza ou da sobrenatureza; em outras palavras, o padrão geométrico/estilizado é o ícone, o elo entre a representação gráfica e o significante;

c) eles são estilizados (reduzidos a linhas gerais) ou, melhor dizendo, eles reduzem os seres representados a alguns poucos elementos deles constitutivos (em alguns casos, elementos anatômicos), como, por exemplo, a asa da mariposa para representar a mariposa, a mandíbula do peixe para representar graficamente todo o peixe, etc;

d) eles estabelecem uma ponte de comunicação com *Ñanderuvuçu*, constituindo-se em uma "aproximação desejada e controlada pela comunidade com o mundo sobrenatural" (GALLOIS, 1992, p. 228, referindo-se aos Waiãpi), uma vez que representam os elementos primevos do cosmos, criados pelos heróis míticos, e eles próprios.

Em resumo, tem-se que a origem divina dos grafismos presentes na cultura material, origem esta exterior ao domínio dos humanos, da sociedade[21], está bem marcada e continua a ser lembrada e reatualizada atualmente, como se viu com a passagem do mito das *ajaká*, o que evidencia o vínculo entre a ornamentação (da cultura material e também dos corpos, como veremos a seguir) e o mundo sobrenatural.

Do mesmo modo, as informações de Garlet e Soares (1995, p. 8) corroboram minha constatação de que a etnoarte guarani enfatiza as relações cosmológicas. Os autores fizeram um levantamento sobre os cachimbos (*petynguá*) atualmente confeccionados pelos Mbyá. De sua

20. Para os grafismos xerente, veja Silva e Farias (1992); para os kaingang, Silva, 2001.

21. É bom lembrar que esta é uma característica importante, compartilhada por outros povos de língua Tupi-Guarani (privilégio para o que está "fora da sociedade, para o "mundo dos outros"), para os quais a origem dos grafismos é sempre externa ao grupo: está no mundo dos deuses, nos animais, nos mortos, nos inimigos, etc.

leitura, verifica-se que o próprio uso do cachimbo já remete às relações com as divindades e com a fauna e a flora primevas. Além do uso cotidiano, ele é usado ritualmente nas curas, rezas e, pelo xamã, para entrar em transe. À pasta de argila para confeccionar os cachimbos usados apenas no ritual, e especialmente os de uso do xamã, são adicionados ossos carbonizados e triturados de porco-do-mato – *koxi* –, considerado animal doméstico de *Ñanderu* (GARLET e SOARES, 1995, p. 3, 8). Os autores verificaram que os *petynguá* "apresentam, tanto nos motivos como na forma, inspiração na flora e na fauna" (p. 8). Cachimbos zoomorfos representam peixes *piráruguái petynguá* e *jakaré petynguá* (peixe cascudo), borboletas – *popó petynguá* –, aranhas – *ñandu petynguá* –, tartarugas – *karumbé petynguá* – e, ao que parece, flores – *ivoty ranga* (*p*. 7 e 8). Da mesma forma, os grafismos registrados pelos autores ("ponteados, feitos com ramos e desenhos em baixo relevo" – *idem*, p. 8) também apontam na direção da ênfase cosmológica da etnoarte mbyá-guarani: são o *ivoty ranga* – desenho de flor –, "um dos motivos da pintura facial feminina (pé da saracura)"[22], *pindó rogué ranga* – folha da palmeira pindó –, *pirá kangue* – espinha de peixe –, e *pirá ranga* – imagem do peixe – (p. 8). Esta descrição da produção, uso e materialidade dos cachimbos foi importante para que se pudesse testar e reforçar a hipótese sobre a priorização das relações com as divindades, e a inter-relação destas com os domínios da natureza e da sociedade, no sistema de representações visuais guarani.

Yti: a antiga pintura corporal mbyá[23]

A tradicional pintura corporal mbyá – *yti* –, feita com tinta preta, não foi esquecida, tendo sido praticada constantemente há apenas duas ou três gerações passadas e com intensidade cada vez maior nos dias atuais. A pintura corporal *yti*, com motivo *ipará ryty*, era usada antigamente por mulheres, em sinal de luto de parente próximo. Igualmente, desde pequenas, as mulheres poderiam usá-la, no rosto ou nos pulsos, como proteção contra doenças "do músculo e reumatismo", denominadas de *karú guá*.

Além disso, pelas informações colhidas, a pintura corporal também era usada em jovens de ambos os sexos para indicar seu estado liminar nos processos rituais de passagem para a idade adulta. No rosto e/ou nos pulsos da moça nova, após a primeira menstruação, em ambas as faces, era pintado (com tinta preta confeccionada de cera de abelha jataí com carvão de folha de taquara criciúma ou taquarembó) o grafismo denominado de *arakú pisá* (dedo da saracura[24]) ou *arakú pipó* (rastro de saracura), que atualmente também costuma aparecer em outros suportes, como na parte central do pau-de-chuva mostrado abaixo.

22. Veja mais adiante item sobre pintura corporal.

23. Assim os Mbyá da Tekoá Anhetenguá-RS traduziram yti.

24. É interessante notar que esta ave era interditada como alimento para crianças até 15 anos. Sua ingestão traria graves consequências para o infrator da interdição.



Este grafismo corporal feminino também era usado para afastar tanto doenças como as almas de parentes próximos mortos. Mulheres, após o parto, usavam-no nas articulações.

A *yti* dos homens era o motivo *kurusu* (cruz), igualmente pintado com tinta preta confeccionada de cera de abelha jataí com criciúma ou taquarembó queimados. Conforme meus interlocutores Mbyá da *Tekoá Anhetenguá*-RS, a *kurusu* era pintada nos pulsos e/ou na planta dos pés, jamais no rosto dos homens, com a intenção de afastar perigos[25]. Já os Mbyá da *Tekoá Nuundui*-RS, indicam que a *kurusu* era utilizada antigamente como pintura facial para marcar nos meninos seu estado liminar nos rituais e para dramatizar a passagem para a idade adulta. Segundo eles, o indicativo físico desta passagem seria a "voz grossa". Os rapazes que atingiam esta condição também pintavam com tinta preta a região acima dos lábios superiores, para mostrar que não eram mais meninos.

A *yti* era ainda utilizada pelos recém-casados nas articulações, como proteção.

A pintura corporal guarani, desta forma, teria ligação com momentos de "crise", de liminaridade, marcando na pessoa processos rituais de passagem, ou como proteção contra doenças ou infortúnios de toda espécie. Em ambos os casos, a *yti* tem ligação direta com a religiosidade guarani.

No primeiro caso, tem-se os grafismos *araku pisá* ou *araku pipó* (dedos ou rastro da saracura) e *kurusu* (cruz), representando a passagem, respectivamente, da menina para a idade adulta com a menarca ("fica moça") e marcando a transição do menino para as responsabilidades de homem adulto ("engrossa a voz"). Ainda foi relatado que as viúvas usavam *yti* com motivo *ipará ryty* no rosto para marcar o luto em relação a parentes próximos.

No segundo, ambas as marcas são usadas para proteger contra doenças.

O *araku pipó* e a *kurusu* são grafismos corporais de gênero, o primeiro sendo usado exclusivamente por mulheres, e o segundo, só por homens.

A pintura corporal e, de um modo geral, os grafismos guarani, têm um importante papel na prevenção e proteção contra estes perigos, uma vez que representam uma aproximação, controlada socialmente, com o espírito presente nos animais e plantas. Esta concepção de "natureza", na qual animais e plantas não estão separados ontologicamente dos humanos, como no ocidente de tradição européia, outorga a todos os elementos do cosmos atributos humanos, especialmente aos animais e vegetais, que diferem apenas em grau dos homens. Estas cosmologias indígenas amazônicas concebem os animais como ex-humanos, vendo neles muitos atributos da antiga humanidade perdida (DESCOLA, 1998). É no contexto deste sistema xamânico-cosmológico guarani que devemos compreender os significados dos grafismos e de outras materializações de seres oriundos do domínio da natureza.

Segundo os Guarani-Mbyá e Nhandeva, a pintura facial (*yti*) deve ser usada a partir dos cinco anos "para proteger da doença e do espírito do animal". Em situações de margem (nascimento, iniciação, menstruação, morte, etc.), as diluídas e interpenetráveis fronteiras dos três domínios do cosmos guarani (da natureza, da humanidade, da divindade ou sobrenatureza)

25. A *kurusu*, inclusive, pode ser desenhada no chão, "para desviar um vento, um temporal", conf. *Karaí Iapuá.*

tornam-se mais frágeis e intercambiáveis, correndo muitos perigos os que se encontram nestes momentos de limbo.

Descrevendo o "encantamento sexual", o *ojepotá*, um interlocutor Mbyá assim se expressa:

> *Irmão ou pai se pinta para se proteger quando nasce o irmão mais novo ou o filho. Nesses momentos, se não estiver pintado, a alma (nhe'e) do bicho – tivi (onça) ou outro qualquer – entra no teu corpo, se transforma. Ela não traz doença, troca a alma: pode [a pessoa] virar um bicho. Pode ser cobra, sapo. Árvore e bicho tem nhe'e, mas não é boa. Se transforma em moça bonita. [A pessoa] fica com ela e não volta mais (Valdeci Karaí Mirim, Tekoá Jataity-RS).*

Os vixú rangá e o estilo figurativo

O atual artesanato guarani em madeira esculpida e pirogravada também revela esta ênfase de sua etnoarte sobre o domínio da natureza (e suas relações com a sobrenatureza). Trata-se de pequenas esculturas figurativas zoomorfas, que não mais reduzem estes seres a alguns de seus elementos anatômicos, representando animais (mamíferos, répteis, peixes, aves, etc.) relacionados diretamente a um horizonte ecológico-cultural de florestas tropicais e subtropicais, tradicionalmente ocupado e vivenciado pelos (proto) guarani, veiculando imagens de uma ecologia simbólica.



***Apiká* – Missões jesuíticas (RS)**

Neste sentido, é interessante referir o "mito de origem" destes *vixu rangá* (literalmente, imagem de animal; o zoomorfo) e de sua comercialização para os *juruá* (não-índios). A narra-

tiva relata que, na Argentina, *Tekoá Parana'i*, há algumas décadas, um Mbyá já falecido fez um tradicional banco de madeira (*guapyá/apyká*) em forma de tatu para seu filho. Estes bancos têm especial significação, pois, além de representarem o domínio da natureza, principalmente através da forma animal destes bancos, e além de seu uso ritual pelo xamã na *opy*, eles têm relação direta com a cosmologia guarani, uma vez que representam o deslocamento aéreo de *Tupã* (irmão menor de *Kuaray* e *Jacy*), e os raios e trovões que este movimento provoca, quando vai visitar sua mãe, *Nhandesy*. Ainda conforme a narrativa, o banco em forma de tatu foi visto por visitantes *juruá*, que se ofereceram para comprá-lo. O artesão Mbyá não só o vendeu como teve a idéia de fazê-los em tamanho menor, sem sua função original, e destiná-los exclusivamente para a venda aos *juruá*.

Ademais, segundo meus interlocutores Mbyá, as "imagens dos animais" sempre foram materializadas, em estilo figurativo, em raízes de mandioca e disponibilizadas para as brincadeiras das crianças. Esta prática também está presente entre outros povos que falam línguas da Família Tupi-guarani, especialmente os Waiãpi (GALLOIS e CARELLI, 1993).

A partir desta constatação, é interessante repensar as categorias de arte figurativa e arte abstrata. Geralmente, os arqueólogos que estudam a arte parietal costumam opor uma à outra, como se fossem excludentes entre si, sendo, por este motivo, interpretadas como pertencendo a sociedades diferentes. Na verdade, estas categorias andam juntas, e geralmente correspondem a meios de expressão alternativos de uma mesma sociedade:

> *(...) cada um desses tipos de representação gráfica pode corresponder a um meio de expressão privilegiado para noções relativas à realidade concreta, à dimensão sensível do universo, no primeiro caso (arte figurativa), e para noções abstratas ou representações relativas a conhecimentos esotéricos, preservados de não-iniciados ou estrangeiros, na segunda (arte abstrata). (VIDAL e SILVA, 1992, p. 284).*

Como exemplo disto, temos os próprios Guarani de hoje que, ao lado de pequenas esculturas figurativas zoomorfas em madeira, feitas para ser comercializadas, continuam a reproduzir na sua cestaria tradicional e em outros itens de sua cultura material, inclusive em seus corpos, grafismos geométricos relacionados aos domínios da natureza, da sobrenatureza e a conceitos cosmológicos mais abrangentes[26].

Em resumo, o estilo figurativo também está e esteve presente na etnoarte guarani como

26. Os proto-Jê do sul, por sua vez, deixavam impressos em sua cerâmica tanto grafismos abstratos (em sua maioria esmagadora) como motivos figurativos (zoo e fitomorfos em cerâmica da "Fase" Casa de Pedra, conforme SILVA, 200l, Cap. 3). Os Kaingang de Ivay (PR), estudados por Telêmaco Borba, desenhavam em chifres de boi antropomorfos e zoomorfos, em meados do século XIX. Ao lado destes motivos figurativos, os Kaingang continuam a representar nos seus objetos e corpos grafismos geométricos, que representam graficamente as metades exogâmicas, patrilineares, assimétricas e complementares, priorizando aspectos de sua organização social e do dualismo cosmológico (SILVA, 2002).

agente materializador de seu cosmos, de uma paisagem (cultural, geográfica, ecológica, social, política, econômica, religiosa) tipicamente guarani.

Grafismos proto-guarani

Durante os trabalhos de campo, além de fotos de grafismos presentes na cerâmica arqueológica de Cultura guarani, mostrei aos Mbyá duas estampas publicadas por Schmitz (1985, p. 41-42), com "motivos de decoração da cerâmica pintada, em vermelho sobre branco, ou vermelho e preto sobre branco", ou seja, com grafismos proto-guarani. Primeiramente, passo a relatar o discurso guarani sobre elas.

A grande maioria dos grafismos da primeira estampa foi reconhecida e nomeada pelos Mbyá. É importante frisar que tanto os dois grafismos sagrados, ditos como "dados por *Ñanderu*", como a maioria daqueles desenhados e nomeados espontaneamente pelos interlocutores, aparecem nas reproduções dos grafismos cerâmicos da primeira estampa, e foram identificados, inclusive o *ipará kurusu*.

Ainda sobre os grafismos presentes nesta primeira estampa reproduzida de Schmitz (1985), como não realizei levantamentos exaustivos em acervos de museus, este fato demonstra que é bem possível que os grafismos não- reconhecidos/não-denominados também estejam presentes nos trançados guarani.

Conforme interlocutores Mbyá e Nhandeva, a maioria dos grafismos foi reconhecida como mbyá-guarani e assim denominada:

1a. fileira (de cima para baixo): *ipará ryty, ipará ryty ñovaitï, panambi pepó ipara.* Grafismos presentes na atual cultura material guarani, cujos significados contemporâneos já foram discutidos;

2a. fileira: *ipará ryty karé, ipará pirárãinhykã, ipará ryty karé karé.* Todos presentes em objetos guarani etnográficos. Para comparação, veja o grafismo *ipará ryty karé karé* em *ajaká* guarani reproduzido abaixo, cujo significado preciso desconheço (provavelmente ligado à representação da serpente);



3a. fileira: *ipará ryty karé karé* (para os três grafismos). As primeiras duas representações gráficas estão relacionadas à "arte da cobra", segundo já visto. O terceiro grafismo proto-guarani também está presente na cultura material atual dos grupos guarani, conforme abaixo;



4a. fileira: *ipará ryty karé karé* (os dois primeiros). Ambos ocorrem na iconografia atual guarani. O último não foi reconhecido;

5a. fileira: *ipará korá* (primeiros dois grafismos), *pirá pará* (imagem do peixe). Todos presentes na iconografia atual guarani;

6a. fileira: *ipará korá* (três grafismos). Idem;

7a. fileira: *ipará yvotyty* (imagem do lugar onde se planta a flor); *karena ipará*; sem denominação. Como se viu, a flor tem grande importância nas representações mentais e gráficas guarani. Quanto ao *karena ipará*, há (em um *ajaká* confeccionado em 2000 na *Tekoá Nuundui*-RS) um grafismo exatamente igual, inclusive entre duas faixas horizontais, como é o de número dois da sétima fileira da primeira estampa de Schmitz.

Além disto, o motivo *karena*, assim também designado, mas de forma diferente, é frequente na cestaria atual, conforme mostrado abaixo, intercalando o grafismo *mboi tini ipará* (cobra cascavel).

8a. fileira: sem denominação; *ipará karé i* (imagem do jabuti). Este último grafismo (*karumbé ipará*) é padrão recorrente na cestaria guarani;

9a. fileira: sem denominação;

10a. fileira: *ipará kurusu* (os três grafismos). Grafismo amplamente difundido na iconografia etnográfica guarani.

O último grafismo das fileiras 8 e 9 não foi reconhecido.

Os grafismos cerâmicos constantes da segunda estampa (SCHMITZ, 1985, p. 42), que con-

têm círculos e/ou linhas curvas, não foram reconhecidos, na sua maioria, pelos Guarani com quem trabalhei.

É extremamente compreensível que isto ocorra. Meus interlocutores Mbyá e Nhandeva apenas reconheceram os grafismos proto-guarani que contêm linhas retas ou angulares: eles ainda são reproduzidos nas cestas. Como a tradição de pintura na cerâmica perdeu sua praticidade há muito tempo, juntamente com o abandono de sua confecção, a maioria dos Mbyá e Nhandeva não mais tem recordação dos grafismos curvos[27], com duas exceções.

A primeira diz respeito ao padrão gráfico que representa uma cobra (*mboi ipará*), que estaria ligado a urutu ou a anaconda. Este grafismo é formalmente igual ao segundo padrão apresentado na primeira linha da segunda estampa de Schmitz, indicado com uma seta vertical, reproduzida mais acima. Como se viu, este grafismo está presente em dois suportes etnográficos: 1) um estojo para tabaco feito em nó de taquara, de origem nhandeva, do início do século XX, do litoral de São Paulo, no qual o grafismo foi pirografado em estilo abstrato; 2) um desenho escolar, em estilo figurativo, de um adulto Mbyá.

A segunda exceção refere-se a dois desenhos de professor bilíngue guarani, feito em papel, abaixo reproduzido e formalmente semelhante aos três grafismos curvilíneos (ou associados a grafismos curvilíneos) da segunda estampa de Schmitz, indicados por três setas horizontais, que de acordo com as palavras de seu autor têm o seguinte significado:

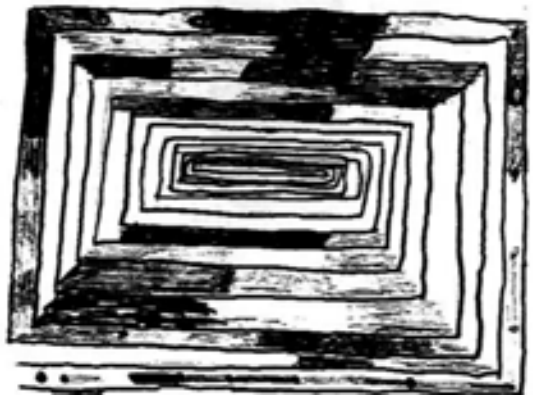
Primeiro desenho



Os sinais representam o universo em que vivemos, o caminho que nós percorremos de tempo, o dia-a-dia. É também os sinais dos quatro cantos do universo. Prof. guarani Geraldo Moreira, *Tekoá* São Miguel-SC, 2003.

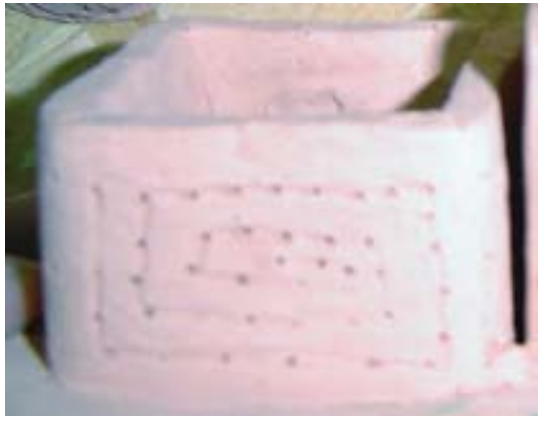
27. Talvez alguns especialistas em ritual, ou algumas mulheres, tenham memória destes grafismos, o que poderá ser respondido com a sequência das pesquisas.

Segundo desenho



Este cone representa a caminhada que nós fizemos e estamos fazendo até hoje. E também representa o dia, o trabalho, o ano. Prof. guarani Geraldo Moreira, *Tekoá* São Miguel-SC, 2003.

Igualmente, na cerâmica atual feita pelos Mbyá para comercialização, apareceu grafismo inciso semelhante formalmente ao mostrado acima.



É bem instigante a correspondência deste discurso atual guarani com os quatro cantos sagrados do cosmos e, consequentemente, com a representação gráfica da cruz, com o *tapejá* e com o *aguyje* guarani, já mencionados no texto (*Ipará* guarani: grafismos sagrados do cosmos) e

na nota-de-rodapé número 2. Mais instigante ainda é pensar que estas representações mentais possuam representações gráficas e que ambas estejam presentes ao longo de várias centenas de anos na tradição guarani.

Como se vê, o tipo de suporte limita a possibilidade para a representação de determinados grafismos. Com a não mais confecção de vasilhas cerâmicas e de outros itens da cultura material guarani, suportes ideais para a pintura/pirogravura a mão livre, muitos grafismos restam adormecidos na memória guarani. A educação escolar indígena mbyá e nhandeva, muito incipiente ainda, talvez favoreça o renascer deste patrimônio, principalmente pelo esforço dos professores bilíngues, que cada vez mais se empenham em revisitar a memória dos mais velhos.

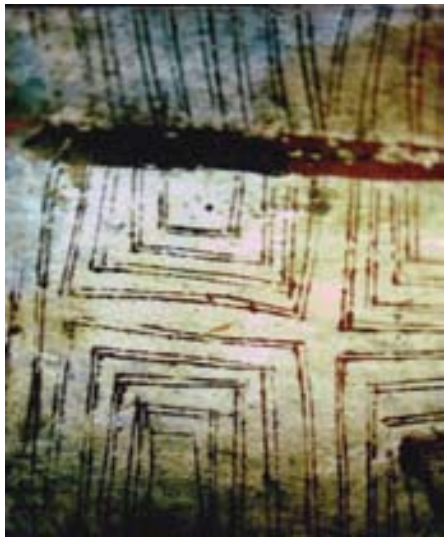
Quanto aos grafismos com linhas retas e angulares, eles ainda estão presentes na tradição de feitura dos *ajaká*, confeccionados com os grafismos angulares e em linha reta, próprios para este tipo de suporte[28].

Na primeira estampa, reproduzida de Schmitz (1985, p. 41), é marcante a coincidência das linhas dos grafismos com as tiras de taquara empregadas na confecção da cestaria. Como exemplo tem-se, na sua primeira fileira os grafismos, quanto à forma, *ipará ryty ñovaitï* (desenhos enfileirados que se encontram) e *panambi pepó ipará* (desenho da asa da mariposa), cuja semelhança formal com o grafismo *panambi pepó ipará*, presente em fundo de *ajaká*, é evidente.

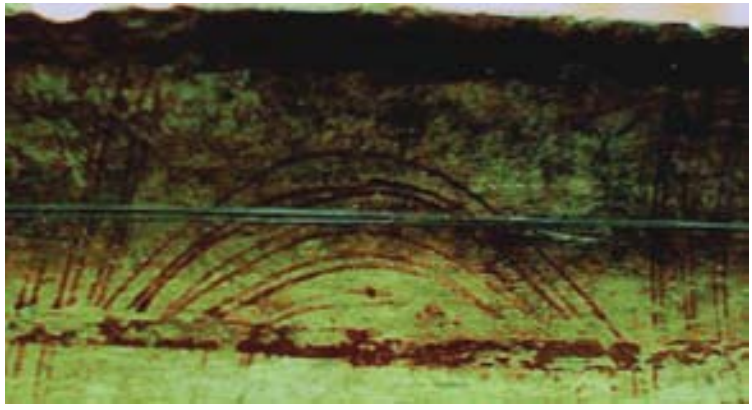


Antes de concluir, alguns outros exemplos de grafismos proto-guarani ainda são necessários para melhor explorar e refletir sobre a relação entre os registros arqueológico e etnográfico.

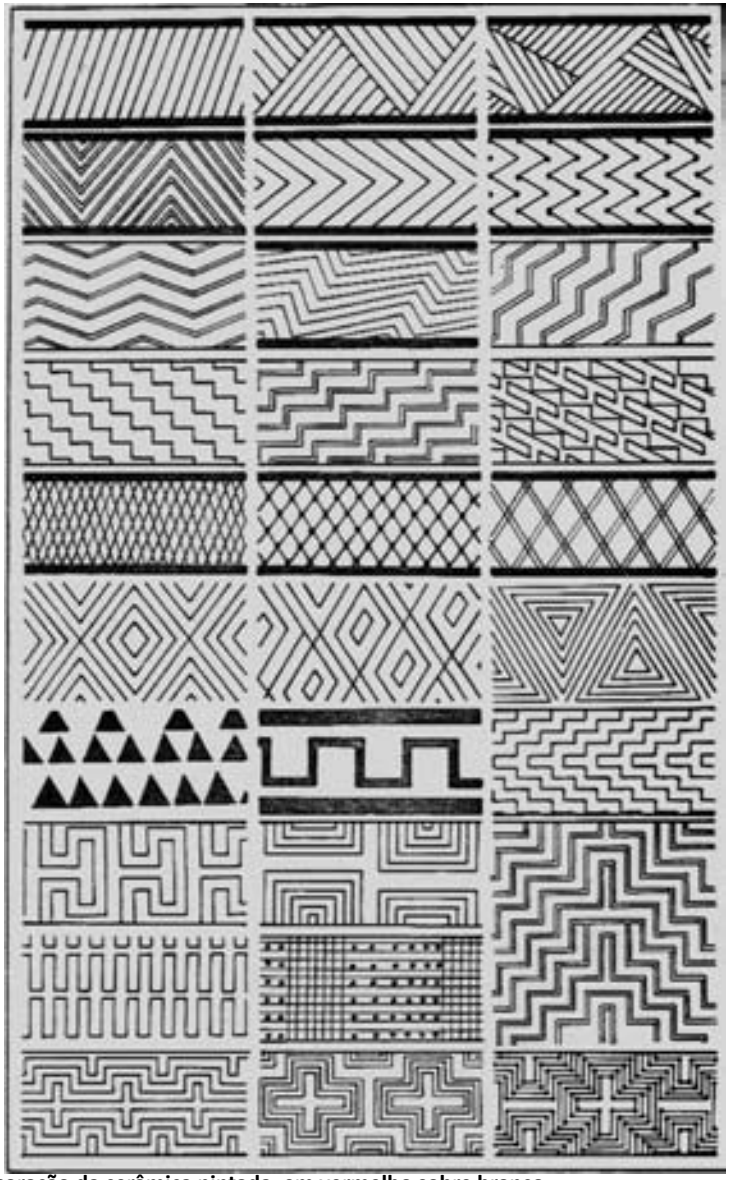
28. Vendo a prancha dos grafismos pintados cerâmicos pré-coloniais retos e angulares, os Mbyá e os Nhandeva costumam comentar, fazendo o "cálculo", que eles são passíveis de serem feitos no trançado.



Acima, reproduzi um cambuxi proto-guarani (detalhe junto ao lábio). Na sua parte superior, ocorre grafismo *ipará ryty*. Mais abaixo, estão presentes grafismos denominados, quanto à forma, de *ipará karé i*, e que são a representação gráfica do jabuti (casco): *karumbé ipará*. Acervo do MUAE/UFRGS.



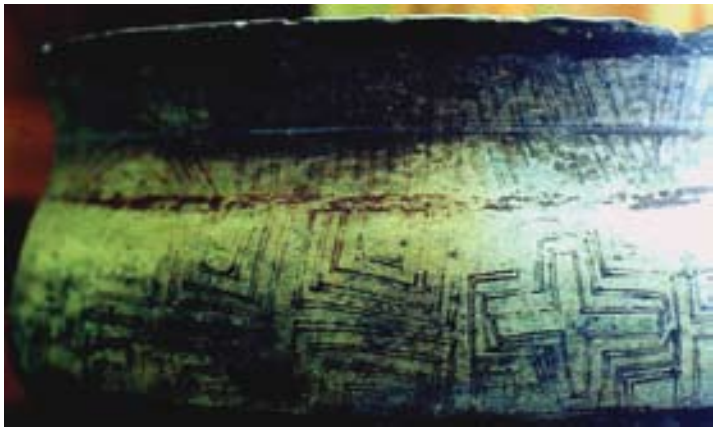
No mesmo cambuxi, note-se a presença da representação do arco-íris (*kaguá giy),* de grande importância na cosmologia guarani, conforme informações de Turíbio *Karaí* (*Tekoá Itapuã*) e Valdeci *Kuaray Mirim* (*Tekoá Jataity*).



Motivos de decoração da cerâmica pintada, em vermelho sobre branco, ou em vermelho e preto sobre branco. Reproduzido de SCHMITZ, 1985, p. 41 (primeira estampa).



Reproduzido de SCHMITZ, 1985, p. 42. Segunda estampa.



Ipará kurusu: à direita, canto inferior. Detalhe do mesmo cambuxi mostrado acima. Acervo MUAE/UFRGS.

Como última questão, gostaria de destacar que o esquema cultural de distribuição dos grafismos respeitando as zonas estruturais das vasilhas arqueológicas, delimitando-os entre faixas, já discutido na bibliografia arqueológica, também está presente na distribuição dos grafismos nos *ajaká* e outros itens da cultura mbyá e nhandeva, merecendo uma reflexão futura.

Em resumo, se compararmos os grafismos proto-guarani, presentes na cerâmica arqueológica, com padrões gráficos mbyá e nhandeva atuais e com aqueles de outros povos falantes de línguas da Família Tupiguarani[29], resta confirmada sua semelhança formal. Além disso, uma quantidade considerável dos grafismos proto-guarani são reconhecidos e nomeados pelos Mbyá e Nhandeva atuais.

Considerações finais

No desenrolar deste artigo, procurei demonstrar e refletir sobre a ênfase que os Mbyá e os Nhandeva dão ao domínio da natureza em suas representações gráficas e manifestações estéticas, tanto num estilo abstrato, geométrico e iconográfico, que se faz presente nos grafismos que ocorrem nos vários suportes enfocados, como num estilo figurativo, que aparece nos *vixú rangá* e nos desenhos escolares. Trata-se, evidentemente, de um modo particular, construído cultural e localmente, seguindo a lógica do *nhandé rekó*, de conceber o meio ecológico circundante, de atribuir sentido aos seus diversos elementos constitutivos, e, principalmente, de estabelecer uma relação controlada socialmente com os domínios da natureza e da sobrenatureza,

29. Caso da semelhança formal, por exemplo, entre os grafismos Waiãpi (GALLOIS, 1992) e proto-guarani que representam o casco do jabuti/quadriláteros circunscritos e a decoração dorsal do sapo morua/cruz.

pelos perigos que representa franquear as suas fronteiras interpenetráveis e diluídas.

Penso que este estudo e esta reflexão fazem sentido para trabalharmos com os grafismos presentes na cerâmica arqueológica proto-guarani, com os especiais cuidados que esta tarefa impõe. De qualquer forma, existe a semelhança formal entre os grafismos presentes em ambos os registros: o arqueológico e o etnográfico. Ademais, meu principal objetivo foi o de disponibilizar informações e contribuir para a continuidade das pesquisas e para o aprofundamento das discussões teóricas e metodológicas que se fazem necessárias.

REFERÊNCIAS

BRIDGEMAN, L. I. *O parágrafo na fala dos Kaiwá-Guarani*. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1981.

CASTRO, E. Viveiros de. Perspectivismo e multiculturalismo na América indígena. In: *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia***.** São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

CUNHA, M. Carneiro da. Etnicidade: da cultura residual mas irredutível. In: *Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade***.** São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986.

DESCOLA, P. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. *Revista Mana*, Rio de Janeiro, Museu Nacional, v. 4, 1, p. 23-45, 1998.

FLANNERY, K. V.; MARCUS, J. Cognitive Archaeology. In: WHITLEY, D. S. (Ed.). *Reader in archaeological theory*: post-processual and cognitive approaches. London/New York: Routledge, 1998.

GALLOIS, D. Arte iconográfica Waiãpi. In: VIDAL, Lux (Org.). *Grafismo indígena:* estudos de antropologia estética. São Paulo: Nobel/EDUSP/FAPESP, 1992.

GALLOIS, D.; CARELLI, Vincent. *Diálogo entre povos indígenas*: a experiência de dois encontros mediados pelo vídeo. Versão preliminar. Novembro de 1993. (mimeo)

GARLET, I. J.; SOARES, A. L. R. *Cachimbos Mbyá-Guarani: aportes etnográficos para uma arqueologia Guarani.* Comunicação apresentada na V Reunião de Antropologia (Merco)Sul – ABA, Tramandaí-RS, 1995.

GEERTZ, C. Ritual and social change: a javanese example. *American Anthropologist*, v. 59, n. 1, 1957.

JAKOBSON, R. Language in relation to other communication systems. In: SELECTED writings of Roman Jakobson. Mouton: The Hague, 1971. V. 2.

LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem***.** 2. ed. São Paulo: Nacional, 1976.

MCCRACKEN, Grant. Vestuário como linguagem: uma lição objetiva no estudo das propriedades expressivas da cultura material. In: *Cultura e consumo:* novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo**.** Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

NOVAES, S. C. *Jogo de espelhos*: imagens da representação de si através dos outros. São Paulo: EDUSP, 1993.

OLIVEIRA, R. Cardoso de. Problemas e hipóteses relativos à fricção interétnica: sugestões para uma metodologia. *América Indígena*, México, XXVIII, 2, 1968.

SCHMITZ, P. I. O Guarani no Rio Grande do Sul. *Boletim do MARSUL*, Taquara, v.2, 1985.

SILVA, A. Lopes da; FARIAS, A. T. P. Pintura corporal e sociedade: os "partidos" Xerente. In: VIDAL, Lux (Org.). *Grafismo indígena*: estudos de antropologia estética**.** São Paulo: Estúdio Nobel/EDUSP/FAPESP, 1992.

SILVA, S. B. da. *Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang*: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais*.* 2001. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-17122001-005542.

SILVA, S. B. da. Dualismo e cosmologia kaingang: o xamã e o domínio da floresta. Revista Horizontes Antro-

pológicos, Porto Alegre, PPGAS/UFRGS, n. 18, 2002.

VAN VELTHEM, L. Arte indígena: referentes sociais e cosmológicos. In: GRUPIONI, L. D. B. (Org.). Índios no Brasil. Brasília: MEC, 1994.

VIDAL, Lux. Iconografia e grafismos indígenas, uma introdução. In: VIDAL, Lux (Org.). Grafismo indígena: estudos de antropologia estética. São Paulo: Nobel/EDUSP/FAPESP, 1992.

VIDAL, Lux; SILVA, A. Lopes da. Antropologia estética e contribuições metodológicas. In: VIDAL, Lux (Org.). Grafismo indígena: estudos de antropologia estética. São Paulo: Nobel/EDUSP/FAPESP, 1992.

As estruturas funerárias das aldeias Tupinambá da região de Araruama, RJ[1]

Angela Buarque2

1. Introdução

Este artigo visa descrever as estruturas funerárias presentes nos sítios arqueológicos Tupinambá situados nas proximidades do Sistema Lagunar de Araruama, no sudeste do Estado do Rio de Janeiro, também conhecido como Região dos Lagos.

Localizada entre a latitude 22º 52' 23'' S e a longitude de 42º 20' 23'' W, essa região foi ocupada por diferentes grupos indígenas. A grande quantidade de corpos d'água – como lagoas, lagunas, rios, riachos e estuários –, além de áreas agricultu ráveis e das proximidades de florestas, tornaram-na um ambiente propício ao estabelecimento de grupos horticultores e ceramistas como os Tupinambá, que ocuparam a região há pelo menos 2.000 anos BP. De acordo com análises antracológicas realizadas, o paleoambiente era caracterizado, basicamente, pela interface de três associações vegetais: a floresta de restinga, o mangue e, mais para o interior, formações florestais mais densas como a Mata Atlântica (SCHEEL-YBERT, 1999, p. 45).

A região tem relevo aplainado e ondulações formadas por processos erosivos relacionados com as flutuações do nível do mar e a drenagem continental. Há testemunhos rochosos gnáissicos com altitudes superiores a 100 metros, como é o caso do Mirante da Paz, ponto turístico da região, de onde se pode ter um alcance de 360º, possibilitando uma visão panorâmica do

1. Gostaria de agradecer a Maria Dulce Gaspar e a Márcia Barbosa pela leitura e sugestões, a Bruno Roedel e a William Borba pelos desenhos, a Ursula de Farias e a Eliana Möller pela curadoria do material lítico.

2. Pesquisador Associado. Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro

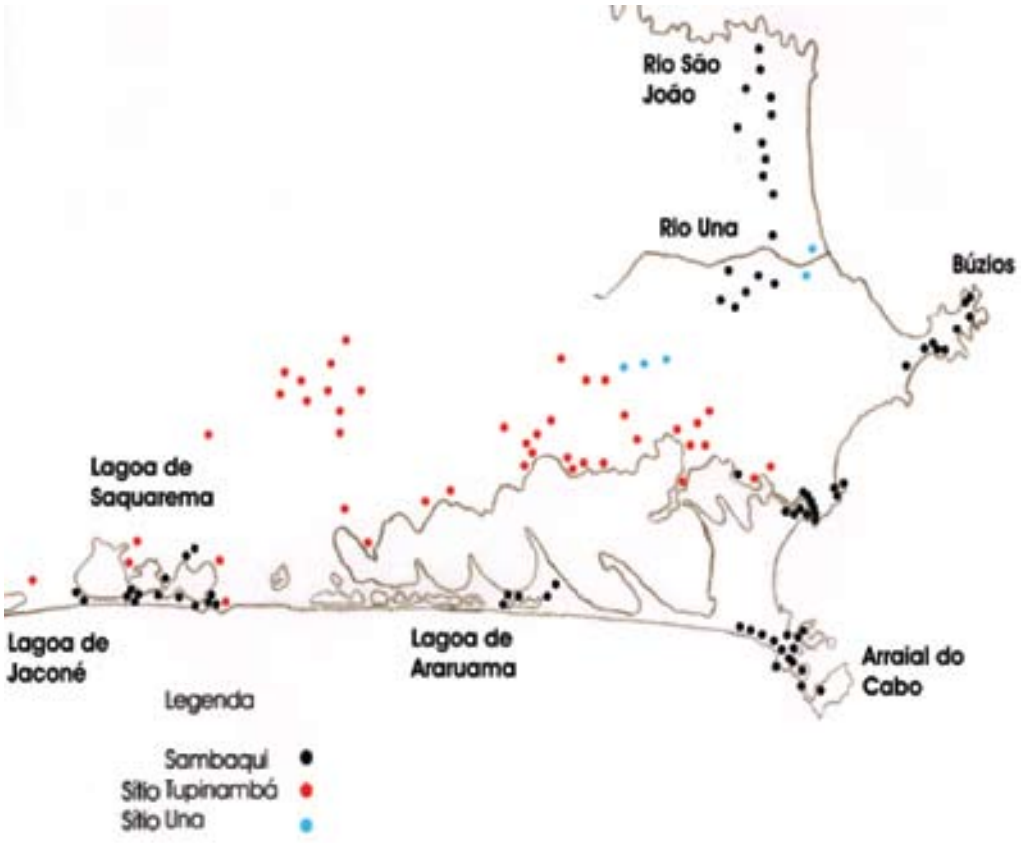


FIGURA 1 – Croqui cartográfico RJ. Detalhe Região dos Lagos, com sítios Tupinambá em vermelho. Fonte: GASPAR E BARBOSA, 2006.

litoral desde Saquarema e Arraial do Cabo, até as áreas interioranas de São Vicente e Silva Jardim, espaços também densamente ocupados desde tempos pré-coloniais. Os locais elevados, muitos deles localizados nas proximidades dos sítios, podem ter sido utilizados como pontos estratégicos que permitiriam um amplo domínio da região, seja para controle dos cardumes que entravam na laguna, seja para o envio de sinais para os aliados ou para perceber a aproximação de inimigos.

A área correspondente ao atual estado do Rio de Janeiro tem sido objeto de intensa ocupação desde a colonização europeia, caracterizando-se, entre outros, pela implantação do sistema

agropecuário extensivo. Esse sistema apresentou-se de forma dispersa e cíclica pelo território fluminense, com maior concentração no litoral sul e a nordeste, na planície do baixo Paraíba do Sul. Durante os quatro séculos de colonização, essa atividade econômica resultou na preservação não consciente ou acidental do patrimônio arqueológico pré-histórico existente.

A difusão da atividade agropecuária foi intensificada nas últimas décadas do século passado, na área denominada de baixada litorânea e/ou de Região dos Lagos, que abrange os municípios de Cabo Frio, Arraial do Cabo, Iguaba, Saquarema, Araruama, Macaé, Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Conceição de Macabu, São Pedro d'Aldeia e Rio Bonito. Diferindo da estrutura latifundiária extensiva do período colonial, a ocupação econômica observada nos últimos 50 anos caracterizou-se por processo acelerado de fracionamento do minifúndio, com o conseqüente aumento do número de pequenos proprietários.

Tal característica fundiária da recente ocupação no litoral pode ser explicada pela alta valorização da terra. Incentivado pela abertura de rodovias (BR 101, RJ 106 e RJ 124), iniciou-se o processo de urbanização e a ocupação desordenada da área por loteamentos e condomínios horizontais, visando atender a demanda da atividade de prestação de serviços relacionada a turismo e lazer. A urbanização não planejada e a especulação imobiliária foram decisivas para a rápida destruição de parte considerável do patrimônio arqueológico.

Kneip (1978, p. 97), ao avaliar a situação de preservação para os municípios de Cabo Frio, Saquarema e Araruama, já constatava o alto percentual de destruição: de 21 sítios citados pela autora, apenas 33% ainda encontravam-se intactos. Nos últimos anos, a ação do extrativismo mineral (explotação de areias) tem atingido de forma violenta o patrimônio pré-histórico da região, destruindo ainda mais as aldeias indígenas de antigos grupos Tupinambá.

Marco Espacial

Os sítios arqueológicos que estou pesquisando[3] estão relacionados aos Tupinambá, dos quais foram localizados 25 sítios nos municípios de Araruama, Iguaba e São Pedro, alguns em condições razoáveis de preservação, outros em situação bastante precária. O cartograma abaixo (FIG. 1) permite uma pálida visualização do que deve ter sido a ocupação da região desde tempos pré-coloniais, com o registro de várias aldeias, algumas nas proximidades da laguna de Araruama, outras localizadas mais no interior.

A utilização de fotos aéreas acrescenta informações de aspectos tênues de paleoambiente, como vestígios de drenagem e vegetação. É possível claramente visualizar a presença de canais fluviais e vestígios da mata que funcionaram como áreas de captação de onde saiu boa parte dos recursos necessários para a sobrevivência. A presença de elevações próximas à maioria dos sítios pode ter sido também uma variável importante na escolha do local para o estabelecimen-

3. As pesquisas na Região dos Lagos têm o apoio do Projeto "Soberanos da Costa", com financiamento da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), sob a coordenação de Maria Dulce Gaspar.

to da aldeia. Elas podem ter sido utilizadas como ponto de observação para a localização da caça, para envio de mensagens para outras aldeias ou para a defesa. Desses locais, é possível ter um controle amplo da região, com visualização do litoral, em particular da laguna de Araruama.

Segundo narrativa dos cronistas dos séculos XVI e XVII, as aldeias tupinambá eram compostas de um número variável de malocas, podendo ter de quatro a oito, dispostas em torno de um pátio central, com uma população que variava de 500 a 2 ou 3 mil índios. Variável também era o intervalo entre as diferentes aldeias, dependendo, provavelmente, das condições ambientais e políticas. Na região que estou enfocando, as aldeias estão localizadas nas proximidades de riachos, e a distância entre elas variava entre 3 e 4 km, e poderiam estar ligadas por laços de consanguinidade e aliança, mantendo relações pacíficas entre si, com participação em rituais comuns, reunindo-se para expedições guerreiras de grande porte, auxiliando-se na defesa do território, configurando um quadro semelhante àquele descrito por Fausto (1992, p. 384) para as aldeias tupinambá da época inicial da colonização.

Neste artigo, visando caracterizar as atividades desenvolvidas nas aldeias, serão descritas as estruturas funerárias presentes nos sítios de Morro Grande, Serrano, São José e Bananeiras, os três primeiros localizados na parte interior do município de Araruama, distando cerca de 5 km da laguna, e o último próximo ao litoral, situado a 500 metros da orla da mesma, no presente.

A aldeia de Morro Grande está localizada na sede do distrito do mesmo nome, na parte mais central da localidade, e, como é de se esperar para uma área urbana, muitos locais foram alterados devido a ações antrópicas, tais como construção de um colégio, residências, igreja e abertura da estrada principal que corta o vilarejo.

A aldeia Serrano está localizada nas proximidades do Km 27,5 da Rodovia RJ-124, entre os paralelos 22º45'00''S e 22º 53' 00''S e os meridianos 42º15'00''W e 42º26'00''W. Levantamento de superfície e sondagens permitiram a delimitação do sítio e o estabelecimento de sua área. Os fragmentos cerâmicos encontravam-se dispersos em uma extensão de 300 m na direção Leste/Oeste e 185 m na direção Norte/Sul, totalizando uma área aproximada de 55.500 m². Apesar das alterações pós-deposicionais, em particular o cultivo da laranja, o sítio apresentava estruturas funerárias intactas que necessitavam ser recuperadas antes que fossem completamente destruídas pela explotação predatória de areias (BUARQUE e MARTINS, 1999).

A aldeia São José dista 3 km da Aldeia de Morro Grande, sentido NW. Os vestígios encontrados nos possibilitaram avaliar o espaço de implantação da aldeia, estabelecendo uma área aproximada de 30.000 m². A utilização do terreno para agricultura (pomar e cultivo de milho e mandioca) e, mais recentemente, a explotação de areias, resultaram na destruição de parte do sítio e dos restos arqueológicos que, em sua maioria, se encontram em pouca profundidade.

Na aldeia Bananeiras (BUARQUE, RODRIGUES-CARVALHO e SILVA, 2003), a proximidade da laguna de Araruama é claramente percebida na estratigrafia pela presença de camadas naturais de conchas. Por se encontrar em área densamente urbanizada, a estrutura funerária estava em parte destruída, prejudicando a sua reconstituição total.

Marco Temporal (TAB. 1)

TABELA 1
Datações

Nome do Sítio	Data	Método de Análise	Referência Bibliográfica
Aldeia Tupinambá de Morro Grande	2600±160 BP Prime Lab	AMS	MACÁRIO, 2003
Aldeia Tupinambá de Morro Grande	2200±70 BP Gyf-sur-Yvette	AMS	BUARQUE, 2002
Aldeia Tupinambá de Morro Grande	1740±90 BP Beta84333	C14	BUARQUE, 1995, 1999, 2000, 2002
Aldeia Tupinambá de Morro Grande	510±160 BP Prime Lab	AMS	MACÁRIO, 2003
Sítio Bananeiras	430±40 Beta 171160	AMS	BUARQUE, 2002
Aldeia Tupinambá de Morro Grande	311BP	TL	LATINI, 1998
Sítio São José	282 BP	TL	LATINI, 1998
Três Vendas	200± 125BP	C14	KNEIP, MONTEIRO e SEYFERTH, 1980

As informações disponíveis para a área apontam para uma ocupação que ocorreu a partir de 2.600±160BP,[4] de acordo com a data obtida para uma fogueira associada à estrutura funerária 2, encontrada na Aldeia de Morro Grande (BUARQUE, 1995, 1999, 2000; BUARQUE, RODRIGUES-CARVALHO e SILVA, 2003; GASPAR *et al.,* 2004).

Existem outras três datações por C_{14} para esta aldeia, duas delas, também, em um período bem recuado: 2.200 ± 70 BP[5] (BUARQUE, 2002), obtida no perfil contíguo à mesma estrutura, e 1.740 ± 90 BP,[6] relacionada à própria, datas que se aproximam das últimas manifestações dos pescadores-coletores no Estado do Rio de Janeiro, podendo ser um indicador de que o desaparecimento destes esteve diretamente ligado à presença de um grupo social com formas mais complexas de organização (BUARQUE, 1999, p. 312, BUARQUE, 2000, p. 354).

Penso que as idéias defendidas por Diamond e Bellwood (2003) – de que a domesti-

4. Prime Lab, data obtida por Kita Macário, em sua tese de doutoramento no Depto. de Física, Universidade Federal Fluminense, 2003 (MACÁRIO, 2003).

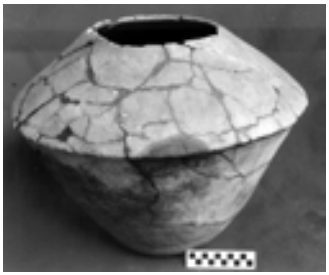
5. Gyf.

6. Beta 84333.

DIAGRAMA 1 – Tipos de urnas encontradas nas aldeias Tupinambá de Araruama



Aldeia de Morro Grande



1740 ± 90BP





Sítio Serrano (? – 1580 AD)



Sítio Bananeiras 430± 40 BP



FIGURA 2 – Contas de Rouen. Aldeia Serrano. Foto A. Buarque

cação de plantas e animais e a expansão e diversificação das línguas como elementos que poderiam explicar o movimento das populações de agricultores para fora de seus núcleos originais, ocupando áreas originalmente pertencentes a grupos de caçadores-pescadores-coletores – poderiam ser aplicadas ao processo de expansão dos Tupinambá para fora de seu núcleo original amazônico. No processo de expansão, instalaram-se em áreas originalmente ocupadas pelos construtores de sambaquis, sendo responsáveis por sua extinção, seja por processos de aculturação ou por extermínio.

A quarta datação, de 510 ± 160 BP,[7] pode ser resultado de erro, pelo fato de não ter sido encontrada diferença formal entre as várias estruturas funerárias, nem nos milhares de fragmentos recuperados na Aldeia de Morro Grande. Foi datada, também, uma amostra de cerâmica pelo método da Termoluminescência,[8] que forneceu a data de 311 BP (LATINI, 1998). Contudo, a pesquisa em documentos históricos relativos à região não confirmou a existência de aldeias posteriores ao século XVII, além de não ter sido encontrado qualquer vestígio material que sugira contato com os europeus. A morfologia das peças cerâmicas, bem como a decoração, em particular das peças pintadas, é estritamente de características indígenas, sem apresentar qualquer elemento que possa sugerir uma aculturação.[9]

Os ossos humanos associados à estrutura do Sítio Bananeiras foram datados por AMS em 430±40 BP,[10] data que traz discussões interessantes sobre as características formais e estilísticas presentes no material cerâmico desse grupo que ocupou a região do Complexo Lagunar de Araruama desde tempos pré-coloniais.

Nota-se que existe um padrão estilístico que permane-

7. Prime Lab.

8. Estudo que estou desenvolvendo com a equipe do Departamento de Físico-Química da Universidade Federal Fluminense, coordenado pelo Prof. Alfredo Bellido, que teve como primeiro resultado a tese de Rose Mary Latini, defendida em março de 1998.

9. Para comentários em relação às datações por TL, consultar Gaspar et al., 2004.

10. Beta 171160.

ce de forma constante nos diferentes sítios da região. Apesar da existência de um intervalo de ocupação de mais de 2.000 anos entre a Aldeia Tupinambá de Morro Grande e o sítio Bananeiras, não se percebe diferença significativa entre as estruturas funerárias e os aspectos tecnológicos e decorativos presentes nos dois sítios. Ainda que haja uma diferença marcante no formato da urna, que pode ser resultado de influências do contato, toda a associação permanece de forma inalterada (BUARQUE, RODRIGUES-CARVALHO e SILVA, 2003, p. 50). (DIAGRAMA 1).

O que se pode perceber na análise da cerâmica desses diferentes sítios é que, independente de sua datação, há uma repetição de formas e padrões decorativos. A grande maioria está presente tanto nos sítios anteriores ao contato, com data de mais de 2.000 anos BP, como é o caso de Morro Grande, como naqueles provenientes de sítios relacionados ao período colonial, exemplo do Bananeiras e do Serrano. Alguns elementos se repetem, como os tipos de borda, a presença das faixas vermelhas separando a borda do corpo da peça, pontos e traços ligando linhas, marcando uma grande profundidade temporal no universo formal, simbólico e pictórico das oleiras tupinambá.

Para a Aldeia Serrano ainda não tenho datação, já que em toda a extensão escavada não foram encontradas fogueiras. Foram enviadas, para laboratório, amostras de ossos humanos recuperados em uma das urnas; no entanto, a ausência de colágeno impossibilitou a datação. Amostras de dente e ossos encontrados em outra urna estão em fase de preparação pelo laboratório Prime, nos Estados Unidos. No entanto, o Serrano tem fortes indícios de que foi ocupado desde tempos pré-coloniais até período pós-contato. Além dos materiais cerâmicos com características puramente indígenas, como raspadores de sílex, amoladores, machados e lascas de quartzo, foram encontradas alças cerâmicas elaboradas, esboço de puxador nas tampas de algumas urnas, fragmentos de porcelana variada, cravo, diferentes tipos de



FIGURA 3 – Carta de Jacques de Vau de Claye, de 1579



FIGURA 4a – Fragmento de alça de tigela. Foto A. Buarque



FIGURA 4b – Perfil de fragmento de tigela de base marcadamente plana



FIGURA 5 – Planta Topográfica de Morro Grande

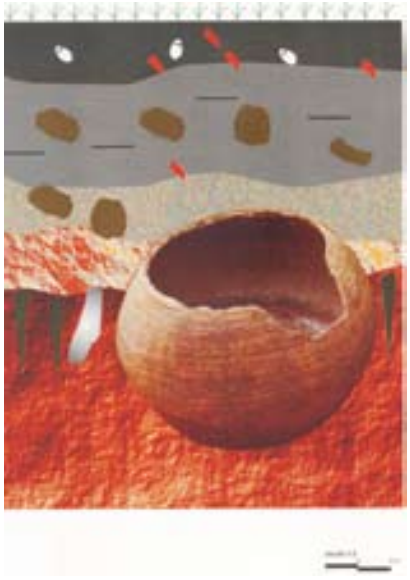


FIGURA 6 – Croqui estratigráfico dos sítios de Araruama

contas, elementos indicadores de sítio de contato com o europeu (FIG. 2).

Por outro lado, a existência de uma carta desenhada em Dieppe por Jacques de Vau de Claye, de 1579, em que estão representadas aldeias indígenas nas proximidades da laguna de Araruama, com a observação do autor de que se trata da aldeia Syryzi, na "Escalle de Paratitou", me leva a supor que se trata da aldeia Serrano, que está situada numa localidade chamada Paracatu (FIG. 3).

A aldeia São José tem apenas uma datação por TL (282 BP),[11] datação que considero muito recente, incompatível com as informações históricas existentes para a região. As duas datações por Termoluminescência, da Aldeia São José e de Morro Grande, colocam os sítios como contemporâneos, entretanto numa data muito recente, na segunda metade do século XVII. Não existem nos dois sítios elementos que indiquem o contato com o europeu, como é o caso de outros sítios da região. Há uma proximidade formal no material cerâmico, tanto no que se refere aos aspectos morfológicos das peças, quanto à decoração. Apenas dois fragmentos encontrados na aldeia São José diferem tanto do material da aldeia de Morro Grande quanto das demais: uma imagem modelada que faz parte de uma alça (FIG. 4a) e um pequeno fragmento de uma tigela com base marcadamente plana (FIG. 4b).

Outra datação disponível para a ocupação Tupinambá em Araruama se refere à aldeia de Três Vendas, obtida por Lina Kneip. A autora contesta a datação de 200 ± 125 BP, "pois não apresenta, absolutamente, nenhuma semelhança com os aldeamentos existentes nessa época, sem falar na ausência de material alienígeno que comprove contato" (KNEIP, MONTEIRO e SEYFERTH, 1980, p. 298).

Pesquisas arqueológicas

As pesquisas arqueológicas em Araruama tiveram início em 1993, visando estabelecer o padrão de assentamento e a área de captação de recursos das aldeias, através da análise espacial, e a caracterização do espaço intra-sítio. Com esse objetivo iniciei uma intensa prospecção no Município, com avaliação das condições de pesquisa das aldeias já conhecidas e constantes nos Cadastros do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), além da localização de outras. Ao mesmo tempo em que as pesquisas eram realizadas, teve início um amplo trabalho de análise morfo-tecnológica da cerâmica e a recons-

11. Estudo desenvolvido com a equipe do Departamento de Físico-Química, Universidade Federal Fluminense, coordenado por Dr. Alfredo Bellido, anteriormente citado.

tituição das formas dos vasilhames, em particular daqueles presentes nas estruturas funerárias. A recomposição dos desenhos nas peças pintadas, interna ou externamente, mereceu uma atenção especial, com objetivo de buscar informações que pudessem ampliar o conhecimento sobre o mundo simbólico do grupo em questão.

As escavações na aldeia de Morro Grande atingiram 100 m², onde foram encontradas 5 estruturas arqueológicas relacionadas a áreas de enterramento (FIG. 5).

A ocupação resultou um pacote estratigráfico de pouca espessura, variando de 0,40 a 0,50 m, podendo atingir 1,20 m de profundidade quando existem estruturas funerárias em urna. Em alguns casos, são perceptíveis buracos de estacas no momento em que se atinge a camada argilosa que, em geral, tem início abaixo de 0,50 m, sob as diferentes camadas de areia. Há uma relativa homogeneidade na estratigrafia, conforme descrição abaixo, com a recorrência desse pacote em quase todos os sítios pesquisados (CEZAR *et al.,* 2001) (FIG. 6):

a) a Camada 1, bastante alterada por intervenção antropogênica, tem espessura que varia entre 0,10 a 0,20 m, composta de areia cinza escura, de fina a média, com grãos grosseiros e fragmentos de quartzo acima de 0,003 m. A camada possui, geralmente, grande quantidade de restos arqueológicos, cerâmica em particular, misturada a materiais atuais;

b) a Camada 2 se encontra geralmente bem preservada e tem uma espessura que varia de 0,20 a 0,30 m. O tamanho dos grãos é similar aos da camada 1, a cor é cinza clara com lentes pretas de carvão (originadas das fogueiras). Esta camada apresenta maior ocorrência de material arqueológico, como as tigelas cerimoniais e as utilitárias;

c) a continuidade da Camada 3 é irregular, com espessura de 0,25 m. Sua composição é essencialmente de quartzo, com algumas concreções ferruginosas;

d) a Camada 4 apresenta matriz areno-argilosa, tendo sido observada entre 0,60 e 0,70 m de profundidade e apresentando espessura de 0,25 m;

e) a Camada 5 é argilo-arenosa, com grãos mais finos do que os da camada acima.

As pesquisas indicam que as urnas funerárias aparecem apenas nas camadas 3, 4 e 5, e os buracos de estaca só são perceptíveis quando se atinge a camada areno-argilosa (4).

As sondagens e as escavações realizadas revelaram uma grande aldeia em formato circular, com área de aproximadamente 90.000 m², incluindo a parte central e a periférica (FIG. 5). O levantamento topográfico aponta um desnível que varia de 2 a 12 m entre as duas partes (BUARQUE, 2000, p. 355).

Considero como espaço central aquele onde foi inferida a praça, conforme informações obtidas pelas análises realizadas com o GPR (*Ground Penetrating Radar*), que apontaram um amplo espaço vazio de 2.600 m², no qual estaria localizada a praça central, em cujo entorno estavam dispostas algumas estruturas funerárias (CEZAR *et al.,* 2001). Na periferia, estavam dispersos centenas de tipos de fragmentos cerâmicos, correspondendo certamente à área de descarte do lixo (GASPAR *et al.,* 2004, p. 115).

Nessa aldeia foram recuperadas estruturas que configuram área de enterramento, apesar de, em apenas uma, terem sido recuperados restos esqueletais. A raridade dos restos ósseos é



FIGURA 7 – Lasca em quartzo hialino. Foto A. Buarque



FIGURA 8 – (a) Lasca em sílex (b) Cena antropofágica com utilização de faca lítica (DE BRY, 1992)

explicada pela acidez do solo. Foram feitas análises de sedimento para avaliar o PH e os resultados indicaram alto teor de acidez, com os valores variando de 5,0 a 5,5.[12] No entanto, o arranjo das peças associadas à urna com tampa, elemento constante, que "evitaria o retorno dos mortos" (PROUS, 1992, p. 384), deixa evidente um contexto funerário. Em geral, a tampa se acha bastante danificada em sua parte central, com grande parte dos fragmentos caídos no interior da urna, situação que se repetiu em todas as estruturas encontradas, certamente pela maior proximidade da superfície. Há uma variação da quantidade de tigelas que acompanham o arranjo funerário e da presença ou não da fogueira e dos buracos de estaca. Em alguns casos, as marcas de impregnação de alimento, além de resíduos de queima na superfície externa, tanto na urna quanto na tampa, são fortes indicadores de que as peças foram reaproveitadas de atividades utilitárias, como a preparação do cauim, bebida amplamente consumida durante os rituais, ou para guardar alimentos para o morto, segundo menção dos cronistas (LÉRY, 1980, p. 247; SOUSA, 1971, p. 329; CARDIM, 1980, p. 94). Essa prática pode ser observada tanto nos sítios pré-coloniais quanto naqueles em que o contato com o europeu já estava presente de forma inquestionável, deixando evidente que alimento e morte estavam fortemente associados.

Material Lítico

O material lítico, tanto o lascado quanto o polido, tem baixíssima expressão entre os sítios arqueológicos de Araruama, o que nos leva a supor que a madeira pode ter sido fortemente utilizada com a finalidade de corte e, por razões como a acidez do solo, não se preservou.

Foram recuperadas centenas de peças inteiras e mais de 15.000 fragmentos cerâmicos. No entanto, o material lítico pode apenas ser contado a dezenas.

Na Aldeia de Morro Grande, onde foram encontradas várias estruturas funerárias e milhares de fragmentos, tanto na parte central quanto na periferia, foram recuperados, apenas, uma lasca espessa com córtex, um possível núcleo e uma lasca, ambos com percussão bipolar, a grande maioria em quartzo translúcido e alguns poucos de quartzo leitoso. Em uma fogueira, associada à estrutura 2, foram recuperadas algumas micro-lascas que podem ter sido usadas como raladores de mandioca.

No sítio Serrano o material, também em pequena quantidade, é um pouco mais diversificado. Foi recuperado um fragmento de machado em diabásio,

12. EMATER-RIO, Laboratório de Análise de Solos e Adubos.

TABELA 2

Sítio	Estrutura	Urna	Tampa	Tigela	Buracos de Estaca	Enterramento	Fogueira	Cama
Morro Grande	1	1	1	4	Ausente	Presente	Ausente	Ausente
Morro Grande	2	1	1	3	Presente	Ausente	Presente	Ausente
Morro Grande	3	1	1	4	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente
Morro Grande	4	1	1	1	Presente	Ausente	Ausente	Ausente
Morro Grande	5	1	1	Ausente	Ausente	Ausente	Presente	Ausente
Serrano	1	1	2	Ausente	Ausente	Presente	Ausente	Presente
Serrano	2	1	1	1	Ausente	Presente	Ausente	Presente
São Jose	1	1	1	1	Ausente	Presente	Ausente	Ausente
Bananeiras	1	1	1	3	Ausente	Presente	Ausente	Ausente
Barba Couto	1	1	1	1	Ausente	Presente	Presente	Presente



FIGURA 9 - Estrutura 1 – Aldeia Morro Grande. Foto A. Buarque

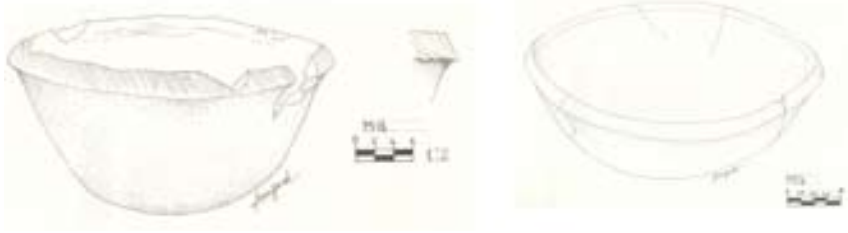


FIGURA 10 – Reprodução das tigelas redondas da estrutura 1. Desenho Irmgard Schanner

com gume polido, uma lasca unifacial em sílex com retoques bem marcados, uma peça de arenito usada como polidor com 5 canaletas, 2 lascas, uma em quartzo translúcido, outra em quartzo hialino, sem que sejam percebidos retoques (FIG. 7).

A lasca em sílex lembra uma imagem existente nos cronistas, na qual ela é utilizada por uma nativa como faca, para desmembrar o corpo, em um ritual antropofágico (DE BRY, 1992) (FIG 8a e 8b).

No Sítio São José foram recuperados dois machados, ambos em diabásio, sendo um de formato retangular e arredondado nas extremidades, medindo 17,6 cm x 6,2 cm x 3,6 cm.



FIGURA 11 – Estrutura 2 – Aldeia Morro Grande. Foto Madu Gaspar



FIGURA 12 – Tigela redonda pintada



FIGURA 13 – Motivo pintado. Desenho Elô Range

Apresenta o gume polido e marcas de uso, com leves ranhuras. O outro tem forma ovalada, medindo 10,5 cm x 6,4 cm x 2,8 cm, também com gume polido, deixando evidentes ranhuras e quebra em uma das extremidades. Foram encontrados, ainda, um raspador e um seixo rolado de gnaisse com marcas de utilização como polidor.

No sítio Bananeiras não foi encontrado qualquer material lítico.

Para organizar as informações sobre o programa funerário Tupinambá pré-colonial estou utilizando o termo "estrutura", segundo a definição de Leroi-Gourhan, como "conjunto de vestígios organizados", já que "ela mostra um grupo de elementos e um arranjo que permitem reconhecer as forças que trabalharam para lhe constituir", neste caso, gestos humanos (LEROI-GOURHAN, 1988, p. 1002).

A estrutura 1 da aldeia Morro Grande tinha duas tigelas redondas associadas externamente, portando apenas decoração ungulada sobre o lábio, e uma oval parcialmente fragmentada, com pintura geométrica e faixa vermelha junto à borda interna. Na base interna, uma das tigelas redondas, com 0,24 m de diâmetro, se encontrava emborcada, cobrindo o crânio, cujos restos estavam muito destruídos. O arranjo das peças no interior da urna era similar a uma representação existente para alguns achados em São Paulo (PROUS, 1991, p. 392). A urna tem formato piriforme com decoração corrugada (FIG. 9 e 10).

A estrutura 2 era acompanhada de três tigelas pintadas, de formatos e tamanhos variados. A posição das três tigelas em relação à urna era junto à lateral, com a abertura voltada para a parede, conforme foto abaixo. Ao lado da urna foi encontrada uma fogueira com 0,60 m de diâmetro e 0,30 m de espessura, de onde saiu uma amostra de carvão que forneceu a data de 2600 ±160BP[13] (MACÁRIO, 2003) (FIG. 11).

Uma das tigelas tem formato redondo, com 0,56 m de diâmetro e 0,14 m de altura, apresentando, na face interna, banho vermelho sob engobe creme, decorada com motivos geométricos, circulares e concêntricos. Note-se que, quando falo engobe creme, isso pode significar uma variação que vai desde o branco, fato que pode ser creditado à diferença do próprio material utilizado, do contato com o sedimento ou ser resultante do tempo em que a peça ficou exposta, provocando alteração nas tonalidades. A borda é introvertida com reforço externo. Observa-se a presença de faixa vermelha com 1,5 cm de largura na depressão interna correspondente ao ponto de inflexão, marcando a mudança de decoração entre a borda e o corpo da peça.

Foram feitas análises pela técnica de PIXE nos pigmentos referentes a essas cores, com o intuito de descobrir sua origem, mineral ou vegetal. O estudo,

13. Prime Lab, USA.

realizado em vários fragmentos oriundos dos sítios da região, permite afirmar a origem mineral para os pigmentos, onde o "vermelho é dominado pela presença do elemento ferro, o preto se caracteriza pela presença de manganês, sendo que o elemento diferenciador do branco é o titânio". Os autores destacam a necessidade de que um número maior de amostras seja estudado para que se estabeleçam comparações estatisticamente significativas entre os resultados obtidos em diferentes sítios (RÖNSCH *et al.,* 2002; MAGALHÃES *et al.,* 2003, p. 66).

Na borda com lábio redondo, acima da faixa vermelha, há presença de desenhos em linhas paralelas, interna e externamente (acima do reforço). Superfície externa lisa, de forma grosseira, apresentando vestígios de banho vermelho. Na base externa há ocorrência de incisões, em forma quadrangular, provavelmente resultante do suporte – que poderia ser uma esteira – em que estava apoiada no momento da confecção. Há vestígios de queima na superfície externa. Esta é uma das peças da coleção analisada que se destaca em decorrência de seu apuro estético. O motivo interno se desenvolve em torno de uma imagem central que lembra um fêmur estilizado. À primeira vista, o motivo sugere uma simetria entre os dois ou os quatro segmentos do desenho. No entanto, uma observação mais acurada permite que se veja a similaridade entre as duas metades da peça, mas sem que sejam simetricamente organizadas, como se houvesse uma intenção de desconstruir o motivo inicial, introduzindo elementos que passam a dar maior dinamismo à criação original. Nessa tigela, em que se destaca a firmeza dos traços, em cada uma das duas extremidades do "fêmur" se desenvolvem círculos concêntricos, conforme a recomposição do desenho (FIG. 12 e 13).

A segunda peça que faz parte desse conjunto é uma tigela em formato oval, de base arredondada, com diâmetro maior de 0,56 m e diâmetro menor de 0,39 m, com 0,12 m de altura, apresentando superfície lisa, com engobe branco sobre banho vermelho. A pintura geométrica em preto ocorre em todo o interior; no entanto, a maior parte dos desenhos estava apagada, sem que fosse possível sua recuperação. A faixa vermelha com 1,0 cm de largura, no encontro da borda com o corpo da peça, está presente interna e externamente. A borda apresenta leve reforço externo e lábio redondo. Acima da faixa vermelha, internamente, e na borda externa, linhas pretas estão dispostas inclinadamente. A superfície externa lisa com desgaste evidencia a presença de grãos de quartzo do antiplástico de areia (FIG. 14).

Outra peça do conjunto é também oval, com borda com reforço externo, faixa vermelha na face interna, encimada por decoração em linhas inclinadas na cor preta. A peça tem seu interior todo decorado, contudo o estado de con-

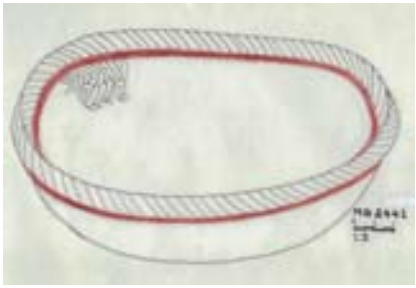


FIGURA 14 – Reprodução da tigela oval da estrutura 2. Desenho Irmgard Schanner

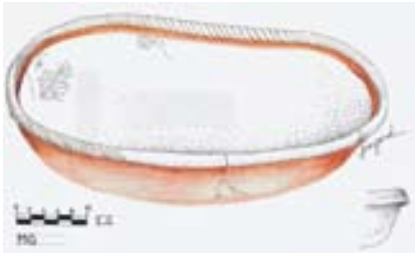


FIGURA 15 – Reprodução da tigela oval da estrutura 2. Desenho Irmgard Schanner



FIGURA 16 - Urna e tampa restauradas por Teresa Portella. Foto A. Buarque



FIGURA 17 – Estrutura com buracos de estaca. Perfil com fogueira. Foto A. Buarque.



FIGURA 18 - Estrutura 3 - Aldeia de Morro Grande. Foto A. Buarque.

servação da pintura só permitiu reconstituir algumas volutas. A face externa recebeu engobe vermelho (FIG. 15).

A urna tem decoração corrugada desde a borda até a parte mediana, quando se nota, apenas, uma terminação grosseira, sem qualquer tipo de decoração. A tampa é em meia calota, de base plana com decoração externa com incisões em sentido longitudinal, apresentando em algumas partes engobe vermelho. A borda é levemente introvertida com reforço externo. Sua restauração exigiu um trabalho intenso, pois seus mais de 50 fragmentos se encontravam dispersos no interior e nas proximidades da urna (BUARQUE e PORTELLA, 1997) (FIG. 16).

Nas suas proximidades foram observados uma fogueira e três buracos de estaca, com diâmetro de 0,10 m, que podem ter servido à sustentação de jiraus relacionados à urna funerária, com objetivo de evitar o contato do morto com a terra. A presença desses buracos pode corroborar a citação de Soares de Sousa (1987, p. 329): "... e têm-lhe feito na mesma casa e lanço onde ele vivia, uma cova muito funda e grande, com sua estacada por derredor, para que tenha a terra que não caia sobre o defunto, e armam-lhe sua rêde em baixo, de maneira que não toque o morto no chão" (GASPAR *et al.,* 2004, p. 115) (FIG. 17).

A estrutura 3 tinha as mesmas características da estrutura 2, com a presença de quatro tigelas pintadas. Nessa estrutura, a presença de raízes e radículas danificou as peças cerâmicas, exigindo um trabalho moroso para evitar o desabamento da mesma. Por essa razão não foi possível uma melhor visualização do conjunto, pois a retirada do sedimento fazia com que as peças fossem se desintegrando. Além disso, como se tratava de uma área junto à Igreja Católica da localidade, houve necessidade de aceleração dos trabalhos, uma vez que o pároco queria impedir a pesquisa, alegando que o espaço sagrado estava sendo maculado (FIG. 18).

Uma das tigelas tem formato retangular, com 0,59 m de diâmetro maior e 0,48 de diâmetro menor, com 0,14 m de altura, apresentando engobe creme na face interna e decoração geométrica bastante elaborada, cuja parte visível foi reconstituída, formando desenhos ondulantes em motivos serpentiformes, conforme mostra o desenho abaixo, parcialmente reconstituído. Essa peça, de base plana, tem a borda levemente introvertida, com reforço externo. Pintura geométrica em linhas paralelas verticais, separadas por linha dupla horizontal, na parte mediana da borda, é visível, tanto na parte interna quanto na externa. Há ainda presença de faixa vermelha com 0,02 m de largura entre a borda e o corpo e superfície externa lisa, de forma grosseira, deixando aparente a pasta com antiplástico de areia (FIG. 19).

Outra peça que faz parte do mesmo conjunto é uma tigela oval, apresen-

tando diâmetro maior de 0,52 m, diâmetro menor de 0,40 m e altura de 0,15 m. Tem decoração pintada sobre engobe creme em toda a superfície da face interna, com motivo geométrico em grega contornando a parte central, onde sobressaem elementos figurativos com padrão esqueletal, imitando partes anatômicas, como se fosse a reprodução de um fêmur (FIG. 20).

Apresenta faixa vermelha no lábio e dupla faixa na borda interna, com desenhos em linhas verticais paralelas entremeadas por um motivo serpentiforme, presentes tanto interna quanto externamente (FIG. 21).

A terceira peça do conjunto é um prato retangular (0,50 m x 0,44 m x 0,11), que apresenta face externa lisa de forma grosseira e face interna com engobe creme e decoração pintada em preto, com motivos geométricos em linhas e volutas interligadas, lembrando o intestino. A borda é dupla, com reforço externo e interno com lábio redondo. A faixa dupla vermelha, com 0,01 m de largura, está presente no limite da borda, na direção correspondente aos dois reforços (FIG. 22).

A quarta peça é uma tigela redonda com base plana, de 0,50 m de diâmetro e 0,19 m altura, apresentando face externa lisa sem decoração, com vestígios de fuligem. A face interna é lisa, com engobe creme e pintura geométrica em vermelho e preto. A faixa vermelha, com 1,4 cm de largura, se encontra no ponto de inflexão correspondente ao reforço externo. A parte central do desenho apresenta um conjunto composto de sete linhas concêntricas, ovais e equidistantes, complementadas pelos motivos em grega da lateral. A equidistância das linhas centrais sugere que tenha sido utilizado um pente na elaboração do desenho. Na borda, pintura geométrica em ambas as faces, combinando motivos em arcos entremeados de linhas verticais paralelas (FIG. 23).

A estrutura 4 estava associada a uma tigela de pequenas dimensões e a buracos de estaca localizados no entorno da urna, que tem 0,67 m de altura e diâmetro de 0,52 m, apresentando face externa com decoração corrugada desde a borda até a parte mediana, quando tem início a decoração escovada. A base côncava tem terminação alisada grosseira, sem qualquer tipo de acabamento decorativo. A divisão entre os três tipos de acabamento (corrugado, escovado e liso grosseiro) é irregular. A tampa apresenta face externa com decoração corrugada e face interna lisa sem decoração. A borda é introvertida, com lábio redondo. Junto ao conjunto foi encontrada uma tigela pintada retangular, com 0,58 x 0,48 e 0,13 m de altura. A face interna é lisa, com engobe creme e faixa vermelha de 1,6 cm junto ao limite da borda e lábio. Não foi possível restaurar a peça, havendo a recuperação apenas do contorno.

A estrutura 5 era composta de uma urna de pequenas dimensões. Carenada, de base côncava, borda direta e lábio redondo, mede 39 cm de altura, com

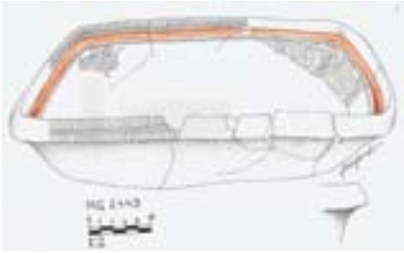


FIGURA 19 – Reprodução da tigela retangular pintada. Desenho Irmgard Schanner

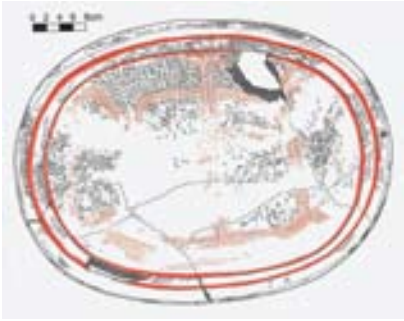


FIGURA 20 – Motivo esqueletal da tigela oval da estrutura 3. Desenho William Borba.

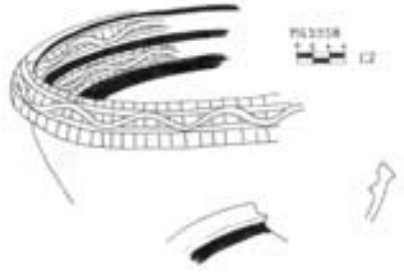


FIGURA 21 - Detalhe da borda com motivo serpentiforme. Desenho Bruno Roedel.



FIGURA 22 – Fragmento de prato com motivo intestinal. Desenho Bruno Roedel



FIGURA. 23 – Reprodução da tigela redonda da estrutura 3. Desenho Bruno Roedel.



FIGURA 24 - Estrutura 5 – urna associada à fogueira. Foto A. Buarque

diâmetro de 28 cm, tem ambas as faces lisas sem decoração. A tampa redonda, de base plana, tem diâmetro de 50 cm e ambas as faces lisas de forma grosseira. Ao lado da urna foi encontrada uma fogueira com 20 cm de diâmetro e espessura de 10 cm (FIG. 24).

Na aldeia Serrano foram recuperadas 23 dessas estruturas, algumas associadas a tigelas pintadas, com esqueletos em condições bem precárias. Na extensão escavada de 328 m², a maioria das peças e/ou estruturas estava associada a áreas de enterramento. Além da associação recorrente anteriormente ressaltada, nesse sítio é frequente a presença de ossos humanos, ainda que em péssimo estado de conservação, havendo casos em que os ossos se misturam ao sedimento argiloso, formando uma massa compacta, muitas vezes difícil de individualizar. Nota-se, ainda, a existência de uma cova, coberta por uma camada de argila cinza, dentro do substrato argiloso ocre onde era colocada a urna, e que estamos denominando de "cama". A grande quantidade de urnas funerárias sugere que, após o contato com o europeu, tenha havido uma alta mortalidade, provavelmente decorrente do contágio de novas doenças (FIG. 25).

Serão descritas apenas duas estruturas que tinham características diferentes daquelas presentes na Aldeia de Morro Grande. A primeira era composta de uma urna com duas tampas; já que ambas estavam quebradas, com certeza, eram peças reutilizadas, configurando claramente uma preocupação com o morto. Devido à fragmentação em um dos lados da tampa, foi utilizada outra peça, também quebrada, para cobrir a parte que a outra metade deixava à mostra. Nessa estrutura, os restos ósseos não estavam presentes, certamente destruídos pela acidez do solo, mas a presença da cobertura dupla mostra uma preocupação em não deixar a descoberto o seu conteúdo, configurando uma estrutura funerária (FIG. 26).

Na segunda estrutura, com restos esqueletais, a tigela pintada estava encostada à urna, mas com a abertura virada para fora.

Na aldeia São José foram recuperadas quatro urnas funerárias, mas em apenas um caso havia a presença da tigela pintada. Na urna foram encontrados dentes de uma criança. A tigela é retangular, com pintura em linhas duplas sinuosas em vermelho e preto sobre engobe creme, formando alinhamentos perfeitos em torno do motivo central em forma de cruz, desenho que lembra uma ampulheta. Os espaços situados entre as linhas duplas são preenchidos por pontos. A borda tem reforço externo e interno bastante acentuado, formando um degrau. Há presença de dupla faixa vermelha, uma com 2,85 cm de largura, abaixo do reforço interno, e com 0,8 cm, acima do mesmo reforço (FIG. 27).



FIGURA 25 - Cama de argila para receber a urna. Aldeia Serrano. Foto A. Buarque



FIGURA 26 - Estrutura funerária. Aldeia Serrano. Foto A. Buarque.

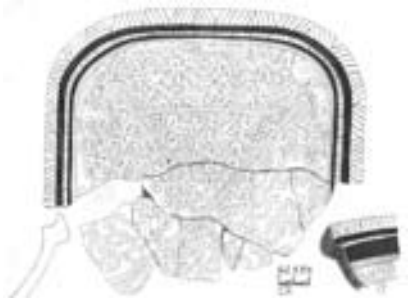


FIGURA 27 – Reprodução do motivo central que lembra uma ampulheta. Desenho Bruno Roedel.



FIGURA 28 – Reprodução do fragmento de tigela pintada. Desenho Bruno Roedel.



FIGURA 29 – Estrutura Aldeia Bananeiras. Foto A. Buarque.



FIGURA 30 – Reprodução da urna, William Borba



FIGURA 31 – Pote. Foto A. Buarque.



FIGURA 32 – Reprodução por Bruno Roedel.

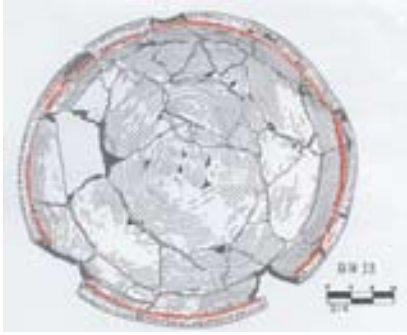


FIGURA 33 – Reprodução da tigela redonda. Desenho William Borba.

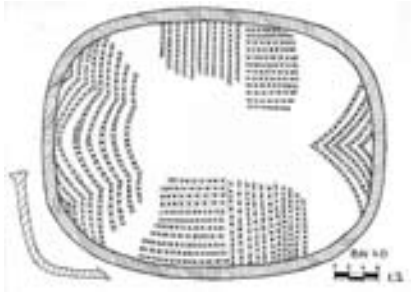


FIGURA 34 – Croqui da possível decoração. Desenho Jefferson Martins.



FIGURA 35 – Pingente associado ao esqueleto. Foto A. Buarque



FIGURA 36 – Diferentes formatos de tigelas pintadas. Foto Beto Barcellos

Outro fragmento pintado associado à estrutura anterior faz parte de uma tigela com dupla faixa vermelha na borda, uma com 1 cm na parte correspondente ao ponto de inflexão e a outra abaixo do reforço interno, com 2,1 cm de largura. É formada por desenhos que lembram bengalas, interligadas por pontos, preenchendo todos os intervalos. A borda entre a faixa vermelha mais estreita é formada por linhas inclinadas que se complementam e mudam de direção, formando motivos triangulares. A faixa vermelha mais larga e três linhas paralelas separam a borda do corpo da peça (FIG. 28).

Na aldeia Bananeiras, a estrutura funerária estava associada a um pote e a duas tigelas pintadas, contendo um enterramento primário de um indivíduo do sexo feminino, entre 20 e 25 anos, medindo cerca de 1,46 m de altura, mostrando parte de suas vértebras e costelas em conexão anatômica. Na representação que se segue é possível perceber o formato singular da urna, além da presença de um dos pés, características que estamos considerando como resultado de contato (BUARQUE, RODRIGUES-CARVALHO e SILVA, 2003) (FIG. 29 e 30).

Um pote marrom escuro de pequenas dimensões, com 0,10 m de altura e 0,07 m de diâmetro, borda extrovertida, lábio apontado, liso interna e externamente, portando apenas decoração ungulada nos três roletes aparentes no pescoço da peça, se encontrava no interior da urna, sobre o crânio do esqueleto. Marcas de impregnação por líquido são um indicador de que pode ter sido utilizado para a ingestão de bebida, como o cauim (FIG. 31 e 32).

As duas tigelas pintadas estavam deslocadas de seu posicionamento, resultado de problemas tafonômicos. No entanto, os fragmentos permitiram o restauro da tigela redonda, que apresenta um diâmetro de 0,54 m e 0,18 m de altura e possui face externa lisa, sem decoração, e face interna também lisa, mas com engobe creme sob pintura geométrica na cor preta, em linhas meândricas, concêntricas, a partir de um ponto central, formando uma figura semelhante ao símbolo do infinito. Nota-se a presença de setas pretas em alguns pontos do desenho, provavelmente nos locais em que a artista terminava a série. Seriam os "becos sem saída" propostos por Prous (artigo no volume II) (FIG. 33).

A borda tem reforço externo e lábio redondo, com 2,5 cm de espessura, apresentando, na face interna, dupla faixa vermelha que separa a borda do corpo da tigela. Essa é uma característica presente no interior de todas as peças pintadas encontradas na região de Araruama, variando, apenas, o número de faixas que marca a mudança do motivo decorativo entre os dois setores. A borda apresenta uma decoração em linhas paralelas inclinadas, entre as duas faixas.

Não foi possível o restauro da outra tigela pintada que compunha a estrutura. A base plana está totalmente erodida, impedindo a reconstituição do motivo em sua integridade. De forma oval apresenta, aproximadamente, 0,47 m de diâmetro maior e 0,37 m de diâmetro menor, face externa lisa, sem decoração, e face interna com engobe branco sob desenho geométrico em linhas grossas, com traços interligando as linhas. A tigela, bastante destruída, apresenta decoração diferenciada, marcando oposição entre os quatro diferentes lados. Nos dois maiores, os motivos são lineares, repetidos, acompanhando os lados retilíneos da peça, mas em posições contrárias; nas duas extremidades que mostram o contorno oval, o desenho é em linhas, formando motivos que lembram as folhas de "palmeiras". Mais uma vez, nota-se a intenção de introduzir elementos diferentes para quebrar a simetria, buscando um resultado mais dinâmico na decoração. Pode-se sugerir, apenas, que o fundo fosse formado por um motivo que pudesse se compor com os quatro lados, claramente diferenciados. A seguir, um croqui com a provável decoração (FIG. 34).

Junto ao esqueleto feminino foram encontrados dois pingentes feitos de concha, provavelmente de *Strombus costatus*, ratificando as informações contidas em cronistas como Fernão Cardim, que faz referência ao enterramento "de suas jóias e metaras, para que as não veja ninguém, nem se lastime..." (CARDIM, 1980, P. 94) (FIG. 35).

O Universo pictórico

As tigelas pintadas – em geral, na superfície interna do vasilhame, em formato circular, quadrado, triangular, oval ou retangular – estão representadas tanto em tempos pré-coloniais quanto nos períodos de contato, sem que exista diferença expressiva no que se refere ao motivo decorativo (FIG. 36).

Contudo, existem algumas alterações formais, já que nos sítios pós-contato foram incorporados puxadores, alças e urnas com pés – que, normalmente, estão ausentes nos materiais anteriores ao período colonial (FIG. 37).

A cor predominante dos recipientes é o marrom, em suas várias tonalidades, onde é aplicado o engobe, normalmente, na cor que varia entre o branco e o creme, que servirá como base para os desenhos em preto e vermelho, este último apresentando diferentes nuances que podem ir desde o vermelho muito vivo, passando pelo ocre, até tons de rosa. Essa mudança de coloração pode ser resultante do tipo de substrato em que a peça se encontrava. Além disso, após a retirada da peça, o contato com o ar e a luz produz alterações que podem resultar nessa diferença de tonalidade. Também o preto pode ser



FIGURA 37 – Alça. Aldeia Serrano. Foto A. Buarque.



FIGURA 38 – Pintura externa. Desenho William Borba.



FIGURA 39 – Reprodução do motivo serpentiforme, por William Borba.

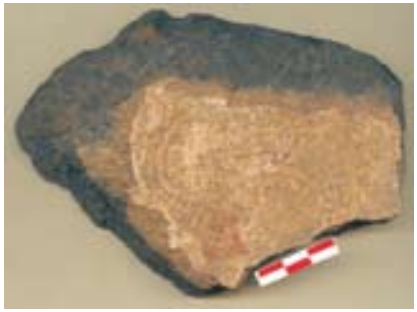


FIGURA 40 – Fragmento com motivo serpentiforme. Foto A. Buarque.



FIGURA 41 – Fragmento com motivo figurativo. Foto Fabio Rossi.

substituído pelo marrom escuro, modificações que podem estar presentes em uma mesma peça.

Nas peças abertas, em que os desenhos são feitos, em sua grande maioria, na parte interna, eles são delimitados por três regiões, com elementos marcadamente diferenciados pelo corpo, pela borda e pelo lábio, sendo o motivo principal, naturalmente, desenvolvido no corpo da peça. A borda é um campo de decoração à parte. Em geral separada por uma ou mais faixas nos diferentes tons de vermelho, sua decoração não guarda, necessariamente, similaridade com o motivo apresentado no corpo da tigela. É muito frequente a presença de linhas – duas a três – abaixo da faixa vermelha, separando o motivo da borda e do corpo do vasilhame. São comuns, ainda, as linhas retas dispostas paralelamente, por vezes entremeadas por meandros ou traços serpentiformes.

Os motivos principais no corpo da peça são feitos em linhas sinuosas, muitas vezes entremeadas e realçadas por pontos, em geral na cor preta ou marrom. Existem exemplos de substituição dos pontos por traços.

Ainda que em número reduzido, há ocorrência de pintura externa. Ela está presente na parte superior da peça, geralmente em urna carenada de grandes dimensões, com diâmetro maior podendo atingir 1 metro. Os desenhos geométricos em linhas retas e curvas são os mais frequentes. Na peça a seguir o motivo se desenvolve entre a carena e a borda, tendo a faixa vermelha, nas partes superior e inferior, como marcador dos limites da decoração (FIG. 38).

As linhas sinuosas podem se tornar mais complexas, resultando em motivos serpentiformes, em alguns casos realçando a cabeça do réptil, outras vezes sua parte final. A figura abaixo é uma tigela redonda, com a borda apresentando faixa vermelha dupla, onde o corpo da peça é ornado com centenas de volutas que vão se aglomerando até formarem desenhos serpentiformes com belíssimas ondulações (FIG. 39).

Outro fragmento encontrado apresenta mais um motivo serpentiforme, entremeado de pontos, onde foi realçada a parte final, revelando o que pode ser o chocalho de uma cascavel. Este fragmento de tigela foi encontrado na Aldeia Barba Couto, situada entre a de Morro Grande e a de São José, cujas pesquisas estão em fase inicial. Estava associado a uma urna funerária contendo ossos humanos. A marcada presença de representações de répteis na pintura Tupinambá mostra o forte impacto desempenhado pelo ambiente de proximidade de floresta, bem como sua origem amazônica (FIG. 40).

Além dos motivos em linhas sinuosas, estão presentes outros elementos geométricos como gregas, bastões, volutas, segmentos retos, algumas vezes paralelos e também oblíquos. Este é o grafismo que predomina nos desenhos elaborados pelas oleiras Tupinambá nas cerâmicas que compõem o principal



FIGURA 42 – (a) Motivo intestinal (b) Cena antropofágica. (DE BRY, 1972)

registro da cultura material presente no sítio arqueológico. No entanto, ainda que de forma rara, foram encontradas representações figurativas nesse universo pictórico. Em um único fragmento, nota-se um esboço do tronco, braços e pernas de uma figura humana decapitada. A imagem sugere, ainda, outra

interpretação, como a visão lateral de dois corpos em oposição. Trata-se apenas de um fragmento, o que nos impede uma conclusão sobre o mesmo, possibilitando apenas especulações. Foi encontrado em um sítio fora das estruturas, na periferia, em meio a outros cacos de peças utilitárias. Sua presença fora do contexto funerário, que seria reservado aos seus mortos, nos leva a pensar se não seria essa peça cerâmica especialmente produzida para receber as partes do corpo desmembradas em um ritual antropofágico, reservado aos inimigos (FIG. 41).

Uma variação dessa figura humana pode ser o que estamos denominando de motivo esqueletal. Sobressai-se em geral no centro da peça, entremeado de desenhos geométricos em grega. Já foram encontradas duas tigelas pintadas com o que seria a representação de um fêmur destacado em vermelho, sendo os dois casos em estruturas funerárias.

Na mesma linha de representação, outro elemento figurativo encontrado na periferia da aldeia Bananeiras é formado por linhas meândricas que lembram motivos intestinais. Trabalhamos com a hipótese de que a figura humana e o motivo intestinal estivessem ligados a um aspecto estruturador da sociedade Tupinambá: o ritual antropofágico As cenas relacionadas ao canibalismo foram descritas em detalhes pelos cronistas dos séculos XVI e XVII, que enfatizavam que esses rituais cumpriam uma função importantíssima na sociedade Tupinambá. Era um rito essencial da vida religiosa e social daquele povo, praticado contra os inimigos que eram feitos prisioneiros, e contava com a participação de todos, homens, mulheres e crianças, inclusive convidados de outras aldeias, servindo para selar as alianças, encerrar as guerras e realizar tratados.

De acordo com Gandavo (1980, p. 52), "os sacrifícios rituais e as práticas antropofágicas galvanizavam os laços intratribais de solidariedade e fixavam de modo permanente a posição relativa recíproca de grupos locais estranhos". Na farta iconografia relativa aos primeiros anos do contato, ainda que fortemente impregnada do academicismo artístico europeu que predominava na época, podem-se visualizar cenas em que as partes do corpo do inimigo, inclusive a cabeça e os intestinos, estavam colocadas em pratos, à espera de que fossem consumidas (FIG. 42a e 42b).

Como existem referências, nas fontes primárias, de que utensílios eram especialmente produzidos para os rituais de canibalismo, algumas dessas vasilhas cerâmicas, presentes nos sítios da Região dos Lagos, podem ter feito parte desse momento emblemático da sociedade Tupinambá (STADEN, 1974, p. 107).

REFERÊNCIAS

BUARQUE, A. Uma Aldeia Tupinambá em Morro Grande. *Anais da SAB,* Porto Alegre, 1995, v.2.

BUARQUE, A. El Espacio Habitacional en la Aldea Tupinambá de Morro Grande. In: COIROLO, Alicia Duran; BOKSAR, Roberto Bracco (Ed.). *Arqueologia de las Tierras Bajas*. Montevideo: Ministerio de Educación, 2000. p. 353-364.

BUARQUE, A. A Presença Tupinambá na Região dos Lagos. *Anais da SAB 2001*. CD-ROM, 2002.

BUARQUE, A.; PORTELLA, T. Restauração de Peças cerâmicas da Aldeia Tupinambá de Morro Grande. IX REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. Rio de Janeiro, 1997. *Resumos*..., Rio de Janeiro, 1997, p.34.

BUARQUE, A.; MARTINS, J. S. Os Sítios Arqueológicos e a ocupação do espaço na Região dos Lagos. IX REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. Rio de Janeiro, 1999. *Anais...,* Rio de Janeiro, 1999.

BUARQUE, A. A cultura tupinambá no Estado do Rio de Janeiro. In: TENORIO, Maria Cristina (Org.). *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro**:** Ed. UFRJ, 1999. p. 307-320.

BUARQUE, A., RODRIGUES-CARVALHO, C., SILVA, E. C. Programa Funerário dos Tupinambá em Araruama, RJ – O sítio Bananeiras. *Revista do MAE,* n. 13, p. 39-55, 2003.

CARDIM, F. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1980. 206 p.

CEZAR, G. S. *et al*. Two Brazilian Archaeological Sites Investigated by GPR: Serrano and Morro Grande. *Journal of Appliedd Geophysics*, 47, Elsevier, p.227-240, 2001.

DE BRY, Théodore. *Le Théâtre du Nouveau Monde. Les Grands Voyages de Théodore de Bry.* Paris: Gallimard, 1992.

DIAMOND, J.; BELLWOOD, P. Farmers and their languages: the first expansions. *Science*, v. 300, p. 597-603, 2003.

FAUSTO, C. Fragmentos de história e cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos Índios no Brasil***.** São Paulo: Cia. das Letras, 1992. p. 381-396.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil. História da Terra de Santa Cruz.* São Paulo: Ed. USP, 1980. 150 p.

GASPAR, M.; BARBOSA, M. Sambaquieiros at the Southeastern Coast of Brazil: the beginning of settlement, functioning and collapse. XV CONGRESS UISPP, Lisboa, Portugal, 2006.

GASPAR, M. D. *et al*. Histórico e principais resultados do Projeto de Investigação: o Aproveitamento das Populações Pré-históricas do Rio de Janeiro. *Arquivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 103-129, 2004.

KNEIP, L. M. Projeto Sítio Arqueológico de Três Vendas, Araruama, Estado do Rio de Janeiro. *Coleção Museu Paulista*, São Paulo, Ed. Fundo de Pesquisas do Museu Paulista, Série Ensaios 2, p. 145-169, 1978.

KNEIP, L. M., MONTEIRO, A. M. F.; SEYFERTH, G. A Aldeia Pré-histórica de Três Vendas. Araruama, Estado do Rio de Janeiro. *Revista do Museu Paulista*, Nova série, Vol. XXVII, São Paulo, p. 283-337, 1980.

LATINI, R. M. *Caracterização, análise e datação de cerâmicas arqueológicas da Bacia Amazônica através de técnicas nucleares.* 1998. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1998. 285p.

LEROI-GOURHAN, A. *Dictionnaire de la Préhistoire***.** Presses Universitaires de France, 1988.

MAGALHÃES, S. D. de *et al*. Os elementos nas cores indígenas. *Revista Ciência Hoje*, v. 33, p. 65-67, 2003.

MACÁRIO, C. D. K. *Preparação de amostras de Radiocarbono e Aplicações de AMS em Arqueologia e Geologia Marinha.* 2003. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

PROUS, A. *Arqueologia Brasileira***.** Brasília: Ed. UNB, 1991. p. 371-425.

RÖNSCH, J. *et al*. Identification by the Pixe Technique of the pigments in Tupinambá pottery founds on sites in the state of Rio de Janeiro. XXVI ENFMC, 2002. (mimeo).

SCHEEL-YBERT, R. Paleoambiente e paleoetnologia de populações sambaquieiras do sudeste do estado do Rio de Janeiro. *Revista do MAE*, n. 9, USP, São Paulo, p. 43-59, 1999.

SOUSA, G. S. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. 4. ed. São Paulo: CEN/Ed. USP, 1971. 389 p.

STADEN, Hans. *Duas Viagens ao Brasil*. São Paulo: Ed. USP, 1974. 216 p.

Os Ceramistas Tupiguarani, esses desconhecidos

Tania Andrade Lima[1]

Na divisão de trabalho entre os editores, coube a André Prous apresentar a obra *Os ceramistas tupiguarani*, como seu idealizador de primeira hora; e a mim, coadjuvante convidada posteriormente por ele a participar desta empreitada, a tarefa de comentá-la a guisa de fechamento, razão deste artigo.

O título que enfeixa os três volumes e um cd que a compõem foi bastante discutido. Procuramos retirar dele qualquer associação com grupos étnicos historicamente conhecidos, reconhecendo as fortes limitações que a arqueologia enfrenta ao tentar adentrar o terreno das atribuições de identidades étnicas. Entendendo que grupos étnicos são formados por indivíduos que se reconhecem a si mesmos e são reconhecidos pelos outros como seus integrantes; que este é um reconhecimento que brota, portanto, de dentro para fora e não pode ser imposto de fora para dentro; e que etnicidade é uma construção subjetiva no processo de interação social, um mecanismo de auto-identificação pelo qual se estabelecem relações de afinidade e pertencimento a um determinado grupo, isto a torna um domínio opaco para a arqueologia. Mais ainda, porque os limites entre um grupo étnico e "os outros" não são rígidos nem fixos, mas fluidos, mudando de acordo com interesses, necessidades e circunstâncias sociais, políticas, econômicas, o que dificulta ainda mais seu reconhecimento quando os atores não estão mais presentes. Etnicidade é formada e transformada, é construída, desmantelada e reinventada constantemente. Assim sendo, como pode a Arqueologia, trabalhando na longa duração, dar conta dessa dinâmica?

1. Departamento de Antropologia/Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq.

Por esta razão, optamos por uma designação que se restringisse apenas aos aspectos estritamente materiais de um fenômeno observado em quase todo o território nacional e em países vizinhos do Cone Sul: a ocorrência de uma cerâmica com exuberante decoração plástica e pintada, batizada na década de 1960 como *tupiguarani*. Ainda que a contragosto e discordando desse termo, pela relação direta que sugere com o grupo linguístico Tupi-Guarani, entendemos ser esta, na circunstância e no momento, a alternativa possível e a que consideramos menos comprometedora.

As críticas que se sucederam à criação desse rótulo, em particular as de J. P. Brochado e seus seguidores, levaram a novas designações que exacerbaram ainda mais as conexões entre os produtores dessa cerâmica e grupos étnicos historicamente conhecidos – no caso, Tupinambá e Guarani –, de tal forma que optamos por não adotá-las. À falta de um termo neutro que designe o fenômeno e sem querer criar mais um neologismo, o que só aumentaria ainda mais o problema terminológico já existente,[2] optamos pela expressão *tupiguarani*, que na segunda metade do século 20 acabou consagrada pelo uso, ainda que equivocadamente. Apesar de ela remeter a um grupo linguístico, não tem implicações diretas em questões de etnicidade, referindo-se tão somente àqueles que produziram esta cerâmica, qualquer que tenha sido seu grupo étnico.

No cenário atual da arqueologia brasileira, o tema tupiguarani tornou-se profundamente desinteressante, e uma inevitável sensação de fastio invade grande parte da nossa comunidade a sua simples menção. Investigados maciçamente a partir de uma perspectiva descritiva e classificatória, salvo as honrosas exceções que só confirmam a praxe, ele acabou completamente esvaziado, ao conseguir gerar tão somente tediosos produtos repetitivos, do tipo "se viu um, viu todos".

No entanto, trata-se na verdade de mais um fascinante tema da pré-história brasileira, empobrecido pela insistência na adoção de uma perspectiva teórica que esgotou suas possibilidades, uma vez colhidos os frutos que poderia produzir. De tal forma que, enquanto não forem construídos e testados novos modelos fundados em linhas teoricamente mais fecundas do pensamento arqueológico, será difícil reverter este quadro.

Esta obra foi organizada no sentido de discutir não só o passado e o presente, mas também o futuro das investigações sobre aqueles que produziram a cerâmica tupiguarani. E, voltada para este objetivo, procurou incorporar o amplo espectro de informações acumuladas

2. Há um evidente desconforto – e por conseguinte resistência – dos autores desta obra com a utilização desses rótulos, o que resulta em uma verdadeira Babel terminológica, envolvendo os que usam o termo "tradição Tupiguarani", os que se recusam terminantemente a utilizá-la, os que adotam as expressões "tradição Guarani" e "tradição Tupinambá", os que se opõem ao termo "tradição", os que se referem aos ceramistas tupiguarani como "sociedades de filiação linguística Tupi-Guarani", os que os designam como "grupos Tupi", "proto-tupi/proto-Guarani", ou como, no caso do ramo meridional, "populações de cultura Guarani da Tradição Policroma Amazônica", entre outras. Essas divergências atestam que estamos ainda muito longe de um consenso nesta questão. Cabe observar, a esse propósito, a contradição instalada entre pesquisadores que rejeitam categoricamente a perspectiva histórico-culturalista e dirigem críticas contundentes à metodologia dela derivada, sobretudo a adotada pelo PRONAPA, mas utilizam paradoxalmente o conceito de tradição em seus textos.

ao longo de décadas de árduas pesquisas, bem como as reflexões mais recentes, em busca de novas perspectivas para o estudo destes ceramistas.

O primeiro volume: informações e conhecimentos produzidos

O primeiro volume foi dedicado a sínteses regionais das informações e conhecimentos produzidos até o momento, desde os primórdios da pesquisa sistemática no Brasil até os resultados mais recentes. O. Dias captou perfeitamente a intenção dos editores, ao afirmar que "o propósito para o qual [a síntese] se destina (...) é o de servir como elemento base, como simples alicerce ou como a plataforma de manejo (...) sobre a qual dados mais profundos e idéias mais complexas possam ser lançados" no futuro. Da mesma maneira, Scatamacchia assinalou serem os elementos descritivos e classificatórios que apresenta uma "base para a interpretação e futura explicação da dinâmica social destes grupos".

De fato, ao mesmo tempo em que sumarizam os dados obtidos até agora em suas respectivas regiões, essas sínteses levantam ou nos permitem levantar questões de grande relevância para a reorientação das pesquisas sobre os ceramistas tupiguarani, objetivo maior dos editores com este trabalho.

Abrindo o volume na homenagem que os editores fazem a José Proença Brochado, seu discípulo e continuador F. Noelli expôs a trajetória e o pensamento de seu mestre, um divisor de águas na pesquisa sobre os ceramistas tupiguarani. Nesse texto, o autor inseriu também, além da sua visão e de suas reflexões pessoais sobre o tema, a de outros pesquisadores que trabalharam com a questão da origem tupi, como D. Lathrap e A. Rodrigues.[3]

As idéias fecundas de Brochado, frutos de intensas reflexões, despertaram seguidores e opositores, provocaram debates, geraram tanto aplausos quanto controvérsias. Louvamos aqui sobretudo a natureza seminal e instigante do elegante modelo por ele criado. Aqueles que se interessam ou se dedicam ao tema, mesmo sem necessariamente concordar com o autor, o têm como ponto de partida, até para que dele possam discordar frontalmente. Não há muitas obras como essa na arqueologia brasileira, pelo que deixamos aqui consignado nosso preito de admiração.

Um ponto particularmente importante da obra de Brochado está por merecer maior investimento por parte dos que pesquisam os ceramistas tupiguarani: é a sua "percepção do padrão Tupi-Guarani de colonização e de grandes densidades espalhadas em redes regionais", mencionada por Noelli. Migrações sempre foram um tema caro ao histórico-culturalismo, que adotou a ótica difusionista para explicá-las. Na arqueologia brasileira, este foi o modelo dominante e o fenômeno da expansão dos ceramistas tupiguarani foi sempre tratado à luz dessa perspectiva. Brochado, em um primeiro momento, não fugiu à regra, mas posteriormente, em 1989,

3. Para críticas aos modelos de Lathrap, Brochado e Noelli, ver Heckenberger, Neves e Petersen, 1998.

preocupou-se em reconhecer um padrão nesses movimentos populacionais, que classificou de "enxameamento".

A publicação no ano seguinte, nos Estados Unidos, de um influente trabalho que contribuiu para o redimensionamento e redirecionamento da investigação arqueológica sobre o fenômeno das migrações, forneceu consistentes bases teóricas para que a questão dos deslocamentos dos ceramistas tupiguarani pudesse ser repensada. Em *Migration in Archaeology: the baby and the bathwater,* D. Anthony (1990) procurou demonstrar que migrações são um aspecto estruturado do comportamento humano. Ainda que suas causas possam não ser plenamente compreendidas, sua estrutura pode ser reconhecida no registro arqueológico. A possibilidade de identificação dos fatores negativos que provocam a saída de populações de seus locais de origem ou de fatores positivos que as atraem para novos lugares; da natureza dos seus movimentos, a curtas ou longas distâncias; dos padrões migratórios – em fluxo contínuo, em saltos, refluxos – e assim por diante, com certeza abriu caminho para a ultrapassagem da limitada explanação difusionista.

Não obstante, a provocação feita por Brochado para o reconhecimento da natureza desses movimentos – que ele mesmo não chegou a aprofundar – não encontrou eco entre os pesquisadores brasileiros, sequer após o suporte teórico fornecido mais tarde por Anthony, e ainda permanece aguardando possíveis interessados em respondê-la.

Apesar das divergências ao modelo de Brochado e, por conseguinte, às idéias de Lathrap, é praticamente consensual a origem amazônica dos ceramistas tupiguarani, que partilham características comuns com as culturas que aí floresceram, como o sepultamento em urnas, a pintura policroma e a estruturação dos campos gráficos na cerâmica pintada. Nesse sentido, são grandes as expectativas quanto aos achados feitos nessa região, potencialmente capazes de lançar alguma luz sobre o ainda obscuro processo de surgimento dessas populações.

A partir da síntese regional produzida para a Amazônia por E. Pereira e colaboradoras, fica claro que a cerâmica recuperada até agora nos sítios tupiguarani amazônicos não é nem embrionária, nem transicional. Em torno de 300 A.D., ela aparece no sul e sudeste do Pará com seu estilo já muito bem definido, apresentando as mesmas características que perduraram de forma notável até o século 16, quando foram vistas e descritas pelos colonizadores europeus.

Não apenas a pintura policroma está presente, mas também a decoração plástica, aí incluído o corrugado. Na região de Carajás, sua frequência chega a superar, surpreendentemente, a da cerâmica pintada, ao contrário do que ocorre no baixo Tocantins, onde o corrugado tem menor popularidade. Sendo o predomínio da decoração plástica uma das principais características do ramo meridional tupiguarani, essa elevada proporção é inusitada para a área setentrional. Isto, em princípio, permitiria questionar alguns dogmas solidamente estabelecidos para esses ceramistas. Mas, na verdade, ele remete a um sério problema, que se aplica não a este caso específico, mas a todo o território nacional: o das construções feitas a partir de amostragens, não raro pouco representativas, e para o qual M. Albuquerque tanto chama a atenção em seu artigo.

As grandes aldeias dos ceramistas tupiguarani tiveram, com certeza, áreas determinadas para o desempenho de atividades específicas, com funções diferenciadas, quer cotidianas, quer cerimoniais. Já que são muito poucas as análises espaciais dos seus assentamentos e, menos ainda, as análises intra-sítios, se não forem sondados diferentes setores das suas aldeias e acampamentos, amostras inevitavelmente tendenciosas serão produzidas, distorcendo as construções feitas a partir delas.

No baixo Tocantins, também ao contrário do que seria de se esperar, a cerâmica tupiguarani apresenta, em torno de 1.000 DC, pequeno número de atributos amazônicos. Da mesma forma, nas pesquisas recentes desenvolvidas na área do Salobo, foram registradas apenas duas ocorrências de apliques zoomorfos, mostrando que o estilo tupiguarani estava bem consolidado nessa região, tendo incorporado apenas eventualmente elementos de outras culturas.

A síntese do que vem aparecendo na Amazônia permite entrever a complexidade desta questão e mostra o quão longe a arqueologia está de resolvê-la. Não obstante as pesquisas estarem circunscritas até o momento a uma pequena parcela da vastidão daquele território – no caso, o sudeste e o sul do Pará –, está claro que a cerâmica tupiguarani está presente desde muito cedo na região, aparecendo já nos primeiros séculos da era cristã com todos os seus elementos característicos plenamente definidos, tanto em sítios de pequenas dimensões quanto de maior porte.

Isto significa que os ceramistas tupiguarani foram contemporâneos de outras culturas amazônicas, inclusive daquelas das quais se supõe terem eles derivado e com as quais decerto interagiram, como as que produziram as cerâmicas inciso-ponteadas e policromas no baixo Amazonas, de tal forma que eles não podem ser ignorados e muito menos excluídos do complexo mosaico cultural dessa região, tal como vem ocorrendo. Exemplo dessa exclusão pode ser encontrado em algumas das reflexões mais recentes sobre a pré-história amazônica, publicadas no catálogo da exposição *Unknown Amazon*, por McEwan, Barreto e Neves (2001). No quadro sobre as culturas arqueológicas do médio e baixo Amazonas (McEWAN, BARRETO e NEVES, 2001, p. 22-23), a presença de grupos Tupinambá no seu estuário está assinalada apenas a partir de 1500 AD, quando na verdade ceramistas tupiguarani estavam instalados no Pará desde o terceiro século da era cristã, conforme publicado por M. Simões em 1986.

Suas relações com essas culturas ainda estão muito mal compreendidas – embora sejam inquestionáveis – diante das associações inequívocas que aparecem nos sítios tupiguarani amazônicos com a cerâmica inciso-ponteada e a policroma. É esperado que, em futuro próximo, as pesquisas avancem não só no sentido do reconhecimento e da intensificação do estudo da presença dos ceramistas tupiguarani na Amazônia e das características que eles aí apresentam, mas também do entendimento dessas relações.

a) O ramo setentrional dos ceramistas tupiguarani

De acordo com Brochado, ao deixar a Amazônia, o ramo setentrional dos ceramistas tu-

piguarani, por ele designado genericamente como Tupinambá, teria tomado o rumo do nordeste brasileiro, onde supostamente deveriam ser encontrados sítios datados pelo menos do primeiro milênio AD, para não dizer do início da era cristã. Até o momento, contudo, apenas um sítio datado de cerca de 300 AD, no Piauí, sustenta essa hipótese.[4] A síntese elaborada por Albuquerque reitera que os ceramistas tupiguarani são recentes no nordeste, posicionados cronologicamente entre os séculos 13 e 17, ou seja, pouco antes, durante e após o contato com os europeus.

Estas evidências – ou a falta delas – deixam a descoberto a hipótese de Brochado, sem dados empíricos que a sustentem. Há muitos anos, O. Dias vem chamando a atenção para este ponto e volta a abordá-lo em seu artigo. Assim, face ao pequeno número de datações disponíveis, é fundamental aumentá-las, de modo a recuar essa cronologia e confirmar o modelo, ou então refutá-lo de vez. Mesmo assim, a presença de um aplique zoomorfo em Araripina, Pernambuco, como mostra a ilustração nº 26 do artigo sobre o nordeste, sugere relações com ceramistas da Amazônia.

Albuquerque refere-se a aldeias complexas, com considerável densidade populacional e economicamente estáveis implantadas no semi-árido, sobretudo as da Chapada do Araripe, recusando-se a encaixá-las no modelo standard de floresta tropical, no qual foram originalmente enquadrados os ceramistas tupiguarani. Esta é uma questão que não está restrita ao nordeste. Grandes aldeias desses grupos, com copiosa cultura material e, em alguns casos, com espessa camada arqueológica, que pode atingir mais de um metro de profundidade, ocorrem em boa parte do vasto território ocupado por esses ceramistas. Mas, ao mesmo tempo, também são encontrados sítios superficiais, de pequenas dimensões e com baixa densidade de material arqueológico.

No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, chama a atenção a amplitude da variação nas dimensões dos sítios, entre 300 e 90.000 m^2. Em Minas Gerais, L. Panachuk relata para o alto curso do Rio Doce variações entre 200 m^2 e 44.000 m^2. Esses dados mostram o quão imperioso é o estudo do sistema de assentamento dos ceramistas tupiguarani setentrionais, já que muito pouco ou quase nada se sabe a respeito.

Diferentes funções foram atribuídas a essa variedade de sítios, mas até o momento não contamos com estudos sobre a articulação entre as distintas categorias reconhecidas: aldeias, cemitérios, acampamentos para coleta de moluscos, acampamentos temporários, entre outras. Elas sempre foram pesquisadas isoladamente, e a trama das suas relações dentro de uma mesma região, uma importante senda de investigação para o entendimento desses grupos, ainda não foi desvendada.

Seu agrupamento em fases, embora tenha possibilitado inicialmente maior organização e melhor controle de dados – que de outra forma estariam dispersos, dificultando comparações –, não favorece esse tipo de análise. Trata-se de uma metodologia que tende a congregar sítios implantados em um mesmo ambiente – como várzeas, por exemplo – e, por conseguinte, com

4. Ver Maranca, 1976, onde é apresentada uma datação radiocarbônica de 1690±110 BP.

funções semelhantes – como aldeias, por exemplo –, desviando o olhar de outros recortes que atravessam diferentes ambientes e integram sítios com funções diferenciadas, de modo a expandir os conhecimentos sobre aspectos sociais dos grupos estudados.

Para a discussão dos sistemas de assentamento dos ceramistas tupiguarani setentrionais são fundamentais datações confiáveis. E, neste ponto, Albuquerque expõe as dificuldades existentes tanto para datar sítios quanto achados ocasionais, o que exige, no quadro atual, atenção e esforços redobrados por parte dos arqueólogos para tentar obter boas amostras, ainda que nas circunstâncias adversas apontadas pelo autor.

Um problema cronológico de outra natureza – mas que requer maior atenção – são as datas muito recentes ou muito antigas refutadas pelos pesquisadores. Este é um procedimento que se justifica com datações isoladas, mas que precisa ser revisto quando existem várias delas sinalizando na mesma direção e que, mesmo assim, continuam sendo invalidadas. No caso dos ceramistas tupiguarani, há a tentação de se aceitar as datas academicamente mais prestigiosas, ainda que isoladas (em geral as mais antigas, no quadro equivocado de valorização, pela arqueologia brasileira, de grandes antiguidades), o que contrasta com a recusa de datas que rejuvenescem sítios que se supunha mais antigos, contrariando hipóteses levantadas. A insistência em fechar os olhos a essas possibilidades acaba por distorcer a correta interpretação dos registros arqueológicos. Sobretudo, porque foi nos séculos que antecederam a conquista européia que os ceramistas tupiguarani parecem ter alcançado sua maior expansão, a julgar pelos imensos sítios com datas próximas ao contato ou que apresentam elementos da cultura material dos conquistadores europeus.

As circunstâncias que favoreceram a densidade demográfica que essas grandes aldeias atestam ainda não estão devidamente esclarecidas, mas com certeza estão centradas em condições ambientais altamente favoráveis para os cultivos que constituíram o principal suporte dos seus bem sucedidos sistemas de abastecimento. A insuficiência de sítios ou de contextos bem datados impede que se discuta em que momento esse processo parece ter sido disparado. Se muitas dessas aldeias apresentam datas próximas ao contato, a Aldeia da Queimada Nova, no Piauí, como visto acima, tem cronologia consideravelmente recuada e compatível com datações existentes no Pará. Isto sugere que esses ceramistas podem ter deixado a Amazônia já dominando, com grande competência, as técnicas de subsistência que lhes deram sustentação e que parecem ter sido progressivamente ajustadas aos diferentes ambientes por eles ocupados, à medida que avançaram pelo que hoje corresponde ao território brasileiro e ao de países vizinhos do Cone Sul.

A implantação desses sítios foi de fato muito diversificada e, embora se reconheça, sobretudo no sudeste e centro-oeste, uma preferência desses ceramistas setentrionais pelo estabelecimento em áreas florestadas, em meias-encostas de colinas suaves, próximas a cursos d'água e protegidas dos ventos dominantes, eles deixaram seus vestígios também em áreas planas e topos de montículos artificiais em ambientes lagunares, praias de mar aberto, planícies alagadiças próximas a manguezais, dunas litorâneas, orlas de cursos d'água, ilhas fluviais, veredas e vales,

abrigos e cavernas calcárias, pedreiras de gnaisse, topos de morros com encostas abruptas, matas litorâneas, matas de encosta, matas secas, brejos de altitude, ilhas de vegetação florestal em meio à caatinga, serras altas no semi-árido, entre muitos outros, caracterizando um amplo espectro de ambientes. Isto torna esses ceramistas inespecíficos e dilui os contornos do perfil homogêneo que lhes tem sido atribuído, sinalizando a necessidade de as pesquisas se orientarem no sentido do reconhecimento da sua diversidade e heterogeneidade.

Na verdade, o único elemento que lhes confere coesão e uma aparente unidade é a cerâmica. Mesmo assim, existe variabilidade nos padrões decorativos entre sítios – quer na decoração plástica, quer na pintada –, o que decerto tem um significado de ordem diferencial, demarcando talvez materialmente identidades culturais que a arqueologia até hoje não conseguiu discernir.

Datações mais antigas, esperadas na região nordeste para os ceramistas tupiguarani e que até o momento inexistem, como já assinalamos, estão na verdade na região sudeste, mais precisamente no Rio de Janeiro, da mesma forma contrariando expectativas. Contudo, não obstante elas aí recuarem a até 2.600 e 2.200 anos atrás (ver A. Buarque, no volume 3), o que aparece nessa região, tal como na Amazônia, tampouco é uma manifestação embrionária do que viria a ser o estilo tupiguarani, mas sim a sua expressão acabada. Ou seja, trata-se de um estilo já solidamente estabelecido e consideravelmente difundido no limiar da era cristã, atestando que seu surgimento foi anterior a esse marco cronológico, tendo perdurado praticamente sem alterações até a chegada do europeu.

Esta é a segunda circunstância em que o eixo Rio/São Paulo vem apresentando inesperadamente as datas mais antigas do país, o que merece um aprofundamento das reflexões sobre as formas de ocupação de nosso território por caçadores-coletores e grupos horticultores. No caso dos pescadores-coletores litorâneos, construtores de sambaquis, aí estão sendo encontradas as datas mais antigas de todo o litoral centro-meridional, em torno de 8.000 anos, três até o momento (LIMA, 2000). O mesmo está ocorrendo com os ceramistas tupiguarani, daí provindo datas que antecedem em vários séculos o início da era cristã, o que contraria hipóteses e modelos de ocupação anteriormente construídos, tanto para uma circunstância quanto para a outra, e requer que eles sejam repensados.

No Rio de Janeiro ou, mais amplamente, no sudeste, há um acentuado hiato entre os achados arqueológicos e as informações etno-históricas fartamente disponíveis. Apesar de a riqueza das fontes, sobretudo iconográficas, deixarem pouca margem a dúvidas sobre a continuidade cultural entre os grupos que aí viviam pouco antes da chegada do europeu e os que por eles foram descritos e retratados, há um perturbador descompasso decorrente de informações documentais que não encontram equivalência no registro arqueológico.

Não obstante ser este um dos poucos casos onde há elementos para se tentar atribuir etnicidade ao registro arqueológico, os dados arqueológicos não vêm confirmando as fontes escritas. No Rio de Janeiro, O. Dias chama a atenção em seu artigo para o fato de que, apesar de o sul do estado se tratar de área intensamente pesquisada, historicamente reconhecida como tupi e

fartamente discutida pelos cronistas, lá não são encontrados sítios de ceramistas tupiguarani. O mesmo vem ocorrendo em Minas Gerais, só que inversamente, tanto com o grupo constituído por A. Baeta e a equipe da Universidade Federal de Minas Gerais em pesquisas desenvolvidas no Rio Doce, quanto com Ana Paula Oliveira e sua equipe da Universidade Federal de Juiz de Fora em pesquisas na Zona da Mata. Ambas vêm recuperando, em áreas historicamente atribuídas a grupos Macro-Gê, tão somente vestígios de ceramistas tupiguarani. O mesmo problema se repete no nordeste, onde, em outras circunstâncias, Albuquerque destaca o problema da conciliação de dados históricos com dados arqueológicos.

Esta incongruência nos remete diretamente ao questionamento de uma premissa por muito tempo assumida pela arqueologia brasileira, sobretudo por Brochado e seus discípulos no caso dos ceramistas tupiguarani, mas categoricamente rejeitada por perspectivas teóricas fundadas na antropologia: a de que existe uma necessária correlação entre língua, etnia e cultura material. Os estudos de etnicidade das últimas décadas demonstram que esta é uma equação insustentável, de forma que essa lógica precisa ser rompida. É certo que ela funciona em muitos casos, pode ser que até mesmo na maioria deles, mas não fatalmente em todos, o que impede que ela fundamente de forma tácita, tal como vem ocorrendo, as construções do nosso passado pré-histórico.

Em última instância, essa posição permite questionar se todos os que designamos como ceramistas tupiguarani na área setentrional foram de fato grupos tupi ou se estamos diante de populações não-tupi que, pelas mais variadas razões, possam ter adotado a cerâmica tupiguarani. Grupos "tupinizados", sistemas de trocas, introdução de mulheres oleiras, entre muitas outras circunstâncias, poderiam responder pela presença desses objetos entre os "tapuia".

Jones (1997) afirma enfaticamente que "não se pode assumir que a semelhança na cultura material reflita a presença de um grupo particular de pessoas no passado, um índice de interação social ou uma estrutura normativa partilhada", ou seja, não é possível estabelecer uma correlação direta entre culturas arqueológicas e grupos étnicos. No entanto, a arqueologia brasileira tem trabalhado todo o tempo a partir do reconhecimento de similaridades na cultura material para atribuir etnicidade ao registro arqueológico, desconsiderando que ela é construída essencialmente a partir de uma consciência da diferença, que pode não se expressar necessariamente nos domínios materiais da cultura.

O fato de a cerâmica tupiguarani aparecer em sítios da área setentrional associada a outros oleiros supostamente proto-gê, como Aratu, Sapucaí, Una, Uru, além das já mencionadas cerâmicas inciso-ponteadas e policromas do baixo Amazonas, atesta um intenso contato – quer pacífico, quer belicoso – entre os ceramistas tupiguarani e esses diferentes grupos, com a interpenetração de uns em outros. Uma introdução inicialmente tímida pode ter se tornado dominante, gerando uma feição arqueológica que se atribui exclusivamente a grupos tupi, quando na verdade pode se tratar de populações não-tupi.

Um caso que estimula reflexões nessa direção é o mencionado por O. Dias em seu artigo. No espaço correspondente a uma antiga redução jesuítica, em São Fidélis, Rio de Janeiro, a

qual originou a cidade de mesmo nome, foram realizadas escavações arqueológicas que de fato constataram no local a existência de um sítio com espessa camada de ocupação. Conforme ampla documentação histórica, aí foram assentados índios "coroados", não-tupi, mas a investigação recuperou exclusivamente copiosa cerâmica tupiguarani. Suas características tecnológicas, contudo, aproximam-na mais da cerâmica una, atribuída a grupos proto-gê, sugerindo fusão de elementos de origens distintas, mas de feição predominantemente tupiguarani. As circunstâncias levam a crer que se trata, no caso, de um grupo não-tupi produzindo ou utilizando cerâmica tupiguarani.

Outro caso é o que emerge das interpretações feitas por A. Prous e colaboradores dos achados no Sítio Florestal II, apresentado no volume 3 desta obra por L. Panachuk *et al*. O estudo da distribuição espacial dos seus vestígios arqueológicos sinaliza um modelo Gê de organização do espaço – e não Tupi –, a exemplo do que ocorre na já citada Aldeia da Queimada Nova, no Piauí, sendo que ambos apresentam abundante cerâmica tipicamente tupiguarani. Em trabalho pioneiro realizado por B. Meggers e S. Maranca em 1980, as duas autoras constataram nesse sítio uma dicotomia na distribuição espacial da cerâmica pintada, interpretada como resultante da divisão do grupo em metades, uma característica de sociedades Gê, tendo sido inferida ainda a sua matrilocalidade (MEGGERS e MARANCA, 1980).

Outro descompasso observa-se com relação aos bem documentados embates travados pelos vingativos guerreiros Tupinambá, em sua sede inesgotável de matar para devorar, assim como ao sistema defensivo de suas aldeias, cujos vestígios não vêm sendo recuperados pelos arqueólogos, constituindo aspectos de notável opacidade no registro arqueológico. A iconografia etnohistórica sobre grupos portadores da cerâmica tupiguarani mostra aldeias pesadamente fortificadas, cercadas com fossos e paliçadas (STADEN, 1974, p. 47), em um contexto de contínuas e encarniçadas guerras contra inimigos figadais que eram escravizados quando capturados e, posteriormente, ingeridos em festins rituais; a hierarquia de lideranças (STADEN, 1974, p. 89-103, 106-109) e extensas redes regionais de comunicação intergrupal, circulação de bens e difusão de idéias.

Uma das raras possíveis evidências dessas guerras – a implantação estratégica de aldeias em áreas de difícil acesso, como topos de morros com encostas abruptas – não foi produzida por intervenções arqueológicas no terreno, mas por simples avaliação visual. Contudo, acaba de surgir um dos primeiros contextos arqueológicos sugestivos nessa direção, o recém-escavado e já mencionado Sítio Florestal II, descrito em Panachuk *et al*., no volume 3. Trata-se de uma aldeia estabelecida em um topo elevado e plano, que foge ao padrão habitual de implantação dos ceramistas tupiguarani na paisagem do Rio Doce, MG, onde está situada. As evidências sinalizam que aí ocorreu uma ocupação rápida, seguida de abandono súbito, sugerindo tratar-se de um grupo acossado. Afora este caso, ou as técnicas de recuperação não estão sendo suficientemente refinadas de modo a trazer à luz os vestígios dessas práticas, ou essa discrepância precisa ser explanada.

Por outro lado, a antropofagia, uma das suas práticas mais emblemáticas, é de difícil per-

cepção nos sítios arqueológicos, em virtude de o esquartejamento dos corpos e a partilha dos despojos resultarem na dispersão de partes anatômicas, o que pode ser também atribuído a inúmeros outros fatores, como dinâmica pós-deposicional, ação de animais, entre muitos outros, inviabilizando seu reconhecimento.

Outro aspecto apontado nesses relatos – a existência de categorias hierárquicas entre os grupos Tupi do litoral sudeste – pode ser testado nos contextos funerários.[5] Desperta questionamentos o fato de as grandes aldeias, que podem ter comportado mil, dois mil ou mais indivíduos, apresentarem apenas algumas poucas urnas funerárias. Onde estão todos os seus mortos? Em que medida as urnas podem ter sido destinadas tão somente a indivíduos diferenciados, enquanto os demais eram enterrados diretamente no solo, ainda que recobertos por vasilhames cerâmicos, a exemplo dos achados no sul do país, descritos por P. A. Mentz Ribeiro em seu artigo? Cabe ainda lembrar o sepultamento em redes como uma prática tupi, inclusive documentada iconograficamente, de tal forma que os sepultamentos em urnas podem ter tido de fato um caráter discriminatório.

O último aspecto apontado pelos cronistas e ainda não investigado arqueologicamente – os extensos sistemas regionais de comunicação – sem dúvida está por merecer maior atenção, como apontado por Noelli. Contudo, tanto a perspectiva de Brochado quanto a de seu discípulo ainda são fortemente difusionistas, ao atribuírem a perduração por quase dois milênios da cerâmica tupiguarani, do seu sistema tecnológico e do seu padrão cultural à transmissão de informação e à comunicação proporcionada por essas redes regionais, gerando as semelhanças observadas nos registros arqueológicos. Não há fluxo, transmissão, contato ou difusão multimilenares capazes de justificar por si sós esse notável fenômeno, de tal forma que sua explanação precisa ser buscada em outros domínios, como será exposto mais adiante.

b) O ramo centro-meridional dos ceramistas tupiguarani

A classificação construída para os ceramistas tupiguarani, subdividindo-os em dois grupos distintos, não é arbitrária. Não apenas os arqueólogos da segunda metade do século 20, mas, bem antes deles, as crônicas redigidas nos primeiros séculos após a conquista, reconheceram a existência de uma fronteira entre essas culturas, no território que hoje corresponde ao Estado de São Paulo.

Esta fronteira é reafirmada por M. C. Scatamacchia e também por E. Kashimoto e G. Martins, em seus respectivos artigos. Estes últimos a associam a "uma nítida zona de tensão ecológica entre o Cerrado e a Floresta Estacional Semidecidual aluvial", fundamentando ecologicamente essa partição, enquanto Scatamacchia identifica o que designa como "fatores sociais, políticos e econômicos" motivando a expansão e interação dos dois ramos, o setentrional e o meridional. A fronteira entre ambos, tanto no interior quanto no litoral, não pode ser ainda claramente demarcada e requer o aprofundamento dos estudos.

5. Para uma discussão sobre a natureza da hierarquia na sociedade Tupinambá, ver Fausto, 1992.

Com efeito, trata-se de um fenômeno complexo, que não pode ser atribuído a um único fator nem pensado estaticamente ao longo dos seus dois milênios de duração. Os dados etnohistóricos que fundamentam essas construções são válidos, com as devidas ponderações, tão somente para um intervalo cronológico muito restrito, imediatamente anterior à conquista, e não podem ser assumidos indiscriminadamente para a longa perduração dos ceramistas tupiguarani. Sistemas socioculturais são entidades dinâmicas, em constante transformação, e não podem ser cristalizados pela explanação arqueológica.

Essa fronteira, longe de ser rígida, como assinalou Scatamacchia, com certeza deve ter sido fluida, flexível, móvel, tal como foram as pressões que a determinaram, posto que decerto elas não foram as mesmas ao longo de dois mil anos. Só a progressão das pesquisas, com um refinamento cronológico maior e uma percepção mais aguda da ocupação do espaço, é que permitirá uma melhor compreensão da sua dinâmica através do tempo.

De todo modo, como aponta a autora em sua síntese para o estado de São Paulo, dois outros grupos ceramistas adentraram o território paulista: os Aratu e os Itararé. No primeiro caso, trata-se de ceramistas ainda pouco conhecidos, que se estabeleceram em grandes aldeias e que partilharam com os tupiguarani a característica dos sepultamentos em urnas ou recobertos por vasilhames cerâmicos quando distendidos, tendo provavelmente uma origem também amazônica. Seus vestígios aparecem em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, possivelmente também no Piauí, e sua ocorrência em São Paulo representa até o momento o ponto extremo da sua expansão em direção ao sul. Algo parece tê-los detido no território paulista, bloqueando seu avanço. O mesmo ocorreu, só que na direção inversa, com os Itararé, provenientes do sul, e seus sítios em São Paulo representam o limite da sua dispersão rumo ao norte. Houve aí, portanto, uma conjunção de fatores que produziram essa condição de fronteira e só o aprofundamento das investigações é que permitirá discerni-los com maior clareza.

Os dados disponíveis, de diferentes naturezas – arqueológicos, etnohistóricos e linguísticos – apontam para uma forte correlação entre os sítios dos ceramistas tupiguarani centro-meridionais e os Guarani. Tal como os Tupinambá do litoral sudeste, este constitui também um dos poucos casos em que se pode falar de continuidade cultural, como amplamente demonstraram as pesquisas realizadas nos estados do sul e, na presente obra, confirma o artigo sobre Mato Grosso do Sul, uma área para a qual até recentemente não se dispunha de informações.

Contudo, são bastante procedentes os reclamos quanto à atribuição indiscriminada da identidade *guarani* a todos os sítios de ceramistas tupiguarani do Brasil meridional. M. Farias, no segundo volume, questiona o que se convencionou designar como *guarani arqueológico*, criticando a forma estática como se lida com um conceito dinâmico como o de identidade étnica. Kashimoto e Martins, endossando críticas levantadas previamente por Soares (1997) nessa direção, advertem que tais generalizações podem ocultar parcialidades étnicas e mascarar culturas *guaranizadas*, de tal forma que as mesmas objeções que levantamos acima para o risco de se trabalhar com identidades étnicas em arqueologia se aplicam diretamente também aos

grupos centro-meridionais, em face da possibilidade de apagamento de diferenças sob esta "identidade" supostamente homogênea. Como agravante, o termo *guarani* não é uma auto-denominação, mas uma designação uniformizadora e homogeneizante dada pela sociedade envolvente, que nivela, iguala e torna indistintas sociedades que se concebem como diferentes entre si.

A produção de conhecimentos sobre os ceramistas tupiguarani é bem maior no caso do ramo meridional que do setentrional, para o que certamente muito contribuíram, na origem, os trabalhos de J. P. Brochado, de P. I. Schmitz e de P. A. Mentz Ribeiro, bem como de seus colaboradores e discípulos, além de outros pesquisadores das novas gerações do sul. A arqueologia guarani se tornou um tema relevante, sobretudo entre os arqueólogos gaúchos, frequentemente abordado em dissertações e teses, o que lhe conferiu a dianteira em relação ao pouco que se sabe sobre os ceramistas setentrionais.

No entanto, como demonstra a síntese elaborada por Mentz Ribeiro, embora haja mais conhecimento produzido sobre a vertente meridional, a plataforma de dados primários sobre a qual ele vem sendo construído é precária e resulta basicamente de informações obtidas em coletas superficiais e em cortes experimentais, sendo raras as escavações sistemáticas. Os dados etno-históricos sustentam boa parte desse conhecimento e muitas das generalizações produzidas vêm sendo recebidas com resistências, em vista do entendimento das limitações dessas fontes. Isto torna absolutamente desejável que os sítios sejam abordados através de intervenções bem controladas em grandes superfícies, as únicas capazes de fornecer dados de fato consistentes.

Nesse ponto, constituíram uma grande contribuição os trabalhos de L. Pallestrini na região do Paranapanema, investigando sítios de ceramistas tupiguarani através de escavações em superfícies amplas. Elas permitiram evidenciar as manchas escuras, circulares ou elípticas, atribuídas aos fundos de suas habitações, possibilitando a recomposição das plantas das suas aldeias. São muito raras atualmente as análises espaciais intra-sítio, e o alto potencial informativo das manchas escuras vem sendo pouco explorado. Apenas a partir de intervenções sumárias, de caráter exploratório, fica muito difícil obter dados sólidos que alimentem estudos substanciosos sobre esses grupos.

Mentz Ribeiro destacou a dificuldade de produzir uma síntese, em face da fragmentação das informações disponíveis. Em muitos casos, sequer dados fundamentais, como a implantação na paisagem ou os métodos de recuperação utilizados, foram ou são fornecidos pelos pesquisadores, o que diminui cada vez mais as possibilidades de se expandir a produção de conhecimento sobre esses ceramistas, diante da velocidade da destruição dos seus vestígios.

Esta é uma situação que tende a se agravar, com os limites muitas vezes impostos à arqueologia praticada no contexto dos licenciamentos ambientais, embora essa mesma circunstância venha permitindo, em alguns poucos casos, a realização de excelentes resgates. Por sua vez, este é um campo que tem gerado informações, mas elas não estão sendo devidamente exploradas nos meios acadêmicos, possivelmente em decorrência da dispersão dos relatórios

resultantes dessas intervenções, o que fica evidente neste volume, onde apenas alguns autores conseguiram incorporar dados recentes produzidos por estudos contratados.

A amplitude da variação das dimensões dos sítios meridionais é bem maior que a dos setentrionais, tendo em um dos extremos 10 m^2 e no outro 250.000 m^2, o que reitera a necessidade de estudos efetivamente arqueológicos sobre seu sistema de assentamento, pois só assim essas diferenças poderão ser compreendidas. Há poucos trabalhos nessa direção e espera-se que o quadro de baixo investimento em análises espaciais possa ser revertido com a multiplicação dessas iniciativas.

Também entre os grupos meridionais estão aparecendo datações recuadas para os ceramistas tupiguarani. Se, entre os setentrionais, há sítios datados de vários séculos antes do início da era cristã no Rio de Janeiro, no sul essa antiguidade é igualmente recuada: em São Paulo e no Mato Grosso do Sul (alto Paraná e seus afluentes), há duas datas em torno de 250 A.C., enquanto no Paraná há uma do início da era cristã. Esta maior antiguidade no sul e no sudeste contraria novamente o que seria de se esperar à luz do modelo de Brochado, ou seja, uma cronologia mais recuada na região de origem ou adjacente a ela, vale dizer, na Amazônia e suas vizinhanças.

Se os dados existentes para os ceramistas tupiguarani mais setentrionais nos levam a supor que eles alcançaram seu apogeu apenas nos séculos que antecederam a chegada do europeu, sobretudo analisando-se os dados fornecidos por Albuquerque, a síntese de Mentz Ribeiro afirma precisamente o contrário para o ramo meridional. Os sítios maiores – mais densos, mais espessos, com o maior número de habitações, com a maior diversidade decorativa na cerâmica, onde o corrugado é mais elaborado, e onde há maior abundância, variação e elaboração nos artefatos líticos – são os mais antigos, o que mais uma vez se opõe ao esperado e precisa ser explanado.

O contato aparentemente intenso com outros grupos, constatado entre os ceramistas setentrionais, ocorreu também no ramo meridional, existindo evidências de interação com os ceramistas Vieira e Taquara/Itararé. Nos sítios meridionais aparecem objetos de outras culturas, inclusive da região andina, que devem ter sido revestidos de forte valor simbólico, conferindo provavelmente prestígio social aos seus portadores. No entanto, nas pesquisas desenvolvidas tanto em um ramo quanto em outro, não é discutida a natureza dessa interação, comumente assinalada e referida como *aculturação.*

Este é outro ponto que merece ser comentado, pelo fato de se tratar de uma perspectiva abandonada pela antropologia há praticamente meio século, o que só contribui para reforçar o estereótipo da arqueologia como uma disciplina anacrônica no âmbito mais amplo das ciências sociais. Uma aproximação maior com o pensamento antropológico daria, sem dúvida, maior densidade e consistência às explanações arqueológicas no caso dos ceramistas tupiguarani, pela expressiva interface que o tema tem com a etnologia. S. Baptista da Silva, no terceiro volume, chama a atenção para a perduração dos estudos de aculturação dos anos 1940, 50 e 60 na arqueologia brasileira, destacando que é precisamente na circunstância do encontro entre

culturas em que mais se exacerbam as identidades, resultando no processo de formação de culturas de contraste e não de desintegração.

E. Kashimoto e G. Martins assinalam com propriedade em seu artigo que os inúmeros dialetos guarani indicam um passado multiétnico. Contudo, essa diversidade não vem sendo reconhecida arqueologicamente, talvez em decorrência do fato de não haver pesquisas orientadas nessa direção. E até que se reorientem as investigações e a diversidade possa finalmente ser discernida, prevalecerá essa falsa idéia de homogeneidade, destituída de qualquer fundamento e sustentada a partir de premissas equivocadas. Cumpre, mais uma vez, frisar que uma mesma cultura material pode ser partilhada por diferentes grupos, com diferentes significados, tendo em vista sua natureza polissêmica, não constituindo necessariamente um indicador de identidade étnica.

São muito poucas as informações produzidas até o momento pela arqueologia paraguaia e boliviana. Em território argentino e também uruguaio, os desprestigiados ceramistas tupiguarani tampouco chegaram a se impor como um tema instigante de pesquisa, a exemplo do que aconteceu, naqueles países, com os caçadores-coletores. Laponte e Acosta relatam o mesmo fenômeno de desinteresse na Argentina, por eles considerado surpreendente em vista da expressividade dos ceramistas tupiguarani em seu território. Lá parece ter ocorrido um processo semelhante ao que constatamos aqui, gerado possivelmente pelas mesmas razões: a utilização, em seu estudo, de uma perspectiva teórica de fôlego curto e baixo retorno. Ambos destacam que só recentemente o interesse pelos ceramistas tupiguarani vem se renovando naquele país, agora à luz de marcos teóricos mais fecundos.

Lá, a ênfase anterior colocada, tal como ocorreu no Brasil, em análises estilísticas e tipológicas da cerâmica e em contextos funerários, em lugar de uma compreensão mais ampla da vida social desses ceramistas, está agora sendo reposicionada. A valorização dos instrumentos líticos, dos restos faunísticos, da composição da dieta através de análises isotópicas, vêm permitindo expandir os eixos temáticos de investigação. Estão sendo reconhecidas tensões socio políticas, bem como a variabilidade existente no seu sistema de subsistência e na sua cerâmica. Esboçam-se reflexões sobre as formas de ocupação do espaço e sobre a estrutura das suas migrações, sinalizando um novo tempo para o estudo dos ceramistas tupiguarani naquele país, configurando um processo de reoxigenação semelhante ao que está ocorrendo agora na arqueologia brasileira.

O segundo volume: elementos decorativos, a marca tupiguarani

Responsáveis pelo destaque dado à cerâmica em detrimento de outros aspectos dos sistemas socioculturais dos ceramistas tupiguarani, os elementos decorativos apostos aos seus vasilhames exerceram e ainda exercem uma forte atração sobre os pesquisadores. A quantidade de

dados e reflexões produzidos até hoje sobre eles justificaram, nesta obra, um volume especialmente dedicado à decoração plástica e pintada que se tornaram sua principal marca.

Discorrendo sobre a primeira, P. I. Schmitz acompanha tendências recentes de considerar determinados elementos plásticos não apenas do ponto de vista decorativo, mas também funcional, tal como M. Farias vem sistematicamente defendendo nos últimos anos e apresenta no artigo seguinte ao dele. O corrugado, por exemplo, a alteração de superfície mais praticada entre os ceramistas tupiguarani, sobretudo pelo seu ramo meridional, e originalmente interpretado como um atributo exclusivamente estilístico e indicador da etnicidade guarani, vem sendo repensado, e as reflexões de M. Farias têm estimulado movimentos nessa direção. A sucessão de saliências e depressões provocadas pelo movimento dos dedos ao pressionarem um rolete contra o outro encorpam a superfície externa dos vasilhames e aumentam sua capacidade de reter calor, melhorando, por conseguinte, seu poder de cocção.

Não obstante o considerável efeito estético dessas corrugações, começam a ser mais bem investigadas suas propriedades tecnológicas. Atento a esse movimento, Schmitz testou com sucesso, em uma coleção regional do sudoeste de Santa Catarina, a existência de possíveis correlações entre o tratamento da superfície externa, a forma e a capacidade dos seus vasilhames. Efetivamente, dos três tipos de tratamento analisados – corrugado complicado, corrugado telhado e ungulado – os dois primeiros parecem ter tido aplicação preferencial a formas destinadas ao processamento de alimentos.

Tais resultados, bastante promissores – embora vistos com cautela pelo autor, que considera em princípio essa correlação positiva um fenômeno particular e localizado –, sem dúvida abrem possibilidades para a construção de novos modelos explanatórios. Sinalizam fortemente a confirmação do corrugado como um atributo também tecnológico e não apenas estilístico, que pode por esta razão ter sido produzido por outros grupos étnicos, não sendo exclusivo dos ceramistas tupiguarani e nem tampouco necessariamente um indicador da etnicidade guarani.

Os procedimentos técnicos adotados pelas oleiras para produzir essas alterações plásticas na superfície dos vasilhames, bem como seu comportamento gestual, foram esmiuçados no artigo de C. Jácome e colaboradores. As observações feitas nesse trabalho abrem algumas sendas de investigação que podem ser particularmente interessantes. Não obstante os autores terem limitado sua análise à decoração plástica, eles demonstram que alguns princípios organizacionais, derivados de percepções que orientam a passagem das representações simbólicas à experiência concreta, estão presentes tanto na pintura quanto na decoração plástica. Na estruturação dos campos decorativos, fica evidente que a notória aversão aos espaços vazios – que se constata na pintura tupiguarani e que determina seu completo preenchimento – ocorre também na decoração plástica, o que até então ainda não havia sido registrado. Prous, da mesma forma, assinalou em seu artigo a ocorrência de decorações plásticas que formam campos geométricos, compondo padrões que remetem aos de vasilhas pintadas.

A possibilidade de se trabalhar comparativamente pintura e decoração plástica tupiguarani, ora apenas sugerida, mas ainda não experimentada de forma sistemática, merece maior

investimento. Entre tantas outras vias promissoras, tomando-se como ponto de partida, por exemplo, a proposta dos autores de distinguir, no âmbito de uma mesma amostra, os trabalhos produzidos pelas oleiras mais habilidosas. Na medida em que ambos os tipos de decoração eram decerto feitos pelas mesmas ceramistas, é possível acompanhar o trabalho das mãos mais experientes tanto em uma quanto em outra circunstância. A sua comparação com a produção de oleiras iniciantes pode também revelar importantes aspectos das formas de transmissão, aquisição e acumulação de conhecimentos técnicos, cuja importância será discutida em maior detalhe nos comentários ao terceiro volume. Por sua vez, a observação e análise, feitas pelos autores, das formas de preenchimento e da direção dos movimentos da artesã – seja em função da sua lateralidade, seja de hábitos culturalmente adquiridos – podem trazer novos aportes para um melhor entendimento de aspectos cognitivos desses grupos.

No campo da decoração plástica, a atenção maior se voltou até o momento para o corrugado, em função do seu absoluto predomínio nas amostras – quer meridionais, quer setentrionais – em relação às demais alterações feitas na pasta. As razões desse predomínio ficaram mais claras nos últimos anos, como se viu a partir do trabalho de Schmitz, sendo de natureza também funcional e não apenas estética, como antes se supunha. Jácome e colaboradores, entretanto, se debruçaram sobre decorações menos frequentes, como o ungulado e o espatulado, entre outras, e com isso abriram caminho para algumas indagações, que levantamos aqui: por que razão as oleiras tupiguarani imitavam, com diferentes instrumentos, a impressão das unhas, ao invés de pressioná-las elas mesmas diretamente na pasta? Qual o significado e relevância desse tipo de decoração, provavelmente casual e espontâneo em sua origem, para ser provocado artificialmente por instrumentos? Técnicas peculiares, como a aplicação de reboco precedendo o espatulado e constatada na coleção analisada, foram generalizadas ou podem constituir possíveis vias para discernir particularismos entre os ceramistas tupiguarani?

Outro campo pouco explorado é o das modelagens figurativas e não-figurativas que aparecem em seus sítios, às quais se procurou dar maior destaque nesta obra com o artigo de L. Panachuk e A. Carvalho, de caráter mais geral, e o de I. Chmyz, restrito aos seus achados no Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Trata-se, no caso, da apresentação das peças que não foram feitas pela técnica do acordelado, ou seja, todas aquelas que não constituem o corpo de vasilhames, quer destinados ao processamento e/ou consumo de comidas ou bebidas, quer ao sepultamento dos mortos. Elas tanto podem ser puramente utilitárias – no caso, pequenos recipientes, apliques ou apêndices de preensão em vasilhames – quanto relacionadas a práticas sociais, como objetos destinados à produção de estímulos sensoriais, ao adorno do corpo, entre outras cuja função por ora ainda não está claramente definida. É o caso, por exemplo, das modelagens figurativas, antropomorfas e zoomorfas, ao que parece, em sua maioria, posteriores ao contato com o europeu e feitas sob sua influência.

Esta segunda categoria merece uma atenção especial, pelas possibilidades que essas peças oferecem de adentrar domínios em geral opacos para a arqueologia, constituindo uma das poucas chaves de acesso a eles: maracás e apitos para produção de estímulos sonoros em rituais,

adornos corporais para a construção social do corpo, cachimbos para aspiração do tabaco que confere poderes xamânicos e possibilita o acesso a domínios sobrenaturais.

Se muitas delas são caracterizadamente posteriores ao contato, estando associadas a formas ou a práticas européias, outras provêm de contextos pré-coloniais, sendo necessária uma inserção cronológica menos imprecisa desses achados para que se possa tentar extrair algum conhecimento dessas peças. Embora, como afirmaram Panachuk e Carvalho, raras estejam datadas, razão pela qual eles se abstiveram de discuti-las sob esse prisma, pouco pode ser feito sem que se saiba ao menos o horizonte cronológico atribuído aos sítios dos quais elas provêm. Melhores possibilidades se abrem, no caso, para as analisadas por Chmyz que, por se tratar de peças resultantes de suas próprias pesquisas, estão mais ou menos cronologicamente amarradas às categorias espaço-temporais por ele criadas com o apoio de datações.

Chama a atenção a má qualidade técnica de grande parte dessas peças, a elaboração às vezes tosca e seu pouco apelo estético, que contrastam vivamente com a sofisticada e apurada arte gráfica dessas ceramistas. Essa falta de apuro técnico, aliás, é uma característica da cerâmica tupiguarani, em geral de pasta grosseira e precariamente queimada. Isto permite supor que, na verdade, o que importava de fato a esses grupos era o que estava sendo transmitido através das formas das suas vasilhas – algumas bastante elaboradas, particularmente no sul – e, sobretudo, dos seus grafismos, sendo a cerâmica em si um mero suporte para a sua veiculação e à qual nem de longe foram dispensados os mesmos cuidados.

Em artigo dedicado a uma minudente análise da pintura na cerâmica tupiguarani, A. Prous disseca essa esplêndida arte gráfica com o detalhismo que lhe é peculiar, empreendendo a mais abrangente análise até hoje realizada sobre o assunto, após examinar a maioria das peças pintadas inteiras ou quase inteiras disponíveis no Brasil, bem como inúmeros fragmentos. Tomando como ponto de partida e aprofundando trabalhos anteriores, como os de La Salvia e Brochado (1989), Scatamacchia, Caggiano e Jacobus (1991) , ele sintetiza um volume considerável de dados, oferece uma minuciosa terminologia para os grafismos, faz acuradas observações e lança algumas hipóteses – uma delas bastante audaciosa – sobre a cerâmica pintada tupiguarani.

Os dados por ele coligidos passam a constituir a principal referência para os que se dedicam ao assunto, tanto quanto a terminologia, que se soma a outras contribuições anteriores, expandindo as possibilidades de entendimento e de comunicação entre especialistas no tema. Os que foram tabelados, por sua vez, permitem visualizar de pronto o que ocorre em toda a área de dispersão tupiguarani, apontando tendências, mostrando distribuições preferenciais, sinalizando áreas de adensamento ou rarefação, constituindo em suma um importante ponto de apoio para novas reflexões.

Algumas das observações feitas pelo autor merecem uma análise mais detalhada. É dito que "não se pode afirmar que estes *tenhãe* tenham sido fabricados exclusivamente para acompanhar os mortos, já que várias peças cariocas apresentam um desgaste interno, particularmente na parte central". Com efeito, as tigelas que integram a Coleção Tupiguarani do Museu Nacional apresentam evidências de terem sido utilizadas. O que se indaga fundamentalmente, no caso,

é se elas processaram alimentos, tendo em vista que é bastante comum a assertiva de que elas não foram levadas ao fogo nem tampouco cozinharam alimentos líquidos, em virtude da delicada pintura que recobre seu interior.

Com o objetivo de entender melhor a natureza das marcas e manchas de utilização existentes nessas peças, bem como os prováveis usos a que elas foram destinadas, examinamos as tigelas inteiras ou quase inteiras na referida coleção. Este é um tipo de estudo que deve ser conduzido em uma amostra proveniente de um mesmo sítio e, tanto quanto possível, correspondente a uma mesma ocupação, para que possam ser reconhecidos padrões e, por meio deles, inferidos comportamentos. Contudo, justifica-se aqui o exame de peças isoladas, na medida em que vestígios de uso podem responder a algumas questões há muito formuladas sobre os ceramistas tupiguarani, mas que nunca foram comprovadamente respondidas, como as levantadas acima.

Foram examinadas quinze tigelas da coleção,[6] as quais, não obstante apresentarem alterações de diferentes naturezas e intensidades, não apresentam evidências de abrasão decorrente de uso continuado, a julgar pelas marcas de utilização em sua superfície. Embora se trate de cerâmicas mal queimadas, de pasta grosseira, ásperas ao tato, muito porosas e, por conseguinte, muito suscetíveis à erosão, elas não apresentam desgastes físicos compatíveis com uma utilização frequente. Não foram detectados arranhões produzidos por arrasto, rotação, fricção, esfregação para limpeza ou outras formas de atrito. Uma única exceção foi registrada em uma peça que apresenta alguns arranhões na base. As poucas cavidades existentes não foram decorrentes de processos abrasivos, mas da extrusão de temperos e de matérias orgânicas durante o processo de queima. Não foram constatados micro-lascamentos produzidos por manuseio intenso, tão frequentes em vasilhames culinários, e que resultam de ações como misturar, mexer, esmagar e socar os alimentos processados; suas bordas encontram-se de modo geral bem preservadas, sem desgastes, salvo eventuais lascamentos de maior porte resultantes de impactos com outros objetos ou superfícies, os quais podem ter sido, inclusive, pós-deposicionais. Não foram observados temperos em pedestal, característicos de processos abrasivos agudos que erodem porções da pasta entre os grãos maiores de antiplástico, deixando-os protuberantes. Tampouco foram constatados sinais de estresse térmico decorrente dos sucessivos aquecimentos e resfriamentos das vasilhas no processo de cocção contínua de alimentos. Nem mesmo esfoliações (laminações) resultantes da fadiga da cerâmica e consequente perda de resistência ao longo desses ciclos térmicos. No que diz respeito a alterações químicas, não foram observados os efeitos da erosão salina, comum em vasilhames permeáveis à água, nem a corrosão por ácidos resultantes da fermentação de alimentos. Essa longa sequência de indicadores negativos atesta que as tigelas que compõem a Coleção Tupiguarani do Museu Nacional, de distintas proveniências, não apresentam vestígios de utilização intensa, como seria esperado em vasilhas destinadas ao processamento de alimentos no cotidiano.

6. Tigelas nºs 8.342, 26.536, 29.840, 29.887, 16.224, 16.225, 19.723, 26.535, 29.841, 29.880, 29.885, 61.019, 61.020, 61.021 e 78.849 da Coleção Tupiguarani do Museu Nacional.



Figura 1



Figura 2

No que diz respeito às manchas de uso, a resposta das tigelas examinadas foi mais positiva. Todas, sem exceção, apresentam fuligem na base, atestando que estiveram em contato direto com o fogo, processando alimentos. Neste ponto o exame ficou bastante prejudicado, pois este é um tipo de indicador altamente informativo quanto às formas como um grupo prepara seus alimentos, quando se trabalha com uma amostra de mesma proveniência. Neste caso, em que foram examinadas tigelas isoladas e descontextualizadas, este potencial ficou muito reduzido. De toda forma, foi possível verificar que essas peças foram posicionadas diferentemente em relação à fonte de calor, atestando práticas culinárias distintas. Há tigelas que foram colocadas diretamente sobre o fogo, apresentando uma nítida mancha de oxidação na base (FIG. 1). Outra apresenta mancha de oxidação, indicando que em um primeiro momento ela foi posicionada diretamente sobre o fogo; contudo, em etapa posterior, sua base foi em parte recoberta por uma camada mais discreta de fuligem, mostrando que em um segundo momento essa tigela trabalhou distanciada da fonte de calor, sobre uma trempe, por exemplo, permitindo a deposição de fuligem na sua base (FIG. 2). Outras não apresentam manchas de oxidação claramente definidas na base, mas apenas fuligem incrustada (FIG. 3), o que demonstra seu distanciamento da fonte de calor, possivelmente com a utilização de algum tipo de suporte.

Tais evidências são inequívocas para comprovar que essas tigelas processaram alimentos no fogo. As diferenças observadas, em se tratando de tigelas isoladas e descontextualizadas, tanto podem corresponder a diferentes práticas culinárias desenvolvidas por grupos distintos, quanto pode se tratar de diferentes alimentos, processados de forma distinta, alguns diretamente sobre o fogo, outros dele distanciados, por grupos diferentes, porém com práticas culinárias semelhantes.

Quanto à natureza dos alimentos nelas processados – secos ou líquidos – as manchas de uso em seu interior são também bastante informativas. Na amostra analisada, algumas tigelas apresentam nítidas manchas de cozimento (escurecimento das paredes internas até determinada altura), atestando inquestionavelmente que aí foram processados alimentos líquidos. A posição dessas manchas nas paredes internas de vasilhames informa em que limite de sua capacidade eles trabalharam. No caso, o exemplo da FIG. 4 mostra uma

nítida mancha de cozimento a 8 cm de distância da borda, atestando que aí foram processados alimentos líquidos, porém em quantidade inferior à capacidade da tigela, sem que tivesse havido alteração na pintura executada em seu interior. O fato de ela não ter sido usada no seu limite máximo ou próximo a ele tanto pode indicar um grupo reduzido de pessoas – o que parece improvável em se tratando dos ceramistas tupiguarani – quanto pode sinalizar um tipo de alimento que não se destina a saciar propriamente o apetite do grupo, mas algo peculiar, a ser ingerido em pequenas proporções.

Estes resultados contrariam a assertiva de Prous de que inexistem vestígios de fuligem e outros indícios de combustão pós-fabricação nos *tenhãe*. Essas vasilhas foram com certeza levadas ao fogo para cozinhar alimentos, porém a ausência de outros tipos de desgastes provocados pelo uso diário permite afirmar que elas foram, sem dúvida, utilizadas, mas com pouca intensidade. Isto faz supor um uso limitado em circunstâncias excepcionais, como, por exemplo, em banquetes rituais, após o que elas teriam sido destinadas a outros fins, tendo em vista que elas aparecem junto às igaçabas que armazenaram bebidas fermentadas, e também em contextos funerários, sendo frequente sua associação a urnas contendo restos humanos.

Resta aprofundar as análises quanto a sua possível e provável impermeabilização com resinas, cujos vestígios não são diretamente visíveis. Prous destaca que, sem essa proteção sobre os grafismos, alimentos molhados ou mesmo úmidos dificilmente poderiam ter sido processados nessas vasilhas sem que eles apagassem. Contudo, a mancha de cozimento apresentada na FIG. 4 comprova que essa peça não foi impermeabilizada. Outras tigelas apresentadas nesta obra, como as do nordeste, mostram igualmente manchas de cozimento (ver M. Albuquerque, no vol. 1), atestando que ferveram líquidos sem qualquer proteção. De todo modo, Cruz Souza e colaboradores, em artigo comentado a seguir, identificaram a presença de resina natural em um fragmento tupiguarani de Minas Gerais, mas entendem que são necessários ainda exames complementares, na medida em que não está claro, por ora, se trata-se de um pingo acidental de resina sobre a peça, ou se são os remanescentes de um revestimento totalmente desgastado. O avanço desse tipo de investigação sobre possíveis impermeabilizantes, a exemplo da que já começou a ser conduzida, permitirá iluminar melhor essa questão.

Uma hipótese levantada por Prous diz respeito a uma terceira



Figura 3



Figura 4



Figura 5



Figura 6

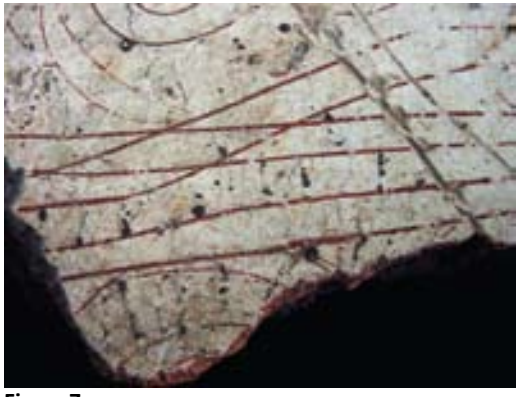


Figura 7

província estilística (ou macro-estilo) por ele reconhecida, além das duas classicamente admitidas, uma para o ramo setentrional, e outra para o ramo meridional. No caso, além dos macro-estilos *guarani* e *tupiguarani*, este último abrigando o que ele designa como estilo *tupinambá* na região central, ele reconhece ainda o macro-estilo designado como *paraguaio*, que necessita, contudo, maior incorporação de dados para ser devidamente confirmado. A visão de conjunto alcançada por Prous a partir do exame exaustivo de grande parte das vasilhas inteiras ou quase inteiras existentes no Brasil e de um melhor conhecimento das amostras do centro-oeste o habilita para uma proposição dessa natureza. Caso se confirme de fato, ela constitui um importante passo na direção do reconhecimento da variabilidade entre esses ceramistas. Mais ainda, se for possível discernir estilos regionais e variações locais, então estaremos avançando na melhor direção possível, sobretudo se essas categorias forem estabelecidas não apenas a partir de um único elemento da cultura material, mas de um conjunto de evidências, comprovando que de fato existiram diferenças entre os que produziram a cerâmica tupiguarani.

Quanto à possibilidade de uma intrusão do ramo setentrional no território dos ceramistas designados como guarani – aventado pelo autor a partir da coleção do oeste catarinense depositada no CEOM – este fenômeno, se confirmado, estaria atestando que inexistiram barreiras ou limites para esses grupos, qualquer que tenha sido sua natureza. Se está claro que, por alguma condição ou condições desconhecidas, uma fronteira parece ter dividido os ceramistas tupiguarani, a julgar pelas claras evidências nessa direção, elas não foram suficientes para detê-los de todo. Se foram barreiras ecológicas, essa penetração significa um golpe nas interpretações deterministas. Se foram étnicas, a resistência dos grupos aí estabelecidos não foi bastante para impedir seu avanço. Trata-se, sem dúvida, de uma hipótese estimulante para a investigação da natureza dessa fronteira e da dinâmica da sua expansão e contração ao longo de dois milênios, que merece ser aprofundada.

Prous, em seu texto, explana a diferença de qualidade observada nos grafismos de uma mesma peça como sendo trabalho simultâneo de duas oleiras, uma mestra e sua discípula, no que designou como *potes de aprendizagem*. Nesse ponto, ele faz menção a uma hipótese alternativa que levantamos a propósito dessas variações e remete o leitor a este artigo, tornando desta forma imprescindível sua apre-

sentação aqui. Em primeiro lugar, cumpre deixar clara nossa absoluta concordância com sua interpretação. Contudo, o que observamos em pelo menos um caso na Coleção Tupiguarani do Museu Nacional, ao lado de inequívocos *potes de aprendizagem*, foi o traço experiente, porém divagante, de uma exímia oleira desenvolvendo um padrão bastante complexo em uma tigela de dimensões expressivas, como pode ser visto na sequência das figurasFIG. 6 a 10, levando-nos à suposição de que se trata de um grafismo executado na circunstância de um estado alterado de consciência. A dificuldade de emendar uma linha com a outra, como se a visão repentinamente duplicasse; de sustentar na mesma direção uma linha que avança, fazendo inflexões súbitas; o colapso repentino do paralelismo, a superposição de linhas que foge à norma tupiguarani, bem como as tentativas mal sucedidas de refazer traçados curvos com linhas retas parecem corresponder à alteração temporária de algumas faculdades e também da capacidade motora da oleira, uma possibilidade a ser melhor e mais profundamente investigada.

Um projeto com a magnitude dessa tigela (FIG. 5), de dimensões avantajadas, cuja confecção exigiu tempo e esforço, somada à complexidade do grafismo escolhido para recobri-la internamente, reduzem as probabilidades de se tratar de um campo gráfico destinado a ensaios de principiantes, razão pela qual levantamos a presente hipótese. Nosso objetivo, no caso, é tão somente chamar a atenção para outras possibilidades, de modo a que as variações encontradas nas vasilhas tupiguarani não sejam interpretadas automática e exclusivamente como a atuação simultânea de uma virtuose e sua aprendiz em um mesmo campo gráfico, fechando o leque de explanações alternativas.

Outra questão diz respeito ao grafismo em forma de cruz, sobre o qual recaem suspeitas de se tratar de uma possível influência jesuíta sobre os ceramistas Guarani. A esse propósito cabe destacar que este é um motivo recorrente na cerâmica marajoara, pré-colonial e, portanto, livre de qualquer influência européia e menos ainda cristã. Os dois eixos que se cruzam gerando um centro de referência e um campo quadripartido têm um forte conteúdo simbólico na cosmologia das culturas da floresta tropical,[7] que parece ter perdurado entre os

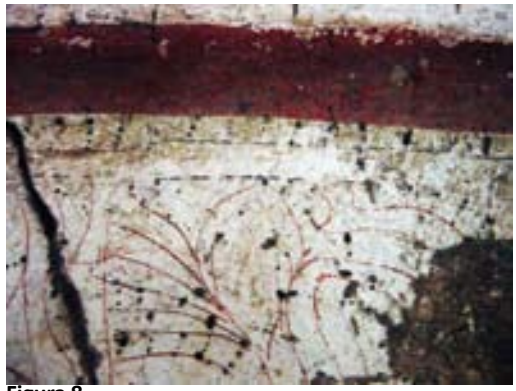


Figura 8



Figura9

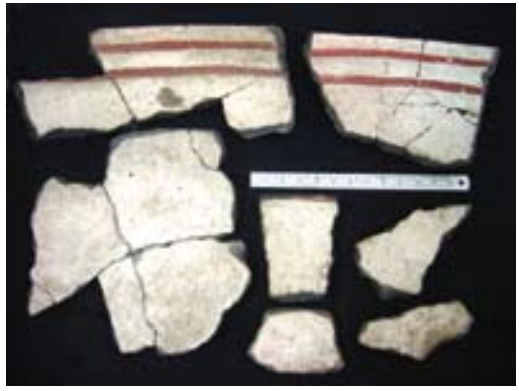


Figura 10

7. Para uma discussão sobre a axialidade na cosmologia da floresta tropical, ver McEwan, 2001a.

ceramistas tupiguarani, retido em sua memória iconográfica.[8] Suas raízes, portanto, parecem ser amazônicas e não cristãs.

Contudo, a hipótese mais audaciosa levantada por Prous em seu trabalho é a que reconhece nos grafismos geométricos representações esquemáticas ou até mesmo naturalistas da figura humana ou de alguns elementos anatômicos, como vísceras, ossos, coluna vertebral, etc. Esta é uma questão que sempre intrigou os pesquisadores interessados pelas conexões entre os ceramistas tupiguarani e aqueles mais propriamente amazônicos, já que a importância dada por esses últimos às representações antropomorfas em sua cerâmica contrasta vivamente com a ausência delas entre os primeiros.

No caso tupiguarani, as representações humanas identificadas por Prous não são evidentes e precisam ser "descobertas". Tanto que nunca foram percebidas anteriormente e só foram "reconhecidas" quando a questão foi levantada. O que está sendo proposto não é a atribuição de um simbolismo aos seus intrincados padrões geométricos, mas o reconhecimento da figuração de formas humanas ou de elementos da sua anatomia em seus campos gráficos. Diante dessa hipótese, impõe-se de pronto a pergunta: por que razão uma arte eminentemente não-figurativa teria produzido apenas algumas representações humanas esparsas e isoladas? Grafismos indígenas têm em geral um caráter não-figurativo e não-ilustrativo, caracterizando-se mais por codificações que por relações diretas e óbvias como as que estão sendo propostas: padrões enteromorfos aplicados a vasilhas destinadas a recolher intestinos no ritual antropofágico, ou padrões circunvolutivos naquelas destinadas a cérebros, e assim por diante, o que diminui consideravelmente a força da proposição.

Estamos diante de um caso excepcional ou em que medida se trata tão somente de formas sugestivas, embaladas por uma provocação estimulante? O fato de essas hipotéticas representações da figura humana e de seus elementos anatômicos serem tão poucas e tão raras até o momento requer que a questão seja melhor investigada de um ponto de vista estrutural. A que tipo de formas e de outros grafismos essas figuras aparecem associadas? Que posição ocupam no campo gráfico? Foi dispensado a elas algum destaque cromático? Observam-se recorrências que permitam reconhecer padrões ou são casos isolados? De toda forma, trata-se de uma hipótese engenhosa e instigante, que merece maior aprofundamento e que, com certeza, abre novas possibilidades investigativas.

Em artigo de nossa autoria, analisamos os elementos estruturais comuns em campos gráficos amazônicos e tupiguarani. Se, em explanação anterior, Brochado entendeu ser essa semelhança decorrente da derivação dos ceramistas tupiguarani de culturas do médio e baixo Amazonas, revisitamos essa mesma questão, agora com preocupações de outra natureza. Indepedentemente da confirmação ou não das idéias de Brochado, lançamos a hipótese de os grafismos tupiguarani expressarem a cosmovisão daqueles que os produziram, de raízes claramente amazônicas, a qual teria perdurado consideravelmente entre esses ceramistas. Aí estaria, em nosso entendimento, a razão das semelhanças verificadas, que seriam também comuns

8. Para uma interpretação da cruz no vocabulário gráfico Guarani, ver Tocchetto, 1996.

a muitos outros grupos que partilham a cosmologia da floresta tropical.

Finalizando o volume, no que diz respeito aos pigmentos utilizados pelos ceramistas tupiguarani em suas pinturas, os dois estudos apresentados deixam definitivamente para trás as suposições e as especulações. A análise dos pigmentos preto e vermelho, através do método PIXE, feita no Laboratório de Colisões Atômicas e Moleculares da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) por Magalhães e colaboradores, revelou que ambas as cores foram produzidas por pigmentos minerais. Embora originalmente tivesse sido levantada a hipótese de se tratar de corantes vegetais, extraídos respectivamente do urucum e do jenipapo, o método confirmou que óxidos de ferro produziram o vermelho, tendo sido o preto obtido do manganês.

Um resultado em parte discordante foi alcançado por Souza e colaboradores, no Laboratório de Ciência da Conservação da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a partir de uma bateria de testes físico-químicos e de métodos analíticos. Excluída da mesma forma a possibilidade de terem sido utilizados pigmentos orgânicos, foram confirmados os óxidos de ferro tanto para a produção do vermelho, ratificando as conclusões do grupo da UFRJ, quanto do preto, no caso, divergindo delas. Para Souza e colaboradores seriam necessários testes de natureza complementar ao PIXE para a confirmação ou refutação dos resultados obtidos através desse método.

Cabe, no entanto, indagar se o pigmento preto não poderia ter sido obtido de fontes distintas, configurando variações regionais, o que explicaria as diferenças encontradas pelos dois grupos de pesquisa. Em caso positivo, estaríamos diante de um potencial indicador cultural que, mapeado, poderia responder a questões de diferentes naturezas.

Outro fenômeno, contudo, identificado tanto em cerâmicas tupiguarani quanto amazônicas, vem demonstrando que alguns grafismos aparentemente pretos resultam na verdade do escurecimento de pigmentos vermelhos, confirmando, nesses casos, que óxidos de ferro produziram o que o olho humano reconhece como a cor preta. Bradley (2001), discutindo a questão da conservação preventiva de pigmentos que desbotam quando expostos à luz, e que em alguns casos podem sofrer alterações químicas, assinala que pigmentos terrosos não são muito afetados,[9] mas o vermelho pode tornar-se negro quando exposto à luz excessiva.

Este fenômeno é ilustrado aqui em um vaso marajoara do acervo do Museu Nacional, restaurado em algum momento no século 20, provavelmente na sua primeira metade, quando as restaurações ainda procuravam reproduzir fielmente o estado original da peça. Trata-se de linhas contínuas feitas em vermelho, que se tornam gradativamente pretas em determinados segmentos, sem que o traço tenha sido interrompido ou o pincel se distanciado da peça. Em uma porção original da peça (FIG. 11) observa-se a progressiva passagem do vermelho ao preto e, em outra (FIG. 12), o trabalho do(a) restaurador(a) que procurou reproduzir precisamente o que via. Nessa intervenção reparadora fica claro que a linha foi interrompida e o pincel erguido

9. Lamentavelmente não é isto que vem sendo observado nas cerâmicas pintadas do acervo tupiguarani do Museu Nacional. Um progressivo esmaecimento dos seus grafismos está sendo atribuído à ação descolorante da luz, o que determinou , há alguns anos, a redução da luminosidade na sala de exposição permanente dessas peças.



Figura 11



Figura 12

do vaso, caracterizando uma emenda, o que não ocorre na sua porção original.

A questão cromática das cerâmicas pintadas é, portanto, bastante complexa e requer, de fato, maior aprofundamento à luz das excelentes técnicas atualmente disponíveis e aqui apresentadas.

O terceiro volume: outros eixos temáticos ofuscados pela cerâmica

Os dois primeiros volumes demonstram que os sítios e os vasilhames dos ceramistas tupiguarani foram os temas sobre os quais os arqueólogos brasileiros mais se debruçaram, desde meados do século 20. Contudo, não obstante tantas pesquisas, o fato é que sabemos muito pouco sobre seus sistemas socioculturais . Provavelmente porque seus registros arqueológicos, estáticos, mudos, não falam por si, sendo necessário interrogá-los. E sem questões levantadas, não há respostas. A perspectiva histórico-cultural, até agora dominante no estudo desses grupos, não conseguiu explaná-los satisfatoriamente, ou mesmo minimamente, de tal forma que, mesmo diante de tanta informação já produzida, ainda não sabemos de fato quem foram eles.

A massa de dados aí apresentada é particularmente inspiradora para uma reorientação das pesquisas sobre essas sociedades. Eles permitem levantar questões de diversas naturezas que, se encaminhadas à luz de outras perspectivas teóricas mais fecundas, com certeza possibilitarão aprofundar e adensar os conhecimentos sobre esses grupos, reposicionando os ceramistas tupiguarani como um dos grandes e fascinantes temas de investigação da pré-história brasileira.

Para o terceiro volume, foram reservados alguns eixos temáticos considerados cruciais para expandir o entendimento dos sistemas socioculturais que produziram a cerâmica tupiguarani, mas que foram historicamente ofuscados pelo interesse prevalente e orbitante em torno dos seus vasilhames. No caso, os artefatos líticos, o universo simbólico, os usos do espaço e a etnoarqueologia de grupos Tupi.

Esta última tem sido pouco explorada na arqueologia brasileira com vistas à observação e coleta de dados para a construção de modelos explanatórios sobre os ceramistas tupiguarani, não obstante

se tratar de uma senda de investigação particularmente fértil. Neste volume são apresentadas as observações feitas por F. Silva em um grupo Tupi cujos grafismos já foram anteriormente estudados,[10] os Asurini do Xingu, sobre a transmissão da arte oleira pelas mulheres mais velhas às jovens do grupo. Alguns dos dados levantados pela autora, se combinados aos fornecidos por Prous no volume 2, podem alimentar a construção de modelos etnoarqueológicos voltados para a explanação da longevidade dos padrões técnicos e estilísticos tupiguarani. Ou seja, como são transmitidos os modos de fazer, como o grupo opera para assegurar sua manutenção, de onde vem e como surge a variação, que controles e limites lhe são impostos para que seja mantida a tradição, a que outros domínios as formas e os padrões gráficos da pintura aplicada à cerâmica estão relacionados, e assim por diante. Foi, sem dúvida, o sistema de transmissão dos conhecimentos cerâmicos, fortemente controlado de geração a geração, que assegurou a notável perduração do estilo tupiguarani por quase dois milênios. É importante destacar o papel crucial das mulheres nesse processo, na medida em que a tradição foi em grande parte perpetuada através delas.

Por sua vez, observações etnográficas atestam exaustivamente que os repertórios gráficos apostos a elementos da cultura material, no caso, vasilhames cerâmicos, expressam visões de mundo, cosmologias e mitologias a elas associadas.[11] Exibidos sistematicamente em seus artefatos ou em seus corpos, eles todo o tempo veiculam mensagens não-verbais, transmitindo silenciosamente o que não pode e não deve ser dito, e atuam didaticamente, reforçando princípios que não podem e não devem ser esquecidos. O cuidado que as mulheres mais velhas dispensam ao aprendizado das mais jovens e o controle que exercem sobre sua produção deixam claro que não se trata apenas de um ofício ou de uma arte que deve ser feita com esmero, mas que está em jogo nessa transmissão algo maior e mais importante.

O fato de o vocabulário gráfico tupiguarani ser expresso nas cerâmicas através de elaboradas pinturas aplicadas a vasilhames que, pelo investimento de tempo e de esforço, dificilmente teriam sido usados no cotidiano, permite que essas peças sejam tentativamente associadas a práticas cerimoniais, vale dizer, a rituais de diferentes naturezas, que se fizeram acompanhar do consumo de alimentos e bebidas fermentadas. As marcas e manchas de uso observadas em sua superfície, tanto externa quanto interna, bem como os contextos em que muitas delas são encontradas, confirmam sua utilização em ritos funerários e em banquetes cerimoniais.

A. Buarque relata em seu artigo as várias estruturas funerárias encontradas em sítios na região de Araruama, no Rio de Janeiro, onde um mesmo padrão de sepultamento se repete sistematicamente e um mesmo estilo parece ter perdurado por mais de dois mil anos. Tigelas quase sempre pintadas eram emborcadas sobre as urnas funerárias, a guisa de tampas, e também lateralmente, de encontro ao corpo da peça, em número variável, aparentemente protegendo os mortos em seu interior e configurando um conhecido padrão que se reproduz por grande parte

10. Ver Müller, 1990. Também sobre os Asurini, não do Xingu, mas do Trocará, ver Andrade, 1992.

11. Ver Vidal, 1992; Lima, 1986, especialmente às páginas 194-195 e 198-199.



Figura 13 - detalhe



Figura 13

da área de dispersão desses ceramistas. Recipientes menores eram eventualmente colocados no interior das urnas, quer com decoração plástica, quer pintada.

Não obstante os contextos recuperados por A. Buarque serem claramente funerários, cumpre destacar que M. Albuquerque, no primeiro volume, questiona esta função sempre atribuída a esses conjuntos, tendo em vista a inexistência de ossos em muitas dessas igaçabas, levantando a hipótese, para esses casos, de se tratar de depósitos de bebidas fermentadas. De fato, embora a ausência de restos humanos seja em geral justificada pela acidez dos solos, o armazenamento de bebidas fermentadas necessitaria da mesma forma de vasilhames menores emborcados sobre a abertura da igaçaba, para proteção do líquido em seu interior, o que justificaria, ao menos em princípio, alguns dos contextos encontrados.

Uma das possíveis saídas para a resolução desse dilema é a análise das marcas de uso no interior dessas igaçabas. Bebidas fermentadas, quer de milho, quer de mandioca, por longo tempo armazenadas no seu interior, decerto provocaram corrosão química nas paredes internas desses vasilhames, o que permite detectar se eles foram utilizados para armazenar bebidas ou como urnas funerárias. O exame de dois fragmentos de duas diferentes igaçabas da Coleção Tupiguarani do Museu Nacional confirmou essa possibilidade. O primeiro fragmento apresenta as paredes internas íntegras, sem alteração química (FIG. 13 e detalhe), enquanto o segundo apresenta evidências de corrosão (FIG. 14 e detalhe). Nada impede, entretanto, que vasilhames originalmente destinados a armazenar bebidas fermentadas tenham sido reutilizados como urnas funerárias. Contudo, esta é uma questão que só pode ser devidamente esclarecida e corretamente interpretada quando vasilhames apresentando corrosão química em suas paredes internas tiverem sido encontrados com ossos humanos em seu interior.

Não há dúvida de que esses grandes vasos foram feitos para serem enterrados, quer para abrigar os mortos, quer para manter fresca a bebida cerimonial, como atesta inclusive a abun-

dante iconografia dos tempos que se seguiram à conquista. Prova disso é que, na maioria dos casos, a porção decorada, que deveria ser deixada à mostra, corresponde apenas a sua parte superior, entre o ponto de inflexão do bojo e a borda. Quando era aplicada uma decoração plástica à igaçaba, como o corrugado, ela era claramente abreviada daí para baixo, perdendo em qualidade técnica e até mesmo desaparecendo. Ou seja, não era para ser vista. No caso da pintura, a porção inferior era simplesmente deixada lisa. De uma forma ou de outra, no entanto, quer para fins funerários, quer para armazenamento de cauim, tendo em vista que o consumo de bebidas fermentadas devia ser feito ritualisticamente, o caráter cerimonial desses conjuntos parece inquestionável. Resta explanar, no caso, as razões pelas quais bebidas fermentadas e corpos mortos eram colocados no mesmo tipo de recipiente, dispostos da mesma maneira e obedecendo aos mesmos princípios. Os motivos pelos quais a cosmovisão tupiguarani associou esses dois domínios ainda são obscuros, mas uma aproximação maior da arqueologia com a etnologia das populações amazônicas talvez possa clarificar um pouco mais essa questão.

Esta circunstância só fortalece a hipótese da relação do repertório gráfico aposto a esses vasilhames com a cosmologia dos ceramistas tupiguarani, o que explicaria a impressionante longevidade e dispersão no espaço dessas cerâmicas. Elas não foram meramente contentores para líquidos ou para processamento de alimentos; elas foram o suporte físico, o meio para a bem sucedida propagação de sua percepção particular do mundo. Elas veicularam idéias, princípios, crenças e valores, reforçados didaticamente através da repetição exaustiva e controlada de suas formas e padrões decorativos, da maneira como estruturavam seus campos gráficos e empregavam as cores.

Nesse sentido, pode-se dizer que os ceramistas tupiguarani foram notáveis e bem sucedidos propagandistas do seu ideário. Mesmo sendo etnicamente distintos – como aqui se supõe que eles tenham sido – os diferentes grupos portadores da cerâmica tupiguarani parecem ter



Figura 14



Figura 14 - detalhe

partilhado uma mesma cosmologia, com raízes claramente amazônicas, como foi explicitado no volume 2, impregnada nessas sociedades através do seu eficiente sistema de transmissão, não apenas horizontal e sincrônico, à medida que eles avançavam sobre novos territórios e novos grupos, mas sobretudo vertical, diacrônico, cuidadosamente passado de geração a geração.

Em seu artigo, Baptista da Silva, desenvolvendo uma investigação etnoarqueológica sobre a iconografia guarani fundada em uma abordagem cognitiva, partilha do mesmo ponto de vista exposto acima, da cultura material como um sistema de comunicação, como uma forma de *linguagem*. Através dela, as pessoas expressam não-verbalmente seu universo social e simbólico, os modos como apreendem o mundo e sua relação com os domínios da natureza e da sobrenatureza. Uma linguagem que é preciso decodificar para que se possa entender seu significado, ou seja, apreender o que se pretendeu dizer através dela. Um significado que não lhe é inerente, mas deve ser buscado nas relações entre os componentes do sistema ao qual ela está integrada.

Dos resultados obtidos por Baptista da Silva, alguns merecem destaque. Entre eles, a unidade cosmológica subjacente às três parcialidades étnicas investigadas, não obstante suas diferenças linguísticas, sociais e políticas. Um fundo comum subjaz a diferentes segmentos étnicos, ao mesmo tempo em que há diversidade étnica subjacente à homogeneidade encontrada nas mensagens veiculadas através da iconografia guarani. Este é um importante precedente para invalidar a premissa dominante na arqueologia brasileira de que a uma semelhança na cultura material (ou até mesmo no seu significado) corresponde, necessariamente, um mesmo grupo étnico.

Também merece destaque a constatação, pelo autor, do caráter conservador e fechado das mensagens veiculadas através da iconografia guarani. Um conservadorismo igualmente verificado por A. Buarque nos padrões de sepultamento e estilísticos observados ao longo de dois milênios, ambos potencialmente explicáveis, em nosso ponto de vista, pela duradoura concepção do cosmos sustentada por esses ceramistas no espaço e no tempo, em sua longa diáspora pelo que é hoje o território brasileiro, desde que deixaram a Amazônia.

Pressupõe-se, em contrapartida, que a mudanças verificadas arqueologicamente nesses repertórios gráficos devem ter correspondido, em princípio, alterações no seu modo de vida tradicional e, por conseguinte, em seus domínios ideacionais. Isto pode ser visto no artigo de F. Silva sobre os Asurini, com a variação que se instala em decorrência da maior proximidade e interação com outros grupos; no caso em tela, turistas que circulam pela região. Prontamente a produção do grupo é adaptada aos interesses de ambas as partes, com as inovações subvertendo e se sobrepondo aos modos de fazer tradicionais. Antigas formas são abandonadas, por um lado, em prol daquelas que o grupo supõe serem as mais atraentes para os potenciais compradores e, por extensão, mais vendáveis, como panelas com tampas, chegando mesmo a incorporá-las em seu cotidiano por entenderem que são tecnicamente mais vantajosas; e, por outro, o grupo defende seus próprios interesses, deixando de produzir para venda, por exemplo, as miniaturas de baixo custo, substituindo-as por peças maiores, mais caras, que dão

um melhor retorno financeiro. Não raro essa articulação com práticas capitalistas – no caso, a produção voltada para o comércio com a sociedade envolvente – se faz acompanhar de perda de qualidade técnica e estilística, tal como o empobrecimento gráfico observado por Lathrap nas cerâmicas destinadas a venda entre os Xipibo-Konibo.[12]

Esse tipo de comportamento, decorrente da interação com outros grupos, permite levantar a hipótese de que outras populações ceramistas pré-coloniais, ao se defrontarem com um grupo de perfil francamente expansionista e dominador como o dos ceramistas tupiguarani, podem ter alterado sua produção e adotado modelos e modos de fazer tipicamente tupiguarani, atendendo a conveniências de ambas as partes e assim gerando futuros registros arqueológicos supostamente homogêneos. Esta e muitas outras hipóteses podem ser levantadas e testadas na investigação da diversidade encoberta pela aparente uniformidade da cerâmica tupiguarani, considerada classicamente um marcador de identidade étnica, induzindo a arqueologia brasileira a algumas explanações talvez equivocadas. A etnoarqueologia é um dos mais promissores caminhos para tirar a arqueologia tupiguarani da circularidade em que caiu, fonte preciosa de abastecimento que é para a modelagem de questões fundamentais para um melhor entendimento desses grupos.

Coligindo as poucas e dispersas informações disponíveis sobre o instrumental feito em pedra pelos ceramistas tupiguarani, A. Prous e M. Alonso construíram o primeiro perfil tentativo para a sua indústria lítica. O esforço feito pelos autores para sintetizar os parcos dados existentes esbarrou em uma das maiores dificuldades que a arqueologia enfrenta: a incomparabilidade das amostras, um problema crônico e de difícil resolução na circunstância da liberdade de opção teórica e metodológica assegurada a todos os pesquisadores.

Comparações entre sítios apenas sondados e sítios minuciosamente escavados podem gerar distorções e, no caso dessas comparações serem usadas como plataformas para construções mais amplas, não há dúvida de que seus alicerces ficam comprometidos. Os autores tiveram consciência desse risco, mas, felizmente, decidiram corrê-lo, já que como resultado foi produzida uma base de dados até então inexistente e um perfil que, se não pode ser considerado definitivo, expõe ao menos seus contornos mais gerais. Novas informações e observações aí encontrarão uma estrutura de referência, na qual poderão ou não ser encaixadas, viabilizando – quer pela aderência, quer pela resistência – a produção de novos conhecimentos.

Esse artigo chama a atenção para os artefatos líticos, um elemento da cultura material dos ceramistas tupiguarani altamente informativo, mas que foi todo o tempo ofuscado – quantitativa e qualitativamente – pelos seus exuberantes vasilhames. Ele mostra o quanto o conhecimento sobre esses sistemas socioculturais pode avançar a partir da valorização do estudo desses artefatos e da sua distribuição no espaço, sobretudo, se eles forem combinados aos demais vestígios. No casoe , através de uma análise intra-sítio que sinaliza a existência de áreas de atividade artesanais, entre outras possibilidades sugeridas. –

Deve ser assinalado o risco de se trabalhar tão somente com um segmento da cultura mate-

12. Ver Lima, 1986, especialmente às páginas 204 a 206.

rial tupiguarani – no caso, agora, o lítico – reproduzindo mais uma vez o que foi feito em relação à cerâmica e que tanto se procurou atenuar neste terceiro volume. São altamente desejáveis modelos integradores e abrangentes, que considerem todos os elementos materiais recuperados, tendo em vista que a longa experiência da arqueologia brasileira com esses ceramistas demonstra que não se consegue explanar devidamente seus sistemas socioculturais a partir apenas de um elemento isolado, recortado e pinçado para análise.

De toda forma, o estudo de Prous e Alonso sobre os artefatos líticos dos ceramistas tupiguarani não deixa dúvidas de que as análises espaciais constituem um dos campos mais fecundos para o redirecionamento das pesquisas sobre esses grupos, o que fica também mais uma vez demonstrado no artigo de autoria de Panachuck e colaboradores, sob a coordenação de A. Prous, sobre suas aldeias. O balanço dos dados espaciais disponíveis na literatura, feito por esses autores, deixa evidente o pouco investimento feito pela arqueologia brasileira nessa direção. Aos trabalhos pioneiros de L. Pallestrini em superfícies amplas e aos de suas seguidoras, como S. Maranca e L. M. Kneip, muito pouco se acrescentou. Conta-se atualmente com pouquíssimos sítios dos quais se dispõe da planta da aldeia e do mapeamento detalhado dos achados,[13] de modo que, a partir daí, seja possível discutir elementos da organização social dos ceramistas tupiguarani, do seu sistema de assentamento e de subsistência, da organização das suas atividades cotidianas, de suas práticas cerimoniais, e assim por diante.

O estudo de caso apresentado, o Sítio Florestal II, meticulosamente escavado embora ainda não totalmente analisado, mostra o campo de possibilidades que se abre a partir de uma pesquisa de campo orientada para uma análise espacial intra-sítio e o manancial de informações e conhecimentos que ela é capaz de produzir. A sua contraparte – ou seja, o tipo de intervenção abreviada feita mais comumente nos sítios dos ceramistas tupiguarani, vale dizer, as sondagens exploratórias e os cortes estratigráficos que resultam em exíguas áreas escavadas – é metodologicamente incompatível com a produção desse tipo de conhecimento, o que explica em parte o quadro de esgotamento e desinteresse sobre os ceramistas tupiguarani ao qual nos referimos logo no início deste artigo. A escassez de pesquisas orientadas para a resolução de problemas relevantes, a prevalência de um suporte teórico de fôlego curto e a opção mais frequente por uma metodologia de baixo retorno estão produzindo tão somente amostras redundantes e destruindo sítio após sítio, sem que deles sejam extraídos dados que permitiriam aprofundar verdadeiramente o entendimento sobre esses grupos.

Confessadamente no artigo, a aspiração de A. Prous e seus colaboradores de oferecer um modelo abrangente de ocupação tupiguarani não se concretizou. Cabe, no caso, indagar se um único modelo dessa natureza poderia ter dado conta da multiplicidade de estratégias desenvolvidas por esses ceramistas em sua dispersão pela diversidade de ambientes que apontamos acima, sobretudo se for considerado que a premissa da uniformidade e homogeneidade dessas populações torna-se cada dia mais difícil de sustentar.

Ao final, os autores afirmam que “as manifestações arqueológicas tupiguarani aparecem ex-

13. Ver também Schmitz, 1990.

tremamente variadas e serão certamente necessárias análises exaustivas de muitos sítios para que seja possível se chegar às primeiras generalizações". Destacamos aqui que, se elas aparecem muito variadas, é porque de fato são muito variadas. E enquanto a arqueologia brasileira não se dispuser a investigar sua diversidade, heterogeneidade e variabilidade, os ceramistas tupiguarani continuarão sendo para nós esses grandes desconhecidos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Lúcia. A marca dos tempos: identidade, estrutura e mudança entre os Asurini do Trocará. In: VIDAL, Lux (Org.). *Grafismo indígena.* Estudos de Antropologia Estética. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp/Edusp, 1992.

ANTHONY, David W. Migration in Archaeology: the baby ant the bathwater. *American Anthropologist* , 92, p. 895-914, 1990.

BRADLEY, Susan M. Os objetos têm vida finita? In: MENDES, Marylka *et al*. (Org.). *Conservação:* conceitos e práticas. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.

FAUSTO, Carlos. Fragmentos de história e cultura Tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, M. M. C. da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Fapesp/Companhia das Letras/Secretaria Mun. de Cultura de SP, 1992. p. 381-396.

HECKENBERGER, Michael. J.; NEVES, Eduardo Góes; PETERSEN, James. De onde surgem os modelos? As origens e expansões Tupi na Amazônia Central. *Revista de Antropologia*, 41, 1, 1998.

JONES, Sian. *The Archaeology of Ethnicity.* Constructing identities in the past and present. London/New York: Routledge, 1997.

LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. *A cerâmica guarani*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

LIMA, Tania Andrade. Em busca dos frutos do mar: os pescadores/coletores do litoral centro-meridional brasileiro. *Revista USP*, Dossiê Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira, vol. II, São Paulo, Universidade de São Paulo, p. 270-327, 2000.

LIMA, Tania Andrade. A cerâmica indígena do Brasil. In*: Suma Etnológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Vozes/FINEP, 1986. v. II. Tecnologia Indígena.

MARANCA, Silvia. Estudo da Aldeia da Queimada Nova, Estado do Piauí. *Coleção Museu Paulista*, 3, São Paulo, 1976.

McEWAN, Colin; BARRETO, C.; NEVES, E. G. (Ed.). *Unknown Amazon*. London: The British Museum Press, 2001.

McEWAN, Colin. Seats of power: axiality and access to invisible worlds. In: McEWAN, Colin; BARRETO, C.; NEVES, E. G. (Ed.). *Unknown Amazon*. London: The British Museum Press, 2001a. p. 176-197.

MEGGERS, Betty; MARANCA, Silvia. Uma reconstituição social, baseada na distribuição de tipos de cerâmica num sítio habitação da tradição Tupiguarani*. Pesquisas*, Antropologia, 31, p. 227-247, 1980.

MÜLLER, Regina Polo. *Os Asurini do Xingu.* História e Arte. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro; CAGGIANO, Maria Amanda; JACOBUS, André. O aproveitamento científico das coleções museológicas: proposta de classificação das vasilhas cerâmicas de tradição tupiguarani. *Clio*, série arqueológica, 4, p. 89-97, 1991.

SCHMITZ, Pedro Ignácio *et al*. Uma aldeia Tupiguarani. Projeto Candelária, RS. Arqueologia do Rio Grande

do Sul, *Documento* 4, São Leopoldo, 1990.

SOARES, André Luis R. *Guarani.* Organização social e arqueologia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin. Possibilidade de interpretação do conteúdo simbólico da arte gráfica Guarani. *Estudos Ibero-Americanos*, 22, 1, p. 27-45, 1996.

VIDAL, Lux (Org.) *Grafismo indígena.* Estudos de Antropologia Estética. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp/Edusp, 1992.



ISBN 978-85-66010-24-4

IPHAN 80 ANOS 1937 2017

MINISTÉRIO DA CULTURA

BRASIL GOVERNO FEDERAL